

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ANAIS BRASILEIROS DE ESTUDOS TURÍSTICOS  
ABET

ISSN 2238-2925

ABET	Juiz de Fora	v.8	n.1	pp.1-124	Jan./Abr. 2018
------	--------------	-----	-----	----------	----------------



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

**Reitor**

Prof. Dr. Marcus Vinicius David

**Editor Chefe da Revista ABET**

Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel

**Vice-Reitora**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Girlene Alves da Silva

**Editor de Política Editorial**

Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel

**Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mônica Ribeiro de Oliveira

**Editor Científico**

Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel

**Pró Reitor de Graduação**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Carmem Simões Cardoso de Melo

**Projeto Gráfico**

Me. Gilberto Maurício Frade da Mata  
Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel

**Diretor do Instituto de Ciências Humanas**

Prof. Dr. Robert Daibert Júnior

**Editoração**

Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel

**Vice - Diretor do Instituto de Ciências Humanas**

Prof. Dr. Leonardo Carneiro

**Capa**

Nivea Maria Ferreira  
Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel

Anais Brasileiros de Estudos Turísticos / Universidade Federal de Juiz de Fora. -  
v. 8, n. 1 (Jan./Abr. 2018). - Juiz de Fora : Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018  
-. [on-line]

Quadrimestral

Disponível em: <[abet.uff.emnuvens.com.br](http://abet.uff.emnuvens.com.br)>

ISSN 2238-2925

1. Turismo. 2. Pesquisa. 3. Conhecimento - Teoria.

### **Editor Chefe**

Thiago Duarte Pimentel, Prof. Dr. - Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF (Brasil)

### **Conselho Editorial**

Alejandro Palafox-Muñoz, Prof. Dr., Universidad de Quintana Roo, México

Alexandre Panosso Netto, Prof. Dr., EACH- Universidade de São Paulo/USP, Brasil

Alonso Rodriguez, Prof. Dr., Universidad Estatal a Distancia / UNED, Costa Rica

Alvaro Banducci Junior, Prof. Dr., Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / UFMS, Brasil

Angela Cabral Flecha, Prof. Dr<sup>a</sup>., Universidade Federal de Ouro Preto / UFOP, Brasil

Arturo Santamaria Gómez, Prof. Dr., Universidad autonoma de Sinaloa, México

Carlos Costa, Prof. Dr., Universidade de Aveiro /UA, Portugal

Christianne Luce Gomes, Prof. Dr<sup>a</sup>., Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG, Brasil

Edegar Luis Tomazzoni, Prof. Dr., Universidade de São Paulo/USP, Brasil

Eduardo Abdo Yázigi, Prof. Dr., Universidade de São Paulo/USP, Brasil, Brasil

Helena Doris de Almeida Barbosa Quaresma, Prof. Dr<sup>a</sup>., Universidade Federal do Pará / UFPA, Brasil

Ivan Kozic, Prof. Dr., Institute for Tourism, Croatia

Jessica Faustini Aquino, Prof. Dr<sup>a</sup>. Arizona State University, Estados Unidos da América do Norte

José Lázaro Quintero Santos, Prof. Dr., Patel College of Global Sustainability, University of South Florida, Estados Unidos da América do Norte

Jose Manoel Gonçalves Gândara, Prof. Dr., Universidade Federal do Paraná/UFPR, Brasil

Lynn Minnaert, Prof. Dr<sup>a</sup>., University of Surrey, Reino Unido

Magnus Luiz Emmendoerfer, Prof. Dr., Universidade Federal de Viçosa / UFV, Brasil

Maria Elena Monet Despaigne, Prof. M<sup>a</sup>., Escuela de Altos Estudios de Hotelería y Turismo, Facultad de Turismo, Havana, Cuba

Michelle Kovacs, Prof. Dr<sup>a</sup>., Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Brasil

Natan Uriely, Prof. Dr., University Ben Gurion Negev, Israel

Sérgio Leal, Prof. Dr., Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Brasil

Thiago Duarte Pimentel, Prof. Dr. - Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF (Brasil)

SUMÁRIO / CONTENTS / ÍNDICE

**DADOS DA REVISTA**

*About the journal*

1-4

**EDITORIAL**

*Editorial*

Apresentação da Edição Temática

5-7

*Thiago Duarte Pimentel, André Barcelos Damasceno Daibert & Valéria Lima Guimarães*

**ESTUDOS DE CASO**

*Case Studies*

A "Turistificação" de um *Lugar de Memória* é Possível? Um estudo sobre o sítio arqueológico do Cais Do Valongo (Rio De Janeiro, Brasil)

8-22

*Is the "Touristification" of Memory Place Possible? A Study about the Valongo Wharf Archaeological Site (Rio De Janeiro, Brasil)*

*Angela Teberga de Paula & Vania Beatriz Merlotti Herédia*

Das Primeiras Expedições ao Turismo Organizado: a trajetória das visitas nas favelas da cidade do Rio de Janeiro

23-38

*The First Expeditions to Organized Tourism: the trajectory of visits in the favelas in the city of Rio De Janeiro*

*Caroline Martins de Melo Bottino*

Imagens Turísticas da Cidade do Rio De Janeiro nas Três Primeiras Décadas do Século XX: uma viagem através de guias, mapas e das crônicas de viagem em *Aguafuertes Cariocas*

39-52

*Tourist Images of the Rio de Janeiro City in the First Three Decades of 20th Century: a trip through guides, maps and Aguafuertes Cariocas*

*Amanda Danelli Costa & Karina Gomes Silva Garcia*

Porto Alegre Como Destino: vestígios de iniciativas de ativação turística a partir da literatura para visitantes

53-71

*Porto Alegre as a Tourism Destination: Traces of Tourism Enabling Initiatives in the Literature Directed to Visitors*

*Maurício Ragagnin Pimentel & Antonio Carlos Castrogiovanni*

História em Verso e Prosa: representações femininas no roteiro do atrativo turístico um Sarau Imperial Em Petrópolis/RJ

72-83

*History in Verse and Prose: female representations in the script of the tourist attraction an Imperial Sarau in Petrópolis / RJ*

*Jarlene Rodrigues Reis & Frederico Ferreira de Oliveira*

Parque Pelotense: um espaço de lazer em Pelotas/RS

84-97

*Parque Pelotense: a leisure space in Pelotas/RS*

*Dalila Rosa Hallal & Dalila Müller*

As Memórias da Aviação e a Hospitalidade no Brasil

98-111

*The Memories of Aviation and Hospitality in Brazil*

*Alexandre Faro Kaperaviczus & Airtton José Cavenaghi*

Memória E (Não) Identidade No Suvenir Carioca: alguns recortes históricos

112-120

*Memory and (Not) Identity in the Carioca Souvenir: some historical cuts*

*Isabella Vicente Perrotta*

**DIRETRIZES PARA OS AUTORES**

*Guidelines to the authors*

121-124



## Apresentação da Edição Temática: História e Memória do Turismo

Thiago Duarte Pimentel, André Barcelos Damasceno Daibert & Valéria Lima Guimarães

Iniciando nossos trabalhos da Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos (ABET), trazemos nesta primeira edição um dossiê temático dedicado à *História e Memória do Turismo* no Brasil, organizado em conjunto com os editores convidados, professores doutores e pesquisadores André Barcelos Damasceno Daibert (UFJF) & Valéria Lima Guimarães (UFF). O dossiê temático pretende servir de espaço para agregar, dar continuidade e aprofundar os debates realizados junto ao Simpósio Temático de mesmo nome que se reuniu pela última vez na cidade de Brasília em julho de 2017, no âmbito do XXIX Simpósio Nacional de História.

Tal simpósio se reuniu outras duas vezes: a primeira vez durante o XXVI Simpósio Nacional de História, realizado em São Paulo em julho de 2011 e teve continuidade no XXVII Simpósio, realizado em Natal, em julho de 2013. O sucesso das duas edições do ST, que reuniram um expressivo conjunto de pesquisadores e alunos de pós-graduação trabalhando com o tema, resultou na preparação do livro *“História do Turismo no Brasil”* (Ed. FGV, 2013) e o dossiê temático *“História do Turismo”* (Revista Rosa dos Ventos, 2014). Além de agregar os pesquisadores participantes de tais eventos, o presente dossiê anseiou ainda abrir espaço para outros investigadores que por ventura estão pesquisando tal temática.

Neste sentido, o dossiê também pretende ajudar a fortalecer os grupos de pesquisa emergentes sobre o tema, iniciados em encontros passados no próprio âmbito da ANPUH (Associação Nacional de História). Observamos que pessoas com formações e trajetórias acadêmicas diversas, nas diferentes regiões do país, tem se reunido em torno do tema da história e memória do turismo no Brasil nos últimos anos.

Este dossiê é composto por 8 (oito) contribuições, todas na forma de estudos de caso, que enfatizam diferentes objetos e ponto de vista: passando pela resignificação dos lugares em função do e para o turismo, gerando novas camadas interpretativas; pelos olhares antropocentristas e estereotipados da pobreza; passando ainda pelos relatos de viagem, pelos guias, saraus, espaços de lazer, pela história da aviação e dos *souvenirs*.

Todos estes objetos, ressignificados por novos olhares – turísticos – revestem de novas funções objetos já anteriormente existentes.

Como primeiro artigo desta edição trazemos o texto *“Turistificação” de um Lugar de Memória é Possível? um estudo sobre o sítio arqueológico do Cais do Valongo (Rio de Janeiro, Brasil)*, assinado por Angela Teberga de Paula & Vânia Beatriz Merlotti Herédia, cujo objetivo central é analisar e discutir a reapropriação para uso turístico de um elemento cultural - o Cais do Valongo, RJ – espaço cuja história e memória está ligada aos afrodescendentes e ao período escravocrata no país. Tal espaço ao ser convertido em espaço cultural, revestiu-se de importância e representativa dos demais elementos culturais daquela cidade, tornando-se assim interessante para ser utilizado turisticamente também como ícone de um determinado segmento da cidade. Apoiado numa discussão sobre os conceitos de memória coletiva, de Candau (2011), e de lugar de memória, de Pierre Nora (1993), as autoras analisam como se dá a relação entre espaço e identidade social de um determinado grupo e como tal manifestação simbólica se materializa e perpetua ao longo do tempo pelas marcas deixadas neste lugar, revelando, entre outras coisas, como a própria apropriação política oficial por parte do Estado – por meio de políticas públicas – é um mecanismo importante tanto no processo de resignificação deste espaço e sua conversão em um bem cultural, quanto no seu uso turístico. Na perspectiva das autoras o turismo, no Cais do Valongo, deve ser o fenômeno conciliador entre diferentes atores (poder público, iniciativa privada e movimento negro), cujo protagonista é o grupo que reivindica sua memória, os afrodescendentes.

O segundo artigo desta edição – *Das Primeiras Expedições ao Turismo Organizado: a trajetória das visitas nas favelas da cidade do Rio De Janeiro* – da professora mestra e pesquisadora Caroline Martins de Melo Bottino remonta à “invenção das favelas” – intervenções urbanas da gestão do Prefeito Pereira Passos, no início do século XX – e seu desenvolvimento para discutir como tais espaços sociais marginalizados se converteram num tipo de atrativo para práticas sociais turísticas etnocêntricas – *slumming* – de visita e observação da vida



Licenciada por Creative Commons  
Atribuição Não Comercial / Sem  
Derivações/ 4.0 / Internacional

\* Doutor em Ciências Sociais / UFJF. Mestre em Administração de Empresas / UFMG. Bacharel em Turismo / UFMG. Professor e pesquisador UFJF em tempo integral, pós-graduação em Ciências Sociais e Turismo e Ciências Humanas. Membro da Associação Internacional de Especialistas Científicos em Turismo / AIEST. Professor visitante EUA, México, Cuba, Equador. Editor Chefe das revistas Anais Brasileiros de Turismo / ABET e Revista Latino-Americana de Turismologia / RLAT. Diretor do Centro Latino Americano de Turismologia / CELAT e do Observatório Econômico e Social do Turismo / OEST. CV: <http://lattes.cnpq.br/9841188234449467>. Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Turismo. R. José Lourenço Kelmer, Campus Universitário, CEP: 36036-330, Juiz de Fora/MG, Brasil. [thiago.pimentel@ufff.edu.br](mailto:thiago.pimentel@ufff.edu.br)

humana em condições marginais. Tal prática iniciada na Inglaterra, em sua era vitoriana, parece ter sido também aplicada aqui, sobretudo, na segunda metade e com mais intensidade no último quartel do século XX, onde a mesma é inclusive apoiada e patrocinada pelas autoridades públicas como forma de conhecer uma das características mais marcantes da sociedade carioca. Ao construir uma cronologia das visitas às favelas, desde o seu surgimento até os dias de hoje, a autora resgata desde os primeiros relatos a respeito da vida no morro vieram dos engenheiros, higienistas e cronistas, até a visita de pessoas ilustres: poetas, artistas, políticos até líderes religiosos e monarcas, um processo muito semelhante ao *slumming* inglês. As expedições às favelas foram sendo registradas ao longo dos anos, nos permitindo acompanhar sua evolução histórica até a sua inserção no turismo, transformando-se em atrativo e fazendo parte dos guias turísticos da cidade. Contudo, ela pondera que apesar do que têm se acreditado, até o momento, de que o turismo foi responsável por incentivar as visitas às favelas cariocas, o que se vê que este espaço já despertava curiosidade, interesse e atraía visitantes desde o século passado.

Amanda Danelli Costa e Karina Gomes Silva Garcia são responsáveis pelo terceiro artigo desta edição: *Imagens Turísticas da Cidade do Rio de Janeiro nas Três Primeiras Décadas do Século XX: uma viagem através de guias, mapas e das crônicas de viagem em Aguafuertes Cariocas*. No artigo as autoras discutem a formação e transformação da imagem turística do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX a partir de estudos sobre guias e mapas turísticos; e refletimos sobre as imagens da cidade construídas nas representações presentes em crônicas literárias, especialmente em *Aguafuertes Cariocas* de Roberto Artl. Para as autoras as imagens turísticas se revelam de muitas formas, diretas e indiretas, como a veiculação de visões da cidade através dos guias e mapas turísticos, crônicas literárias publicadas aqui e alhures e também algumas ações de intervenções urbanísticas que visavam atualizar a cidade e adequá-la aos gostos das modernas formas de lazer. Nesse sentido, a recuperação da percepção e produção de imagens sobre o Rio de Janeiro para a Argentina – nosso principal mercado emissor de fluxo turístico – ajuda a mostrar como se foi construindo esse imaginário complexo, contraditório e multifacetado sobre a cidade maravilhosa.

Também abordando a produção de imagens pela literatura, em particular, aquela destinada a visitantes, o quarto texto deste número - *Porto Alegre como Destino: vestígios de iniciativas de ativação turística a partir da literatura para visitantes* – dos professores

doutores e pesquisadores Maurício Ragagnin Pimentel (FURG) e Antonio Carlos Castrogiovanni (UFRGS) tratam de examinar como Porto Alegre (RS) passa a fazer parte do Sistema Turismo, por meio da análise das iniciativas para habilitar esse território ao Olhar do Turista, da articulação da função turística em Porto Alegre se altera com a evolução urbana da cidade e interage com outros impulsos urbanizadores da cidade e de como tais iniciativas locais refletem movimentos, ou tendências, mais amplas do que é entendido por Turismo. Ao analisarem 135 documentos – desde folhetos e guias de viagem, folhetos, catálogos a matérias na imprensa – os autores identificaram cinco arranjos do turismo neste destino, a saber: 1) o enquadramento em cânones turísticos à Exposição do Centenário Farroupilha (1935); 2) “Porto Alegre: cidade de turismo” e o Guia Touring Club (1945 e 1955); 3) Turismo como função do poder público, Embratur e Epatur em 1978; 4) Abertura econômica e a Administração Popular (1989-2004) e 5) Copa do Mundo (2005-2015). Com esta periodização, os autores propõem que enquanto os quatro primeiros processos, em que se evidencia o caráter histórico e situado do desenvolvimento da função turística nesta metrópole regional, o último período é marcado por um processo com avanços, retrocessos, intermitências e, sobretudo, periférico a outros interesses que pautam a produção do espaço urbano.

*História em Verso e Prosa: representações femininas no roteiro do atrativo turístico um sarau imperial em Petrópolis/RJ* é o quinto artigo desta edição e aborda a literatura como recurso de turistificação de atrativos, porém, agora com foco na poética. Especificamente trata das representações femininas do século XIX, a partir do texto-roteiro do atrativo turístico-cultural “Um Sarau Imperial”. No texto, os professores Jarlene Rodrigues Reis e Frederico Ferreira de Oliveira resgatam o arcabouço teórico que foi construído a partir de vertentes do turismo cultural, saraus oitocentistas, história cultural e história da mulher e o utilizam para analisar, por meio de uma observação participante, o Sarau Imperial, em Petrópolis/RJ, durante três apresentações em novembro de 2016, além de entrevista com a autora do texto-roteiro do Sarau. Na concepção dos autores o Sarau Imperial se apresenta como plataforma de representação de memórias femininas, com foco na Princesa Isabel, em um ambiente pouco tradicional, recriando a tradição dos saraus como forma de ampliar a interatividade com o público participante, convidado a refletir sobre questões contemporâneas a partir das situações encenadas. Tal encenação, por sua vez, é inserida no contexto turístico da cidade como mais uma opção (ou atrativo) para o visitante.

No texto *Parque Pelotense: um espaço de lazer em Pelotas/RS*, Dalila Rosa Hallal e Dalila Müller, ambas professoras da (UFPEL), analisam o surgimento e a trajetória do Parque Pelotense e sua importância para o lazer em Pelotas, no período de 1883 a 1916. Ancoradas na concepção de lazer de Corbin (2001), que o considera como a liberdade de usar o tempo livre para distrações ou ocupações a que as pessoas se entregam de livre vontade, sendo muito valorizado pelas elites urbanas do século XIX, as autoras evidenciam a busca pelos espaços de natureza, e dentre eles, os parques. Estes novos hábitos de convívio respondem a um processo de valorização da natureza como um espaço não submetido à ordem e à intervenção humana e importante para a saúde. Em sua visão, elas constatam que o Parque foi um dos principais espaços de natureza para o lazer dos pelotenses e de visitantes, um espaço de lazer completo para a época, com atividades ao ar livre indo ao encontro da necessidade de aproximar a população da natureza. Com o passar dos anos, foi abandonado e sua área loteada, sendo que atualmente não resta mais nada do Parque.

O sétimo trabalho desta edição, *As Memórias da Aviação e a Hospitalidade no Brasil*, de Alexandre Faro Kaperaviczus e Airton José Cavenaghi, narram os momentos marcantes da aviação brasileira que se revestiram de genuínas manifestações de hospitalidade. Ao retomar os primórdios da aviação, partindo do sonho de Icaro e culminando com o triunfo de Santos Dumont com o 14 Bis em Paris, passando pela epopéia de João Ribeiro de Barros ao concluir a travessia do Atlântico a bordo da Aeronave “Jahú”, que rendeu aos aviadores brasileiros calorosas acolhidas e efusivas comemorações onde, de forma carinhosa, eram recebidos como verdadeiros heróis, inaugurando,

assim, a hospitalidade no seio da aviação brasileira; o artigo faz assim um balanço dos momentos marcantes da aviação brasileira tomando como pano de fundo os momentos mais representativos da aviação mundial, onde a hospitalidade também se fez presente pelo apreço e acolhida da população.

Concluindo esta edição, trazemos o texto *Memória e (Não) Identidade no Suvenir Carioca: alguns recortes históricos*, de Isabella Vicente Perrotta, que se debruça sobre o estudo os artefatos que têm como função representar e lembrar o Rio de Janeiro para seus visitantes, este artigo pretende mostrar como o souvenir turístico – desde descrições de literatura de viagens, postais, guias, matérias jornalísticas, gravuras, e fotografias; depois no cinema e na TV e, mais recentemente, nas redes sociais, blogs de conteúdo e sites de busca. Para a autora, o turista reconhecer presencialmente o que já é pré-conhecido faz parte de uma necessidade de confirmação daquilo que lhe foi anunciado, mesmo que isso soe como se fosse um *déjà-vu*. Assim, o souvenir (ainda hoje), que deveriam ser símbolo do singular e do local, acabam sendo também a confirmação daquilo que já se conhecia antes da viagem. Acabam subvertendo-se ao impessoal, global, disseminado. Considerando que o Rio de Janeiro, historicamente, foi o principal acesso ao Brasil e, ainda hoje, é a cidade mais visitada do país, pretende-se mostrar como alguns souvenirs ocupam, lugar miscigenológico e/ou sinestésico de Brasil, exaltando a diversidade de uma natureza que não está exatamente presente na cidade, mas se confunde com a “selva” (natural e cultural) a que o Rio era (e ainda é) associado.

É com esse conjunto de artigos que temos a honra de lhes brindar e desejar a todos uma proveitosa e interessante leitura!

*André Barcelos Damasceno Daibert (UFJF) & Valéria Lima Guimarães (UFF)*  
*Editores convidados / Invited Editors*

*Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel (UFJF)*  
*Editor Chefe/Editor-in-chief*

## A “TURISTIFICAÇÃO” DE UM LUGAR DE MEMÓRIA É POSSÍVEL? UM ESTUDO SOBRE O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO CAIS DO VALONGO (RIO DE JANEIRO, BRASIL)

Angela Teberga de Paula\*  
Vania Beatriz Merlotti Herédia\*\*

### Resumo

O objetivo deste trabalho é o de analisar de forma descritiva como o Cais do Valongo, e mais especificamente a memória dos afrodescendentes sobre esse espaço que evidencia o período escravocrata no país, vem sendo apropriado turisticamente pelas políticas oficiais da Prefeitura e iniciativas de movimentos negros do Rio de Janeiro. O Cais do Valongo é considerado o maior porto de entrada de africanos na América Latina, já que recebeu entre 500 mil e 1 milhão de negros escravizados no Rio de Janeiro entre os anos de 1811 e 1831. Utiliza-se os conceitos de memória coletiva de Candau (2011), já que está diretamente relacionada à construção da identidade de um grupo, neste caso, os afrodescendentes; e de lugar de memória de Pierre Nora (1993), pois se trata de um espaço com notável interesse material, simbólico e funcional para o mesmo grupo. Fez-se análise aprofundada do Cais do Valongo, e realizou-se observação direta assistemática a campo e pesquisa bibliográfica sobre memória, lugar de memória e turismo cultural. Após a discussão teórica realizada, considera-se que o turismo no Cais do Valongo deve ser o fenômeno conciliador entre diferentes atores (poder público, iniciativa privada e movimento negro), cujo protagonista é o grupo que reivindica sua memória, os afrodescendentes.

**Palavras Chave:** Sítio Arqueológico do Cais do Valongo. Lugar de Memória. Turismo.

## IS THE “TOURISTIFICATION” OF MEMORY PLACE POSSIBLE? A STUDY ABOUT THE VALONGO WHARF ARCHAEOLOGICAL SITE (RIO DE JANEIRO, BRASIL)

### Abstract

The objective of this paper is to analyze how the Valongo Wharf, and more specifically the memory of the afrodescendants about this space that evidences the slave period in the country, has been appropriate touristy by the official policies of the Municipality and initiatives of black movements of the Rio de Janeiro. The Valongo Wharf is considered the largest port of entry for Africans in Latin America, since it received between 500,000 and 1 million blacks enslaved in Rio de Janeiro between the years 1811 and 1831. The study uses the concepts of collective memory of Candau (2011), since it is directly related to the construction of the identity of a group, in this case, Afrodescendants; and place of memory of Pierre Nora (1993), because it is a space with remarkable material, symbolic and functional interest for the same group. It consists of the in-depth analysis of the Valongo Wharf. And it was made a direct field observation and bibliographic research about memory, place of memory and cultural tourism. After the theoretical discussion, it is considered that tourism in the Valongo Wharf should be the conciliatory phenomenon between different actors (public power, private initiative and black movement), whose protagonist is the group that claims its memory, Afro-descendant.

**Keywords:** Valongo Wharf Archaeological Site. Memory place. Tourism.

## LA “TOURISTIFICATION” DEL LUOGO DI MEMORIA È POSSIBILE? UN STUDIO PER IL SITO ARCHEOLOGICO DI VALONGO WHARF (RIO DE JANEIRO, BRASILE)

### Riassunto

L'obiettivo di questo studio è quello di analizzare in modo descrittivo il molo di Valongo, e più specificamente la memoria di origine africana di questo spazio che mette in evidenza il periodo di schiavitù nel paese, è stato adeguato turisticamente alle politiche ufficiali del Municipio di Rio de Janeiro e dei movimenti neri. Il Molo di Valongo è il più grande porto africano di entrata in America Latina, dal momento che ha ricevuto tra 500.000 e 1 milione di neri, ridotti in schiavitù a Rio de Janeiro, tra il 1811 e il 1831. Questo studio utilizza i concetti di memoria collettiva di Candau (2011), poiché è direttamente correlato alla costruzione dell'identità di un gruppo afro-discendenti e il luogo di memoria di Pierre Nora (1993), come spazio con notevole interesse materiale, simbolico e funzionale per lo stesso gruppo. È stata utilizzata una analisi approfondita del Molo di Valongo e sono state effettuate osservazioni dirette sul campo e ricerche bibliografiche su memoria, luogo di memoria e turismo culturale. Dopo la discussione teorica tenuta, si ritiene che il turismo in Molo di Valongo dovrebbe essere fenomeno conciliante tra i diversi attori (governo, settore privato e movimento nero), il cui protagonista è il gruppo che rivendica la sua memoria, quelli di origine africana.

**Parole chiave:** Sito archeologico di Cais di Valongo. Luogo di memoria. Turismo.



Licenciada por Creative Commons  
Atribuição Não Comercial / Sem  
Derivações/ 4.0 / Internacional

\*Doutoranda em Turismo e Hospitalidade pela Universidade de Caxias do Sul. Mestre em Turismo pela Universidade de Brasília. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de São Carlos. Professora Assistente na Universidade Federal do Tocantins. Áreas de interesse: trabalho no turismo, turismo e inclusão social, legislação do turismo, turismo social. CV: <http://lattes.cnpq.br/3543811641636104>. Universidade Federal do Tocantins, Campus Arraias, Av. Avenida Juraildes de Sena Abreu, s/n - Setor Buritizinho, Arraias - TO, 77330-000. E-mail: [angela.teberga@gmail.com](mailto:angela.teberga@gmail.com)

\*\*Pós-doutora em História Econômica pela Universidade de Padova e em Antropologia pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em História das Américas pela Universidade de Gênova. Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atua na graduação e na pós-graduação na Universidade de Caxias do Sul. Faz parte do Instituto Histórico de São Leopoldo, autora de vários livros sobre imigração europeia, migrações recentes e migrações históricas. CV: <http://lattes.cnpq.br/2028194865995189>. Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Caxias do Sul – RS, 95070-560. E-mail: [vbmhered@ucs.br](mailto:vbmhered@ucs.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Partindo do questionamento de que: “*é possível explorar turisticamente o Cais do Valongo valorizando-o como lugar de memória (NORA, 1993)?*”, este trabalho tem como objetivo analisar de forma descritiva como o Cais do Valongo, e mais especificamente a memória dos afrodescendentes sobre esse espaço que evidencia o período escravocrata no país, vem sendo apropriado turisticamente pelas políticas oficiais da Prefeitura e iniciativas de movimentos negros do Rio de Janeiro.

O Cais do Valongo é considerado o maior porto de entrada de africanos na América Latina, já que recebeu entre 500 mil e 1 milhão de negros escravizados no Rio de Janeiro entre os anos de 1811 e 1831. Com a promulgação da lei que proibiu o tráfico transatlântico de escravos, o Cais do Valongo deixou de funcionar para esse fim. O Cais recebeu diversas modificações e aterramentos ao longo do tempo, marcadamente a construção do Cais da Imperatriz, em 1843, e a construção da Praça do Comércio na primeira década do século XX.

Embora alguns arqueólogos já tivessem manifestado o interesse pela escavação naquele espaço, foi apenas em 2011 que o Cais do Valongo (e também da Imperatriz) foi, de fato, redescoberto em razão do processo de revitalização da região portuária, projeto denominado de “Porto Maravilha”. O projeto urbanístico, idealizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, foi desenvolvido vislumbrando a realização dos megaeventos Copa do Mundo e Olimpíadas na cidade. No contexto da turistificação do Porto Maravilha, junto de museus e outros grandes monumentos, o Cais do Valongo é incorporado como um atrativo de roteiros turísticos, especialmente após seu registro como Patrimônio da Humanidade pela Unesco em 2017. Roteiros culturais foram desenvolvidos pela prefeitura do Rio para dar visibilidade à essa memória da cultura africana.

Para sustentar teoricamente o estudo, nos baseamos no conceito de memória coletiva, de Candau (2011), já que este está diretamente relacionada à construção da identidade de um grupo, no caso específico em tela, o dos afrodescendentes. A este conceito agregamos o de lugar de memória, de Nora (1993), pois se trata de um espaço com notável interesse material, simbólico e funcional para o mesmo grupo. Discute-se, portanto, a partir desses autores, como o Cais do Valongo, por muito tempo desconhecido, pode se tornar um lugar de memória e de turismo desde que sua história seja conhecida, valorizada como patrimônio cultural por constituir parte da história brasileira colonial.

Empiricamente, realizou-se análise aprofundada do Cais do Valongo como lugar de memória (NORA, 1993), e também de disputas acerca de sua possível vocação turística entre órgãos governamentais e movimentos negros. Realizou-se observação direta assistemática a campo no mês de outubro de 2017 e pesquisa bibliográfica sobre memória, lugar de memória e turismo cultural.

Após a discussão teórica realizada, considera-se que o turismo no Cais do Valongo deve ser o fenômeno conciliador entre diferentes atores (poder público, iniciativa privada e movimento negro), cujo protagonista é o grupo que reivindica sua memória, os afrodescendentes. Entende-se, nesse sentido, que o turismo pode funcionar como ferramenta de visibilidade da memória africana no Brasil.

O presente artigo está organizado como se segue: Referencial Teórico (Memória Coletiva em Candau e Lugar de Memória em Nora), Metodologia, Análise (Apresentação do Cais do Valongo e Discussão do Cais do Valongo como Lugar de Memória e como Lugar de Turismo) e Considerações Finais.

## 2 MEMÓRIA COLETIVA

O estudo da memória tem aberto muitas possibilidades de entender fatos históricos, trazendo para a discussão novas interpretações. Um dos autores mais frequentes utilizados no estudo da memória tem sido Maurice Halbwachs (2004)<sup>1</sup> que trata desse tema, na linha da Escola Francesa de sociologia. A contribuição desse autor “no problema da evocação e da localização das lembranças” (DUVIGNAUD, 2004, p. 12) parte de quadros sociais reais que auxiliam na análise e tornam-se referência para a realização desses estudos. Os quadros sociais fornecem uma moldura que colabora para a compreensão da localização da memória e estão vinculados a uma “comunidade afetiva” que os acolhe.

Segundo Halbwachs (2004), a memória individual tem sentido a partir dos quadros sociais sustentados na experiência histórica. A memória histórica é diferenciada da memória coletiva pelo fato de estar baseada em fatos concretos, e a coletiva pode nascer de interpretações que derivam de experiências individuais. Para demonstrar a importância da consciência coletiva, o autor distingue memória coletiva de memória histórica, ressaltando

---

<sup>1</sup> Halbwachs é autor da obra “*Les cadres sociaux de la mémoire*”, de 1925, com influência do pensamento de Emile Durkheim, da Escola Objetiva Francesa de Sociologia.

que a última ajuda a reconstruir a primeira, mas não pode ser confundida.

Nessa linha, Joel Candau (2005; 2011) utiliza o conceito de memória coletiva, articulado com o conceito de identidade, que se cruzam e se complementam, afirmando que não tem memória sem identidade e essa sem memória. Candau (2005; 2011), bem como outros historiadores, como Catroga (2001)<sup>2</sup>, usam a mesma classificação, dividindo em três tipos de memória: a protomemória, a memória propriamente dita e a metamemória. Essa classificação ajuda a diferenciar o que concerne às representações sociais e o que faz parte das lembranças que os indivíduos acumulam para conduzir a vida diária.

Para o turismo cultural, a visão de metamemória reforça a necessidade de "acentuar as características inerentes à chamada memória social ou coletiva e às modalidades de sua construção e reconstrução" (CATROGA, 2001, p. 44). Nessa direção, a metamemória é definida por Candau (2005, p. 99) "como uma memória reivindicada, ostensiva. Mas exatamente, na sua forma coletiva, ela é reivindicação partilhada de uma memória que se supõe que seja". Mesmo que muitos autores se preocupem em distinguir a memória da historiografia, Catroga (2011) comenta que essa relação não é linear. Para justificar tal posição, usa Halbwachs (2004) dizendo que:

a memória histórica é produto do pensamento crítico, com uma linguagem conceptual, abstrata, laica e com uma função ensinável e utilitária e a memória coletiva, caracterizada por ter origem anônima e espontânea, por ser viva, concreta, múltipla, imagética e sacral, e por possuir um cariz normativo (CATROGA, 2001, p. 53).

Catroga (2001) também se vale das ideias de Pierre Nora pelo fato desse autor compartilhar da mesma posição quando postula que a memória é uma representação aberta, que pode evoluir à medida que se confronta com a dialética da lembrança e do esquecimento. Nesse contexto, o Cais de Valongo, por muito tempo não conhecido, quando descoberto pode permanecer no esquecimento ou pode se tornar um lugar de memória desde que sua história seja conhecida, valorizada como patrimônio cultural por constituir parte da história brasileira colonial.

A escolha pela abordagem de memória, sustentada por Joël Candau, deu-se pelo arcabouço teórico que esse autor constrói quando utiliza memória e identidade como conceitos indissociáveis,

tanto na obra "Memória e Identidade", publicada em 1998, em Paris, como na "Antropologia da Memória", de 1996.

## 2.1 A Memória Coletiva a partir de Candau

Como já foi dito anteriormente, Candau (2011) propõe a classificação de três níveis de memória, sendo eles: protomemória (memória do hábito conquistada pelas repetições), memória (memória da recordação ou do reconhecimento) e metamemória (memória reivindicada pelo indivíduo sobre sua própria memória ou passado). Neste trabalho, nos interessa precisamente o terceiro e último nível, aquele que está diretamente relacionado à construção da identidade de um grupo por meio da reivindicação coletiva de certa memória sobre o passado.

Entender essa classificação é fundamental para a compreensão sobre memória coletiva na visão desse autor, para quem "memória coletiva é uma representação, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo" (CANDAU, 2011, p. 24). Isso porque, sendo a memória coletiva uma representação, não se torna possível aplicá-la como memória-hábito (de baixo nível), tampouco como memória de recordação (de alto nível). A adjetivação mais adequada seria, em verdade, uma metamemória coletiva, pois é aquela que se reivindica como memória compartilhada entre os membros de determinado coletivo. Nesse sentido, a memória do Cais do Valongo é a possibilidade de trazer à tona a história do próprio Cais e a pensar uma forma de socializar a história por meio dessa memória.

A memória coletiva insere-se como fundamental combustível da identidade coletiva de um grupo – essa que também é uma representação. Origem, história e natureza são representações produzidas no sentido de coesão do grupo e manutenção da identidade coletiva. Representação de uma identidade significa, nesse caso, a percepção dos indivíduos como membros do grupo em razão de sua história comum e ideologias comungadas (CANDAU, 2011).

É evidente que a memória coletiva, ou o que ela representa, compartilhada entre membros de um grupo varia consideravelmente conforme diversos fatores, tamanho e estruturação do grupo estão entre eles. Candau (2011, p. 44) categoriza-a como memória forte e memória fraca. A primeira é "uma memória massiva, coerente, compacta e profunda, que se impõe a uma grande maioria dos membros de um grupo" – nessa, a memória é um fator agregador e importante para organização de um grupo. Ao contrário, a segunda é "uma memória sem contornos

<sup>2</sup> Fernando Catroga trata de "Memória e História" na obra "Fronteiras do Milênio", organizada por Sandra J. Pesavento em 2001, utilizando Joël Candau como referência teórica.

bem definidos, difusa e superficial, que é dificilmente compartilhada por um conjunto de indivíduos cuja identidade coletiva é, por esse mesmo fator, relativamente intangível" – nessa, a memória não atua como fator agregador do grupo.

Candau (2011, p. 29) chama de retórica holista "o emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos", utilizado comumente como instrumento persuasivo de uma narrativa sobre a memória coletiva ou elementos supostamente comuns entre os integrantes de um grupo. São como "contágio de ideias" para o autor. Independentemente da veracidade das informações presentes na retórica (há, naturalmente, memórias coletivas forjadas), esse instrumento tem grau de pertinência mais ou menos elevado de acordo com certos fatores, como o tamanho do grupo ou o compartilhamento das ideias entre seus membros.

O questionamento de Candau (2011) sobre a real existência de uma memória coletiva é especialmente pertinente neste estudo: todos os membros de determinado grupo seriam capazes de compartilhar as mesmas recordações ou representações do passado? Responderíamos que dificilmente isso seria possível. O autor acredita que a existência da memória coletiva, enquanto uma representação, está relacionada, por isso, ao grau de pertinência das retóricas holistas, ou seja, ao quanto o plano discursivo perfeitamente alcança seus membros.

## 2.2 O Lugar de Memória em Nora

O conceito de lugar de memória para Pierre Nora (1993) deve ser entendido em conjunto com sua reflexão sobre história e memória – definições, distintas, fundamentais para a construção epistemológica do seu primeiro termo. Se história é reconstrução do passado; memória é um fenômeno vivo e múltiplo. Os termos são aplicados erroneamente como sinônimos, mas carregam, em verdade, combustíveis temporais opostos para sua existência: a história, o passado; a memória, o presente.

Memória, como oposto da história, é aquilo que é vivido pelos grupos que a compartilham, unidos pela lembrança e interpretação do passado historicizado. Assim, a memória depende muito mais do grupo vivo que a mantém, e muito menos da história positivista que equivocadamente é atribuída como sua única fonte. A memória "verdadeira" está "no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo" (NORA, 1993, p. 14). E, se é um fenômeno vivo, é por isso coletiva e heterogênea, ao passo que a história é vocacionada para o universal, para a reconstrução de um passado

único, cumulativo e homogeneizador – é o caso da historiografia da nação, por exemplo.

Nora (1993) admite que a memória é tomada como história quando ela é transformada por sua passagem para a história - quando se torna um dever, subjetiva e deslocada temporalmente. Essa memória transformada se transveste em três principais tipos, quais sejam: a memória-arquivo (é a que se apoia na concretude e materialidade da história), a memória-dever (é a que é interiorizada como obrigação individual, é a psicologização da memória) e a memória-distância (é a que provoca a descontinuidade do presente em relação ao passado).

A memória, uma vez transformada, deixa de possuir a razão que a originou, não fazendo mais sentido falar em memória-identidade:

"A historiografia inevitavelmente ingressada em sua era epistemológica, fecha definitivamente a era da identidade, a memória inelutavelmente tragada pela história, não existe mais um homem-memória, em si mesmo, mas um lugar de memória" (NORA, 1993, p. 21).

A noção de lugar de memória surge, assim, como resposta ao interesse da memória se transportar pela história. O lugar de memória é constituído por um "jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca" (NORA, 1993, p. 22). São lugares com notável e simultâneo interesses material, simbólico e funcional. Esses interesses podem apresentar-se numa gama ampla: o aspecto material, por exemplo, está presente nos objetos portáteis, na topografia, nos lugares monumentais e nos lugares turísticos. Já o aspecto funcional pode estar presente nas associações de combatentes, nos manuais e nos dicionários. O componente simbólico, de abordagem subjetiva, está presente onde a memória parece estar viva de forma plena – "são os lugares refúgio, o santuário das fidelidades espontâneas e das peregrinações do silêncio" (NORA, 1993, p. 26).

Para Nora (1993), o aspecto simbólico do lugar de memória está presente com maior destaque naqueles onde não se houve interesse em sê-lo.

O que constitui certos sítios pré-históricos, geográficos ou arqueológicos em lugares, e mesmo em lugares de destaque, é muitas vezes o que deveria precisamente lhes ser proibido, a ausência absoluta de vontade de memória, compensada pelo peso esmagador de que o tempo, a ciência, o sonho e a memória dos homens os carregou (NORA, 1993, p. 24).

É por isso que, de maneira quase inevitável, prédios ou monumentos oficiais tendem a afastar-se



do campo da memória em seu sentido mais lato sensu, permanecendo no âmbito da história (ancorada nos acontecimentos). Nas palavras do autor, "é sua derrota em se tornar aquilo que quiseram seus fundadores" (NORA, 1993, p. 23). A presença humana, a construção de afeto e o vínculo permanente por certos lugares indicam maior cristalização da memória do que aqueles tradicionais os quais a história registrou como seus.

É, também, crucial compreender que a memória não é espontânea e, assim, precisa ser querida e retomada pelos *lugares de memória*. Nora (1993) explica que é necessário ser vigilante com os *lugares de memória*, sob pena de a memória ser esquecida ou, o que é mais grave, de não se configurar mais refúgio como deveria. A dialética entre uma memória ameaçada e uma memória viva nas lembranças faz o *lugar de memória* tornar-se refúgio para quem dessa memória compartilha.

*Lugar de memória* vive de sua própria metamorfose: é lugar de pertencimento, e também de desprendimento; é lugar fechado sobre sua identidade, e também aberto sobre suas significações. Sua razão fundamental de ser está, enfim, justamente nisso: no "materializar do imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais" (NORA, 1993, p. 22).

### 3 METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar de forma descritiva como o Cais do Valongo, e mais especificamente a memória dos afrodescendentes sobre esse espaço que evidencia o período escravocrata no país, vem sendo apropriado turisticamente pelas políticas oficiais da Prefeitura e iniciativas de movimentos negros do Rio de Janeiro, fez-se uma análise aprofundada do Cais do Valongo como lugar de construção de memórias, e também como lugar de disputas pela memória entre diferentes grupos sociais. Ainda, as disputas ocorrem acerca de sua possível vocação turística entre órgãos governamentais e movimentos negros.

Embora seja de caráter descritivo, este estudo não se limitou a descrição, apoiando-se e dialogando com teorias consolidadas sobre o conceito de memória, especialmente em Candau (2011) e Nora (1993). O esquema teórico proposto neste artigo foi fundamental tanto na construção do problema de pesquisa, como na discussão sobre o Cais do Valongo como "lugar de memória" e como "lugar de turismo".

Neste artigo, foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Fez-se revisão teórica sobre memória, lugar de memória e turismo cultural. As pesquisas bibliográfica e documental

foram de suma importância como ferramenta para captura dos dados históricos referentes ao sítio arqueológico do Cais do Valongo. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 183), a pesquisa bibliográfica "abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo" – essa dividida em fontes primárias e secundárias. A legislação e os relatórios do IPHAN classificam-se como registros institucionais escritos, segundo Gil (2008).

Também realizou-se observação direta a campo no mês de outubro de 2017. Destaca-se que a observação foi fundamental para a formulação do problema, embora a técnica também tenha sido utilizada para a análise e interpretação dos dados, especialmente na discussão sobre o Cais do Valongo como "lugar de turismo". Segundo Gil (2008, p. 100), a observação é o "uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano. Pode, porém, ser utilizada como procedimento científico, à medida que a) serve a um objetivo formulado de pesquisa; b) é sistematicamente planejada; c) é submetida a verificação e controles de validade e precisão". A observação direta realizada classifica-se como simples por Gil (2008, p. 102) e pouco ou não-estruturada por Laville e Dionne (1999), aquela que se caracteriza por ser "espontânea, informal, não planejada". Mesmo não havendo regras quanto aos procedimentos de observação, buscou-se verificar especialmente como vem sendo apropriado turisticamente o Cais do Valongo e, portanto, considerou-se tanto os sujeitos (moradores do bairro, prestadores de serviços e turistas), como o espaço físico (condições de acesso, sinalização e características urbanas). Essas observações foram registradas em diário de campo.

### 4 ANÁLISE

#### 4.1 O Cais do Valongo (RJ) como Objeto de Estudo

O Cais do Valongo consiste em ruínas de um calçamento de pedras, construído no início do século XIX, a partir de 1811, para o desembarque e comércio de africanos escravizados. Foi construído pela Intendência Geral de Polícia da Corte da Cidade do Rio de Janeiro, a pedido do Vice-Rei, o Marquês de Lavradio, para substituir o antigo cais, localizado na Rua Direita, hoje Primeiro de Março. Localizava-se na Praia do Valongo, praia pavimentada por pedras, hoje região portuária da cidade do Rio de Janeiro (Ver Figuras 1 e 2). Sua arquitetura era voltada para o atracamento de pequenas embarcações, que vinham do posto alfandegário. A técnica empregada em sua construção é considerada simples, já que o cais foi





Sicílias, esposa do imperador D. Pedro II, que casara por procuração em Nápolis. A mudança de nome para Cais da Imperatriz é conjugada com uma série de alterações arquitetônicas para a acolhida da princesa: um novo e requintado calçamento, um embelezamento do espaço e a construção de um molhe de pedras (IPHAN, 2016).

Contudo, sabe-se que, até a abolição da escravatura, a região permaneceu como local estratégico para a reprodução do sistema escravagista: próximo ao Cais, por exemplo, localizavam-se os armazéns onde se realizava o comércio negreiro, além do Cemitério dos Pretos Novos, onde foram enterrados os africanos que morriam após a viagem forçada pelo Oceano Atlântico (estima-se que 20 a 30mil foram enterradas ali).

Após a abolição, em 1888, a região manteve-se como espaço de moradia, trabalho e circulação da população negra e, por isso, passa a ser conhecida como Pequena África, já no século XX (o título foi criado pelo sambista Heitor dos Prazeres) (IPHAN, 2016). Pinheiro e Carneiro (2016) lembram que a zona portuária, formada pelos bairros do Caju, Gamboa, Saúde e Santo Cristo, está historicamente relacionada à cultura afro-brasileira, além de ser reconhecida por sua relevância cultural para a cidade – atribui-se à região o berço do samba e do carnaval carioca.

Na primeira década do século XX, entre 1904 e 1910, o prefeito Francisco Pereira Passos realizou um grande projeto de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, que passa pelo alargamento e abertura de novas ruas, e, nesse contexto, a área do então Cais da Imperatriz foi aterrada para dar lugar à Praça Municipal, que posteriormente é denominada de Praça do Jornal do Comércio. É nesse projeto que uma grande parte da Praia do Valongo é aterrada, afastando a enseada do Valonguinho da nova Praça em aproximadamente 350 metros (Ver Figura 2).

Essa praça, delimitada hoje pela Avenida Barão de Tefé, Rua Sacadura Cabral e o Hospital Federal dos Servidores do Estado, manteve-se até a execução do projeto urbanístico Porto Maravilha (mais especificamente, a execução das obras de drenagem na Avenida Barão de Tefé), em 2011, quando se redescobre as ruínas dos primeiros Cais, do Valongo e da Imperatriz (IPHAN, 2016).

Pontua-se que, antes disso, ao longo da década de 1980, já se havia verificado o interesse pela valorização patrimonial da região. Em 1983, o antigo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atual IPHAN, lista mais de mil edificações no entorno do Morro da Conceição para tombamento (PINHEIRO, CARNEIRO, 2016).

Já em 1988, é promulgado o decreto que transforma em Área de Proteção ao Ambiental

Cultural (APAC) os bairros portuários da Saúde, Gamboa e Santo Cristo – por isso, passa a ser conhecido como SAGAS (abreviação dos nomes dos bairros). O objetivo desse projeto foi o de inventariar e classificar os imóveis e espaços dos SAGAS com interesse histórico. O Cais do Valongo, por exemplo, ainda encoberto, não foi reconhecido como tal (CARNEIRO, PINHEIRO, 2015).

O projeto urbanístico de revitalização da região portuária denominado Porto Maravilha, idealizado e gerido pela Prefeitura do Rio de Janeiro, teve início em 2009, vislumbrando a realização dos megaeventos da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. O projeto, administrado pela empresa de capital público e privado Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária (CDURP), teve inspiração em outros projetos de revitalização de regiões portuárias, como do Porto de Barcelona e de Puerto Madero, em Buenos Aires, que transformaram o porto em polos gastronômico e musical. Os principais objetivos do projeto foram: recuperar a infraestrutura urbana, de transportes e do meio ambiente; melhorar as condições habitacionais da população; criar um novo pólo turístico para o Rio de Janeiro; e atrair sedes de grandes empresas, empresas de tecnologia e inovação e modernizar e incrementar a atividade portuária de carga e passageiros. Estavam listados como equipamentos de entretenimento para compor o “novo pólo turístico” o AquaRio (aquário do Rio de Janeiro) e o Museu do Amanhã (PORTO MARAVILHA, 2010).

Com o intuito de modernização da região portuária, os Cais do Valongo e da Imperatriz não foram considerados originalmente no projeto do Porto Maravilha. Segundo Carneiro e Pinheiro (2015), pesquisadores já estimavam a localização do Cais da Imperatriz (onde estava a Praça do Jornal do Comércio) e, assim, a prefeitura aceitou a interrupção das obras de revitalização para dar lugar às escavações arqueológicas. As pesquisas tiveram início em janeiro de 2011, após aprovação por portaria do IPHAN<sup>3</sup>. O projeto do Porto Maravilha

<sup>3</sup> Nessa “redescoberta”, há um nome que é considerado peça chave para a compreensão do Cais do Valongo: a Doutora Tania Andrade Lima, arqueóloga do Museu Nacional e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ela liderou a equipe do IPHAN nas escavações arqueológicas e posterior curadoria. Influenciada por uma arqueologia combativa, em favor dos direitos humanos e das minorias, quando encontrou os Cais do Valongo e da Imperatriz sobrepostos, optou por privilegiar o primeiro, mais antigo e um dos poucos vestígios do sistema escravocrata nacional. “Ela viu na sobreposição dos dois cais a expressão das relações de dominação de brancos sobre negros que perpassa toda a formação da sociedade brasileira” (VASSALLO; CICALO, 2015, p. 248). O relato da escavação arqueológica, bem como da decisão política tomada, foi publicado pela professora em artigo científico (LIMA, 2013, p. 186), no qual defende a arqueologia

apresentava a Zona Portuária como de "grande relevância histórica" para o Rio de Janeiro, tendo sido local de nascimento de Machado de Assis (1839), palco da Revolta da Chibata (1910), local de fundação do Clube de Regatas Vasco da Gama (1898), além de surgimento da primeira favela do Brasil (1897), o Morro da Providência. Apesar de apresentar dados como esses, a título de curiosidade, a cultura aparece somente como atrativo turístico - tanto no objetivo de recuperação do patrimônio histórico, como na implantação de novos equipamentos culturais, a exemplo do Museu do Amanhã (PORTO MARAVILHA, 2010).

Junto das ruínas do Cais do Valongo, foram encontradas cerca de 460 mil peças arqueológicas, dentre elas amuletos e adornos das culturas e religiões de matriz africana, que foram catalogadas e compõem hoje a coleção arqueológica do Sítio do Cais do Valongo. De acordo com Carneiro e Pinheiro (2015), as peças foram classificadas em dois grupos: as "de uso doméstico" e as "de uso religioso". A expressividade da coleção chamou imediatamente a atenção do Poder Público, tendo o então prefeito Eduardo Paes afirmado que se tratava da "maior coleção de cultura material dos africanos". O Sítio Arqueológico do Cais do Valongo foi oficialmente inaugurado em julho de 2012, classificando-se como um "museu a céu aberto", onde são expostas as ruínas do calçamento de pedras (Ver Figura 3).

**Figura 3.** Sítio Arqueológico do Cais do Valongo.



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

#### 4.2 Cais do Valongo como Lugar de Memória

Embora toda a região do Cais do Valongo, ou da "Pequena África", seja considerada um espaço importante para a cultura e história afro-brasileira

---

como uma ação sociopolítica ao "trabalhar a favor da emancipação de segmentos marginais e excluídos".

desde o princípio do século XX, foi somente com a redescoberta do Cais do Valongo que determinadas disputas do local como "espaço de memória" tomaram fôlego.

Quando a equipe de arqueólogos encontrou peças arqueológicas religiosas, optou por convidar religiosos da matriz africana para identificá-las, por não se sentir apta para fazê-lo. A yalorixá Celina Maria Rodrigues de Almeida, mãe Celina de Xangô, foi uma das convidadas. Para ela, os objetos encontrados (otás, monjolós, seguis, dentre outros) eram africanos e, mais do que isso, toda a zona portuária é uma terra sagrada, raiz de sua história e de seus ancestrais. Além disso, descobrir "objetos mágicos religiosos" teria causado uma grande comoção entre os pesquisadores do IPHAN, segundo Carneiro e Pinheiro (2015, p. 389).

A descoberta de peças em sua maioria religiosa esteve no centro da discussão do Cais do Valongo como lugar de memória. Isso se deu, primeiramente, no momento da identificação dos objetos, pois alguns objetos não foram considerados significativos religiosamente pelas mães de santo. Carneiro e Pinheiro (2015, p. 390) ponderam, sobre isso, que "a 'cultura material' africana foi entendida por excelência como uma 'cultura religiosa' única" – privilegiando, nesse caso, a memória das mães de santo e, de certo modo, a memória religiosa da África.

Em um segundo momento, quando da discussão sobre a memorialização daquele sítio arqueológico, em que os religiosos, emocionados com o material descoberto, símbolo da cultura negra, se viam como seus portadores mais legítimos. A mãe Celina de Xangô defendeu que o reconhecimento do Cais do Valongo como memorial da cultura africana deveria ser feito em respeito e reparação com a escravidão, com o culto ancestral e com a "Mãe África" (CARNEIRO, PINHEIRO, 2015).

Desde o ano de 2012, é realizado no primeiro sábado do mês de julho a Lavagem do Cais do Valongo, em homenagem aos africanos escravizados que desembarcaram naquele local. Segundo Carneiro e Pinheiro (2015), um cortejo é realizado pelo "povo de santo", segurando palmas brancas e liderado por algumas sacerdotisas, dentre elas a mãe Celina de Xangô. Os participantes jogam as flores e água sobre as pedras do cais – "um ritual de limpeza, purificação e homenagem aos espíritos dos ancestrais que passaram como cativos pelo local" (PORTO MARAVILHA, 2018).

Essa cerimônia foi feita extraoficialmente até o ano de 2014, quando o evento foi incluído no Calendário Oficial do município do Rio de Janeiro pela Lei nº 5.820/2014. Ao passar dos anos, ele foi crescendo em proporção, acrescentando à cerimônia da Lavagem

também outras ações: desde o comércio de artesanato afro-brasileiro e comida típica até a presença de baianas de acarajé e de Escola de Samba.

Sobre a relação da memória com a cerimônia da Lavagem, Carneiro e Pinheiro (2015) defendem que "a Lavagem do Cais integra, conectando a perspectiva religiosa das 'religiões de matriz africana', uma 'cultura negra' que teria a religião como a fonte por excelência da memória africana do presente".

Compartilhando da mesma ideia, defendemos que a manutenção da memória coletiva da cultura africana faz sentido se e quando é fomentada e vivenciada pelos membros desse grupo, isto é, do Movimento Negro, cuja religião é a principal fonte de memória. Por isso, cerimônias como a Lavagem do Cais, ou o reconhecimento simbólico do Cais como local de sofrimento para os africanos escravizados, são essenciais para a existência dessa memória.

A existência da memória coletiva para Halbwachs (2004) depende do que ele denomina como quadro social – portanto, tanto o engajamento e a afetividade entre os membros do grupo, assim como sua duração, vai influenciar a construção da memória coletiva desse grupo. Também para Candau (2011) a homogeneidade e a organização do grupo influenciam essa construção.

O caso do Movimento Negro ilustra de maneira precisa essa definição: a militância, enquanto quadro social, é o principal suporte de sua memória como coletivo. As lembranças reaparecem e são reconhecidas entre os membros do grupo em condições que as permitem aparecer. A similitude das ideias e a comunhão de crenças são exemplos de condições que colocam a militância mais próxima de suas memórias – essa de grau de complexidade inferior em relação a grupos fragmentados.

Pelo que nos parece, o Movimento Negro, em relação ao Cais do Valongo, vem reconstruindo sua história, essa que fora silenciada por mais de um século para fins de "modernização urbana", ao mesmo tempo que "fortalece" sua memória. Nesse ponto, a existência de um espaço físico, com forma e conteúdo, como é o Cais do Valongo, é crucial para a manutenção da memória forte do grupo (CANDAU, 2011) que o tem como um bem importante e, nesse caso, sagrado. A fala do bailarino Rubens Barnot vai ao encontro desse pensamento:

Porque para a gente o que nos falta é memória. O negro brasileiro tem muito pouca memória. A gente procura livros para saber dos nossos ancestrais e a gente não encontra. Então, eu espero que a partir daqui esta história seja escrita a respeito da nossa existência hoje não só no Rio de Janeiro como no Brasil inteiro (PINHEIRO, CARNEIRO, 2016, p. 81).

A qualidade lugar de memória, cunhada por Nora (1993), aplica-se ao Cais do Valongo à medida em que concentra o encontro dos aspectos material, simbólico e funcional. É um local que marca a intolerância branca e a exploração dos escravos e, portanto, criada para ser intencionalmente apagada da história do país. É um local singular em suas múltiplas significações; é um lugar que pulsa a memória africana no continente americano. Por esse entendimento, corrigiríamos humildemente a fala de Rubens: não lhes falta memória. Essa existe, ainda que a mais dolorosa possível entre aqueles que dela compartilham. A história, essa sim, que fora intencionalmente apagada, simbolicamente aterrada, está a ser resgatada com os achados arqueológicos do Valongo.

Teriam os afrodescendentes carregado a memória do sofrimento de seus antepassados escravizados? Seguindo a classificação de Candau (2011), não faria sentido falarmos nesse caso em protomemória (memória-hábito), nem em memória (memória-recordação). Os descendentes africanos carregariam, portanto, o que o autor denomina de metamemória, também conhecida como memória reivindicada. A metamemória afro-brasileira é combustível da identidade dos descendentes africanos no Brasil. O sofrimento de outrora também é sentido no momento presente, à medida em que a escravidão se transveste em desigualdade e injustiça raciais, infelizmente, bastante atuais.

Após intensa mobilização do poder público, nomeadamente da prefeitura municipal e do IPHAN, junto do Movimento Negro do município, foi entregue à UNESCO, em janeiro de 2016, o dossiê da candidatura do Cais do Valongo a patrimônio mundial. O dossiê, com 443 páginas, apresenta a proposta de inscrição com a devida justificativa para essa inclusão – estão presentes na justificativa as declarações de integridade, de autenticidade e de valor universal excepcional, além das políticas de proteção e gestão (IPHAN, 2016).

O Comitê do Patrimônio Mundial, formado por vinte e um países, reunido na 41ª sessão, decidiu que o valor excepcional universal do bem atende ao sexto critério dos dez estabelecidos pela Convenção do Patrimônio Mundial. Trata-se do: "VI. Estar associados diretamente ou materialmente a acontecimentos ou tradições vivas, a ideias ou crenças, ou a obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional" (UNESCO, 2016, p. 40). O apelo histórico e arqueológico do Cais do Valongo, configurando-se como o mais importante vestígio do tráfico negreiro na América, o fez ser reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, título recebido em 12 de julho de 2017, na Cracóvia (Polônia) (UNESCO, 2017).



O sítio arqueológico do Cais do Valongo é o primeiro patrimônio relacionado à escravidão reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Além disso, o Brasil foi o primeiro país a inscrever um sítio relacionado a esse assunto. O pioneirismo brasileiro, ainda que tardio, faz parte de uma política mais ampla de reparação e promoção da igualdade racial das últimas décadas – estão entre as

ações as cotas universitárias para estudantes autodeclarados negros, a inclusão do ensino de história da África e das culturas africana e afro-brasileira no currículo da educação básica e a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial. Outras normativas, relacionadas mais diretamente à preservação do Cais do Valongo, são apresentadas na Planilha 1, a seguir.

**Planilha 1.** Instrumentos legais relacionados à preservação do Cais do Valongo.

<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Abrangência</b>
26 de julho de 1961	Lei nº 3.924/1961, conhecida como "Lei da Arqueologia", que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos	Nacional
04 de maio de 1987	Lei nº 971/1987, que transforma em Área de Proteção ao Ambiental Cultural (APAC) os bairros portuários da Saúde, Gamboa e Santo Cristo (SAGAS) (Zona de Amortecimento)	Municipal
14 de janeiro de 1988	Decreto nº 7.351/1988, que regulamenta a Lei nº 971/1987	Municipal
09 de janeiro de 2003	Lei nº 10.639/2003, que incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"	Nacional
07 de maio de 2003	Decreto nº 22.872, que cria a obrigatoriedade da Pesquisa Arqueológica nas Obras de Intervenção Urbana	Municipal
12 de junho de 2003	Decreto nº 23.008, que cria Grupo de Trabalho para elaboração de Projeto Básico Histórico e Arqueológico tendo em vista a recuperação do Cais do Valongo – Saúde	Municipal
05 de abril de 2004	Decreto nº 24.088, que cria o Portal dos Pretos Novos – Gamboa	Municipal
23 de novembro de 2009	Lei Complementar nº 101/2009, que modifica o Plano Diretor e autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio	Municipal
23 de novembro de 2009	Lei Complementar nº 102/2009, que cria a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto de Janeiro (CDURP)	Municipal
20 de julho de 2010	Lei nº 12.288, que institui o Estatuto da Igualdade Racial	Nacional
29 de novembro de 2011	Decreto nº 34.803/2011, que cria o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana e o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do circuito	Municipal
25 de abril de 2012	Registro do Cais do Valongo/Cais da Imperatriz no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/IPHAN) sob nº RJ01153	Nacional
13 de março de 2013	Portaria MINC/IPHAN nº 135/2013, que dispõe sobre a delimitação e diretrizes sobre a área onde se localiza o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo (Zona de Amortecimento)	Nacional
20 de novembro de 2013	Reconhecimento do Cais do Valongo pela UNESCO como parte do projeto "A Rota do Escravo: Resistência, Liberdade e Herança" e fixação de placa no Cais expressando o reconhecimento	Mundial
15 de dezembro de 2014	Lei nº 5.820/2014, que inclui o Dia da Lavagem Simbólica do Cais do Valongo no Calendário Oficial da Cidade consolidado pela Lei nº 5.146/2010	Municipal
12 de julho de 2017	Reconhecimento do Cais do Valongo como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO sob nº 1548	Mundial
11 de outubro de 2017	Lei nº 7.741/2017, que considera o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo como Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Rio de Janeiro para fins de Preservação da Memória da Diáspora Africana	Estadual
15 de janeiro de 2018	Lei nº 7.851/2018, que institui diretrizes para criação do Museu Afro Brasileiro na cidade do Rio de Janeiro	Estadual

**Fonte:** Organizado pelas autoras (2018), a partir de pesquisas diversas.

### 4.3 Cais do Valongo como Lugar de Turismo

A reivindicação imediata do Movimento Negro após a descoberta do Cais foi a de transformá-lo em um Memorial, ao passo que a prefeitura teria

preferência pela criação de um "Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana na Zona Portuária" – que de fato se concretizaria com o Decreto de nº 34.803/2011 –, vinculado à operação do Porto Maravilha. Junto da criação do Circuito,

buscando dar visibilidade à memória africana do presente, a proposta previa sinalização oficial nos pontos do circuito, visitas guiadas, publicações e atividades de divulgação. Finalmente, o espaço foi transformado em um monumento, aberto à visitação, não exatamente um Memorial como desejado pelos adeptos do Movimento.

Segundo informações do sítio virtual do Porto Maravilha (2018), as visitas guiadas pelo circuito foram

promovidas pelo Instituto dos Pretos Novos (IPN), às terças-feiras de manhã e à tarde, durante os anos de 2016 e 2017 (no momento desta pesquisa, não havia informações sobre o ano de 2018). A visita tinha duração de 1:30 e recebia até 80 pessoas por visita. Estavam entre os locais visitados: Cais do Valongo e Cais da Imperatriz, Pedra do Sal, Jardim Suspenso do Valongo, Largo do Depósito, Cemitério dos Pretos Novos e Centro Cultural José Bonifácio (cf. Figura 4).

Figura 4. Mapa do Circuito da Herança Africana.



Fonte: Sítio virtual do Porto Maravilha, 2018.

Há de se ponderar, todavia, que o projeto da prefeitura, no entendimento de Carneiro e Pinheiro (2015), exclui a cultura africana como religião do Circuito da Herança Africana e, além disso, "a política de patrimônio está menos voltada para a ideia de identidade étnico-racial e mais implicada com ações voltadas para a obtenção de recursos a partir da formação e uso do patrimônio", tornando-se apenas um produto "folclórico" a ser consumido pelo turismo (PINHEIRO, CARNEIRO, 2016, p. 74). Para os autores, urge discutir o "uso social" de um patrimônio, em especial nesse caso, em que o Circuito promovido pela prefeitura poderia contribuir efetivamente para o combate contra o racismo e para as lutas por legitimação da cultura negra.

Além disso, também entendemos que o Circuito, estrategicamente "incrustado" na parte moderna da região portuária, distante a poucos metros do Museu do Amanhã, Museu de Arte do Rio e Praça Mauá, acabou perdendo notoriedade diante dessa nova monumentalidade. Ao privilegiar o "moderno", em detrimento do "antigo", o faraônico projeto do Porto

Maravilha parece encobrir simbolicamente o passado escravista brasileiro. Canclini (1997) observa que as megacidades, como o Rio de Janeiro, são marcadas pelas grandes obras públicas, pelos grandes conjuntos urbanos, além da coexistência de múltiplas culturas e etnias. Mas há uma característica da multiculturalidade contemporânea que aparece com destaque no Rio de Janeiro, e em especial na zona portuária: trata-se do que Canclini (1997) denomina como "cidade histórico-territorial", quando subsistem construções de diferentes tempos históricos num mesmo território. A coexistência de diferentes tempos e modelos de cidade nas megacidades revela uma tensão complexa a ser dissolvida, que é agravada quando o patrimônio representa disputas entre os grupos e as classes sociais que compõem a cidade. O turismo surge como mais um dos lados dessa disputa.

Extra-oficialmente, o serviço de turismo "Revelando o Brasil – Free Walking Tour" oferece um roteiro turístico denominado "Raízes Africanas", bastante semelhante ao promovido pelo Porto

Maravilha. Esse ocorre mensalmente, no terceiro sábado do mês, e é solicitado uma contribuição voluntária, que é voltada para o financiamento do projeto, bem como destinada ao Instituto Pretos Novos. O roteiro circula pela região conhecida como Pequena África - os locais visitados são: Largo de Santa Rita, Igreja São Francisco da Prainha, Pedro de Sal, Cais do Valongo, Jardim suspenso do Valongo e Instituto Pretos Novos (REVELANDO O BRASIL, 2018).

O roteiro promovido pela agência "Revelando o Brasil", que já era previsto no dossiê para candidatura do Cais do Valongo a patrimônio mundial, ocorre em parceria com o aplicativo "Museu do Ontem", lançado pela Agência Pública (Agência de Jornalismo Investigativo) em junho de 2017. Com uma clara analogia ao grandioso Museu do Amanhã, destinado a um acervo de ciência e tecnologia, o Museu do Ontem propõe expor "a história obscura do porto do Rio de Janeiro". O aplicativo gratuito para smartphone é baseado em um jogo com realidade aumentada, em que as histórias sobre lugares da Zona Portuária, geolocalizados virtualmente, são desbloqueadas a medida que o usuário se aproxima geograficamente (AGÊNCIA PÚBLICA, 2017).

As iniciativas de turistificar o Cais do Valongo, portanto, estão organizadas atualmente em função do desenvolvimento de circuitos ou roteiros turísticos, feitos a pé, individualmente (Museu do Ontem) ou em grupo (Circuito da Herança Africana na Zona Portuária, promovido pelo projeto Porto Maravilha, e o Roteiro Raízes Africanas, promovido pela agência Revelando o Brasil).

O Cais do Valongo, dessa maneira, aparece conjugado a outros lugares relacionados à história africana no Brasil, e não em posição de destaque. Bahl (2005, p. 42) define roteiro turístico como uma "descrição pormenorizada de uma viagem ou do seu itinerário", sendo ele o responsável pelo direcionamento da circulação de turistas em determinada localidade através da criação de trajetos dentro ou entre municípios. As possibilidades são diversas, variando conforme escala geográfica, dimensão temática e perfil da demanda. No caso do Cais do Valongo, teríamos a dimensão temática (cultural) como a protagonista dos roteiros apresentados.

O Ministério do Turismo (BRASIL, 2010, p. 15) define turismo cultural como sendo "as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura". Dentro desse segmento, o Ministério do Turismo define alguns subtipos que são considerados aqueles com maior potencial no país – turismo cívico, turismo

religioso, turismo místico e esotérico, turismo étnico, turismo cinematográfico, turismo arqueológico, turismo gastronômico, enoturismo e turismo ferroviário.

Temos uma importante indefinição acerca da aplicabilidade desses segmentos a casos concretos: afinal, em qual dessas tipologias o turismo no Cais do Valongo se encaixaria? Turismo étnico ou turismo arqueológico? Ou, quem sabe, turismo religioso? Esse parece ser um dos problemas da super-segmentação do turismo, alimentada por um desejo de mercado: não se sabe, a priori, o que protagoniza o desejo do viajante pelo conhecimento de lugares que conjugam diversos interesses. O Cais do Valongo é um exemplo onde, tranquilamente, a "atratividade" étnica, arqueológica e religiosa se conjugam de maneira quase indissociável.

Numa análise *stricto sensu* das definições do Ministério do Turismo, tenderíamos a afirmar, diferentemente, que a tipologia de "turismo arqueológico" é a que mais se enquadra ao caso analisado. Turismo arqueológico é aquele "no qual ocorre o deslocamento voluntário e temporário de indivíduos, motivados pelo interesse ou desejo de conhecimento de aspectos pertinentes a culturas passadas, a locais onde se encontram vestígios materiais representativos de processo evolutivo do homem no planeta, deixados por sociedades pretéritas" (BRASIL, 2010, p. 23).

Isso porque o "turismo étnico", pela definição oficial, pressupõe "o contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos" (BRASIL, 2010, p. 20) – dentre eles as comunidades indígenas e quilombolas. Nesse sentido, exceto nos casos em que a visita ao Cais do Valongo pressuponha a vivência com o quilombo da Zona de Amortecimento do Cais do Valongo, a Comunidade Quilombola Pedra do Sal<sup>4</sup>, ou, ainda, que a visita ao Cais ocorra em dias específicos de cerimônias da cultura africana, como em dia de Lavagem do Cais, o turismo no Cais do Valongo parece se "limitar" à contemplação dos achados arqueológicos (com ou sem guiamento local).

Scatamacchia (2005, p. 12), em sua obra "Turismo e Arqueologia", não qualifica o segmento como "turismo arqueológico", ao contrário, afirma que é "o turismo cultural estabelecido com base no patrimônio arqueológico". Já Guimarães e Dos Anjos (2015, p. 209) apontam o turismo arqueológico, ou "arqueoturismo" como um segmento turístico, cujo objetivo é "aproveitar, de maneira responsável, o patrimônio arqueológico como atrativo turístico, utilizando-se do potencial turístico de regiões com

<sup>4</sup> O Quilombo Pedra do Sal, localizado no território conhecido como "Pequena África", recebeu a certidão de autorreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares em 2005. Para mais informações, ver Corrêa (2016).

sítios arqueológicos de comprovada importância histórica", assim como Widmer (2009, p. 67), que afirma que ser "um segmento que se constituiu a partir da associação entre a Arqueologia e o Turismo". A definição do autor (WIDMER, 2009) é aquela utilizada pelo Ministério do Turismo no documento sobre segmentação do turismo.

Para Scatamacchia (2005), o turismo, quando bem estruturado, é uma forma de gerar recursos para a comunidade que vive no entorno do sítio arqueológico, além de ser uma maneira sustentável de conservação do bem e de segurança para os visitantes. Também relembra a importância do patrimônio arqueológico como uma "ponte entre a tradição e a modernidade" (SCATAMACCHIA, 2005, p. 80), pois esse patrimônio é testemunha da vida passada de um povo, tornando-se referência para a reconstrução da história de povos e etnias.

O Cais do Valongo, nesse sentido, destaca-se como um sítio arqueológico recente, de aproximadamente 300 anos, e por isso o diálogo entre passado e presente torna-se mais tangível aos olhos do observador. A atratividade do Cais está relacionada justamente a essa proximidade com a atualidade, pois é possível reconhecer traços culturais ainda em uso, ou compreender determinadas configurações do presente em razão de tradições do passado.

Guimarães e Dos Anjos (2015) lembram a importância da Educação Patrimonial como ferramenta para a preservação e divulgação do patrimônio arqueológico, voltada tanto para a população, como para visitantes – em sua maioria, leigos sobre a arqueologia (técnicas de escavação, por exemplo) e sobre o a história do patrimônio em si. Já Scatamacchia (2005) sugere a inserção dos sítios nos roteiros culturais através dos museus, como uma iniciação e convite à visitação.

A sugestão vai ao encontro do planejamento do poder público, que vislumbra a construção de um museu sobre a cultura africana nos próximos anos. A construção de um museu em homenagem à cultura africana e afro-brasileira, contudo, vem sendo o centro de disputas entre poder público estadual e municipal. A intenção da prefeitura é a de implantar o "Museu da Escravidão e da Liberdade" no prédio das Docas Pedro II, tombado pelo IPHAN em 2016, configurando-se como um centro de referência da memória do Valongo – local onde serão expostas as peças arqueológicas encontradas na escavação do Cais (JORNAL DO BRASIL, 2017).

Já o governo estadual prevê a construção do "Museu Afro brasileiro", no espaço do antigo prédio do Museu da Imagem e do Som ou no Centro Cultural José Bonifácio, tendo sancionada a lei que institui diretrizes para criação desse museu no dia 15 de

janeiro de 2018 (O GLOBO, 2018). Destaca-se que o dossiê de candidatura do Cais do Valongo à Patrimônio da Humanidade já previa a implantação de um "Memorial da Cultura de Matriz Africana" no prédio próximo ao Cais (IPHAN, 2016).

Há, enquanto isso, a resistência do Instituto dos Pretos Novos (IPN), criado em 2005 para divulgar os achados arqueológicos do Cemitério dos Pretos Novos, próximo ao Cais do Valongo. "Pretos novos" era o nome dado aos africanos recém-chegados ao Brasil que, não resistindo à viagem, faleciam no desembarque e eram encaminhados para o Cemitério (considerado o maior cemitério de escravos das Américas) (TAVARES, 2012). O IPN, de direito privado, funciona com doações e repasses da Prefeitura.

## 5 PARA CONCLUIR: O CAIS DO VALONGO COMO LUGAR DE MEMÓRIA E DE TURISMO

O objetivo deste artigo foi o de analisar de forma descritiva como o Cais do Valongo, e mais especificamente a memória dos afrodescendentes sobre esse espaço que evidencia o período escravocrata no país, vem sendo apropriado turisticamente pelas políticas oficiais da Prefeitura e iniciativas de movimentos negros do Rio de Janeiro. Verificou-se, a partir das análises realizadas, que as tímidas iniciativas de "turistificar" a memória dos afrodescendentes ainda não dão conta de contemplar as complexas e múltiplas formas de memória que podem existir em torno do Cais do Valongo.

Não há dúvidas que ao falarmos de memória, e mais especialmente em lugares de memória, estamos falando de uma memória viva, que só existe em função de um grupo social que a alimenta. Turistificar a memória é, portanto, um fenômeno possível, mas ainda a ser desenvolvido no Cais do Valongo. Qualquer que seja a nomenclatura dada à atividade de turismo existente no Cais do Valongo hoje (se roteiro cultural ou turismo arqueológico), não é o suficiente para viabilizá-lo como lugar de memória, tal qual explicou Nora (1993). É preciso mais do que isso.

Concorda-se com Pinheiro e Carneiro (2016), quando afirmam que o conflito de memórias presente no Cais do Valongo está relacionado com "a visibilidade de narrativa nem sempre comprometida ou representativa dos grupos e ações que circulam e uma sociedade". Se entendermos o turismo como ferramenta de visibilidade da memória africana no Brasil, é preciso questionar, antes de tudo, quem constrói a narrativa dessa memória, bem como a quem construir uma narrativa interessa – os autores criticam, por exemplo, o uso inconsequente do "passado" nas retóricas políticas.



"Estas [as memórias] podem ser compostas pelo traço conflitivo, haja vista a denúncia e a reivindicação que as caracterizam e colocam em tensão a concepção da prefeitura em relacionar patrimônio e memória como meros elementos de incremento da política de revitalização da cidade" (PINHEIRO; CARNEIRO, 2016, p. 83/84).

As disputas para a construção dessa narrativa têm início, segundo Vassallo e Cicalo (2015, p. 256), logo quando a Secretaria de Cultura do município do Rio de Janeiro propõe um projeto arquitetônico para exposição pública do sítio arqueológico. Houve protestos por parte do Movimento Negro, que alegava não haver envolvimento no projeto dos "herdeiros e legítimos representantes dessa herança".

As pressões da militância ocorreram desde então no sentido da conquista da representatividade afro-brasileira em projetos, eventos e decisões como essa. Alguns eventos organizados pela prefeitura foram também criticados por terem a presença dos negros minimizada, foi o caso da cerimônia de inauguração do complexo arquitetônico do Cais do Valongo em julho de 2012; bem como a escolha dos pontos que integram o Circuito da Herança Africana não contou com a participação popular.

Vassallo e Cicalo (2015) entendem que o poder público, especialmente a prefeitura, tende a construir uma narrativa de uma memória homogeneizante, a partir de um discurso agregador, preterindo a questão étnico-racial. Não desconsidera a questão racial, mas não a coloca como central para a singularidade do Cais do Valongo.

"Se os militantes negros afirmam esses locais como patrimônios dos afrodescendentes, intimamente relacionados à sua própria ancestralidade e à discriminação racial, a prefeitura os equaciona a uma totalidade mais abrangente, a do povo brasileiro". (VASSALLO; CICALO, 2015, p. 257).

Trata-se, portanto, de uma disputa de memórias na qual a prefeitura busca uma homogeneização das memórias. Na retórica política prevalece a historiografia do sítio arqueológico, enquanto passado de todos os brasileiros; já a memória relacionada ao que o Cais representa para a população negra, motivo de união da militância, não se encaixou nos discursos da prefeitura.

Propõe-se, nesse sentido, que o turismo no Cais do Valongo seja, na contramão de uma disputa de retóricas sobre a memória do lugar, o fenômeno conciliador entre diferentes atores, cujo protagonista deve ser o grupo que reivindica sua memória ou, mais

especificamente, sua metamemória (CANDAU, 2011).

Entendê-lo dessa maneira é perceber que a visibilidade de memórias dolorosas, como a da escravidão, somente pode existir objetivando reparação e igualdade racial. Assim como a arqueologia demonstrou ser combativa, através do projeto de escavação e curadoria liderado por Tania Andrade Lima, também o turismo deve mostrar sua função mais nobre: dar visibilidade ao Cais do Valongo valorizando-o como lugar de memória e símbolo da causa racial.

A visibilidade da memória afro-brasileira através do turismo passa necessariamente pela compreensão de que o período da escravidão, de sofrimento inenarrável, não deve se repetir jamais e, justamente por isso, não pode ser esquecido também entre os que visitam. A ação de sensibilização por meio do turismo deve, por isso, ir para além dos objetivos pragmáticos de preservação do sítio arqueológico do Cais do Valongo (não menos importante), mas alcançar um debate sociopolítico mais profícuo e engajado com as questões sociais.

Tem-se como limitação da pesquisa o não aprofundamento empírico das formas de roteiros turísticos apresentadas que tangenciam a memória em torno do Cais do Valongo. Também nessa linha, destaca-se que a mais importante implicação prática deste trabalho é justamente o encaminhamento de projetos de turismo cultural relacionado ao Cais do Valongo, a partir da discussão aqui apresentada.

Esta pesquisa avança no sentido de ter sido pioneira na área do turismo a discutir o sítio arqueológico como lugar de memória e de turismo e, assim, abre os caminhos para futuras pesquisas que interliguem arqueologia, memória e turismo, como se pretendeu neste artigo.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA PÚBLICA. *O Porto Maravilha é nosso*. Rio de Janeiro, 29/06/2017. Disponível em: <<http://apublica.org/2017/06/o-porto-maravilha-e-nosso/>>. Acesso em: 30 jan. 2018.
- BAHL, Miguel. *Viagens e roteiros turísticos*. Curitiba: Protexto, 2004.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo Cultural: orientações básicas*. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- CANCLINI, Néstor G. *Imaginários Urbanos*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1997.
- CANDAU, Joël. *Antropologia da Memória*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005. (Coleção Epistemologia e Sociedade).

- \_\_\_\_\_. *Memória e identidade*. São Paulo: Ed Contexto, 2011.
- CARNEIRO, Sandra de S.; PINHEIRO, Márcia L. Cais do Valongo: Patrimonialização de Locais, Objetos e Herança Africana, *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 384-401, 2015.
- CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra J. (Org.) *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- CORRÊA, Maira L. *Quilombo Pedra do Sal*. Projeto Formulação de uma Linguagem Pública sobre Comunidades Quilombolas. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. (Coleção Terras de Quilombos).
- DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- GIL, Antonio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUIMARÃES, Geovan M.; DOS ANJOS, Francisco A. O turismo arqueológico como segmento turístico. In: PANOSSO NETTO, Alexandre; ANSARAH, Marília G. dos R. (ed.). *Produtos turísticos e novos segmentos de mercado: planejamento, criação e comercialização*. Barueri, SP: Manole, 2015.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- IPHAN. *Dossiê da Candidatura do Sítio Arqueológico Cais do Valongo a Patrimônio Mundial*. Brasília: IPHAN, 2016. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossiê\\_Cais\\_do\\_Valongo\\_versão\\_Portugues.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossiê_Cais_do_Valongo_versão_Portugues.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2018.
- JORNAL DO BRASIL. *Após título da Unesco, ativistas defendem museu da escravidão no Cais do Valongo*. Rio de Janeiro, 11/07/2017. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2017/07/11/apos-titulo-da-unesco-ativistas-defendem-museu-da-escravidao-no-cais-do-valongo/>>. Acesso em: 27 jan. 2018.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Tradução: Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LIMA, Tania A. Arqueologia como Ação Sociopolítica: O caso do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, Século XIX, *VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 7, n. 1, p. 177-207, 2013.
- MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: A problemática dos lugares*. Tradução: Yara Aun Khoury. Prof. História, São Paulo, v. 10, 1993.
- O GLOBO. Criação de um museu dedicado à escravidão está na berlinda. Rio de Janeiro, 21/01/2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/criacao-de-um-museu-dedicado-escravidao-esta-na-berlinda-22311419>>. Acesso em: 29 jan. 2018.
- PINHEIRO, Márcia L.; CARNEIRO, Sandra de S. Revitalização Urbana, Patrimônio e Memórias no Rio de Janeiro: Usos e apropriações do Cais do Valongo, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 67-86, 2016.
- PORTO MARAVILHA. *Projeto Porto Maravilha 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ademi.org.br/IMG/pdf/doc-876.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2018.
- REVELANDO O BRASIL. *Raízes Africanas: Nesse passeio iremos conhecer um pedaço da pequena África no Rio de Janeiro*. Disponível em: <<https://www.revelandoobrasil.com.br/raizes-africanas>>. Acesso em: 30 jan. 2018.
- SCATAMACCHIA, Maria C. M. *Turismo e arqueologia*. São Paulo: Aleph, 2005. (Coleção ABC do turismo)
- TAVARES, Reinaldo B. *Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial*. 2012. 207 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/conteudo/estudos/ea2.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2018.
- UNESCO. *Gestão do Patrimônio Mundial Cultural*. Brasília: UNESCO Brasil, IPHAN, 2016. 163 p. (Manual de referência do patrimônio mundial). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002442/244283por.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.
- UNESCO. Word Heritage Committee. *Decisions adopted during the 41<sup>st</sup> session of the World Heritage Committee* (Krakow, 2017). Convention Concerning the Protection of The World Cultural and Natural Heritage. Krakow, Poland. 2 – 12 July 2017. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/2017/whc17-41com-18-en.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2018.
- VASSALLO, Simone; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: O Cais do Valongo e a Institucionalização da Memória do Tráfico Negreiro na Região Portuária do Rio de Janeiro, *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 239-271, 2015.
- WIDMER, Gloria M. Turismo arqueológico. In: PANOSSO NETTO, Alexandre; ANSARAH, Marília G. dos R. (ed.). *Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas*. Barueri, SP: Manole, 2009.

---

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido em 03 de Fevereiro de 2018; aceito em 15 de Junho de 2018; publicado online em 09 de Julho de 2018.

Received on February 03, 2018; accepted on June 15, 2018, published online on July 09, 2018.

Artigo original / Original article. Seção revisada por pares / Double blind review section.

## DAS PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES AO TURISMO ORGANIZADO: A TRAJETÓRIA DAS VISITAÇÕES NAS FAVELAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Caroline Martins de Melo Bottino\*

### Resumo

Segundo Valladares (2005), as intervenções urbanas da gestão do Prefeito Pereira Passos, foram um dos fatores mais importantes no que podemos considerar como “a invenção das favelas”. A atividade turística nesses espaços, como aponta Freire-Medeiros (2009), tomou-se mais frequente após o evento da ECO-92. O presente artigo toma estas questões por base e se propõe a elucidar a trajetória das visitas às favelas da cidade do Rio de Janeiro desde o início do século XX. Este estudo tem por objetivo construir uma cronologia das visitas às favelas, desde o seu surgimento até os dias de hoje. A metodologia de pesquisa faz uso de periódicos, jornais e revistas, selecionando alguns marcos com o intuito de registrar o caminho que resultou na consolidação das favelas como local a ser visitado na cidade do Rio de Janeiro. Os primeiros relatos a respeito da vida no morro vieram dos engenheiros, higienistas e cronistas. Tão logo sua fama foi se espalhando, mais visitantes ilustres apareceram, desde poetas, artistas, políticos até líderes religiosos e monarcas, um processo muito semelhante ao Slumming inglês. As expedições às favelas foram sendo registradas ao longo dos anos, nos permitindo acompanhar sua evolução histórica até a sua inserção no turismo, transformando-se em atrativo e fazendo parte dos guias turísticos da cidade. O fato é, que apesar do que têm se acreditado, até o momento, de que o turismo foi responsável por incentivar as visitas às favelas cariocas, o que vemos no presente artigo é que este espaço já despertava curiosidade, interesse e atraía visitantes desde o século passado.

**Palavras-chave:** Turismo, Favela, Rio de Janeiro.

### THE FIRST EXPEDITIONS TO ORGANIZED TOURISM: THE TRAJECTORY OF VISITS IN THE FAVELAS IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO

### Abstract

According to Valladares (2005), the urban interventions of the administration of Mayor Pereira Passos were one of the most important factors in what we can consider as “the invention of the favelas”. The tourism activity in these spaces, as pointed out by Freire-Medeiros (2009), became more frequent after the ECO-92 event. This article takes these questions by base and proposes to elucidate the trajectory of the visits to the favelas of the city of Rio de Janeiro since the beginning of the 20th century. This study aims to construct a chronology of the favelas' visits, from its inception to the present day. The research methodology makes use of periodicals, newspapers and magazines, selecting some milestones with the intention of registering the path that resulted in the consolidation of favelas as a place to be visited in the city of Rio de Janeiro. The earliest reports of life on the hill came from engineers, hygienists, and chroniclers. As soon as his fame spread, more illustrious visitors appeared, from poets, artists, politicians to religious leaders and monarchs, a process very similar to English Slumming. Expeditions to the favelas were recorded over the years, allowing us to follow its historical evolution until its insertion in tourism, becoming attractive and being part of the city's tourist guides. The fact is that, despite what has been believed so far, that tourism was responsible for encouraging visits to the favelas in Rio de Janeiro, what we see in this article is that this space already aroused curiosity, interest and attracted visitors from the last century.

**Keywords:** Tourism, Slums, Rio de Janeiro.

### DE LAS PRIMERAS EXPEDICIONES AL TURISMO ORGANIZADO: LA TRAJETORÍA DE LAS VISITACIONES EN LAS FAVELAS DE LA CIUDAD DEL RIO DE JANEIRO

### Resumen

Según Valladares (2005), las intervenciones urbanas de la gestión del Alcalde Pereira Passos, fueron uno de los factores más importantes en lo que podemos considerar como “la invención de las favelas”. La actividad turística en esos espacios, como apunta Freire-Medeiros (2009), se hizo más frecuente tras el evento de la ECO-92. El presente artículo toma estas cuestiones por base y se propone dilucidar la trayectoria de las visitas a las favelas de la ciudad de Río de Janeiro desde principios del siglo XX. Este estudio tiene por objetivo construir una cronología de las visitas a las favelas, desde su surgimiento hasta los días de hoy. La metodología de investigación hace uso de periódicos, periódicos y revistas, seleccionando algunos marcos con el propósito de registrar el camino que resultó en la consolidación de las favelas como local a ser visitado en la ciudad de Río de Janeiro. Los primeros relatos acerca de la vida en el cerro vinieron de los ingenieros, higienistas y cronistas. Tan pronto su fama se extendió, más visitantes ilustres aparecieron, desde poetas, artistas, políticos hasta líderes religiosos y monarcas, un proceso muy similar al Slumming inglés. Las expediciones a las favelas se registraron a lo largo de los años, permitiendo acompañar su evolución histórica hasta su inserción en el turismo, transformándose en atractivo y formando parte de los guías turísticos de la ciudad. El hecho es que, a pesar de lo que se ha creído, hasta el momento, de que el turismo fue responsable de incentivar las visitas a las favelas cariocas, lo que vemos en el presente artículo es que este espacio ya despertaba curiosidad, interés y atraía visitantes desde el pasado siglo pasado.

**Palabras Clave:** Turismo, Favela, Rio de Janeiro.



Licenciada por Creative Commons  
Atribuição Não Comercial / Sem  
Derivações/ 4.0 / Internacional

\* Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais/FGV-CPDOC, Especialista em Gestão de Empreendimentos turísticos/ UFF, Bacharel em Turismo/ UVA. Cursando especialização em Sociologia Urbana/ UERJ. Professora Tutora à distância do curso de Licenciatura em Turismo oferecidos pela UNIRIO e pela UFRRJ através do consórcio CEDERJ. Professora visitantes na especialização em Turismo Cultural oferecida pelo Instituto dos Pretos Novos em parceria com a FEUDUC. Atua nas áreas de turismo, antropologia e sociologia urbana, com ênfase, nas seguintes linhas de pesquisa e campos temáticos: história do turismo em favela, antropologia do turismo, sociabilidade em condomínios residenciais, favelas e margens urbanas.

## 1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma das atividades econômicas que mais movimentam os diversos setores da cadeia produtiva carioca. Mais do que um fenômeno mercadológico o turismo implica o estreitamento das relações entre diferentes indivíduos ao redor do mundo, fazendo com que as pessoas tenham acesso a culturas, gastronomia, hábitos e línguas diferentes da sua origem. Posto isto, devemos compreender o turismo como uma atividade complexa, que vai além do quesito financeiro, lidando com os indivíduos e suas convicções, crenças e costumes. Por esse motivo, o turismo em favelas é, sem dúvida, um assunto muito delicado, que vem sendo pesquisado por diversos estudiosos de áreas distintas, em especial nas ciências sociais. Muitos são os trabalhos que tratam da experiência dos visitantes, outros dos impactos dessa atividade na rotina da localidade, alguns estudam as relações entre turistas e moradores, mas, ainda assim, os olhares quase sempre se voltam para os indivíduos que participam desse processo e não para o fluxo.

O presente artigo busca elucidar a trajetória das visitas às favelas da cidade do Rio de Janeiro até a consolidação da atividade turística que transformou esses espaços em produto. Até então, acreditava-se que foram os empresários considerados pioneiros nessa atividade que “inventaram” a favela como local a ser visitado, contudo, o que vemos no presente estudo é que desde o seu surgimento esse espaço desperta curiosidade e atrai visitantes do mundo todo. Mesmo que ainda no final do século XIX, quando começaram as primeiras expedições, não fosse cobrado nada pelos que mediavam essas visitas, ainda assim, devemos considerar esse processo como precursor do turismo o que deslegitima o discurso de que tudo começou com a ECO-92. Esse marco temporal é apenas para a atividade turística de forma organizada, para a exploração do espaço como atrativo turístico, ou seja, como produto a ser comercializado, pois visitar a favela como aqui vemos, tem seu início junto com o surgimento dessas áreas, o que nos leva a estabelecer uma conexão com o fenômeno inglês denominado *Slumming* muito comum na década de 1880, ainda no século XIX.

Isto posto, este estudo analisa os diversos registros de visitas às favelas através de periódicos e revistas, apresentando imagens e relatos que nos ajudam a compreender essa trajetória. Iniciando com os cronistas, os higienistas e jornalistas, passando para artistas, monarcas, religiosos e políticos, os primeiros visitantes eram em sua maioria figuras públicas, ao menos os registros encontrados apenas davam conta de indivíduos com

um certo grau de notoriedade. Muito embora essas visitas tenham sido duramente criticadas desde o seu início e continuam sendo até os dias de hoje, vemos que o governo foi um dos principais incentivadores desse processo, onde, muitas das vezes incluiu no roteiro de visitantes ilustres uma incursão à favela. O mesmo governo que queria extirpar esse tipo de habitação, em um dado momento incentivou e estimulou o seu avanço e consolidação. Assim sendo, o presente artigo se propõe a compreender esse percurso que resultou no turismo organizado e em uma favela produto.

## 2 REVISÃO TEÓRICA

Muitos são os fatores considerados responsáveis pelo avanço das favelas na cidade do Rio de Janeiro. Segundo VALLADARES (2005), o declínio das lavouras e o processo de urbanização culminaram em uma crise habitacional, forçando os indivíduos à ocuparem os morros que cercavam o centro da cidade para que pudessem continuar a viver próximo às principais ofertas de trabalho. Desde o seu surgimento, as favelas cariocas figuram as manchetes dos jornais, despertam curiosidade ao mesmo tempo que preocupam as autoridades e a população como um todo. Nas palavras de um famoso cronista do Rio, Luiz Edmundo (1938):

Alcancamos, enfim, uma parte do povoado mais ou menos plana e onde se desenrola a cidadela miseranda. O chão é rugoso e áspero, o arvoredo pobre de folhas, baixo, tapetes de tiririca ou de capim surgindo pelos caminhos mal traçados e tortos. Perspectivas medíocres. Todo um conjunto desmantelado e torvo de habitações sem linha e sem valor [...]. Construções, em geral, de madeira servida, tábuas imprestáveis das que se arrancam a caixotes que serviram ao transporte de banha ou bacalhau, mal fixadas, remendadas, de cores e qualidades diferentes, umas saltando aqui, outras entortando acolá, apodrecidas, estilhaçadas ou negras. Coberturas de zinco velho, raramente ondulado, lataria que se aproveita ao vasilhame servido, feitas em folha de flandres. Tudo entrelaçando toscamente, sem ordem e sem capricho. (EDMUNDO 2003, vol. 1, pp. 143-144)

Vemos um relato sobre sua primeira visita ao morro de Santo Antônio, onde hoje fica a praça do Largo da Carioca. Nesta época, muito se ouvia falar das habitações insalubres que vinham se multiplicando pelos morros da cidade, após a derrubada dos principais cortiços da região,

despertando assim a curiosidade das pessoas em compreender como era a vida nessas localidades, desde o início do século XX.

Já notaram que a miséria interessa e agrada sempre, ao confortado, pelo pitoresco que encerra, pelo que representa como assunto capaz de alegrar-lhe os olhos e o espírito? Nas capas das revistas elegantes, a figura de um mendigo deleita, recreia, satisfaz. O turista de bom-tom, a primeira coisa que deseja visitar em uma grande cidade é o bairro da pobreza. – Já viu White Chapel em Londres? Tão Curioso! – E Moabit, a feira dos andrajos, em Berlim? Os pintores aristocráticos fixam com afã aspectos miseráveis da vida dos desprezados e dos que nada tem. (EDMUNDO, 2003).

O interesse em visitar as áreas pobres de uma cidade fez parte do desejo dos turistas e despertava a curiosidade dos cidadãos desde o final do século XIX. Na Inglaterra, por exemplo, o *slumming* foi, por muitos anos, uma prática comum aos que de alguma forma interessavam-se pela pobreza, não somente os membros de Igrejas ou grupos de assistência social, mas qualquer um, parte integrante da sociedade dotado de recursos financeiros, sentia-se obrigado a conhecer, vivenciar ou até mesmo trabalhar por algum período em áreas desfavorecidas. (FREIRE-MEDEIROS, 2009)

[Adderley] lançou mão da “dama lânguida” que era levada às docas para ver um estivador de carne e osso, com o único propósito de impressionar seus convidados, que iam jantar naquela noite. Criticou os “ricos provocadores” que chegavam a *East London* tão cheios de pressuposições literárias que os *slums* visitados não lhes deram, nem de longe, “suficientemente *slummy*”. O *slumming* da moda encorajava alguns observadores a trivializar a pobreza, transformá-la em entretenimento em causa própria e perpetuar preconceitos absurdos sobre a selvageria dos pobres. Disfarçava a curiosidade sexual sob o garbo de altruísmo social. Não havia razão para lamentar seu fim como tendência. (KOVEN *apud* FREIRE-MEDEIROS, 2009).

Segundo Freire-Medeiros (2009), “a elite vitoriana fez da experiência em primeira mão entre os indigentes algo essencial aos que aspiravam falar com autoridade acerca das questões sociais da época.” Esse processo denominado *slumming*, foi definido pelo dicionário de Oxford em 1884, como uma tendência a visitar áreas pobres seja com intuídos filantrópicos ou por mera curiosidade. Tal prática foi muito criticada e vista como um altruísmo social

disfarçado, uma forma de entretenimento bastante egoísta que acabava por banalizar a pobreza. Dessa maneira as classes que trabalhavam diretamente no auxílio aos pobres como clérigos e filantropos começaram uma espécie de luta para se diferenciarem dos curiosos e alguns jornalistas. Não bastava apenas visitar esses espaços, era preciso compartilhar sua experiência com os outros, da sua mesma classe social, para obter uma espécie de prestígio diante dos demais. Muitas vezes os relatos não eram o suficiente, alguns faziam questão de registrar sua vivência através de fotografias sob a premissa de fins científicos. No fim dos anos 1880, o *slumming* transformou-se em um tipo de paixão, uma forma de atravessar as barreiras que separavam os ricos dos pobres, os virtuosos dos desprezíveis. (FREIRE-MEDEIROS, 2009)

Em 1890 a prática do *slumming* começou a sair de moda e perder seu sentido, seu declínio se deu junto com o fim desta onda humanitária que mobilizou a Inglaterra entre 1880 e 1890. Posto isto, o presente artigo se propõe a compreender, esse processo que mistura curiosidade e altruísmo social, que faz com que as pessoas se sintam atraídas por essas localidades de penúria. Contudo, é importante salientar que a cidade do Rio de Janeiro só começou a experimentar essa prática, nas favelas da cidade, no final do século XIX, ainda assim, as incursões a que temos notícia restringiam-se à políticos, cronistas, jornalistas, higienistas, arquitetos e pessoas com algum grau de notoriedade ao ponto de merecerem um registro da mídia impressa da época. Assim sendo, não é possível afirmar que as movimentações em torno das favelas cariocas foram iguais ao processo do *slumming* mesmo assim, podemos tomá-lo como referência para compreender esse desejo peculiar de conhecer esses lugares.

Isto posto, tal processo não poderia ainda ser considerado uma atividade turística. Sem nenhum tipo de organização prévia e roteiros acordados, as visitas eram realizadas quase sempre em conjunto com algum representante do governo e nenhum valor era cobrado, ao menos não foram encontrados registros que evidenciem tal prática. Ainda assim, compreender a trajetória das visitas auxilia no entendimento da atividade turística que hoje é praticada. Trata-se de uma cronologia do interesse pela favela, da busca pelo “exótico”, que transformou às expedições do final do século XIX e início do século XX em um produto turístico a ser comercializado, permitindo o acesso à todo o qualquer indivíduo que possui interesse em conhecer “a vida no morro”.

### 3 METODOLOGIA

O presente artigo se constrói em uma lacuna entre a obra de Valladares (2005) e Freire-Medeiros (2009). A primeira tratou da invenção da favela e o seu processo de desenvolvimento ao longo dos anos. Já a segunda, apresentou um panorama a respeito da atividade turística em áreas consideradas marginais, tomando por base os tours pelas favelas do Rio de Janeiro.

Diante disso, nos propomos a analisar as visitas às favelas desde o seu surgimento até a implantação do turismo, fazendo uma ligação entre a história das favelas e a consolidação do turismo nessas áreas. Uma revisão bibliográfica se fez necessário para compreender os dois processos, além das obras já citadas, são também referências para essa pesquisa: Backheuser (1996), Benchimol (1992) e Abreu (1988).

Para construir essa cronologia se fez necessário buscar fontes documentais e registros das primeiras expedições às favelas cariocas.

Posto isto, foi realizada uma minuciosa pesquisa na hemeroteca digital que disponibiliza um vasto acervo de periódicos em sua plataforma digital e no acervo digital do jornal O Globo. Para encontrar essas notícias foi feita uma busca por décadas, da palavra-chave “favella” em sua antiga grafia. Todos os periódicos que apresentavam alguma menção à favela foram analisados e salvos e agrupados por data.

No segundo momento, foi realizada uma seleção de matérias relevantes, que relatassem uma incursão à

favela e que de preferência possuísse alguma imagem ilustrativa. A construção da cronologia foi se dando através dessa seleção, privilegiando os acontecimentos com maior destaque, ou seja, matérias de primeira capa e/ou com grandes frases de chamada e com as imagens mais nítidas possíveis.

Essa pesquisa documental, que teve por base periódicos, jornais e revistas, impressos e digitais, complementa a bibliografia que trata do surgimento da favela e dialoga com as pesquisas sobre a atividade turística nessas localidades, estabelecendo uma conexão entre as duas teorias e apresentando um resultado novo que só tem a somar às pesquisas e todo material já publicado até então.

Trata-se de um pedaço de um estudo muito maior, que abarcou também a história das empresas que atuam com turismo nas favelas, contudo, aqui nos atemos apenas a trajetória das visitas.

### 4 ANÁLISE

A curiosidade da população por esse espaço, até então misterioso, instigava brasileiros e estrangeiros a subir o “Morro da Favella” para conhecer essa realidade aterradora. Muitos foram os jornais e revistas da época que buscaram registrar o cotidiano dos seus habitantes através de crônicas, quadrinhos, charges, causos e imagens como a que segue abaixo, publicada pela Revista da Semana e registrada pelo Jornal do Brasil.

Figura 1: Imagens do Morro da Favella, nos anos 1920.



Fonte: Revista da Semana, publicada em 10 de junho de 1907.

As mais distintas motivações deram origem a infinitas descrições sobre o que havia no morro da favela. Everardo Backheuser (1879-1951), engenheiro e geólogo, peregrinou pelas moradias insalubres e redutos de pobreza na cidade do Rio de Janeiro, produzindo um relatório sobre as habitações populares. Depois de combater os cortiços, casas de cômodos e pensionatos, colocando abaixo grande parte desses tipos de moradias sob a justificativa sanitária, foi a vez das autoridades olharem para os morros ao redor da cidade. Escrevendo em 1879, ele diz:

O morro da Favella é íngreme e escarpado; as suas encostas em ribanceiras marchetam-se, porém, de pequenos casebres sem hygiene, sem luz, sem nada. Imaginem-se, de facto, casas (!) tão altas como um homem, de chão batido, tendo para paredes trançados de ripas, tomadas as malhas com porções de barro a sopapo, latas de kerosene abertas e juxtapondo-se táboas de caixões; tendo para telhado essa mesma mixtura de materiais presos à ossatura da coberta por blocos de pedras de modo a que os ventos não as descubram; divisões internas mal acabadas, como que paradas a meio com o propósito único de subdividir o solo para auferir proventos maiores. É isto pálida idéa do que sejam estas furnas onde, ao mais completo desprendimento por comessinhas noções de asseio, se allia uma falta de água, quasi absoluta, mesmo para beber e cosinhar. (BACKHEUSER, 1996)

Era como se houvessem duas cidades em uma só. Ao mesmo tempo que os projetos de urbanização do então prefeito Francisco Pereira Passos remodelavam a cidade, com o intuito de extirpar as

lembranças da cidade colonial pestilenta para dar espaço aos novos tempos republicanos, subia para os pontos mais altos da cidade tudo aquilo que se queria esconder. Não houve planos para acabar com a pobreza, apenas obras de remodelação e com isso ela continuava ali, se desenvolvendo como uma espécie de vila da miséria e abandono, segundo o relato de João do Rio, que escreveu em 1911:

Acompanhei-os e dei num outro mundo. A iluminação desaparecera. Estávamos na roça, o sertão, longe da cidade. O caminho, que serpeava descendo era ora estreito, ora longo, mas cheio de depressões e de buracos. De um lado e de outro casinhas estreitas, feitas de tábuas de caixão[...] Como se criou ali aquela curiosa vila de miséria indolente? O certo é que hoje há, talvez, mais de cerca de mil e quinhentas pessoas abrigadas lá por cima[...] Todas são feitas sobre o chão, sem importar as depressões do terreno, com caixões de madeira, folhas-flandres, taquaras[...] Tinha-se, na treva luminosa da noite estrelada, a impressão lida da entrada do arraial de canudos [...] Pergunto a profissão de cada. Quase todos são operários, mas "estão parados". (JOÃO DO RIO *apud* SEVCENKO)

São através de crônicas como a citada acima, de relatórios e reportagens de jornal que podemos acompanhar a trajetória das incursões às favelas cariocas ao longo dos anos nos permitindo compreender melhor a relação estreita que tem hoje o turismo com as favelas cariocas. Foram registros como os que vimos que divulgaram ainda mais as favelas pelo mundo, trazendo até elas visitantes ilustres como vemos na manchete abaixo:

Figura 2: Primeira página do jornal O Globo em 18 de maio de 1926.



Fonte: O Globo em 18 de maio de 1926.



O poeta Filippo Tommaso Marinetti (1876-1944), precursor do movimento futurista<sup>1</sup>, em visita ao Rio de Janeiro em 1926, fez questão de realizar o que ele intitulou como excursão ao Morro da Favella. Questionado pelos jornalistas do jornal O Globo durante uma palestra, ele relatou sua experiência com muita naturalidade. Acompanhado de sua esposa, de alguns jornalistas e de um negociante, morador local, o poeta começou sua expedição por volta das 11 horas da noite. Escolhera este horário pois acreditava que assim não correria tanto risco de ser interpelado pelos meliantes que lá viviam, pois, a esta altura eles já haveriam descido para cometerem seus delitos pela cidade. Marinetti ficou comovido com o que viu e impressionado com as construções de latas amarradas. Para ele, aquilo era melhor que Copacabana, a vista da cidade lá do alto era para ele tão deslumbrante, que comentou: “Que sítios privilegiados escolheu aquela gente”.

Apesar da impressão positiva que o poeta teve em sua incursão, a crítica dos jornalistas à sua visita e depoimentos foi demasiadamente dura, com um tom de deboche. Fazendo uma referência aos elementos utilizados pelo poeta futurista o jornal encerrou a matéria dizendo que não queria desmanchar a impressão do futurista pois acreditava que aquilo poderia render-lhe alguns poemas, mas que o mesmo deveria retornar ao local em um dia de sol para ver a verdadeira face do Morro da Favella, com seus trabalhadores e bandidos em meio àquela situação de miséria.

Na década de 1920, começou a surgir uma nova concepção de urbanismo, oposta ao conceito defendido pelos higienistas. Uma visão mais técnica dos problemas urbanos como moradia, saneamento e circulação, que buscava uma cidade mais sistêmica. Nesse período iniciou-se uma campanha, encabeçada por Mattos Pimenta (1889-1979)<sup>2</sup>, para extirpar as favelas da cidade. Para isso, ele produziu um filme chamado *As Favellas* que chegou a ser exibido para o presidente da República, Washington Luiz. Com isso conseguiu o apoio do Prefeito da cidade entre 1963 e 1930 Antônio Prado Junior e imprimiu folhetos para a divulgação do seu projeto de “casas populares”, que para Mattos Pimenta seriam a solução das favelas cariocas. (VALLADARES, 2005).

<sup>1</sup> O futurismo foi um movimento artístico e literário, que teve início em 20 de fevereiro de 1909 com a publicação do Manifesto Futurista, pelo poeta italiano Filippo Marinetti, no jornal francês Le Figaro. O movimento rejeitava o moralismo e o passado, baseavam-se na velocidade e nos desenvolvimentos tecnológicos do final do século XIX.

<sup>2</sup> João Augusto de Mattos Pimenta foi um membro ilustre do Rotary Club, viajante. Apresentava-se como médico sanitário, jornalista, engenheiro, porém, o que se sabe ao certo é que ele foi o fundador e presidente do sindicato dos corretores de imóveis até 1946.

Figura 3: Matéria publicada pelo jornal O Globo em 8 de março de 1927.



Fonte: O Globo em 8 de março de 1927.

Mesmo assim, em março de 1927, o sanitário Dr. Thadeu Medeiros liderou mais um movimento de higienização e embelezamento da cidade, como vemos na matéria abaixo, que relata a visita realizada a uma favela na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Copacabana, onde conseguiu convencer os seus moradores de que não havia possibilidades de mantê-los ali, em tais condições e que todos deveriam ser removidos daquele lugar. Ele deixou claro que o espaço foi ocupado de forma irregular e, portanto, não seria possível que o governo os indenizasse. Na reportagem, os moradores relataram que só ocuparam aquele espaço, conhecido como Villa Rica, porque tiveram o apoio de alguns funcionários do governo, que lhes cobraram uma quantia para fazer “vista grossa” à ocupação dessa localidade. Mesmo assim, o sanitário conseguiu a remoção da favela da Villa Rica.

Antes disso, em janeiro de 1927, o arquiteto francês Donat Alfred Agache foi convidado a participar na cidade do Rio de Janeiro de uma série de conferências sobre urbanismo. Sua participação transformou-se em contratação em 1928. O arquiteto durante sua estada na cidade para a conferência foi mais um dos ilustres visitantes da favela, que posteriormente viria a se tornar parte das metas do seu projeto urbanístico para a cidade do Rio de Janeiro. Segundo a matéria que vemos abaixo, publicada pelo jornal O Globo, o arquiteto, acompanhado pelo engenheiro Everardo Backeuser, foram recebidos na



favela com uma típica feijoada, servida em uma pensão local próxima aos armazéns. Segundo o jornal, sua

excursão ao morro teve o intuito de estudar os típicos aspectos de vida daquela população local.

Figura 4: Matéria publicada pelo Jornal O Globo em 18 de janeiro 1927.



Fonte: O Globo em 18 de janeiro 1927.

Mesmo com a intensa movimentação de visitantes ilustres, a favela ainda era, naquele momento, o grande problema social da cidade do Rio de Janeiro. Ela evidenciava as mazelas da sociedade, as falhas do poder público em prover dignidade ao povo e por isso foi duramente combatida ao longo dos anos, com diversos projetos, intervenções e sanções por parte do governo. Ainda na década de 1920, o termo favela passou a ser uma expressão genérica, que não mais se referia apenas ao Morro da Providência, mas que poderia ser usada para designar toda e qualquer área da cidade que possuísse algum tipo de ocupação irregular.

Com isso, observamos que as incursões às favelas cariocas, ainda tinham por objetivo a compreensão do espaço com o intuito de buscar soluções e alternativas para impedir o seu avanço e tentar extirpar as favelas da cidade. Contudo, podemos perceber que havia, mesmo que implícito, um pouco do *slumming*, mais comedido e disfarçado talvez, em cada uma das excursões, justificando-se na prerrogativa dos estudos para os projetos urbanísticos da cidade. É possível notar facilmente uma interação e uma tentativa de aproximação com os habitantes locais ao provarem dos quitutes típicos, requisitarem o acompanhamento de um morador local durante as visitas, sempre na tentativa de experimentar de uma forma mais intensa e autêntica do que um simples observador aquele espaço pitoresco pela pobreza que o assola.

Figura 5: Reportagem publicada pelo jornal O Globo em 11 de maio de 1936.



Fonte: O Globo em 11 de maio de 1936.

Em 1930, com a posse de Getúlio Vargas, uma nova representação das classes populares surgiu. Ele nomeou Pedro Ernesto como prefeito da cidade do Rio de Janeiro em 1931. Com ideais semelhantes aos de Getúlio Vargas, Pedro Ernesto ficou conhecido como "o médico dos pobres", pois seus planos iniciais

eram construir escolas e hospitais. Seu pensamento se assemelhava aos progressistas americanos do século XX que acreditavam na construção de uma responsabilidade pública pela pobreza com o intuito de reduzi-la e amenizar o estigma de inferioridade. (VALLADARES, 2005)

Foi Pedro Ernesto que, entre 1932 e 1934, entrevistou nos conflitos sobre a propriedade do solo e instaurou o diálogo entre os moradores das favelas e o governo. Em 1934, organizou uma manifestação na favela da Mangueira e inaugurou uma escola pública no lugar. Apadrinhou diversas crianças nas favelas, trocava votos por favores e assim tornou-se muito popular entre os pobres, despertando assim o receio por parte do presidente Getúlio Vargas, que acabou

afastando-o do poder em 1936. (VALLADARES, 2005).

Nesse momento o olhar sobre as favelas mudou de território a ser extirpado para terreno favorável a negociações políticas. Com isso a favela passou de problema a oportunidade e deixou de ser combatida para ser melhorada. Os governantes buscavam nas favelas eleitores em potencial, porém a imagem da favela ainda continuava a mesma, de um território de descaso e pobreza. Sua existência não se concentrava mais na zona central da cidade, expandindo-se também para as zonas sul, norte e oeste. Não demorou muito para as críticas a essa nova forma de gerir as favelas começarem a aparecer, como vemos na imagem abaixo.

Figura 6: Charge publicada pela revista Careta em 26 de setembro de 1931.



Fonte: revista Careta em 26 de setembro de 1931.

O número de “expedições” ou “excursões” foi crescendo com o passar dos anos e a favela que o futurista Marinetti conheceu, que o João do Rio descreveu e Agache visitou, virou poesia nas letras do ritmo que se tornou a marca do povo carioca. O samba, que muitos acreditam ter nascido na favela, fez da vida no alto dos morros cariocas inspiração para muitas canções e em 1935, a favela já havia se transformado em poesia.

Hoje és a sombra do Passado! Vives ainda do teu prestígio de lenda, com os teus fios de arame onde a roupa seca ao sol; com as tuas galinhas e porcos debicando e fuçando a terra; com os teus “malandros” que ainda tangem o “pinho”

caricioso e plangente; com as tuas morenas que inflamam os teus casebres de “flandres” e taboas de pinho, onde o vento assobia e a chuva entardalhaça; com os teus garotos sujos e seminús, soltando o “papagaio” e treinando na “chapinha” para as futuras trapaças. [...] O teu tempo, a tua idade de ouro passou! A polícia perseguiu os teus meandros, esquadrinhou os teus desvãos, levou para cima um pouco da compostura da planície circunvizinha e trouxe para baixo, integrando-as no mundo quieto da gente ordeira, umas poucas das parcelas da tua orgia, da tua canalhice, do teu terror... E agora vives no embalo de um socego quase de beatitude, alarmado apenas, de longe em longe, por uma estranha surreição do Passado e em



todas as tuas noites serenas pela musica sugestiva dos teus sambas... Favella de romance e de tragédia! Quem te viu e quem te vê... (Revista da Semana, 1935)

Na reportagem acima, intitulada “Favela, o Berço do Samba”, publicada pela Revista da Semana em 30 de março de 1935, fica evidente que a favela já não era mais a mesma do início do século XX. Ela faz menção à sua fama de outrora e do tempo em que todas as atenções se voltavam para as favelas, governo, mídia, artistas e intelectuais. Poderíamos, talvez, considerar que este seria o momento de consolidação das favelas na paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro. O início da tentativa de inserção desses espaços como apenas mais um dos muitos plurais territórios existentes dentro da cidade.

Chegamos assim à origem da ideia de se fazer da favela mais um ponto a ser explorado por todos que desejam conhecer “a fundo” ou de forma mais autêntica a cidade do Rio de Janeiro. Assim, em 1931, o Príncipe de Gales esteve no Brasil e foi recebido pelo então presidente Getúlio Vargas. Sua

estadia durou alguns dias, com muitas programações diárias que variaram de almoços oficiais, jogos de polo, encontro com jornalistas e etc. A cidade teve suas principais avenidas decoradas para a recepção do herdeiro do trono, do que naquela época todos consideravam o maior império da terra, segundo a reportagem que noticiou tal visita, publicada em 25 de março de 1931 pelo jornal O Globo.

Nesse momento, notamos, através de reportagens e charges da época, que a favela passava por uma transição, de problema social a espaço exótico, um esboço do que viria a ser considerado, anos mais tarde, um atrativo turístico. Não se sabe ao certo se é verdade, ao menos não foi encontrada nenhuma reportagem que fundamentasse tal hipótese, mas a revista Careta, em forma de sátira, publicou, como vemos abaixo, o que seria o novo protocolo oficial para recepção de Chefes de Estado, incluindo a visita à favela como compromisso oficial. A charge sugere uma possível visita do príncipe ao Morro da Favella tendo o presidente Getúlio Vargas como anfitrião.

Figura 7: Charge publicada pela revista Careta em 28 de março de 1931.



Fonte: revista Careta em 28 de março de 1931.

A revista faz uma ligação entre o Morro da Favella e a *White Chapel*, comparando a *slum* britânica com os morros cariocas. Dessa forma, notamos uma dura crítica às excursões às favelas por parte dos visitantes estrangeiros e ao incentivo dado à esta prática pelos governantes. Na charge, vemos uma associação do espaço favela com uma das comidas

mais tradicionais da cidade, a feijoada, lembrando o episódio da visita de Agache e sua recepção com a mesma iguaria da gastronomia regional. Seria esse o momento do surgimento do conceito de favela como representação dos hábitos e costumes populares, como uma amostra da cultura carioca? Não podemos afirmar, contudo a associação da favela à feijoada e ao

samba começam se repetir em muitos relatos nas demais excursões que se seguem.

Em setembro de 1935, Humberto Mauro, Henrique Pongetti e Carmen Santos lançaram um filme chamado: *Favela dos meus amores*. O filme contava a história de dois rapazes, recém-chegados de Paris com ideias civilizadoras. Como voltaram sem dinheiro, resolvem fazer um leilão de seus móveis com a ideia de construir um cabaré na favela, para atender aos turistas em busca de novas opções e também aos moradores da cidade. Dentre seus personagens estavam, o capitalista Sr. Palmeira, um português apaixonado por mulatas, que adora a ideia dos rapazes. Vivendo no morro eles conhecem uma professora que ensinava as crianças na escola local, Dona Rosinha, por quem um deles se apaixona, desenrolando assim a trama do filme (NAPOLITANO, 2009).

Subi o morro, atrás da Central onde se localiza a primeira e quase única favela carioca, temida como viveiro de marginais. Estudei o meio entre a desconfiança e a ironia dos moradores. Ao propor o aluguel da sala de uma escola de samba, a contratação de figurantes e o fornecimento de comida à equipe, percebi que me consideraram um embusteiro, provavelmente a serviço da polícia. (PONGETTI *apud* NAPOLITANO, 2009)

O filme foi um sucesso, muito elogiado pela fotografia, pelos artistas escolhidos e a trilha sonora contava com grandes nomes da música brasileira tais como: Ary Barroso, Orestes Barbosa, Custódio Mesquita e Sílvio Caldas. Chegou a ser exibido nos melhores cinemas do Rio de Janeiro como o Odeon e em São Paulo, no Alhambra. A chegada da favela ao cinema nacional foi muito noticiada, jornais e revistas da época como: *O Malho*, *Diário de Notícias* e *A Manhã*. Todos publicaram reportagens anunciando sua estreia e o seu sucesso de bilheteria e crítica. Em entrevista ao *Malho*, a protagonista, Carmen Santos, fala que o filme foi feito para o povo brasileiro, os favelados e os suburbanos operários das fábricas. Mas, apesar do sucesso, todas as cópias do filme sumiram, não restando nenhum resquício dele em imagens.

Na década de 1940, foi a vez da cidade receber Walt Disney, o cartunista americano, mundialmente famoso pela criação do personagem Mickey Mouse. Sua visita ao Brasil rendeu inúmeras fotografias, com uma equipe de cartunistas, reproduziu em desenho plantas do jardim botânico, realizou asseios de barco, visitou às praias e fez muitas fotografias. Tal visita teria sido a inspiração para a criação do personagem Zé Carioca e deu origem à dois filmes de animação: “Alô amigos” e “Você já foi à Bahia?”.

Tal personagem representava a figura do malandro carioca através de um desenho de um papagaio vestindo terno, gravata borboleta e chapéu panamá. Zé Carioca morava no que poderíamos considerar, uma junção de várias favelas da cidade, a Vila Xurupita. Durante minhas pesquisas para esse projeto de pesquisa não foram encontrados registros de uma visita oficial de Walt Disney a uma favela, mas o que desejo pontuar é o fato dela ter sido inserida ao contexto do personagem que mostrava um pouco da cidade do Rio de Janeiro e seus atrativos turísticos internacionalmente, já que o mesmo foi lançado pelo cartunista nos Estados Unidos da América. Portanto, podemos refletir sobre esse processo que através das visitas de pessoas ilustres a favela sempre noticiada pela mídia, bem como pela sua chegada ao cinema como cenário do enredo principal de um filme e sua transformação em lar de um personagem de desenho animado, culminou na suavização do estigma da favela aceitando-a não só como parte da cidade do Rio de Janeiro, mas fazendo desta uma representação da autenticidade do jeitinho carioca, uma espécie de referência da cidade e seu povo.

Podemos ver timidamente a movimentação que alguns anos mais tarde vai desencadear na comercialização de passeios turísticos às favelas cariocas, que até o presente momento, eram feitos sem planejamento, organização e cobrança de qualquer valor para a realização do mesmo. Nesse momento, as excursões ainda se resumiam a uma atividade desempenhada apenas por pessoas influentes, artistas, intelectuais, políticos, chefes de estado e religiosos como continuaremos observando nas excursões que se seguem.

Em 1975, o prefeito de Paris, Jacques Corbon, veio à cidade do Rio de Janeiro e incluiu em seus passeios turísticos uma visita à Cidade de Deus e à Rocinha. O prefeito, acompanhado de uma equipe de seis urbanistas, fotografou muito durante todo o trajeto e elogiou a disposição dos moradores das favelas em transformar seus barracos em casas de alvenaria, mas também se espantou com o número de pessoas que habitavam a favela naquela época, que já superava o crescimento demográfico do centro de Paris.

O Papa João Paulo II visitou o morro do Vidigal em julho de 1980, e em seu discurso disse que a igreja católica no Brasil queria ser a igreja dos pobres. Ele inaugurou uma capela a São Francisco e entregou de presente um anel de ouro ao padre Ítalo Coelho, presidente da pastoral das favelas, pedindo que o mesmo vendesse e revertesse o dinheiro em melhorias para os favelados. A visita não durou mais de uma hora, mas repercutiu em todos os jornais da época.



enxurrada de turistas estrangeiros de todas as partes do mundo.

A Eco-92 pode ser considerada um marco na história do turismo receptivo na cidade do Rio de Janeiro, pois sua realização deu origem a muitos roteiros turísticos pela cidade e colocou o *favela tour* de

uma vez por todas no guia turístico carioca, popularizando o roteiro e tornando-o acessível a qualquer pessoa, de qualquer origem, seja ele ilustre ou não, que estivesse disposta a desembolsar uma determinada quantia para a realização do passeio.

Figura 10: Reportagem publicada pelo jornal O Globo em 13 de junho de 1992.



## Favelas e meninos de rua viram pontos turísticos do Rio

Fonte: O Globo em 13 de junho de 1992.

Durante a ECO-92 os jornais não pararam de noticiar excursões às favelas realizadas pelos ícones mais ilustres que participaram do evento, como vemos abaixo na imagem a esposa do Primeiro-Ministro do Canadá, Mila Mulroney e o líder religioso Dalai Lama em visita à Rocinha.

Nesta matéria vemos a inserção do termo “ponto turístico” ao noticiar uma excursão à favela. Diferente de tudo que já vimos nas reportagens anteriores, nesse momento a mídia fomenta o turismo em favela, aceitando a existência dessa atividade que por muitos anos fora noticiada como excursões exóticas. Ao tratar a favela como ponto turístico abre-se uma série de discussões no campo das ciências sociais, por parte da sociedade e das autoridades da época. Mas, de fato, nesse momento a atividade popularizou-se entre os turistas estrangeiros que vinham para o Brasil na década de 1990.

Em especial, depois de fevereiro de 1996, quando Michael Jackson desceu de helicóptero no morro Dona Marta, em Botafogo, para a gravação do clipe da música: “*They don’t care about us*”, antes disso, esteve no pelourinho, em Salvador, na Bahia. A escolha da favela como locação gerou uma grande polêmica sobre a imagem do Brasil que seria transmitida para o mundo. Ele ficou por 5 horas na

favela, acenou para os moradores que se amontoavam pelas lajes em busca de um bom lugar para ver o astro norte-americano.

Figura 11: Reportagem publicada pelo jornal O Globo em 12 de fevereiro de 1996.



Fonte: O Globo em 12 de fevereiro de 1996.

De todas as visitas aqui relatadas até o momento, a do cantor *pop* foi a mais emblemática de todas, pela sua repercussão na mídia e o despertar de análises mais profundas sobre a exploração da favela pelos meios de comunicação e pela indústria do turismo.

A repercussão da visita de Michael foi tão grande, que até o governador da cidade do Rio de Janeiro na época, Marcelo Alencar, ameaçou proibir judicialmente a gravação do clipe na favela. Houve um movimento por parte da secretaria de comércio e turismo, juntamente com empresários do setor de serviços, pedindo uma atitude do governo que impedisse Michael de usar a favela como set de filmagem. Tal medida não aconteceu e a visita dele só fez consolidar o cenário turístico das favelas cariocas, promovendo ainda mais a favela Santa Marta com mais uma possibilidade de turismo em favelas, que até então concentrava-se na Rocinha, Vidigal e Providência.

Em outubro de 1997, o presidente americano Bill Clinton visitou a favela da Mangueira, onde fez um discurso, abraçou moradores, jogou futebol, tocou

tamborim e assistiu a uma apresentação do GRES Estação Primeira de Mangueira. Sua passagem pelo país foi muito conturbada, dias antes da sua chegada não sabia-se ao certo a programação oficial do presidente e havim muitas divergências entre a segurança idealizada pelo Brasil com as exigências norte-americanas. Mas no final, tudo correu como o esperado e o presidente quebrou o protocolo e caiu no samba.

Com uma manchete irônica, o jornal acima retrata a continuidade da prática do *slumming* ainda na década de 1990. Com ares mais simpáticos, a imersão no cotidiano da localidade com música, dança e prática de esportes mostra uma tentativa de interação social, trazendo a tona a continuidade desse processo em forma de atividade turística. Diferente da atividade como era realizada em sua origem na sociedade inglesa, o *slumming* brasileiro tinha seu preço, seu roteiro detalhado e tempo de duração pré estabelecidos por empresas que começaram a surgir nessa época, e a especializar-se em trabalhar com o que entendia-se, até esse momento, como turismo exótico.

Figura 12: Reportagem publicada pelo jornal O globo em 16 de outubro de 1997.



Fonte: O globo em 16 de outubro de 1997.



Em maio de 1999, a rainha da Dinamarca, Margrethe II, durante sua visita ao Brasil, esteve no Morro do Pereirão, em Laranjeiras. Sentada em uma cadeira confortável trazida do Palácio Guanabara, a rainha assistiu apresentações de capoeira, tai chi chuan e kung fu. A visita foi idealizada pelo então prefeito da cidade, Luis Paulo Conde, que também participou do passeio junto com sua esposa. A favela foi toda decorada com balões brancos e vermelhos em homenagem à bandeira da Dinamarca. A escolha do Pereirão se deu pelo projeto da prefeitura em pacificar esta área, que contava com a sede do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro.

Também no ano de 1999, a cidade recebeu a Cimeira, uma conferência da ONU em menor escala, para discutir os avanços desde a ECO-92. Esse evento trouxe 46 Chefes de Estado, enquanto a ECO-92 recebeu 114, mas também foi importante e aqueceu ainda mais a indústria do turismo, que para a Cimeira preparou roteiros especiais, fora do tradicional, incluindo o Vale do Café, Favelas, fábricas de automóveis e praias da Região dos Lagos. O intuito era promover outros pontos turísticos no estado do Rio de Janeiro e, para isso, os roteiros foram destinados aos jornalistas internacionais que vieram cobrir o evento.

A favela da vez foi o Morro da Serrinha em Madureira, lugar onde nasceu o G.R.E.S Império Serrano, um dos ícones do carnaval carioca. A Serrinha, diferente de outras favelas, tem uma forte influência africana, que se deu pelo povoamento da localidade por ex-escravos oriundos das lavouras da região. Os visitantes foram levados a lugares onde aconteciam rituais espirituais, como a pedra de Xangô, no alto da favela. O roteiro foi realizado pelos Chefes de Estado sob o guiamento da presidente da associação dos moradores, Sandra Nogueira. O roteiro foi organizado pela prefeitura para mostrar as obras do projeto favela bairro. Porém, isso não foi capaz de fazer da Serrinha mais uma favela turística na cidade.

Em setembro de 2002 o famoso pintor irlandês Sean Scully veio à cidade do Rio de Janeiro a convite da prefeitura para proferir uma palestra e não perdeu a oportunidade de realizar um passeio pela favela da Rocinha. Subiu o morro com um pesado aparato fotográfico e registrou cada detalhe do que viu, além de fotografar alguns moradores. Durante o caminho parou em uma barbearia e lembrou da sua infância humilde em Dublin. O pintor escolheu fazer o passeio à pé e dispensou as empresas de turismo locais, ao chegar na laje se encantou com a vista do alto do morro.

Pela segunda vez no Brasil, o Príncipe Charles, em março de 2009, visitou a favela da Maré juntamente com sua esposa Camila Parker. Eles foram recepcionados por assistentes no GRES Gato de Bonsucesso, que o fez lembrar da sua primeira visita à cidade, em 1978, quando sambou junto à assistente do GRES Beija-Flor de Nilópolis, Piná. Sua visita à favela Nova Holanda, dentro do Complexo da Maré se deu em função da ONG Luta Pela Paz. A visita teve a companhia da secretária de assistência social e direitos humanos, Benedita da Silva. O príncipe assistiu a uma roda de capoeira e conversou com jovens contemplados pelos projetos da ONG.

**Figura 103:** Reportagem publicada pelo jornal O Globo em 12 de março de 2009.



**Fonte:** O globo em 16 de outubro de 1997.

Depois de Michael Jackson, "o rei do pop", Madonna, "a diva pop", visitou o morro Dona Marta, em Botafogo a convite do governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, em novembro de 2009. A cantora assistiu à uma apresentação de street dance e de um grupo de cordas e sopros na quadra da favela. A visita foi para que ela conhecesse o projeto Ação Social pela Música do Brasil. Madonna também convidou crianças da favela Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana, para passarem o dia com ela em seu hotel.

Em 2011, o presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, foi à favela Cidade de Deus, na zona oeste para visitar a Fundação para Infância e Adolescência. Passou 30 minutos na favela e assistiu uma apresentação de capoeira e percussão, acompanhado da sua esposa, a primeira dama Michelle Obama e suas duas filhas. O presidente interagiu com as pessoas da plateia e chegou a abraçar algumas crianças do projeto.



**Figura 14:** Foto publicada pela revista Veja online em 20 de março de 2011.



**Fonte:** revista Veja online em 20 de março de 2011.

Em virtude do evento religioso católico Jornada Mundial da Juventude, em julho de 2013 a cidade do Rio de Janeiro recebeu mais uma vez um Papa, o primeiro latino a ocupar o cargo de líder da igreja católica apostólica romana. O Papa Francisco fez questão, assim como João Paulo II, de visitar e também celebrar uma missa em uma favela carioca. Para isso a arquidiocese escolheu Varginha, no complexo de Mangunhos. Para a celebração da missa foi construído um grande palco na quadra da favela e algumas casas foram selecionadas para receberem a visita do Papa. Mesmo debaixo de chuva, as pessoas se amontoaram nas proximidades para terem a chance de ver o pontífice de perto. Sempre muito simpático e acolhedor, o Papa Francisco percorreu a favela de carro com a janela aberta cumprimentando seus moradores, depois caminhou por uma das ruas, onde entrou em algumas casas de fiés, sob as lentes de toda a mídia nacional e internacional, que transmitiram ao vivo toda a sua estada na favela.

**Figura 15:** Reportagem publicada pelo jornal O Globo em 24 de junho de 2015.



O papa Francisco cumprimenta um morador durante visita à Favela da Varginha, no Complexo de Mangunhos - Pablo Jacob / Agência O Globo (25/07/2013)

**Fonte:** O Globo em 24 de junho de 2015.

A lista de políticos, celebridades e famosos, de um modo geral, que visitaram e visitam as favelas cariocas é ainda mais extensa. Podemos enumerar muitos outros casos como a primeira dama francesa e cantora Carla Bruni, que visitou o morro do Cantagalo no bairro de Copacabana em 2008, o ator norte-americano Sylvester Stallone, que esteve na favela Tavares Bastos, no bairro do Catete, também em 2008. O Cantor Lenny Kravitz e o ator norte-americano Edward Norton, ambos visitaram a cidade em 2007, o cantor escolheu a Rocinha e o ator visitou a Tavares Bastos.

Desde as primeiras incursões até os dias de hoje, podemos observar essa longa trajetória da visita das favelas que foi acompanhada de perto pela mídia nos ajudando a compreender o longo caminho que culminou na favela de hoje, um atrativo turístico consolidado no cenário turístico da cidade. Ainda hoje, a favela desperta a curiosidade de famosos e anônimos recebendo milhares de visitantes todo o mês.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo elucidar a trajetória das visitas às favelas cariocas desde o seu surgimento, acompanhando seu desenvolvimento e consolidação no território da cidade.

A favela surgiu como consequência de diversos fatores e foi se estabelecendo na ausência de medidas, por parte do governo, que buscassem solucionar a crise habitacional que perdura até os dias de hoje. A cidade capitalista avança e com ela um dos seus maiores problemas: a desigualdade social.

O *slumming*, que poderia ser traduzido a grosso modo como “favelando”, foi por muito tempo um *hobby* da elite vitoriana inglesa, que fez dessas incursões uma espécie de *status*.

Pode-se observar que o interesse dos abastados pela pobreza como algo exótico e excêntrico a ser desbravado não foi uma invenção da indústria do turismo e tão pouco teve seu início no “*favela tour*” carioca. Nota-se que as visitas, durante muitos anos, foram incentivadas pelo poder público, responsável por incluí-las no roteiro de atividades celebridades, líderes religiosos, políticos e artistas de um modo geral.

Um dos casos mais paradigmáticos foi a gravação do clipe do cantor americano, Michael Jackson, na favela Santa Marta. A escolha do local para as filmagens e a possibilidade da veiculação da favela em âmbito mundial sofreu duras críticas e ataques dos governantes na época. Observamos que levar um príncipe à favela para conhecer projetos sociais e assistir a um show de samba, numa espécie

de atividade altruísta, era permitido, mas fazer da favela cenário para um clipe de imensa repercussão, era denegrir a imagem da cidade. Vemos duas formas de enxergar esse espaço de acordo com a conveniência do momento.

A favela, sempre teve o seu valor e sua utilidade, porém, nunca uma autonomia perante a cidade que a exclui, que a transforma em espaço marginal. Ainda que as fronteiras não sejam bem delimitadas, o muro social que divide os dois mundos continua a ser alimentado por esse imaginário que se formou em torno das favelas. Os primeiros visitantes e seus relatos nos levam a compreender melhor esse perfil de favela que ainda desperta curiosidade nos dias de hoje.

O turismo, enquanto atividade social e mercadológica, viu o potencial desse espaço e decidiu explorar esse imaginário, que no presente artigo vimos ser construído através da trajetória das visitas. Cada relato, reportagem, imagem, charge e crônica foi contribuindo para o estereótipo das favelas, instigando a curiosidade das pessoas com relação a esse espaço da cidade. As pessoas queriam saber como viviam os habitantes das favelas, como eram suas casas, como se organizava aquele local peculiar. As descrições da vista privilegiada sobre a cidade, do caminho íngreme e lamacento para se alcançar o topo dos morros, o material usado nas construções dos casebres, atualmente conhecidos como barracos, tudo isso foi sendo encaixado como peças de um quebra-cabeça e montando a imagem da favela.

## REFERÊNCIAS

- BACKHEUSER, Everardo. *Habitações Populares*. Relatório apresentado ao Exmº Sr. Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1996.
- BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Ed.) *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, Celso. A natureza turística do Rio de Janeiro. In: BARRETO, Margarita; BANDUCCI JR., Álvaro. *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas, SP: Papius, 2001.
- CASTRO, Celso. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: VELHO, Gilberto (Org). *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. A favela que se vê e que se vende reflexões polêmicas em torno de um destino turístico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 65, v. 22, pp. 61-72, 2006.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca; MENEZES, Palloma. Fotografando a pobreza turística. *Revista Antropológicas*, v. 20, pp. 173-198, 2009.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca; MENEZES, Palloma. Turismo e patrimônio num território em conflito: o caso do morro da providência. In: Anais... do X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: "Cidade, Território e Urbanismo: Heranças e Inovações", de 08 a 10 de outubro, Recife/PE, 2008.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *Gringo na laje*: Produção, circulação e consumo da favela turística. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- NAPOLITANO, Marcos. "O fantasma de um clássico": recepção e reminiscências de Favela dos Meus Amores. *Revista de Cultura Audiovisual*, n. 32, v. 36, 2009.
- VALLADARES, Licia do P. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- VALLADARES, Licia do P. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato (Org). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo, 1991.

---

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido em 29 de Janeiro de 2018; aceito em 22 de Junho de 2018; publicado online em 09 de Julho de 2018.

Received on January 29, 2018; accepted on June 22, 2018, published online on July 09, 2017.

Artigo original / Original article. Seção revisada por pares / Double bind review section.

## IMAGENS TURÍSTICAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NAS TRÊS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: UMA VIAGEM ATRAVÉS DE GUIAS, MAPAS E DAS CRÔNICAS DE VIAGEM EM AGUAFUERTES CARIOCAS

Amanda Danelli Costa\*  
Karina Gomes Silva Garcia\*\*

### Resumo

**Resumo:** Como várias cidades que se tornaram destinos para viajantes e turistas desde o advento da atividade turística, o Rio de Janeiro desde o início do século XX tem investido em se tornar uma cidade conhecida nacional e internacionalmente a fim de atrair mais visitantes. Através de uma seleção e revisão de referências que analisam a organização dos destinos e das imagens turísticas, observamos que tal investimento se revela de muitas formas, diretas e indiretas, como a veiculação de visões da cidade através dos guias e mapas turísticos, crônicas literárias publicadas aqui e alhures e também algumas ações de reforma urbana que visavam atualizar a cidade e adequá-la aos gostos das modernas formas de lazer. Nesse sentido, visamos colaborar com uma avaliação sobre a formação e transformação da imagem turística do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX a partir de estudos sobre guias e mapas turísticos; e refletimos sobre as imagens da cidade construídas nas representações presentes em crônicas literárias, especialmente em *Aguafuertes Cariocas* de Roberto Arlt. Assim, percebemos a necessidade de que mais pesquisas coloquem a imagem turística das cidades em perspectiva histórica a fim de melhor compreendermos como ela se transforma, bem como a variedade de atores e disputas envolvidos nesse processo.

**Palavras-Chave:** Rio de Janeiro; imagem turística; guias e mapas turísticos; crônicas

## TOURIST IMAGES OF THE RIO DE JANEIRO CITY IN THE FIRST THREE DECADES OF 20<sup>TH</sup> CENTURY: A TRIP THROUGH GUIDES, MAPS AND AGUAFUERTES CARIOCAS

**Abstract:** Similar to several cities that have become destinations for travelers and tourists since the advent of tourism, as of the beginning of the 20th century Rio de Janeiro has been making efforts to become known nationally and internationally so as to attract more visitors. Through a selection and review of references that analyze the organization of destinations and tourist images, we observe that Such efforts can be detected in a number of direct and indirect ways, such as the dissemination of images of the city by means of tourist guides and maps, literary chronicles published here and elsewhere, and some urban reform actions aimed at updating the city and adapting it to tastes of modern forms of leisure. For a closer analysis of those images, we intend to collaborate with an evaluation of the formation and transformation of the tourist image of Rio de Janeiro in the first decades of the 20th century based on studies of guides and tourist maps. We also evaluate the images of the city developed in the representations in literary chronicles, especially in *Aguafuertes Cariocas* by Roberto Arlt. Thus, we perceive the need for more research to place the tourist image of cities in historical perspective in order to better understand how it transforms, as well as the variety of actors and disputes involved in this process.

**Keywords:** Rio de Janeiro; tourist image; tourist guides and maps; chronicles

## IMÁGENES TURÍSTICAS DE LA CIUDAD DE RÍO DE JANEIRO EN LAS TRES PRIMERAS DÉCADAS DEL SIGLO XX: UN VIAJE A TRAVÉS DE GUÍAS, MAPAS Y LAS CRÔNICAS DE VIAJE EN AGUAFUERTES CARIOCAS (1904-1930)

**Resúmen:** Como varias ciudades que se han convertido en destinos para viajeros y turistas desde el advenimiento de la actividad turística, Río de Janeiro desde principios del siglo XX ha invertido en convertirse en una ciudad conocida nacional e internacionalmente para atraer a más visitantes. A través de una selección y revisión de referencias que analizan la organización de los destinos y de las imágenes turísticas, observamos que tal inversión se revela de muchas formas, directas e indirectas, como la transmisión de visiones de la ciudad a través de los guías y mapas turísticos, crônicas literarias publicadas aquí y en otras partes del mundo y también algunas acciones de reforma urbana que pretendían actualizar la ciudad y adecuarla a los gustos de las modernas formas de ocio. En ese sentido, pretendemos colaborar con una evaluación sobre la formación y transformación de la imagen turística de Río de Janeiro en las primeras décadas del siglo XX a partir de estudios sobre guías y mapas turísticos; y reflexionar sobre las imágenes de la ciudad construidas en las representaciones presentes en crônicas literarias, especialmente en *Aguafuertes Cariocas* de Roberto Arlt. Así, percibimos la necesidad de que más investigaciones pongan la imagen turística de las ciudades en perspectiva histórica a fin de mejor comprender cómo estas imágenes se transforman, así como la variedad de actores y disputas involucrados en ese proceso.

**Palabras-llave:** Rio de Janeiro; imagen turística; guías y mapas turísticos; crônicas.



Licenciada por Creative Commons  
Atribuição Não Comercial / Sem  
Derivações/ 4.0 / Internacional

\*Doutora em História/PUC-Rio, 2011; Mestra em História/PUC-Rio, 2007; Bacharela e Licenciada em História/UERJ, 2004. Professora Adjunta do Departamento de Turismo da UERJ. Áreas de interesse/atuação: História do Rio de Janeiro; História Intelectual; História do Turismo; Imagens de Destinos Turísticos. Endereço profissional: Departamento de Turismo/UERJ - Rua Lúcio Meira, 233, Várzea, Teresópolis. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1855259803755979> [ [amandadanelli@hotmail.com](mailto:amandadanelli@hotmail.com) ]

\*\*Bacharela em Turismo/UERJ, 2015. Áreas de interesse/atuação: Imagem turística da cidade do Rio de Janeiro. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5676744963541171> [ [karinags.garcia@gmail.com](mailto:karinags.garcia@gmail.com) ]

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe que se lance luz sobre um tipo de reflexão que vem se apresentando de forma cara tanto ao campo das produções vinculadas à História do Rio de Janeiro como ao campo em desenvolvimento da História do Turismo no Brasil. Aqui se ensaiam alguns dos primeiros resultados exploratórios vinculados ao projeto de pesquisa “Rio de Janeiro, lugar de cultura: da experiência urbana ao turismo de experiência”, hospedado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e que, atualmente, se encontra em reformulação.

A aproximação desses dois campos nos levou a uma desconfiança inicial, posteriormente confirmada como se verá abaixo, de que a atual imagem turística da cidade do Rio de Janeiro – das belezas naturais associadas especialmente às paisagens das praias atlânticas – não havia sido a única imagem turística da cidade ao longo de todo o século XX. Seguindo os passos de autores como Souza (1995), Castro (1999), O'Donnell (2013) e Perrotta (2015), entendemos que uma das condições de aproximação dos dois campos de pesquisa citados acima era a de que tais imagens turísticas do Rio, e de outras cidades, fossem postas em perspectiva histórica, ou seja, fossem percebidas como representações elaboradas e forjadas em um determinado contexto histórico que, se não condicionava, ao menos influenciava o modo como essas representações então se apresentaram, se fixaram e perduraram no tempo.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, temos que a observação das primeiras décadas do século XX se torna ainda mais estimulante vide as várias reformas que a cidade enfrentava, sua expansão e as disputas então ensejadas, frequentemente noticiadas e comentadas pelas crônicas que circulavam nos principais periódicos, o que revelava associações entre literatura e jornalismo reunidas em uma experiência de vida intelectual ativa, efervescente e responsável pela construção e veiculação de interpretações da vida material e da cultura urbana da então cidade-capital.

Se até os anos 1920 era a partir do centro da cidade que se elaboravam tais representações, era também em direção ao centro da cidade que chegavam os visitantes interessados em reconhecer ali os parâmetros da modernidade que circulavam mundo afora e que na cidade do Rio de Janeiro se reproduziam, tal como os guias e mapas sugerem.

Ao longo dos anos 1920, e principalmente nas décadas posteriores, temos uma mudança nesse cenário associada à expansão e valorização dos bairros atlânticos e à consequente transformação na cultura urbana carioca, que passa a reconhecer e

apreciar os gostos, hábitos e valores típicos de um balneário, como já se observa nas crônicas aqui analisadas.

Nesse sentido, entendemos que guias, mapas, cartões-postais (estes em particular não são objeto deste estudo) e as crônicas formam uma importante coleção de fontes sobre as quais vale nos debruçarmos a fim de melhor compreendermos como foram criadas, fixadas e transmitidas as primeiras imagens turísticas da cidade, sendo este o objetivo central deste texto: observar genericamente através de registros como guias e mapas e especificamente através das crônicas reunidas em *Aguafuertes Cariocas*, de Roberto Arlt, como se forjaram e se transformaram as primeiras imagens turísticas da cidade do Rio de Janeiro.

Neste artigo, portanto, além de propormos uma revisão teórica baseada em uma seleção da literatura especializada, analisamos algumas dessas fontes a fim de melhor balizarmos nossos argumentos. Vale ressaltar, quanto ao aspecto metodológico, que valorizamos a necessidade – especialmente a fim de fortalecer um campo em desenvolvimento como é o caso da História do Turismo – de articular as principais noções presentes nas produções que se tornaram referências no tema. Esse exercício, no entanto, funciona no presente estudo como uma ferramenta de acesso ao que já foi produzido sobre imagem turística da cidade do Rio de Janeiro a fim de observarmos como a presente investigação se insere e se filia a um grupo de pesquisas que guardam o mesmo interesse basilar. Desse modo, muito embora esteja proposta uma revisão teórica, entendemos que este não é um dos objetivos centrais do presente estudo, de modo que tal revisão se limita, através de uma seleção, a apresentar uma cena de debates na qual nossa proposta se insere.

Para a elaboração dessa revisão, realizamos uma busca em diferentes bases de dados, que nos levaram a uma série de artigos acadêmicos e referências a livros que tratam de questões afins às nossas, como: planejamento, gestão e marketing de destinos turísticos e imagem turística da cidade do Rio de Janeiro. Feito o levantamento e a leitura do material, escolhemos apresentar em nossas referências apenas aqueles autores com os quais dialogamos diretamente na construção do presente artigo. Vale sublinhar que para a confecção deste texto foram utilizados principalmente artigos e livros nacionais, o que poderá ser transposto em publicações vindouras especialmente com as contribuições estrangeiras quanto ao tema do planejamento, gestão e marketing de destinos turísticos.

Quanto às fontes selecionadas, vale esclarecer que o corpo principal de fontes são as crônicas de Roberto Artl reunidas em *Aguafuertes Cariocas*. Desse modo, se os estudos sobre guias e mapas aqui referenciados nos permitem uma leitura que se pretende mais genérica e ampla sobre o tema – observando especialmente o que há de comum e de particular entre alguns deles – são as crônicas de viagem escritas sobre e na cidade do Rio de Janeiro, enviadas ao exterior para serem publicadas em Buenos Aires, que nos interessam particularmente neste artigo.

As crônicas de Artl, como veremos adiante, pretendiam exercer a mesma função das águas-fortes: fixarem fielmente imagens da cidade visitada. Na análise das crônicas nos coube, entretanto, ponderar o caráter da pretensa fidelidade anunciada pelo autor, uma vez que reconhecemos que há na produção das crônicas um jogo de intenções e tensões mediadas pela subjetividade e pela experiência particular do cronista na cidade do Rio de Janeiro. Essas tensões, no entanto, não nos impedem de observar como o cronista traduz esse momento que ainda é de confluência entre duas imagens turísticas: a primeira associada ao centro da cidade reformado e à cultura boêmia; e a segunda vinculada à paisagem dos bairros atlânticos.

As crônicas que compõem *Aguafuertes Cariocas* foram reunidas em livro e, apesar de terem sido publicadas recentemente em português, a versão aqui utilizada se encontra na língua original. Na construção deste artigo, os mapas e guias são complementares à análise das crônicas, revelando o que se consolidava como a primeira imagem turística da cidade nos princípios do século XX, antes, portanto, do que as crônicas revelavam se manter ou se transformar em 1930. Apesar de já termos realizado pesquisa travando contato direto com algumas dessas fontes primárias – especialmente os guias – aqui o acesso a essas fontes se deu através das análises presentes nos artigos e livros dos autores que estruturam as nossas referências. Portanto, é através desse diálogo com as nossas referências que chegamos aos mapas e guias e avaliamos como as imagens turísticas da cidade do Rio de Janeiro foram se organizando nas três primeiras décadas do século XX.

Nestas páginas, pretendemos particularmente demonstrar como as crônicas podem também revelar noções presentes nas imagens turísticas que circulavam e se transformaram, adaptando-se a um novo contexto da cidade e de sua cultura urbana, o que por um lado confirma as hipóteses já presentes entre os autores considerados como as principais referências no tema e, por outro, amplia as condições de observação de tais hipóteses na medida em que

percebemos a vida intelectual carioca como um desses atores que contribuiu para a formação e transformação das imagens turísticas da cidade do Rio de Janeiro.

Para tanto, escolhemos como caminho a proposição de uma revisão teórica sobre a imagem turística como um instrumento de promoção de destinos, bem como sobre as primeiras imagens turísticas da cidade do Rio de Janeiro; e, em seguida, nos dedicamos a analisar as crônicas de Roberto Artl, em *Aguafuertes Cariocas*, a fim de observar como o autor experimentou e interpretou a cidade e suas diferentes representações turísticas.

Com o avançar dos anos, sabemos que houve uma complexificação dos atores e disputas envolvidos na produção e promoção das imagens turísticas, uma vez em que o planejamento e a operacionalização do turismo ganharam novos espaços – privados e públicos – de articulação. Isto posto, entendemos que muitas outras fontes – oficiais ou não – estão a disposição para que mais pesquisadores se dediquem à investigação da transformação da imagem turística e suas variadas representações, mostrando-se este campo de interseção entre os estudos históricos e o turismo suficientemente fértil e promissor.

## 2 Revisão Teórica

### 2.1 A imagem turística como instrumento de promoção de destinos

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por uma importante efervescência cultural no Rio de Janeiro, que enfrentava grandes reformas de urbanização. Foi justamente nesse palco remodelado que a moderna atividade do turismo entrou em cena, para que então passasse a se desenvolver de maneira mais organizada na cidade-capital e pelo território brasileiro. A porta, ou melhor, o porto de entrada para o turismo no Brasil como fenômeno social e atividade econômica, no início do século XX, foi justamente aquele que se localizava na cidade-capital e que passava por uma severa regeneração, a fim de, entre outras coisas, melhorar a imagem internacional da cidade e do país mundo afora.

Os acontecimentos mundiais ocorridos a partir do século XIX como a internacionalização da economia e o avanço das técnicas e das tecnologias principalmente no setor de transportes, culminando no encurtamento do tempo e do espaço, contribuiriam significativamente para a popularização da atividade turística e o posicionamento de cidades, regiões e países como destinos turísticos. Por conseguinte, o aumento considerável da quantidade de destinos turísticos estabelecidos ao longo destes séculos até a

atualidade contribuiu para o aumento da competitividade entre os mesmos. Dessa forma para se sobressaírem em meio a um rol de variadas opções, os destinos buscaram se promover a partir da formação e transformação de suas imagens turísticas ao longo dos tempos.

A imagem turística é o instrumento utilizado para que seja possível revelar ao outro a especificidade de cada lugar, influenciando na escolha do turista pela visita à um determinado destino, bem como no seu retorno à mesma localidade (CHAGAS, 2008). Para além do turismo, a construção da imagem de um lugar pode ainda influenciar assuntos de discussão internacional, como negociações políticas e econômicas de acordos bilaterais. Para o estudo sobre o processo de formação da imagem de um destino é importante observar tanto os materiais criados para representar os elementos de identificação de um determinado lugar, como a maneira como um turista efetivo ou em potencial percebe tais representações, visando reconhecer se coincidem ou se destoam as imagens que são construídas para informar e aquelas que são elaboradas mentalmente após o contato com as representações publicizadas pelo marketing turístico ou ainda através de outros meios indiretos, como o cinema, a música e a literatura local.

Chagas (2008) apresenta algumas formas de compreendermos o processo de formação da imagem para um destino turístico, como as que se dão através das dimensões orgânica e induzida. A imagem formada de maneira induzida, como o nome já indica, é moldada pelos informativos comerciais com apelos promocionais, por matérias em revistas especializadas, blogs com matérias patrocinadas, guias e mapas turísticos, entre outros (GUNN, 1972; apud CHAGAS, 2008). A dimensão orgânica, diferentemente, se refere à imagem formada a partir de elementos produzidos espontaneamente pelas artes – filmes, música, fotografia, literatura – e ainda as sugestões e dicas de passeio e viagens de familiares e amigos. Uma imagem orgânica seria, portanto, aquela reproduzida sem a influência de órgãos públicos e empresas relacionadas ao turismo. As expressões artísticas expostas tanto no corpo da cidade quanto nos filmes, nas músicas, e em outros meios fizeram da cidade um palco de múltiplas vivências que convida à experimentação. No presente artigo, ambas as maneiras de refletir sobre a construção de imagens turísticas nos interessam.

Chagas (2008) também percebe que as informações orgânicas têm mais influência em escala local para a formação da imagem de um destino, enquanto a influência de informações e agentes induzidos implica predominantemente na formação de

destinos em escala internacional. Contudo, sabe-se que é necessário que esta conclusão seja relativizada, uma vez que o comércio internacional e a globalização contribuem para um fluxo de ideias cada vez mais dinâmico. Atualmente, músicas, livros, peças teatrais são traduzidos para uma imensa variedade de idiomas, circulando amplamente através das redes de comunicação, permitindo que os agentes orgânicos tenham uma área de influência muito mais abrangente.

## 2.2 A transformação da imagem turística e da cidade do Rio de Janeiro em guias e mapas turísticos

A intenção por trás da vontade de melhorar a imagem da cidade do Rio de Janeiro, principalmente no âmbito internacional, durante o século XX era especialmente uma: introduzir a cidade e o país na economia internacional e se reafirmar como centro moderno cosmopolita capaz de abrigar pessoas e produtos de todo o mundo. Característica essa que inclui a hospitalidade e receptividade com os turistas, principalmente com os internacionais. Os guias turísticos publicados entre essas duas primeiras décadas do século XX nos permitem observar como a atividade turística começou a se desenvolver na cidade do Rio de Janeiro.

Atualmente, os guias se destinam majoritariamente a pessoas que fazem viagens de lazer e por isso se dedicam especialmente a apresentar passeios, atrativos e infraestrutura turística, como hotéis, albergues, pousadas, restaurantes, bares, bem como a organização dos transportes públicos no local a ser visitado, devendo todos esses elementos aparecer em destaque nos mapas turísticos anexados aos guias.

Nos guias do início do século XX<sup>1</sup>, apesar de tais informações estarem presentes, integralmente ou não, lia-se também imensos textos descritivos sobre a história local e nacional, acrescidos comumente de dados biográficos e fotografias de importantes políticos, bem como informações pormenorizadas sobre o comércio exterior e taxas alfandegárias. Essa comparação diacrônica entre os guias nos indica que possivelmente os primeiros guias do século XX sobre a cidade do Rio de Janeiro se destinassem mais aos homens de negócios que visitavam a cidade à trabalho do que propriamente à lazer, muito embora pudessem aproveitar a cidade nas horas vagas.

<sup>1</sup> Estamos considerando em especial os guias: *Guide des États-Unis du Brésil*, de Olavo Bilac, Guimarães Passos e Bandeira Jr., publicado em 1904; o *Guia da Cidade do Rio de Janeiro*, de Paula Pessoa, publicado em 1905; e o *Guide de l'Etoile du Sud: la Ville de Rio de Janeiro*, de Charles Morel e Henrique Morel, publicado em 1905.



Se cotejarmos os guias antigos e os atuais do ponto de vista da seleção de atrativos turísticos também encontraremos substantivas variações, o que nos demonstra que a imagem turística de um lugar, como a cidade do Rio de Janeiro, se transforma no decorrer do tempo, afetada pelas mudanças ocorridas na própria atividade turística ou no destino.

Numa perspectiva sincrônica, a partir da observação de alguns guias publicados nas primeiras décadas do século XX, percebemos que um dos pontos comuns indica para a valorização da imagem da entrada da cidade, a Baía de Guanabara, enaltecida em muitos elogios sobre os aspectos naturais que compõe a sua paisagem. O fato de ser o primeiro aspecto observado da cidade, considerando que todos – turistas ou não – chegavam ao Rio de Janeiro por mar, implica no interesse de que os guias familiarizassem os visitantes com o lugar de chegada (CASTRO, 1999), estimulando tanto a boa impressão associada à possibilidade de belas vistas, como uma sensação de acolhimento a partir do reconhecimento entre as imagens publicadas nos guias e à experiência visual quando se aproximava do desembarque.

Os roteiros sugeridos, por sua vez, geralmente incluíam passeios de bonde ou à pé pelo centro da cidade e pelos bairros banhados pela baía como Botafogo e Flamengo. Os pontos sublinhados para serem visitados no Centro são a Rua do Ouvidor e seu comércio, bem como a 1º de Março (quando os guias datam de antes da abertura da Avenida Central), as praças, os parques, os grandes edifícios públicos e as igrejas. Os guias comumente vinham acompanhados de mapas, que ocupavam sua parte central e inferior com o centro da cidade, de modo a oferecer destaque a essa região, insinuando que a partir dali se iniciava a visita à cidade (COSTA, 2015; FREIRE-MEDEIROS; CASTRO, 2013; CASTRO, 2009).

O centro da cidade, portanto, não era apenas o lugar de chegada dos visitantes, mas também o lugar que concentrava os principais atrativos, onde se desenrolavam os roteiros de visita da cidade e também onde muitos visitantes se instalavam em um dos vários hotéis que existiam no Rio de Janeiro. Possivelmente, muitos dos visitantes que aportavam na cidade-capital nas primeiras décadas do século XX levaram consigo impressões de um Rio traduzidas exclusivamente pelas vistas e experiências possíveis no centro da cidade.

Se hoje compartilhamos uma ideia naturalizada de que a cidade do Rio de Janeiro se destaca especialmente por suas belezas naturais, vale reconhecer que essa noção amplamente difundida não foi a única a representar a cidade em todo o século XX. A construção de uma imagem turística deve ser compreendida em sua dimensão histórica,

de modo que é valioso observar as condições de tempo e espaço presentes no momento em que essas ideias são forjadas, fixadas e passam a uma circulação alargada.

A valorização do centro da cidade e, posteriormente, da zona sul atlântica correspondem aos valores presentes na cidade entre os anos 1900-1930. Na virada do século e nos anos imediatamente seguintes, a vida boêmia e noturna, que tinha lugar nos teatros e cafés da cidade, ignorava o lazer cotidiano associado à praia (ainda fortemente vinculada ao turismo). Tempos depois, a vida burguesa, diurna e saudável vivida à beira-mar já parecia mais virtuosa do que aquela que a antecedeu, o que paulatinamente relegou o centro da cidade e os seus usos ao passado e às sombras, que contrastavam com a atmosfera solar do litoral atlântico carioca. Tais expressões da vida na cidade, que compõem a cultura urbana carioca, foram objeto de experimentação e reflexão dos literatos-intelectuais que contribuíram para a construção e fixação da imagem da “cidade maravilhosa”. (COSTA, 2015).

Casco (2009) relata que os mapas turísticos também são excelentes instrumentos de leitura da imagem de uma região porque estes realçam os “aspectos estéticos e simbólicos dos desenhos, riqueza de detalhes e informações, representação de olhares que pretendem desvendar a cidade ao viajante que não a conhece, mostrando a forma de usá-la ou de desfrutá-la” (2009, p.5). Ela dá sequência à definição informando que os mapas são:

[...] imagens que mostram como diferentes sistemas – materiais e mentais – se articulam e determinam o apuro das informações prestadas pelos mapas, revelando a cada momento um tipo de cidade tendo em vista a construção de cidades cada vez mais submetidas à aceleração da circulação de pessoas, mercadorias, valores, sistemas de comunicação. E que, embora buscando a excelência de padrões cartográficos internacionais, os mapas ligados a guias turísticos ou para estrangeiros inserem outras dimensões representativas pertinentes ao cotidiano da cidade importantes para criar dela uma imagem capaz de torná-la um objeto de atração para viajantes e turistas. (CASCO, 2009, p.5)

Assim, a autora crê que tanto guias quanto mapas são instrumentos para a realização da leitura historiográfica do desenvolvimento de uma cidade como destino turístico, podendo apresentar transformações na apresentação do seu conteúdo ao longo dos anos e a partir das distintas experiências urbanas vividas no decorrer destes períodos.

Até o segundo decênio do século XX era o centro da cidade que ocupava a parte de destaque do mapa, quando não ele por inteiro (fig.1). Em seguida, podemos observar um exemplo de como a partir dos anos 1920 os guias e os mapas revelam um novo

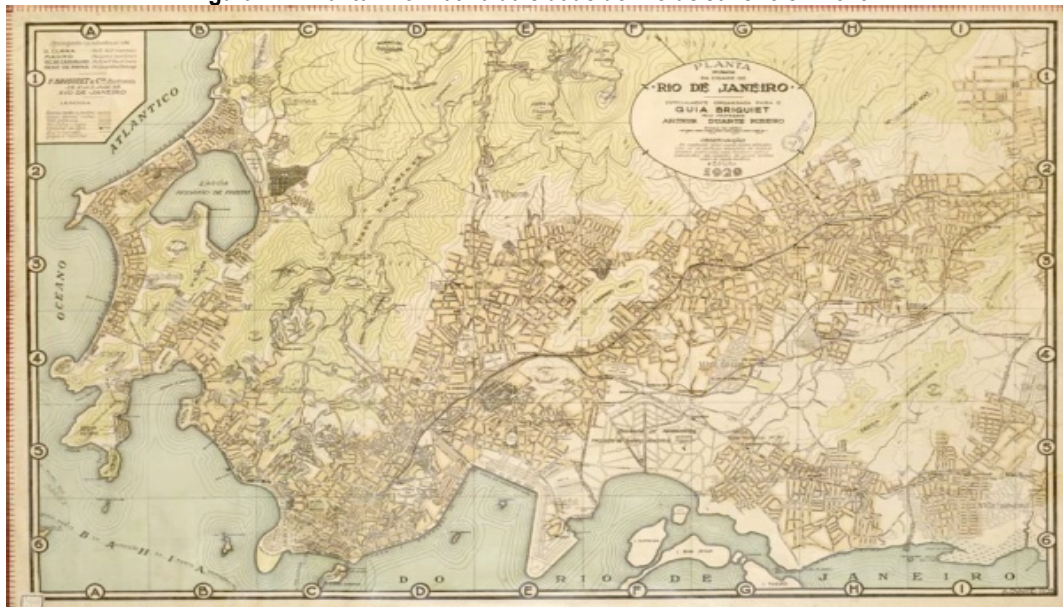
olhar sobre a cidade e sobre seus atrativos, resultando em novas imagens, em mapas que abrangem as áreas da zona sul e em novos roteiros que a englobam, abrindo espaço para que novas experiências turísticas urbanas tenham lugar (fig.2).

Figura 1 – “Rio de Janeiro: Central Monumental”<sup>2</sup>



Fonte: Casco, 2009, p.11

Figura 2 – “Planta informativa da cidade do Rio de Janeiro em 1929”<sup>3</sup>



Fonte: CASCO, 2009, p.13.

<sup>2</sup> O mapa O “Rio de Janeiro Central Monumental” faz parte de um guia para estrangeiros cujo limite superior chega à região da curvatura do canal no Mangue no que hoje é conhecida como Cidade Nova, região onde foi construída a Estação de Ferro da Leopoldina, que neste momento era denominada de Estação Praia Formosa (CASCO, 2009).

<sup>3</sup> Este mapa foi elaborado especialmente para o Guia Briguiet, pelo professor Arthur Duarte Ribeiro. O limite definido pelo mapa em direção sul mostra o Leblon até o limite do Morro dois Irmãos. O mapa expressa as discussões contemporâneas à sua publicação, uma vez que já é possível perceber o desmonte do Morro do Castelo, fruto das intervenções urbanas para a realização da Exposição Internacional de 1922 (CASCO, 2009).



As mudanças urbanísticas observadas nos mapas, especialmente essas que se relacionam à ampliação dos limites urbanizados da cidade, se situavam como uma resposta às políticas de desenvolvimento da cidade (acompanhada de incentivos da especulação imobiliária e de empreiteiras) e às transformações na cultura urbana carioca que se renovava a partir da assimilação de novos gostos burgueses que apreciavam os padrões e valores higienistas, como os hábitos de caminhadas e banhos nas praias cariocas. A urbanização do bairro de Copacabana e o ânimo em torno da construção do Hotel Copacabana Palace são elementos que compõem esse deslocamento na imagem turística da cidade do Rio de Janeiro, que no início dos anos 1920 se preparava para a exposição comemorativa do centenário da independência. A exposição de 1922, por exemplo, motivou a elaboração de um guia turístico escrito em três línguas que visava atender aos turistas que chegavam à cidade.

O guia, escrito em português, francês e inglês, traz toda a sorte de informações turísticas importantes: sugestões de meios de hospedagens – a maioria delas no Centro da cidade –, meios de transporte da cidade, agências de viagens especialmente dedicadas a cruzeiros marítimos, endereços de embaixadas e consulados, além da indicação de bares e restaurantes, o que segue sendo comum aos guias contemporâneos. [...] Por outro lado, os primeiros passeios pitorescos indicados em 1922 são a subida ao Pão de Açúcar, onde já estava instalado há dez anos o bondinho, e a ida ao Corcovado. A essa altura, o Corcovado oferecia apenas um panorama da cidade, tendo em vista que o Cristo Redentor seria inaugurado anos depois. (COSTA, 2015, p. 194)

Apesar de não ter finalizado as construções a tempo, o Hotel Copacabana Palace foi planejado para receber os visitantes da cidade que viessem para a Exposição Internacional. A construção do hotel demonstra uma grande aposta no potencial turístico do bairro e da zona sul, uma vez que o centro ainda era a menina-dos-olhos da cidade, apesar de os guias já mencionarem os atrativos naturais da zona sul como o Pão de Açúcar e o Corcovado (COSTA, 2015).

Até então, o bairro de Copacabana era basicamente habitado por pescadores e suas casas eram construídas viradas de costas para o mar (FREIRE-MEDEIROS; CASTRO, 2013), que passou a ocupar protagonismo na vida da cidade ao longo dos anos 1920 e nas décadas subsequentes, a exemplo

da atenção dada ao bairro pelo Plano Agache. Essa área da cidade, considerada praticamente intocada naquele tempo, era a nova região que passava a ser considerada como favorável para que os ideais civilizatórios, que incentivavam os hábitos ao ar livre, demonstrando cuidado com a saúde do corpo e da mente, se estabelecessem na cidade. Não demorou muito para que a possibilidade de frequentar a praia, por exemplo, se tornasse símbolo de status social, baseado na experiência dos balneários e das estações de férias do continente europeu. A vida à beira-mar saía pouco a pouco da coadjuvância para então se consolidar como uma das principais motivações para visitar o Rio de Janeiro (COSTA, 2015).

Desde as primeiras décadas do século XX, os planos diretor, de remodelação e urbanismo pensados para a cidade influenciaram na mudança das formas desta ser aproveitada e vivida. Isso influenciou não só os hábitos, gostos e fazeres urbanos, mas também as experiências turísticas que se davam no Rio de Janeiro. As praias e as vistas do Corcovado e do Pão de Açúcar concorriam com a antiga cultura urbana carioca vinculada à boêmia, ambas ocupando lugares de destaque no imaginário turístico do Rio de Janeiro por volta dos 1920. Desde que se consolidou como a principal atração da cidade – a praia atlântica e a vida burguesa à beira-mar – o bairro de Copacabana segue sintetizando a imagem turística da cidade até os dias de hoje, o que resultou em novas formas de apresentá-la nos guias, mapas e toda sorte de material turístico ao longo das últimas décadas. Nesse sentido, concordamos com Castro (2009) quando afirma que:

Fica evidente, a partir desses exemplos, como a experiência turística muda, acompanhando, em linhas gerais, mudanças urbanísticas e culturais na cidade. Os guias da década de 1930 aparecem com destaque as praças; nos atuais, as praias. Naqueles, o foco está no centro; nestes, na Zona Sul. Não se trata de uma relação de determinação direta, e sim de interação: às vezes muda a cidade, muda o turismo; outras vezes, a partir de modificações no mundo do turismo, introduzem-se alterações urbanísticas na cidade. As narrativas e imagens associadas ao turismo são, portanto, uma importante via de acesso à história e à geografia culturais de uma cidade. (CASTRO, 2009, p.84)

Assim, a natureza turística de uma cidade bem como a sua imagem e imaginário são sempre processos culturais inacabados, que não necessariamente se anulam acompanhando uma passagem de tempo linear, mas que também

convivem na cidade (CASTRO, 2009). Atualmente, é fato que a Zona Sul e mais recentemente a Barra da Tijuca sejam os lugares da cidade destacados pelo turismo e pelos próprios cariocas seguindo o processo de valorização imobiliária que aponta para os melhores lugares a se morar e viver. Contudo, os guias ainda sugerem, mesmo que em segundo plano, os atrativos culturais do centro da cidade e abrigam ainda em si todos os novos segmentos que surgiram desde então.

### 3 Crônicas e imagens turísticas: as cidades na “cidade maravilhosa”

Vale ressaltar que as reformas e os guias turísticos não foram os únicos elementos que influenciaram na cultura urbana e na formação do imaginário turístico da cidade. As expressões artísticas também foram responsáveis pela criação e reprodução da imagem da cidade do Rio de Janeiro através de lançamentos de filmes, músicas, fotografias e cartões-postais e também por meio da publicação de crônicas e de romances. Nesse sentido, percebemos que houve uma importante produção literária nas primeiras décadas do século XX que fazia da cidade o seu personagem principal de interesse e atenção. Nas crônicas, contos, conferências, notícias e romances via-se uma verdadeira polifonia que informava sobre o cotidiano da cidade-capital através de diferentes matizes e modos de ver, de modo que a invenção da “cidade maravilhosa” – fosse ela boêmia ou aburguesada – se deu no seio da “cidade das letras” (COSTA, 2015), que, mais do que representar a cidade, foi capaz de inventar a cidade e, através da circulação da literatura carioca, partilhar com o mundo as visões de si mesma.

As três primeiras décadas do século XX vividas pelo Rio de Janeiro foram de vital importância para o desenvolvimento da metrópole que hoje conhecemos. Foram durante esses anos que a cidade ganhou os seus traços, suas ruas mais conhecidas e desenvolveu elementos da cultura urbana que ainda é lembrada por muitos dos seus habitantes com saudosismo e melancolia. O Rio da década de 1920 era uma cidade, enquanto o Rio de 1930 já era outra, o que talvez possa ser ilustrado pela passagem das referências ecléticas e da *art nouveau* para a *art déco* e os modernismos.

A intensa produção cultural referente a estes períodos fez da cidade palco de impressões diversas e múltiplas experiências estéticas. A literatura, o cinema e a música nos permitem conhecer, analisar e desvendar o que se dizia e o que se pensava a

respeito do Rio de Janeiro em âmbito nacional e internacional. Nesse sentido, esses elementos chamados de orgânicos (CHAGAS, 2008), quanto ao estabelecimento de imagens turísticas, se configuram como importantes fontes para o conhecimento das mesmas, principalmente em um momento em que apenas tinha início os órgãos e organizações que se voltariam para a estruturação de uma promoção turística de caráter oficial que claramente buscasse atrair olhares e visitantes para a cidade.

#### 3.1. *Aguafuertes cariocas*: imagens reveladas no estrangeiro

Se nos primeiros anos da década de 1920 o Rio de Janeiro era constantemente relacionado à uma vida cultural ativa, ao burburinho do centro da cidade, aos bailes, às confeitarias, aos saraus, à crescente produção literária, no final daquela década já se avizinhava uma outra cidade-capital, que se atualizava de acordo com os novos paradigmas modernistas, que despontava em direção à zona sul como quem apontasse para o novo futuro da cidade maravilhosa. Foi então, entre abril e junho de 1930, que Roberto Arlt viveu no Rio de Janeiro e escreveu 40 crônicas que resultaram em *Aguafuertes cariocas* (2013), revelando uma paisagem dos contornos e costumes cariocas.

Roberto Arlt, filho de pais europeus, foi um dos maiores escritores argentinos do século XX. Na ocasião em que escreveu as crônicas sobre a cidade do Rio de Janeiro, trabalhava para um periódico argentino *El Mundo* que patrocinara sua viagem, não somente ao Rio, mas também a outras importantes cidades da América do Sul para que escrevesse um compilado de histórias sobre suas experiências e o que mais julgasse importante e atraente em relação às cidades nas quais passasse um período.

Diferente de alguns literatos que se dedicaram a escrever guias, nos mais diferentes formatos, como Olavo Bilac, Gilberto Freyre, Manuel Bandeira e Jorge Amado no Brasil e Fernando Pessoa em Portugal, os textos de Roberto Arlt não se parecem e nem pretenderam compor um guia. São crônicas de costumes que visam apresentar uma cidade pelos olhos de um autor ácido e perspicaz. O gênero provavelmente movimentava o interesse dos leitores, haja vista que Arlt se dedicou a outras *aguafuertes*, posteriormente reunidas em livros, como as portenhas e espanholas.

O título escolhido para a reunião das crônicas também nos chama atenção porque nos leva a comparação com o estudo das cenas urbanas nos desenhos, aquarelas e litogravuras tão comuns ao longo do século XIX, especialmente antes da

vulgarização da fotografia como ferramenta de registro de imagens. Artl escreveu um texto que, além de interpretar a cidade, fixou imagens que foram enviadas ao estrangeiro para que nossos vizinhos tomassem contato com algumas das particularidades do Rio de Janeiro. A crônica de Artl, como uma matriz, recebeu no calor dos seus passeios pela cidade, as impressões que ele fixou dia após dia.

O cronista recebeu a proposta do jornal com ânimo e chegou a comparar a oportunidade de realizar tais viagens com ganhar na loteria: “Viajar!... Viajar!... Quem de nós, moços portenhos, não temos esse sonho? Viajar! Conhecer novos céus, cidades surpreendentes (...)”<sup>4</sup>. (idem, 13) As viagens e a chance de interpretar as cidades desde o estrangeiro fizeram de Artl um cronista-turista, que, apesar do ímpeto alegre inicial, evidenciou desde antes da viagem uma espécie de fraqueza, que assumiria um aspecto relevante na temporada fora de sua cidade natal: “(...) verei esses países, sem preconceitos patriotas (...)”<sup>5</sup> (idem, ibidem). Para perceber e compreender o Rio de Janeiro, desde o princípio, Artl tomou Buenos Aires como a medida de partida, fazendo comparações a todo instante sobre tudo quanto descobria, de modo que através das suas crônicas não conhecemos apenas o Rio de Janeiro com o qual o cronista-turista tomava contato pouco a pouco, mas também a Buenos Aires, que ele havia deixado mas a trazia registrada em sua memória e afeto.

Se ensaiarmos fazer uma comparação entre os guias que circulavam sobre o Rio naquele momento e as crônicas de Roberto Artl seguramente encontraremos alguns pontos comuns. Entre eles, selecionamos os comentários que ele fez sobre sua chegada à cidade do Rio de Janeiro. Como nos guias, a primeira imagem que o cronista-turista criou a partir do seu primeiro contato com o Rio foi referente aos traços da natureza que a entrada na Baía da Guanabara desvelou para o viajante que aportava na cidade. Artl produziu uma descrição de mais de três páginas, repleta de adjetivos que tentavam captar cores, tons, matizes e contornos da paisagem que ele observava. Como um artista plástico, o autor lançou mão dos violetas, rosas, verdes, azuis, vinhos e laranjas para apresentar em sua água-forte o espelho de água da Baía e a cadeia montanhosa ao fundo: “um semicírculo de montanhas, que parecem

espectrais, leves como alumínio azul, queimadas delicadamente por um bordado verde.”<sup>6</sup> (idem, p.15)

No Rio de Janeiro manteve uma rotina quase fixa que se resumia em perambular pela cidade e recolher impressões, fazer ginástica na Associação Cristã de Moços, dirigindo-se à noite à redação de *O Jornal*, onde escrevia as crônicas e as enviava para Buenos Aires. O primeiro de seus textos revelava o grande entusiasmo e intenções que tinha em relação à estada no Rio de Janeiro. Para a viagem, abriu mão dos mapas e guias, pois desejava se perder e por si mesmo se encontrar em cada canto da cidade, como um *flâneur*. Ansiava ainda por conhecer todo tipo de gente e para isso trouxe apenas dois ternos: um para se relacionar com os ricos e o outro, sujo e maltrapilho, que serviria como passaporte para o submundo da cidade.

Penso me misturar e conviver com as pessoas do submundo que é infestado pelos povos estrangeiros. Conhecer os cantos mais sombrios e mais desesperados das cidades que dormem em baixo do sol do trópico. Penso contar a vocês sobre a vida nas praias cariocas; sobre as mulheres que falam um espanhol estupendo e um português musical. (idem, p.13)<sup>7</sup>

O personagem mais representativo da vida urbana moderna talvez seja o *flâneur*, o andarilho das cidades, anônimo no meio da multidão, mas observador de todos. O escritor encontra nesta personalidade as qualidades que o ajudam a descrever suas observações e reflexões, derivadas de suas próprias experiências no dia a dia da cidade. Para seus leitores, o cronista-turista é um espectador privilegiado da vida urbana e a partir das suas andanças é possível descobrir e conhecer algo dessa outra cidade. Sua habilidade para familiarizar seus leitores com as cenas cariocas os envolve em um imaginário daquele espaço urbano e da cultura que ali se manifesta. Nesse sentido, o leitor, seja ele um turista em potencial ou não, é atraído para um destino a partir do relato de experiências reais ou fictícias que se desenrolaram em um determinado cenário, com uma outra gente. Aliás, nas crônicas se nota uma ênfase no tratamento das características subjetivas positivas dos cariocas, vistos como um povo:

<sup>4</sup> ¡Viajar... viajar...! ¿Cuales de nosotros, muchachos porteños, no tenemos ese sueño? ¡Viajar! Conocer cielos nuevos, ciudades sorprendentes (...).

<sup>5</sup> (...) Iré a ver esos países, sin prejuicio de patriotismo (...).

<sup>6</sup> Un semicírculo de montañas, que parecen espectrales, levianas como aluminio azul, crestadas delicadamente por un bordado verde.

<sup>7</sup> Pienso mezclarme y convivir con la gente del bajo fondo que infesta los pueblos de ultramar. Conocer los rincones más sombrios y más desesperados de las ciudades que duermen bajo el sol del trópico. Pienso hablarles a usted de la vida en las playas cariocas; de las muchachas que hablan un español estupendo y un portugués musical.

decência, respeito ao próximo, honestidade, educação coletiva, cortesia.

Para falar sobre o Rio de Janeiro, muitas vezes Arlt elege falar dos cariocas, responsáveis pela comodidade que se sente em estar numa cidade como o Rio, que faz com que todos se sintam em casa, estando nas ruas: “quando você sai da sua casa, você está na rua, não é assim? Bom, aqui, quando você sai à rua, está em sua casa.”<sup>8</sup> (idem, 32) Ao se dirigir aos seus leitores, Arlt mantém uma comunicação constante com a cidade de Buenos Aires e os portenhos, de modo que essas comparações, pela similitude ou pelo avesso, também nos dão indícios sobre como seria a vida à margem do Prata.

No perambular e na captação de impressões que fazia diariamente, percebeu que, ainda na década de 1930, as ideias europeias se caracterizavam como um forte elemento de influência na vida e nas discussões cariocas, levando-o a afirmar que entre todos os países da América do Sul, “o Brasil é o menos americano, por ser, precisamente, o mais europeu”<sup>9</sup> (idem, 34), o que contrasta com uma das principais imagens turísticas vinculadas à cidade de Buenos Aires, a Paris dos trópicos. A *flânerie* pelas ruas também o permitiu ver várias demolições em andamento, assim como novas construções modernas caracterizadas pelo uso de alvenaria, presente naquele momento nos bairros novos, como Copacabana. As casas dos pobres e da maioria da população, no entanto, eram descritas como pequenas e feitas de pedra.

As crônicas de Arlt nos parecem particularmente atraentes porque ao mesmo tempo em que demonstram um grande interesse internacional sobre o corpo da cidade do Rio de Janeiro e sua cultura urbana como elementos centrais do imaginário turístico, também se revelam uma expressão de reflexões e opiniões de um cronista-turista sobre a cidade-capital em um dado momento. Como já pudemos perceber, nas expectativas que compunham o imaginário do viajante antes da experiência na cidade estavam presentes as impressões sobre a natureza e o clima tropical, traduzidos em praia e sol. A cena pitoresca pintada nessas *aguafuertes* não deixou de fora a mulher brasileira e o seu sotaque, lembrada frequentemente nas décadas seguintes na produção e promoção da imagem turística da cidade, vinculada, porém, a outros atributos. Frente à imagem sexualizada da mulher brasileira que Arlt trouxe de Buenos Aires, tamanho é o seu espanto ao observar

que as mulheres iam ao cinema e andavam pelas ruas, à noite, sozinhas, sem serem assediadas. O seu espanto se deve às suas experiências progressas, como morador de outra cidade, o que ele deixa claro nos seus relatos. Além de expor esses e outros elementos como parte integrante do imaginário sobre a cidade e seus nativos, o cronista revela ainda o que muitos portenhos, ele inclusive, pensavam sobre os cariocas naquele tempo:

Nós, habitantes da cidade mais bonita da América (me refiro a Buenos Aires), cremos que os cariocas e os brasileiros em geral são pessoas que tomam sol o dia inteiro desde as primeiras horas do dia até que se vá dormir. E, de mais a mais, estamos equivocados<sup>10</sup> (idem, 73).

A chegada de Arlt ao Rio de Janeiro e seus primeiros dias na cidade maravilhosa inspiraram uma narrativa com muitos elogios às belezas naturais. Em contraste aos elogios frequentes às montanhas e às árvores, o autor afirmou que a cidade do Rio de Janeiro se parecia com uma cidade triste devido à ausência de flores e de jardins nas suas ruas. Em comparação à urbanidade de sua cidade natal, o Rio se mostrava mais selvagem. Em compensação, o cronista se dizia confortável por onde quer que estivesse devido à amabilidade dos cariocas, fosse um café, os escritórios ou a própria rua, quer estivesse entre brancos ou negros.

Os cariocas frequentavam os cinemas cerca de uma vez por semana e para o cronista-turista eram espaços demasiadamente pequenos. Quanto aos teatros, não havia teatros nacionais que representassem a cultura e os costumes brasileiros ou cariocas. As peças teatrais eram representações de obras estrangeiras, o que ele lamentava. Arlt notou ainda que o teatro, a leitura, às operas e outros aparatos culturais eram sempre reservados à elite carioca, deixando os trabalhadores e os pobres sem acesso a esses elementos culturais.

A preocupação com as camadas mais populares da população carioca não parecia mais forte do que a acidez que mobilizava em suas crônicas para narrar a vida desafortunada no Rio de Janeiro. Arlt observava com curiosidade os negros e, ao mesmo tempo em que admirava sua força de trabalho, tecia comentários preconceituosos e racistas. Em menos de um mês na

<sup>8</sup> Cuando usted sale de su casa está en la calle, ¿no es así? Bueno, aquí, cuando usted sale a la calle, está en su casa...

<sup>9</sup> (...) el Brasil es el menos americano, por ser, precisamente, el más europeo.

<sup>10</sup> Nosotros, habitantes de la más hermosa ciudad de América (me refiero a Buenos Aires), creemos que los cariocas y, en general, los brasileños, son gente que se pasa sin la panza al sol desde “Febo asoma” hasta que se va a roncar. Y estamos equivocados de médio a médio.

cidade, Arlt parecia ter de mobilizar um enorme esforço para seguir distante da sua morada.

Durante uma visita aos subúrbios, de trem, fica evidente que a barbaridade que ele atribuía ao Rio parecia inédita na civilizada e branca Buenos Aires: “de entrada, um fedor de negro suado chegava-me às narinas. É um galpão imenso, com uma multidão que vai e vem todo o dia. (...) Nuvens de fumaça, sujeira por todo o lado. (Conste que não quero falar mal, me limito a reproduzir quase fotograficamente o que vi)”<sup>11</sup>. (idem, p.87) Seu relato pretensamente realista e fiel é fixado numa crônica como se ela fosse o equivalente da fotografia nos tempos modernos. Arlt, apesar do enunciado, estava completamente envolvido com a questão, uma vez que seu ponto de partida, aquele que orientava seus pontos de vista, era a cidade de Buenos Aires, que ele amava e havia eleito como o seu lugar no mundo. Logo, não há qualquer neutralidade nas vistas que o cronista-turista produziu no Rio de Janeiro, todas elas eram seleções, recortes, enfoques, angulações, composições – para seguir com a metáfora da fotografia – feitas por um estrangeiro, ou seja, um estranho que observava, refletia e escrevia a partir das fronteiras que o constituíam.

Conforme o tempo de estada no Rio de Janeiro foi passando, Arlt começou a apresentar sinais de tédio e indignação com a vida carioca. Reclamou do excesso de tranquilidade do povo, que parecia não saber que podia melhorar de vida; reclamou da falta de teatros e de uma vida noturna nada agitada. Questionou a inexistência de conservatórios musicais, de centros socialistas e comunistas – embora eles existissem –, dando a entender que já havia conhecido tudo sobre a cidade e nada mais havia sobre o que pudesse escrever. O que ele viu o povo fazer até o cansaço, mais dele do que do próprio povo, foi trabalhar e trabalhar, e mesmo isso, que pra muitos revelaria uma virtude, foi para ele um motivo de queixume. Nada lhe escapava às críticas, lembrando com saudosismo da vida em Buenos Aires, da abundância de cinemas, teatros, cafés e periódicos de grandes tiragens. No Rio, em contrapartida, os colonistas tinham empregos à parte, muitas vezes públicos, para que pudessem se sustentar.

Busco sem descanso escolas de corte e confección. Não há. Busco conservatórios de música. Não há. E vejam que falo do centro, aonde se desenvolve a atividade da população.

<sup>11</sup> De entrada, um tufo de negro sudado me dá en las narinas. Es un galpón inmenso, con una multitud que va y viene todo el día. (...) nubes de humo, mugre por donde se mire. (Conste que no quiero hablar mal, me limito a reproducir caso fotográficamente lo que he visto).

Livrarias? Meia dúzia de livros importantes. Centros socialistas? Não existem. Comunistas, menos ainda. Bibliotecas de bairro? Nem em sonho. Teatros? Não funciona senão um de variedades e um cassino.<sup>12</sup> (idem, 120).

Se para Arlt a vida cultural da cidade já havia se esfriado em 1930, ele não diria o mesmo do clima. Diante das altas temperaturas, reclamava da quantidade de dinheiro gasto com sorvetes e sucos para se refrescar em vão. Restou-lhe apenas recorrer aos banhos de mar em Copacabana onde se decepcionou com as mulheres brasileiras que antes demonstrara curiosidade para conhecer. Ainda sobre a zona sul, afirmava que não havia melhor maneira de conhecer o Rio de Janeiro, a não ser subindo o Pão de Açúcar. Atividade esta que, para ele levar à cabo, o colocava em dúvida por pelo menos uma hora, tamanho o trajeto a ser percorrido. Espantava a Arlt ser o Brasil um país tão belo e rico em elementos naturais e, ao mesmo tempo, não haver nenhum tipo de promoção turística governamental para que turistas fossem atraídos naquele momento.

Ainda sobre o turismo, Arlt nos dá mais algumas pistas dos pontos turísticos valorizados naquele momento ao relatar um episódio que acontecera certa vez ao encontrar alguns amigos argentinos que chegaram à cidade pela nova linha aérea inaugurada. Arlt ouvia as impressões que estes tiveram sobre a cidade. Ouvia repetidamente o quanto estavam encantados com a visita que fizeram ao *Jockey Club*, ao Pão de Açúcar e ao hipódromo e pelo o que viram pensavam que a cidade estava livre de qualquer problema social, havendo circulado apenas entre a zona sul e a Avenida Rio Branco, onde a homogeneização social era predominante.

Contudo, a Arlt, particularmente, interessava a vida urbana, os costumes do povo e com isso se decepcionou profundamente ao longo da passagem de tempo contada pelas crônicas, levando-o a exaltar constantemente a cidade e a cultura portenha, sem negar, contudo, a inigualável beleza natural do Rio de Janeiro. Percebemos que as imagens construídas pelo cronista-turista antes e durante a estada na cidade não coincidem por completo, embora se toquem em determinados aspectos. Chagas (2008), sem tratar do caso particular de Arlt, ilumina essa questão de um modo geral quando apresenta outra maneira de conceber o desenvolvimento da imagem

<sup>12</sup> Busco infatigablemente con los ojos academias de corte y confección. No hay. Busco conservatorios de música. No hay. Y vean que hablo del centro, donde se desenvuelve la actividad de la población. ¿Librerías? Media docena de libros importantes. ¿Centro socialista? No existen. Comunistas, menos. ¿Bibliotecas de barrio? Ni soñarlas. ¿Teatros? No funciona sino uno de variedades y un casino.

de um destino, atrelada às fases da experiência turística:

Outra forma de conceber a formação da imagem do destino é relacioná-la com as sete fases da experiência turística, ou seja, a acumulação de imagens mentais sobre as experiências de viagens, modificação destas imagens a partir de novas informações, as tomadas de decisão de viajar, viagem ao destino, participação no destino, retorno ao lar e finalmente modificações das imagens baseadas nas experiências da viagem. (GUNN, 1988; apud CHAGAS, 2008).

Mesmo existindo duas formas de concepção quanto à formação da imagem turística – orgânica e induzida –, vale lembrar que ambas as formas se relacionam. As duas primeiras fases revelam o contato com informações orgânicas e induzidas que resultam em uma imagem primária e também influenciam na decisão e na escolha de um destino específico (GUNN, 1988; apud CHAGAS, 2008). A última fase revela a formação de uma imagem complexa do destino a partir do contato com o mesmo, mostrando que as imagens são mutáveis e, do ponto de vista do destino, esse caráter revela a necessidade de monitoramento e criação de estratégias para a formação da imagem turística.

O que podemos inferir a partir das crônicas de Roberto Arlt é que houve modificação nas imagens que ele tinha antes de realizar a viagem, o que afetou negativamente a sua motivação para seguir gozando da viagem. Antes de se estabelecer na cidade demonstrava em suas crônicas - que se caracterizam como uma espécie de diário de viagem – grande entusiasmo para conhecer o Rio de Janeiro, que para ele já reunia alguns elementos prévios que caracterizavam uma imagem estruturada da cidade e sua cultura urbana.

Antes e ainda nos primeiros dias de viagem se notava forte entusiasmo com as mulheres, o clima tropical e a paisagem natural. Mas, conforme o tempo na cidade foi passando, vimos aquele entusiasmo se converter em tédio e aborrecimento com tudo aquilo que se via pelas ruas, nas praias, nos cafés. Tudo o mais era razão de enfado: as montanhas são bonitas, mas não mudam, são sempre as mesmas; as igrejas e os monumentos são coisas do passado e o passado não lhe interessa; não há música o suficiente; as mulheres não são tão bonitas quanto pensava.

Percebemos com Arlt que a imagem turística se complexifica a partir das experiências vividas na cidade. Contudo, assumimos que tal complexificação acontece com base nos elementos, orgânicos ou

induzidos, que formaram uma imagem turística primária. Reconhecemos, além disso, que a imagem turística primária é geralmente formada em uma fase de preparação para a viagem.

Outro ponto importante sublinhado por Chagas (2008) diz respeito à flexibilidade da imagem turística e da imprevisibilidade quanto a sua formação, uma vez que os agentes orgânicos não podem ser controlados pelos órgãos públicos e instituições privadas interessados na construção de uma imagem turística positiva e idealizada.

Mas, vale ressaltar que, como um produto da imaginação, o imaginário turístico é real, para o bem ou para o mal, uma vez que o que lhe confere veracidade é a própria ideia de quem o imagina coletiva ou individualmente, demonstrando que as construções do espírito são eficazes em relação à concretude das coisas, ou seja, o mundo real pode claramente ser acionado pela energia que o imaginário mobiliza (DURAND, 1984; apud MAFFESOLI, 2001).

Nesse movimento, uma série de elementos variados concorre para a construção de tais imagens turísticas, não necessariamente em equilíbrio, o que significa que tanto o processo de consolidação de tais imagens como o questionamento e a dissolução das mesmas não se constitui fora dos limites dos conflitos da produção de ideias sobre um destino turístico.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, desenvolveu-se também o turismo nela e, por conseguinte, no Brasil, configurando-se como o principal destino do país a ser visitado.

Considerado o contexto de ampliação da atividade turística na cidade-capital, o presente artigo se debruçou sobre a tentativa de trazer à discussão as relações entre imaginário, imagens turísticas e literatura, demonstrando através de diferentes perspectivas – guias, mapas, crônicas – como as primeiras décadas do século XX se diferenciam quanto às experiências urbanas a serem vividas na cidade e como isso implicava em diferentes imagens turísticas possíveis naquele momento.

Os estudos sobre guias e mapas turísticos aqui apresentados confirmam essa transição da imagem turística na cidade quando expõem o centro da cidade como principal região a ser visitada pelo recorte e ocupação central da área nos mapas e também pelas indicações de passeios na Rua do Ouvidor, 1º de Março, as praças, igrejas e museus.

Embora o contato com a natureza não fosse uma característica marcante para os guias daquela

época, as vistas tomadas do alto das montanhas, como o Pão de Açúcar e o Corcovado eram valorizadas especialmente porque dali se revelavam as belezas da Baía da Guanabara e seus contornos. Com a valorização dos balneários como destinos de lazer e com a crescente urbanização da zona sul atlântica, a imagem turística da cidade do Rio de Janeiro foi se transformando até esboçar os tons que ainda seguem presentes nos dias de hoje: trata-se de uma cidade de lindas paisagens, de sol e mar, com uma cultura urbana instigante, nesta ordem e não o contrário. Essa mudança se vê presente nos guias ao longo dos anos 1920 e 1930, popularizando-se cada vez mais nas décadas seguintes.

Diferente dos relatos presentes nos guias, com Roberto Arlt somos confrontados com uma referência majoritariamente negativa e queixosa da cidade. Através do relato do autor, experimentamos os efeitos de um impacto com uma imagem tão desgostosa e decepcionante do Rio de Janeiro, nos levando a imaginar o que haveria acontecido com a “cidade maravilhosa” de Coelho Neto.

Independente da atribuição de valores positivos ou não, sabemos por Arlt que a cidade-capital que ele encontrara já era outra: avançava a urbanização em direção à zona sul atlântica e estimulava-se cada vez mais o seu desenvolvimento. Em suas crônicas já conseguimos notar uma referência à valorização da prática de exercícios e dos banhos de mar, demonstrando preocupação com a saúde do corpo e da mente.

Além disso, nosso imaginário é estimulado a arquitetar uma cidade em que as paisagens e elementos naturais se sobressaem diante do esfriamento da cultura urbana que se vivia, se comparada àquela vivida na década anterior – 1920 – o que decepciona o cronista-turista. Os principais pontos de visita apresentados pelo cronista são o Pão de Açúcar, o Corcovado e o *Jockey Club* – todos localizados na zona sul, onde também se percebe uma diferença entre os materiais de construção utilizados para as obras realizadas em comparação com as casas dos pobres em outras zonas da cidade, revelando nas entrelinhas o aspecto do luxo ligado aos bairros litorâneos.

Tivemos ao longo das páginas anteriores contato com diferentes gêneros da produção escrita que direta ou indiretamente são eficientes na construção e transformação das imagens turísticas das cidades. *A priori*, poderíamos pensar que os guias apresentam a cidade e seus atrativos fielmente, mas seus textos e imagens também produzem interpretações e representações a partir de um campo de noções e ideias, seja dos autores, fotógrafos ou editores.

As crônicas, amplamente comparadas com a fotografia no universo literário por seu suposto compromisso com a realidade, inclusive por Roberto Arlt, de maneira nenhuma estão imunes à subjetividade dos seus autores, muito pelo contrário, comumente revelam mais sobre seus autores, sua formação e seus pontos de vista do que propriamente sobre os temas ali investigados.

Os guias, mapas e crônicas, portanto, não são apenas veículos nos quais se projeta uma imagem, mas são artefatos que simultaneamente representam e apresentam ideias e concepções intelectualmente elaboradas por seus autores, frequentemente responsáveis por construir, fixar e divulgar imagens dos destinos turísticos.

Por fim, entendemos que os guias, mapas e crônicas, como registros de um tempo, são fontes que contribuem para que observemos a imagem turística da cidade não como uma natureza ou um dado e sim como uma construção situada no tempo-espaço e vinculada às subjetividades de seus autores, como primeiro nos alertou CASTRO (1999).

Assim, o presente estudo, tendo observado as crônicas de Arlt como um registro da confluência de diferentes imagens turísticas no momento de passagem de uma à outra, contribui para a ampliação dos debates ao propor o cruzamento das referências à imagem turística do Rio de Janeiro às produções da vida intelectual na cidade.

Além disso, sabemos que os anos 1920 e as décadas seguintes oferecem ainda mais possibilidades de fontes, abordagens e análises na medida em que houve uma complexificação da própria atividade turística, no tocante ao seu planejamento e sua operacionalização, o que revela um campo de investigação aberto e profícuo para que novas pesquisas a ele se vinculem.

## REFERÊNCIAS

- ARLT, Roberto. *Aguafuertes cariocas*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2013.
- CASCO, Ana C. *Rio de Janeiro: uma cidade tra(duz)ida pelos mapas*. 2009. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/rio-janeiro-uma-cidade-traduzida-pelos-mapas/anacarmencasco.pdf> Acesso em 30 jan. de 2018.
- CASTRO, Celso. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: VELHO, Gilberto (org.). *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valeria L.; MAGALHÃES, Aline M. (orgs.). *História do Turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

- CHAGAS, Márcio M. das. Imagem de destinos turísticos: uma discussão teórica da literatura especializada. *Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica*, v.10, nº3, p.435-455, set/dez. 2008.
- COSTA, Amanda D. A cidade do Rio de Janeiro: cultura urbana e imagem turística. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v.28, n.1, p.186-195, jan./jun. 2015.
- MAFFESOLLI, Michel. O imaginário é uma realidade. *Revista Famecos*. Porto Alegre, n.15, 20 mar. 2001, p.74-82. Entrevista concedida a Juremir Machado da Silva.
- O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: cultruas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- PERROTTA, Isabella. *Promenades do Rio: a turistificação da cidade pelos guias de viagem de 1973 a 1939*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.
- SOUZA, Anlene G. de. *O estrangeiro e a cidade*. O Rio de Janeiro e o imaginário da cidade na primeira metade do século XX. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado em História, PUC-Rio, 1995.

---

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido em 07 de dezembro de 2017; aceito em 30 de Junho de 2018; publicado online em 09 de Julho de 2018.

Received on December 07, 2017; accepted on June 30, 2018, published online on July 09, 2018.

Artigo original / Original article. Seção revisada por pares / Double blind review section.



## PORTO ALEGRE COMO DESTINO: VESTÍGIOS DE INICIATIVAS DE ATIVAÇÃO TURÍSTICA A PARTIR DA LITERATURA PARA VISITANTES

Maurício Ragagnin Pimentel \*  
Antonio Carlos Castrogiovanni \*\*

### Resumo

O turismo é uma invenção do século XVIII que se articula como um sistema de alcance global em contínua expansão e transformação (ANTONESCU & STOCK, 2014). O objetivo deste texto é examinar como Porto Alegre (RS) passa a fazer parte do Sistema Turismo. Ao longo do tempo, quais foram as iniciativas para habilitar esse território ao Olhar do Turista (URRY, 2001)? Como a articulação da função turística em Porto Alegre se altera com a evolução urbana da cidade e interage com outros impulsos urbanizadores que ali se produzem? Como tais iniciativas locais refletem movimentos, ou tendências, mais amplas do que é entendido por Turismo? Esta pesquisa exploratória está centrada na análise de um século da literatura produzida para visitantes, um corpus de 135 documentos, tais como guias de viagem, folhetos, catálogos e matérias na imprensa. Identificou-se e cinco arranjos do turismo neste destino, a saber: do enquadramento em cânones turísticos à Exposição do Centenário Farroupilha (1935); "Porto Alegre: cidade de turismo" e o Guia Touring Club (1945 e 1955); Turismo como função do poder público, Embratur e Eatur em 1978; Abertura econômica e a Administração Popular (1989-2004) e Copa do Mundo (2005-2015). Propõe-se a caracterização e análise dos quatro primeiros, em que se evidencia o caráter histórico e situado do desenvolvimento da função turística nesta metrópole regional, em um processo marcado por avanços, retrocessos, intermitências e, sobretudo, periférico a outros interesses que pautam a produção do espaço urbano.

**Palavras Chave:** História do Turismo. Turismo Urbano. Guias de Viagem. Porto Alegre (RS).

## PORTO ALEGRE AS A TOURISM DESTINATION: TRACES OF TOURISM ENABLING INITIATIVES IN THE LITERATURE DIRECTED TO VISITORS

### Abstract

Tourism is an XVIII century invention that articulates a system with a global reach that is continuously changing and in expansion (ANTONESCU & STOCK, 2014). This study seeks to examine how Porto Alegre (southern Brazil), begins participate at this system. Over time, which were the initiatives to enable this territory as an object of the 'tourist gaze' (URRY, 2001)? How does tourism relates with the city's urban evolution? How does it goes with other local urbanizing drives? How such particular initiatives reflect broader trends in what is understood by tourism? This exploratory research is based on the analysis of corpus of 135 documents encompassing over a century of the literature directed to visitors, such as travel guides, brochures, and press articles. It is proposed a characterization of five tourism sets in this destination throughout time, which are: from Porto Alegre's framing in tourist canons until Farroupilha's century exhibition (1935); "Porto Alegre: city of tourism" and the Touring Club guide (1945 and 1955); Tourism as public sector duty, Embratur and Eatur at 1978; the opening of economy and the Administração Popular (1989-2004); and the FIFA World Cup (2005-2015). The development of tourism in this regional metropolis answers to situated and historical characteristics, in a process distinguished by breakthroughs, setbacks, discontinuities, and, above all, marginal to other interests that set Porto Alegre's urban space production.

**Keywords:** Tourism History. Urban Tourism. Tourist Guides. Porto Alegre (Brazil).

## PORTO ALEGRE CÓMO DESTINO TURÍSTICO: HUELLAS DE LAS INICIATIVAS DE ACTIVACIÓN TURÍSTICA DESDE LA LITERATURA PARA VIAJEROS

### Resumen

El turismo es una invención del siglo XVIII que se articula en un sistema de alcance global en continua expansión y transformación (ANTONESCU & STOCK, 2014). El objetivo planteado en este texto es examinar como Porto Alegre (en el sur de Brasil) pasa a hacer parte del Sistema Turismo. ¿A lo largo del tiempo, cuáles fueron las iniciativas para habilitar este territorio a la 'mirada del turista' (URRY, 2001)? ¿Cómo en Porto Alegre la función turística se altera de acuerdo con la evolución urbana de la ciudad? ¿Cómo interactúa el turismo con los otros impulsos urbanizadores allí producidos? ¿Cómo tales iniciativas locales reflejan movimientos, o tendencias, más amplias de lo que es comprendido por Turismo? Esta investigación exploratoria está centrada en el análisis de un siglo de literatura producida para viajeros, un corpus de 135 documentos, tales como guías de viaje, folletos, catálogos y materias de prensa. Se propone la caracterización del turismo en este destino en cinco conjuntos, a saber: del encuadre en los cánones turísticos a la Exposición del Centenario Farroupilha (1935); "Porto Alegre: ciudad de turismo" y la guía del Touring Club (1945 y 1955); Turismo como función del poder público, Embratur y Eatur en 1978; así como la apertura económica y la Administración Popular (1989-2004); y Mundial de fútbol (2005-2015). Se evidencia el carácter histórico y situado del desarrollo de la función turística en esta metrópoli regional, en un proceso marcado por avances, retrocesos, intermitencias y, sobretudo, periférico a otros intereses que pautan la producción de su espacio urbano.

**Palabras clave:** Historia del turismo. Turismo urbano. Guias turísticas. Porto Alegre (Brasil).



Licenciada por Creative Commons  
Atribuição Não Comercial / Sem  
Derivações/ 4.0 / Internacional

\* Doutor em Geografia / UFRGS. Mestre em Geografia / UFRGS. Bacharel em Turismo / PUCRS. Professor Adjunto da FURG. Pesquisador do Laboratório da Paisagem PAGUS / UFRGS. CV: <http://lattes.cnpq.br/1786556571533985>. Universidade Federal do Rio Grande. Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Curso de Turismo. R. Glicério P. de Carvalho, 81. CEP 9623-000, Santa Vitória do Palmar/RS, Brasil [mauricioragagnin@gmail.com]

\*\* Doutor em Comunicação Social / PUCRS. Mestre em Educação / UFRGS. Bacharel em Geografia / UFRGS. Professor Associado da UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Faculdade de Educação. Professor Adjunto da Escola de Humanidades / PUCRS. CV: <http://lattes.cnpq.br/7721027764504488>. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Av. Bento Gonçalves, 9500 Prédio 43113/203, Campus Vale. CEP 9154-000, Porto Alegre/RS, Brasil.[castroge@ig.com.br]

## 1 INTRODUÇÃO

Para o historiador Boyer (2003, p. 14): "[...] *nenhum lugar é 'turístico em si', nenhum sítio 'merece ser visitado', como diz a literatura turística; o Turismo é um produto da evolução sociocultural [...]*". Considerando tal assertiva, este texto analisa como historicamente se constitui o turismo em Porto Alegre, capital do Rio Grande Sul.

O trabalho apresenta um interesse duplo. Por um lado, considera as diferentes iniciativas e arranjos locais mobilizados para atender essa intencionalidade, ou "olhar do turista" (URRY, 2001), sendo uma história do turismo em Porto Alegre. Mas, ao estudar como esse território se torna objeto dessa intencionalidade e suas variações ao longo do tempo, também é possível traçar uma história do turismo situada a partir de Porto Alegre. Assim, é um estudo de caso que permite identificar elementos da evolução do próprio turismo, seus entendimentos, inovações e tendências gerais.

Este trabalho dialoga com uma abordagem teórico-epistemológica recente do turismo de origem francófona. A partir do estudo da emergência do turismo no tempo e no espaço, esses autores (ÉQUIPE MIT, 2005; ANTONESCU e STOCK, 2014; 2014a) propõem sua compreensão enquanto sistema. No entanto, ao partir de uma abordagem indutiva, essa é uma proposta de análise sistêmica distinta daquelas de caráter estruturalista, como a Beni (2003) ou Boullón (2006).

A renovação do interesse por práticas turísticas em cenários urbanos, e o debate sobre Turismo Urbano (DUHAMEL, 2007; 2007a; SELBY, 2004; SPIROU, 2011; GRAVARI-BARBAS, 2013; JANSEN-VERBEKE, 2009; HAYLLAR e GRIFFIN, 2011) é o outro ponto de interesse teórico.

Este estudo de caso exploratório e descritivo sobre a evolução do turismo em Porto Alegre, foi realizado a partir de uma pesquisa documental. A partir de busca sistemática houve a composição de um corpus com 135 documentos que são testemunho e também reflexo das iniciativas de ativação turística da cidade. A análise desse *corpus* foi cotejada com pesquisa bibliográfica sobre a evolução urbana de Porto Alegre (ALONSO; BANDEIRA, 1988; PESAVENTO, 1999; DE SOUZA e MÜLLER, 2007; SINGER, 1968).

Como resultado, há proposta de periodização da função turística na cidade em cinco arranjos, a saber: do enquadramento em cânones turísticos à Exposição do Centenário Farroupilha (1935); "Porto Alegre: cidade de turismo" e o Guia Touring Club (1945 e 1955); Turismo como função do poder público, Embratur e Eatur em 1978; abertura

econômica e Administração Popular (1989-2004); e Copa do Mundo (2005-2015).

Evidencia-se o caráter histórico e situado do acolhimento e desenvolvimento da função turismo nesta metrópole. É um processo marcado por avanços, retrocessos, intermitências, e, sobretudo, em diálogo e competição com outros interesses que pautam a produção do espaço urbano da capital gaúcha. No entanto, é necessário marcar que há uma permanência da intencionalidade turística sobre cidade, apesar das variações de sua articulação neste sistema global de destinos, da perda da função turística de alguns pontos de seu território, ou do desempenho da gestão do destino.

As particularidades do turismo em Porto Alegre tecem um nó na trama que é o sistema turismo global, em que cada elo da tecedura é único, uma articulação particular com especificidades de cada local e de sua relação com o conjunto da trama. No entanto, nota-se que Porto Alegre traduz regionalmente elementos de tendência mais geral sobre o turismo nas cidades. Exemplo disso é o discurso turístico centrado na modernidade, no patrimônio cultural e na produção de eventos, elementos que Duhamel (2007a) já identificava como apelo das metrópoles no século XIX, ou ainda, iniciativas como a reconversão de espaços centrais em equipamentos culturais, a criação de centros de eventos e a produção de eventos (GRAVARI-BARBAS, 2013; SPIROU, 2011).

Este texto está organizado do seguinte modo: há uma breve revisão teórica dos pressupostos do que está sendo considerado por turismo e implicações de seu caráter histórico e de articulador global. Posteriormente, é discutido o caráter urbano do turismo e a emergência de uma produção teórica sobre práticas turísticas no cenário das cidades, em particular metrópoles. A seção metodológica expressa algumas escolhas e posicionamentos realizados neste estudo, sobretudo a respeito do tipo discursivo Literatura Turística. Finalmente está a descrição das principais características dos arranjos de articulação da função turismo em Porto Alegre em relação à evolução urbana da cidade e dinâmica do Sistema Turismo global. Nas considerações finais destacamos as implicações teóricas e práticas dos resultados, apontamos limitações deste estudo e possibilidades para investigações futuras.

## 2 TURISMO: UM SISTEMA EM EVOLUÇÃO QUE ARTICULA O MUNDO

Duhamel (2013) e Cuvelier (2010) situam a invenção do Turismo na Inglaterra entre 1700 e 1740, durante a primeira revolução industrial. Entendendo

por Turismo um sistema de práticas, lugares e atores que visa à re-criação dos indivíduos (ÉQUIPE MIT, 2005). Produto da modernidade, o turismo representa uma revolução de consequências semelhantes à industrial (ÉQUIPE MIT, 2011). Desde sua emergência, tem se transformado, em um processo que passa a englobar novos locais, novos comportamentos, novos significados e a associar agentes diversificados.

Antonescu & Stock (2014) propõem uma análise empírica da evolução do Sistema Turismo ao acompanhar suas transformações e expansão por meio de guias de viagem. Os autores concluem que "desde o começo do século XIX os padrões espaciais do Turismo mudaram radicalmente: de um sistema compreendendo um pequeno número de lugares para um sistema global de locais turísticos" (ANTONESCU e STOCK, 2014, p. 77).

A constatação da historicidade do Turismo traz implicações epistemológicas importantes. Um exemplo é a crítica à noção de 'vocação' turística, ou à tese funcionalista do Turismo, como resultante da necessidade de escape das pressões cotidianas e inerente carência do verde por parte das sociedades industriais. Outra implicação é considerar as particularidades da articulação e posição de cada destino neste sistema, afastando-se da leitura etapista de suas dinâmicas e evolução, como a do ciclo de vida de Butler (1980).

Os locais são atravessados pelo turismo de diferentes modos, com implicações e composições distintas, em uma diversidade de tipos urbanos. O sistema global turismo não é uniforme, mas espacialmente e temporalmente diferenciado. Os elementos dessa interconexão — ou a 'liga da maionese', na metáfora de Violier (2008) — variam em cada destino. Os arranjos turísticos variam, fortalecendo-se ou debilitando-se, o que não implica a ausência de certas regularidades, como atesta a tipologia espacial de Duhamel (2003) e Equipe MIT (2011).

Como prática sociocultural, o turismo tem origem e caráter eminentemente urbano (KNAFOU, 2007; PIMENTEL e CASTROGIOVANNI, 2016; PIMENTEL, 2009). São as cidades os primeiros locais a constituírem-se em destinos (URBAIN, 2002; ÉQUIPE MIT, 2005). Por concentrarem os equipamentos de hospedagem, "emerge[m] como uma ilha acolhedora no universo dos viajantes" (URBAIN, 2002, p. 182). No período entre os séculos XVI e XVIII quando existia não mais que um proto-Turismo (ÉQUIPE MIT, 2005), eram as cidades que figuravam nos relatos das coisas vistas por mercadores, diplomatas, prelados e outros escassos viajantes. O campo e os espaços não povoados, ao contrário, eram sinônimo de perigo, da natureza hostil e da ausência de 'algo digno de nota'.

A sensibilidade estética que iria despertar fluxos para novas paisagens, conotadas como pitorescas ou sublimes (LÖFGREN, 2006) era ainda incipiente. No século XIX, o movimento centrípeta em direção à cidade se inverte, com a expansão da industrialização e o crescimento das urbes ganha vigor o discurso antiurbano (URBAIN, 2002). A cidade é percebida como um local com ausência de beleza, poluído, barulhento, pestilento, em que se acumulam problemas sociais: um câncer moderno. Uma nova inflexão do interesse turístico pelas cidades, em especial metrópoles, passa a ocorrer nos últimos quarenta anos.

Spirou (2011) descreve o processo em que o desenvolvimento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), o barateamento dos custos de transportes e a integração de diferentes mercados estimulou a (re)organização das empresas em rede. Nesse contexto de mobilidade facilitada as organizações passam a buscar vantagens locais. Isso desencadeia a descentralização, flexibilização e dispersão de distintas atividades produtivas implicando em um movimento de relativa desindustrialização das metrópoles de sua progressiva especialização no setor terciário.

A presença de áreas abandonadas permite projetos de refuncionalização e novos investimentos nos centros urbanos. O papel da imagem e do marketing também adquire certa proeminência para cidades que competem pelos investimentos desse capital móvel — no que Harvey (2006) denomina cidade empreendedora.

O Turismo, tradicionalmente associado à fuga da cidade industrial, torna-se um signo de urbanidade e de centralidade dessa cidade terciária simbolizada pela festa, multiculturalidade e poder (GRAVARI-BARBAS, 2013). Mesmo em destinos tradicionais, como as capitais européias, a proposta de políticas específicas de turismo é algo da década de 1990 (VIOIER e ZARATE, 2007).

As cidades procuram tornarem-se turísticas promovendo seus lugares, manifestações e paisagens enquanto elementos dignos de capturar o Olhar do Turista (URRY, 2001). Algumas iniciativas nesse sentido são: a criação de equipamentos lazer, ou a realização de intervenções urbanas, a exemplo de ícones arquitetônicos ou da realização de eventos; mas também a produção de uma imagem da cidade enquanto destino turístico através da publicidade e promoção, bem como a ativação e valorização turística de seu patrimônio (GRAVARI-BARBAS, 2013; SELBY, 2004; SPIROU, 2011).

Mesmo cidades tradicionalmente industriais com demanda calcada na mobilidade corporativa, buscam diminuir os efeitos da sazonalidade e rentabilizar os

investimentos feitos em uma estrutura receptiva através da diversificação de sua oferta. Um processo em que a existência de serviços turísticos e a capacidade de atrair visitantes, interessados na diversidade de opções de descoberta, de jogo, de entretenimento e de consumo, torna-se uma medida de sua importância enquanto nó da rede global.

Tal movimento é seguido por um interesse teórico, como aponta Jansen-Verbeke (2009) na *Encyclopedia of Tourism* editada por Jafar Jafari. O verbete indica a emergência do campo de estudos sobre Turismo Urbano a partir de 1980. De modo geral os temas em destaque neste campo são: a distribuição espacial do turismo e a configuração de áreas funcionais especializadas (*tourism precincts*), ou em um tom crítico, os processos de gentrificação e segregação espacial evidenciados por tais espaços; as estratégias de *city marketing* e a produção de imaginários para atração de visitantes, bem como as contestações sobre sua autenticidade e a mercantilização de culturas e identidades.

Outro campo de investigação são os efeitos das intervenções urbanas e megaeventos que têm o turismo como subterfúgio, e os reflexos de suas articulações no plano da política, das finanças e da produção do espaço urbano. Hayllar (2011) Selby (2004) e Spirou (2011), são exemplos de obras que buscam compilar e sintetizar as discussões atuais sobre o turismo em cidades.

Cabe apontar, no entanto, que apesar de ser um termo consagrado na busca de compreender as peculiaridades do desenvolvimento do turismo tendo as cidades como cenário, a expressão Turismo Urbano é imprecisa. Isso porque todo turismo é produto de uma sociedade urbana e um vetor de sua expansão (DUHAMEL, 2007; PIMENTEL e CASTROGIOVANNI, 2016) e assim não alcança a diversidade de situações da relação entre urbano e turismo. Como comparar uma metrópole como uma estação balneária? Qual posição das cidades médias na relação entre hierarquia urbana e turismo? São questões meditadas na tipologia de Duhamel (2003) e Equipe MIT (2011).

Tendo em vista esse interesse teórico sobre o Turismo Urbano, aliado a uma preocupação por entendê-lo a partir de uma perspectiva histórica e situada no Sistema Turismo, é que este trabalho se propõe a analisar o caso de Porto Alegre, entendida como "uma cidade polivalente que dispõe da função turística como uma entre outras" (VIOLIER e ZARATE, 2007, p. 146). Isso a coloca junto com locais investidos pelo turismo, distintos de locais criados pelo turismo e de locais subvertidos pelo o turismo, em que esse opera transformação da dinâmica produtiva, tornando-se essencial, como Gramado (RS), por exemplo.

### 3 METODOLOGIA: O TIPO DISCURSIVO LITERATURA TURÍSTICA COMO FONTE DE PESQUISA

Esta pesquisa de caráter exploratório e descritivo é um estudo de caso. A principal estratégia de investigação é a pesquisa documental (FLICK, 2009), triangulada com a revisão bibliográfica sobre o desenvolvimento urbano de Porto Alegre. Para Flick (2009) a pesquisa documental pressupõe um processo de busca e de seleção, pautada em critérios como autenticidade, credibilidade, representatividade e significação, visando à formação de um *corpus*. Maingueneau (2015, p. 40) define *corpus* como um "conjunto de textos agrupados para responder a um questionamento explícito".

A constituição do *corpus* analisado ocorreu partir de uma busca sistemática em bibliotecas, arquivos, livrarias de obras usadas (sebos) e fontes online, resultando em um conjunto de documentos da literatura turística cujo referente é Porto Alegre. Foram encontrados um total de 135 documentos que formam a coleção investigada, abrangendo um período de cem anos, de 1915 a 2015, embora em uma distribuição não uniforme. Foi realizada uma análise interna de cada documento, inspirada na Teoria Fundamentada (STRAUSS e CORBIN, 2008) e sua triangulação com o conjunto do *corpus*.

Dois questões de referência nesta análise foram: quais os arranjos daquele território e tempo cristalizados em cada proposta de acolhimento aos visitantes? Quais características do Sistema Turismo de cada época que estão expressos em cada documento? Neste processo foi possível identificar algumas fontes que se destacaram pela riqueza de informações e detalhes, condensando aspectos de um conjunto mais amplo, enquanto outras eram mais sintéticas. É a diferença, por exemplo, do Guia 4 Rodas de 1965 (ABRIL, 1965), em que é apresentada apenas uma lista com nomes e hierarquização de alguns atrativos, em contraste com o Guia Embratur de 1978 em que há um texto introdutório sobre a história da cidade, descrições de cada ponto turístico, ilustrações em bico de pena, além de um relato o processo de elaboração do guia.

A regra para seleção dos documentos foi o pertencimento a um tipo discursivo, isto é, textos que designam "práticas discursivas ligadas a um mesmo setor de atividade, agrupamentos de gêneros estabilizados por uma mesma finalidade social" (MAINGUENEAU, 2015, p. 66), ao qual denominamos por Literatura Turística (LT).

Entende-se aqui por LT os textos cujo público-alvo são os visitantes de determinado espaço, embora não necessariamente a eles restritos. Tais

textos têm como função servirem de apoio para estrangeiros em uma terra estranha e atuam como ferramentas para a descoberta e para prática turística de determinado espaço, além de promoverem lugares e imaginários particulares.

Essa definição fez com que não fossem considerados para análise textos que apesar de apresentarem a cidade, muitas vezes aproximando-a de cânones turísticos, fossem veiculados a público-alvo de habitantes de Porto Alegre, como é o caso da Revista do Globo<sup>1</sup>, ou imprensa local. Como tipo discursivo, a LT inclui diferentes gêneros discursivos (MAINGUENEAU, 2015, p. 66), tais como: guias e relatos de viagem, cadernos de Turismo de jornais, revistas de bordo, mapas, encartes, folhetos distribuídos a visitantes, bem como, blogs, aplicativos e plataformas interativas da web 2.0 - embora estes últimos não tenham sido objeto desta investigação.

Embora não seja o único, pode-se considerar o guia de viagem como gênero emblemático desse tipo discursivo. Antonescu e Stock (2014, p. 5) destacam que os guias representam "o momento em que a função turística de um local é confirmada por um documento", em que há "o reconhecimento, por uma configuração constituída por turistas, editores e redatores de um local como sendo turístico" (ANTONESCU e STOCK, 2014, p. 5).

Como fonte de pesquisa existe a possibilidade, "portanto, de historicizar o Turismo e reconstruir a maneira como o espaço turístico foi imaginado em um dado momento. Trata-se de julgamentos sobre os locais geográficos que são contingentes, mas não arbitrários, e que mudam ao longo do tempo (ANTONESCU e STOCK, 2014, p. 7).

Considera-se que, se por um lado, tais sugestões estão relacionadas ao jogo que os turistas fazem de descobrir e relacionar-se com a alteridade, por outro, esse discurso também vincula-se ao modo que o público-alvo de visitantes é imaginado pelos autores dos textos. Ou seja, ali também é possível identificar como é concebida a própria figura do turista e o papel atribuído ao turismo por aquela sociedade.

As indicações e as escolhas realizadas nos textos da LT são permeadas de implicações políticas, muitas vezes refletindo disputas da sociedade anfitriã. Esses discursos constituem a cristalização de arranjos de atores, objetos e intencionalidades, que resultam das iniciativas de atribuir-se uma denotação turística a determinado território, do qual são também a expressão. Seus enunciados são uma janela a partir da qual é possível reconstituir os cenários e os

propósitos que presidiram a proposição de tais diálogos entre visitantes e espaço visitado.

Por vezes, os guias, folhetos, brochuras e reportagens são os únicos rastros de projetos e iniciativas turísticas que tiveram lugar em um destino. Analisar as proposições da LT parece crucial para entender como um território se constitui em destino. Quais práticas e locais são sugeridos aos visitantes? Quais imaginários são evocados? Como esse território é inventado/inventariado por essa literatura? Quem se propõe a designar e endossar o que é considerado turístico em um destino? Essas são algumas das possibilidades de leitura e análise desses textos, além da consideração da distribuição cronológica de sua emergência. Contudo, neste texto o foco restringe-se aos arranjos que lhe produziram.

Além da análise documental desse corpus da LT sobre Porto Alegre, contribuiu para os resultados dessa pesquisa o processo de triangulação (FLICK, 2009) com outras fontes. A principal delas foi o resultado de uma revisão bibliográfica sobre a evolução urbana da cidade (ALONSO e BANDEIRA, 1988; DE SOUZA e MÜLLER, 2007; PESAVENTO, 1999; SINGER, 1968). Outra é o relato de Osvaldo Goidanich (1992), personagem importante para o desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Sul no século XX. Além da própria vivência dos autores que residem em Porto Alegre e já realizaram entrevistas com pessoas ligadas ao Turismo na cidade por conta de outros projetos de pesquisa.

## 4 ANÁLISE

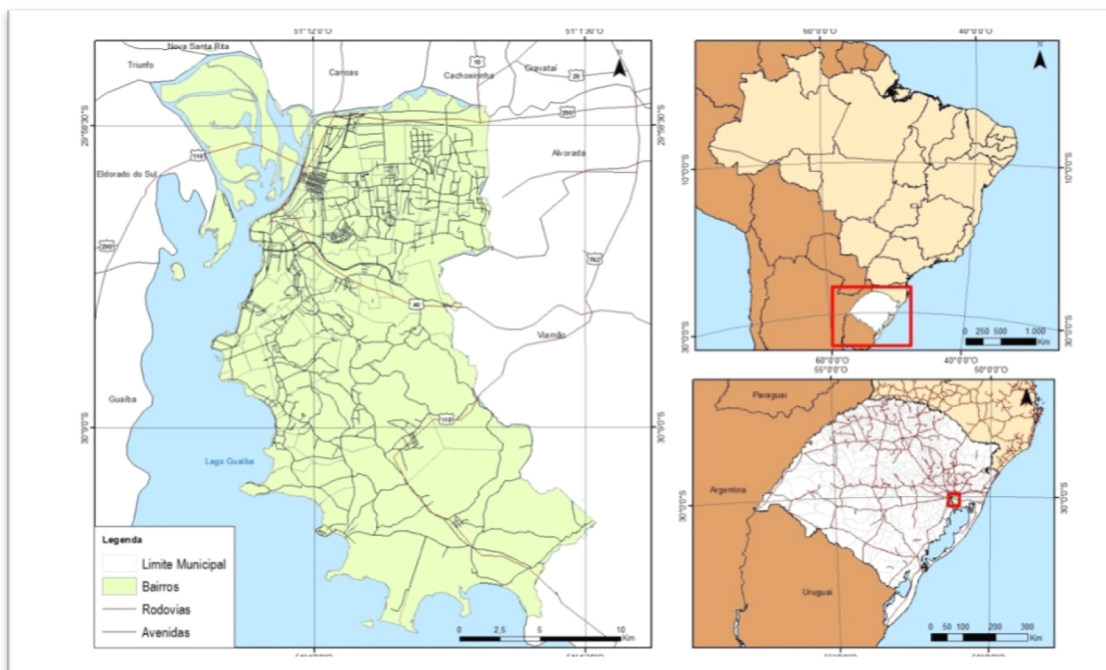
### 4.1 Objeto de Estudo

O objeto desta pesquisa é o desenvolvimento do turismo situado em Porto Alegre, assim cumpre apresentar brevemente esse referente da LT investigada. A localização de Porto Alegre é apresentada na figura 1. Ela é considerada uma Metrópole Regional (IBGE, 2008), cuja economia, após um processo de desindustrialização, está baseada em atividades do setor terciário, que representam 85,3% dos 57,37 bilhões de reais de seu PIB (FEE, 2014). É o décimo maior município brasileiro em população, com 1,472 milhão de habitantes (FEE, 2014), e polo da quinta maior região metropolitana do Brasil, com população aproximada de 4 milhões de habitantes.

A sua curva de crescimento demográfico pode ser analisada na figura 2. Porto Alegre é um dos 65 destinos indutores do Ministério do Turismo, e está na classe A, na hierarquia do Mapa Brasileiro de Turismo, segundo o qual recebe anualmente 3,17 milhões de visitantes (BRASIL, 2018).

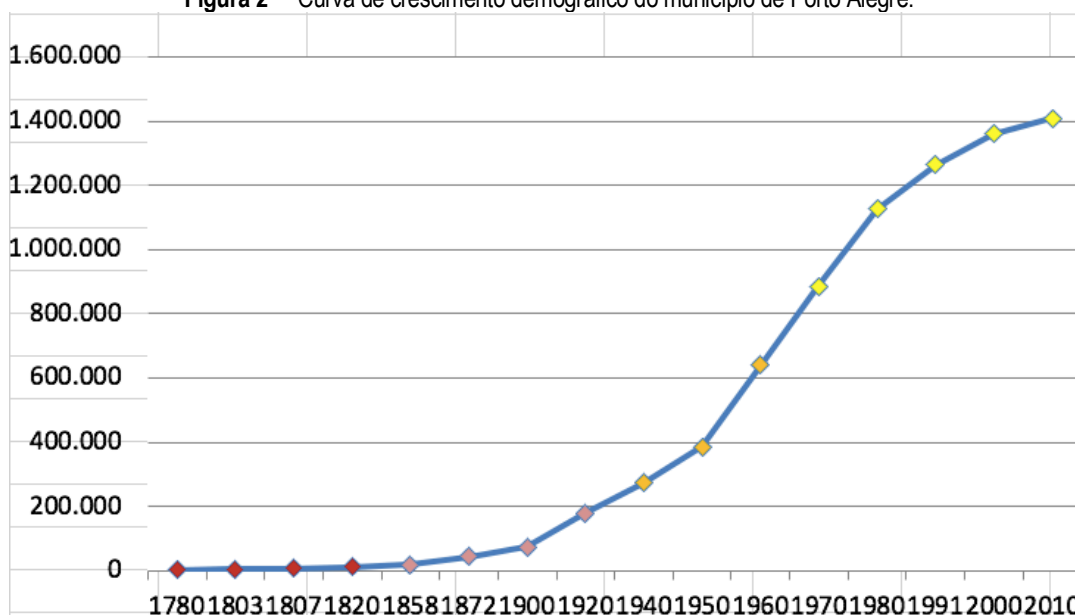
<sup>1</sup> Periódico ilustrado editado pela Livraria do Globo entre 1929 e 1967 que foi referência para a cena cultural Porto Alegre

Figura 1. Mapa com a localização de Porto Alegre (RS).



Fonte: elaboração dos autores.

Figura 2 — Curva de crescimento demográfico do município de Porto Alegre.



Fonte: elaborado pelos autores, baseado em De Souza e Müller (2007) até 1858, e Censo do IBGE (2017) de 1872 a 2010.

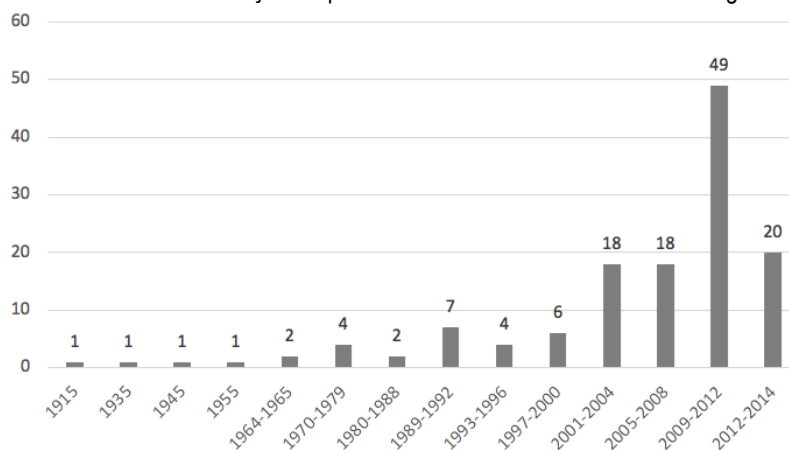
A curva de crescimento demográfico expressa as transformações pelas quais o município passou ao longo do último século, fruto do processo de industrialização, acolhimento do êxodo rural e especialização em serviços. É nesse o cenário em transformação que está a seguinte análise de modo como esse destino articula-se no Sistema Turismo e de como a função turismo se insere em seu território

#### 4.2 Interpretação e Discussão: Porto Alegre no Sistema Turismo, uma proposta de diferentes temporalidades

Uma primeira aproximação da dimensão temporal do Turismo em Porto Alegre a partir do corpus estudado é avaliar as datas de produção desses documentos, o que pode ser visto no gráfico 1.



**Gráfico 1** — Distribuição temporal da literatura turística sobre Porto Alegre.



**Fonte:** elaborado pelos autores com base no *corpus* investigado.

Até os anos 1960 os documentos da LT são raros e frutos de iniciativas pontuais. Naquela década nota-se o fortalecimento de um Sistema Turismo doméstico com o lançamento do Guia Quatro Rodas (ABRIL, 1965) de edição e abrangência nacional, assim do Caderno Turismo do jornal Folha de São Paulo. Nos anos 1970 há engajamento de diferentes atores na promoção turística da cidade, particularmente entidades estatais responsáveis pelo turismo nas três esferas do executivo. Os anos 1980 são marcados por uma relativa escassez de testemunhos. A concentração de documentos a partir dos anos 1990 parece indicar uma mudança do próprio papel do Turismo na agenda política do município. Esse movimento faz eco ao contexto de mobilidade ampliada e de um contexto de competição urbana em um mundo globalizado em que há uma busca das cidades em inserirem-se. Aspectos comentados na produção teórica sobre Turismo Urbano discutida anteriormente.

Outrossim, diferentes indicadores corroboram a maior presença de visitantes à cidade a partir de então, como tamanho de sua oferta hoteleira e o fluxo em seu aeroporto. Apesar disso, é válido recordar que muitos desses documentos da LT investigada, como folhetos e catálogos, via de regra não são objeto de um protocolo de conservação e, tendo em vista as vicissitudes do tempo, essa abundância recente também pode refletir a maior probabilidade de documentos terem chegado até nós. É interessante considerar certas lacunas temporais em que há uma ausência de fontes, e refletir em que medida poderiam indicar uma certa intermitência, ou enfraquecimento, do Turismo na cidade.

Um segundo momento na aproximação a esse corpus foi o exame interno de cada documento em uma análise qualitativa inspirada na Teoria Fundamentada (STRAUSS e CORBIN, 2008) e sua posterior triangulação (FLICK, 2009), com o conjunto dos documentos. A partir dessa análise e tendo em vista o estudo das transformações da própria cidade,

de sua situação frente ao conjunto do espaço em que interage e do Sistema Turismo como um todo, parecem emergir cinco momentos, ou arranjos, do Turismo em Porto Alegre, que são: do enquadramento em cânones turísticos à Exposição do Centenário Farroupilha (1935); “Porto Alegre: cidade de turismo” e o Guia Touring Club (1945 e 1955); Turismo como função do poder público, Embratur e Epatur em 1978; abertura econômica e Administração Popular (1989-2004); e Copa do Mundo (2005-2015).

Antes de caracterizar e discutir os quatro primeiros arranjos vale ressaltar que essa configuração está pautada nas características históricas de cada arranjo turístico cristalizado e não em uma distribuição cronológica uniforme das fontes. Outro ponto é que, até por sua escassez, essas fontes foram consideradas como janelas históricas para esses períodos, há assim o destaque para uma dimensão eventual, mais do que uma preocupação detida em estabelecer as fronteiras de continuidade e ruptura entre cada arranjo apresentado. Esse caráter pontual é mais presente nos três primeiros arranjos, nos dois últimos existe uma continuidade de documentos e uma ruptura política bastante clara a partir das quais já é possível uma avaliação do período de modo transversal.

É pertinente também considerar a distribuição temporal dos documentos da LT sobre Porto Alegre face à cronologia dos autores que estudam o Turismo Urbano e aos estudos sobre a articulação do Sistema Turismo. Sendo este um estudo de caso de caráter indutivo a proposta de periodização aqui realizada é reflexo de uma dinâmica local. No entanto, não deixa de refletir movimentos de abrangência mais ampla, tal como forte presença do Estado na década de 1970, o movimento de desindustrialização nos anos 1980 e de inserção em uma competição urbana, marcada pela abertura da economia brasileira e busca por descentralização administrativa, no final dos anos 1990 e início dos 2000.



#### 4.2.1 Do enquadramento em cânones turísticos à Exposição do Centenário Farroupilha (1915–1935)

Entende-se o Turismo como decorrência de uma prática cuja origem é situada no tempo e no espaço, cujos códigos e modos de perceber o mundo desenvolveram-se em paralelo a mobilidades de interesse científico, artístico e desportivo (BOYER, 2003; DUHAMEL, 2013; ÉQUIPE MIT, 2005; LÖFGREN, 2006; URRY, 2001).

Em diversas obras que tratam sobre a história do surgimento das práticas turísticas, a emergência de um olhar estético para o mundo é um marco importante. Há, com a modernidade, o desenvolvimento de uma cultura que percebe o espaço enquanto elemento provocador de emoções e que ao mesmo tempo desenvolve os sentidos. A conotação utilitarista, ou de medo do desconhecido, próprios da sociedade medieval, dão lugar à curiosidade moderna. Institucionalizam-se as vistas e o modo como devem ser apreciadas pelos visitantes (LEOTTA, 2005; URRY, 2001). Configura-se um processo em que a produção de códigos estéticos, determinando uma paisagem-matriz, retroage sobre a paisagem-marca (BERQUE, 1998), e progressivamente há uma expansão do maior número de lugares lidos desde tal matriz.

Também no caso de Porto Alegre os primeiros visitantes da cidade que nos legaram relatos vieram em expedições científicas, comerciais e militares. Não obstante, imiscuído a esses propósitos está o surgimento de um olhar estético sobre sua paisagem, seu enquadramento nos cânones turísticos por parte de um público estrangeiro Ocidental e a percepção de seu espaço como um campo para descoberta. Nesse sentido, vale a pena reproduzir a descrição da cidade publicada na revista *American Naturalist*, em abril de 1883. É interessante notar o esforço do narrador em traduzir Porto Alegre a partir de elementos de referência comum ao público leitor norte-americano.

“O Guaíba é muito pitoresco. Altos morros graníticos circundam a margem leste, por vezes despidos e precipitados, frequentemente com encostas gramadas e ravinas pontilhadas por florestas. Umhas poucas ilhotas rochosas estão espalhadas sobre o canal, uma delas é usada como armazém de pólvora e estação de sinalização náutica, mas não existem fortificações. [...] O ponto sul é baixo e margeado por uma floresta pantanosa; o ponto norte, sobre o qual a cidade está construída, é um promontório granítico com certa de 150 pés de altura. Essa elevação, embora pequena, muito contribui para o caráter pitoresco do lugar; casas brancas e amareladas, com telhados vermelhos, são visitas elevando-se uma sobre a outra, e os prédios públicos coroam o morro com belo efeito.

Das cidades brasileiras essa é a menos tropical em aparência, a arquitetura mostra alguns traços daquele tipo romano degradado comumente visto na América espanhola e portuguesa, mas mesmo isso não é muito notável, na chegada nos poderíamos nos imaginar em uma cidade portuária dos Estados Unidos. As ruas são largas e bem pavimentadas com pórfiro dos morros adjacentes, mas eles são mal drenados e sujos - outro lembrete, talvez, de Nova Iorque e Filadélfia. Casualmente encontramos hotéis excelentes e muito razoáveis em suas taxas; todos tem nomes italianos ou franceses, com que propósito seria difícil dizer, pois essas nacionalidades mal estão representadas na cidade. Existem ao redor de 35.000 habitantes, na maioria brasileiros brancos e alemães. [...]

Fizemos várias pequenas excursões ao entorno da cidade, notando as peculiaridades físicas da região e tomando nosso primeiro vislumbre de sua fauna e flora. Linhas de bondes correm em várias direções, permitindo pequenas excursões muito agradáveis, e além dessas existem boas estradas e caminhos pela beira do rio entre os morros e ravinas. Por toda parte há a mesma mescla de aspectos tropicais e temperados; pessoas, costumes, arquitetura, animais e plantas, o próprio ar, mudando de abafado para gelado no mesmo dia, mostrou-nos que estávamos em uma fronteira, que compartilha características de duas regiões.” (SMITH, 1883).

A apreciação estética da paisagem, com ênfase em seu caráter pitoresco, a comparação com outras cidades na tentativa de interpretar o que era experimentado - em uma tentativa de traduzir o desconhecido para um novo público -, as excursões com o propósito de descobrir o espaço visitado, descritas como agradáveis, a percepção de Porto Alegre como alteridade particular, uma mistura entre tropical e temperado, a existência de equipamentos hoteleiros capazes de acolher visitantes; esses parecem ser elementos indicativos que estava em formação a intencionalidade turística sobre o espaço de Porto Alegre. Alguns desses aspectos são reproduzidos até hoje nos textos que visam dotar o visitante de chaves para interpretar esse destino turístico.

Esse relato era voltado ao público interessado nas expedições geográficas da época. Todavia, as primeiras publicações do gênero guia de viagens intencionadas para visitantes do continente sul-americano encontradas nesta pesquisa são da primeira década do século XX, o *Land of the Southern Cross*, de 1911, e o *The Guide of South America*, de 1915. Ambas escritas em inglês para um público norte-

americano e europeu a fim de realizar o tour no continente ou estabelecer contatos comerciais.

O guia escrito por Hirst e publicado em Nova Iorque em 1915 é a primeira menção encontrada sobre Porto Alegre enquanto destino turístico. Embora qualificada como uma 'attractive town, of over 100,00 inhabitants (HIRST, 1915, p. 142), o guia aponta "Não é muito provável que muitos viajantes queiram visitar o sul do Brasil. O clima é bom mas os objetos de interesse não são numerosos" (HIRST, 1915, p. 140). Visitar a região implicaria, de certa forma, um desvio da rota mais comum para se conhecer o continente.

Ambos os guias (CURRIER, 1911; HIRST, 1915) recomendam uma viagem de 120 a 180 dias, com a primeira parada no porto de Pernambuco. O destaque da jornada era a Argentina - e o progresso do país então -, e depois a continuação se fazia pelo Oceano Pacífico e Canal do Panamá. O mapa da figura 3 ilustra a jornada:

**Figura 3.** Itinerário de viagem apresentado no guia *Lands of the Southern Cross*.



THE AUTHOR'S ITINERARY

Fonte: Currier (1911).

O continente era objeto de viagens turísticas organizadas por companhias como a Thomas Cook and Sons e as empresas de vapores Hamburg-Amerika, Royal Mail Steam Packet Company e Pacific Steam Navigation Company. Já então a América do Sul era indicada àqueles que buscavam caminhos "off the beaten track", e percebem-se indícios da tentativa

em diferenciar viajantes e turistas. É interessante observar como o continente é apresentado pelo Reverendo Currier em seu guia de 1911:

A América do Sul, tão longe, é um campo inexplorado pelo turista comum; na verdade contém pouco para atraí-lo. O turista comum segue a multidão; ele viaja pelos circuitos habituais, e caminho de menor resistência. Ele contrata a passagem em um transatlântico da moda, e faz Europa e o 'Oriente' (CURRIER, 1911, p. 15).

Ao estudar esses guias, testemunhos do arranjo do sistema turístico de sua época, depreende-se que Porto Alegre já existe no quadro turístico mundial, embora se encontre como desvio de rota em um continente periférico aos grandes fluxos internacionais e caro de se visitar. À mesma época, em 1915 (GOIDANICH, 1992), ao reverso dessa situação, instala-se em Porto Alegre a Exprinter, agência de viagens e casa de câmbio vinculada ao Banco Superville com matriz em Buenos Aires, permitindo à burguesia local a possibilidade de 'conhecer o mundo' engajando-se em um tour. Ou seja, a capital gaúcha vinculava-se ao sistema turismo global também - e talvez predominantemente - na condição de núcleo emissor. A cidade adquire a função de centro distribuidor dos fluxos turísticos na região, como atesta o Catálogo da Exposição Farroupilha de 1935, vetor de expansão do Turismo e sua urbanização para outras regiões do Estado em práticas como o veraneio à beira-mar no Litoral Norte, a busca do refrigério na Serra Gaúcha.

O Catálogo da Exposição de 1935 foi o primeiro texto encontrado dirigido a turistas escrito por porto-alegrenses. Nesta publicação comemorativa, o que é descrito como de interesse para os visitantes são as transformações urbanas promovidas pelo governo de inspiração positivista do intendente Otávio Rocha. O título da apresentação é "Porto Alegre, cidade que se renova" (RIO GRANDE DO SUL, 1935, p. 29), ali são elencados feitos como as grandes avenidas, os novos prédios públicos, os jardins de recreação e os trabalhos de saneamento. A cidade buscava mostrar aos visitantes sua conformidade com os signos da modernidade. Ao apresentar o espetáculo da modernidade e as formas de sociabilidade burguesas, Porto Alegre reproduz regionalmente, para a população de sua área de influência, o caminho indicado por Duhamel (2007a) no movimento de turistificação das metrópoles globais em que o interesse turístico estava assentado na possibilidade de estar em copresença com a modernidade e com o patrimônio histórico. Isso significava também o contato com eventos que apresentavam as vanguardas, tais como as exposições

universais que o evento busca reproduzir. Assim, o discurso da cidade moderna, progressista, higienizada é o tom das primeiras publicações voltadas para os visitantes, tais como o catálogo da Exposição do Centenário Farroupilha em 1935, e das comemorações do bicentenário da cidade, em 1940.

Ao analisar a publicação de 1935 encontra-se uma interessante diferença entre o termo *touriste*, escrito originalmente em francês, e os outros visitantes 'riograndenses', indicando talvez o modo como a noção desse substantivo foi construída e preenchida de sentido por ali. Aos primeiros, é assinalada a função de "atestar o progresso da cidade". Aos locais, visitar a exposição é tido como "dever cívico imprescriptível" (RIO GRANDE DO SUL, 1935, p. 11).

Ao se analisar os catálogos contemporâneos promovidos pelo órgão municipal de Turismo nota-se que ainda hoje existe certa confusão entre a figura do turista e do investidor, ou pessoa de negócios. Parece haver ainda uma distinção entre a hospitalidade oferecida aos visitantes internacionais ocidentais e àqueles locais, ou sul-americanos.

O catálogo ainda dá pistas a respeito da organização do Turismo de então. A exposição viu o início de uma iniciativa dedicada à função de acolher visitantes e que lhes apresentava a cidade em um escritório de informações turísticas (GOIDANICH, 1992). Os meios de hospedagem dispunham de agentes para ofertar e conduzir os turistas desde os dois portos fluviais ou da estação férrea até seus estabelecimentos. Esses meios de acesso à cidade hoje não existem mais, e os canais de distribuição da oferta hoteleira são outros. Outra diferença daquele arranjo comparado a hoje é a questão escala a partir da qual era percebida a presença de visitantes. Embora poucos numerosos para os padrões contemporâneos, esses forasteiros influenciavam a dinâmica do local ao torná-lo objeto de uma intencionalidade turística.

Além da cidade, apresentada sempre como moderna e cosmopolita, outros cenários para práticas turísticas existem em Porto Alegre. O próprio Rio Guaíba adquire novos usos, com as práticas balneárias e também desportivas, vide os clubes de remo ou natação, muitos de origem germânica<sup>2</sup> como a Sogipa, Grêmio Porto Alegrense, Grêmio Náutico União, para citar alguns. Um exemplo desse impulso é a subversão turística do 'trenzinho da Tristeza'. Implantado ainda no século XIX ligando o centro à Ponta do Asseio, tinha

por finalidade afastar os dejetos do núcleo urbano, mas tornou-se o transporte de banhistas rumo aos, agora, balneários de Pedra Redonda e Ipanema. Posteriormente, essas áreas de balneários foram incorporadas ao cotidiano da cidade, perdendo, ou ao menos atenuando fortemente, seu caráter turístico, para o que contribuiu também a poluição das águas, além da ampliação de conexões com outros locais mais adequados aos gostos dos veranistas contemporâneos, tais como as praias marítimas.

#### 4.2.2 "Porto Alegre: cidade de Turismo", Guia do Touring Club 1955

Vinte anos depois, a literatura turística sobre Porto Alegre testemunha outro arranjo em "Porto Alegre: cidade de Turismo", publicado inicialmente no almanaque de Pimentel (1945, p. 592) "Aspectos Gerais de Porto Alegre" e ampliado no guia do Touring Club de 1955 (p.6), cuja edição foi coordenada por Goidanich. Porto Alegre é descrita como uma moderna cidade industrial, com arranha-céus e entorno pitoresco. Cabe apontar que até a década de 1960 Porto Alegre se concentra no centro, cuja verticalização, datada dessa época, é testemunho.

O guia produzido pelo Touring Club local (1955) apresenta uma cidade cuja identidade se assenta no progresso e em sua modernidade, atestados por sua importância enquanto capital e centro industrial. Além de uma apresentação da Geografia urbana de Porto Alegre em 'Retrato da cidade a 'vol d'oiseau' (TOURING CLUB, 1955, p. 18), aponta-se o que deveria chamar a atenção dos visitantes: as zonas de comércio e grandes magazines, a diversão noturna e oferta cultural, a arquitetura e trabalhos de modernização.

É neste cenário urbano verticalizado que é possível testemunhar efervescência cultural da cidade, em palcos como a Rua da Praia e a área da cinelândia, nos arredores da atual Praça da Alfândega. Hoje, essa área ainda tem um peso importante no discurso turístico sobre Porto Alegre, no entanto, é notável sua mudança após o processo de descentralização e mudança da fisionomia urbana por influência do automóvel<sup>3</sup>.

Apesar de abrigar instituições culturais, a Praça da Alfândega é atualmente caracterizada como um núcleo que concentra instituições do setor financeiro e bancário e que perdeu o status de vitrine da cidade, ao

<sup>2</sup> Uma agenda de pesquisas futuras é rastrear esse movimento de importação de práticas turísticas cuja surgimento foi alhures e analisar sua importação para o Brasil, ou verificar o caso de invenções autóctones. Uma hipótese prematura é que a imigração europeia no sul poderia implicar uma origem distinta do sudeste em que a importação se deu através da elite cafeeira. As implicações dessa possível distinção também restam a ser investigados.

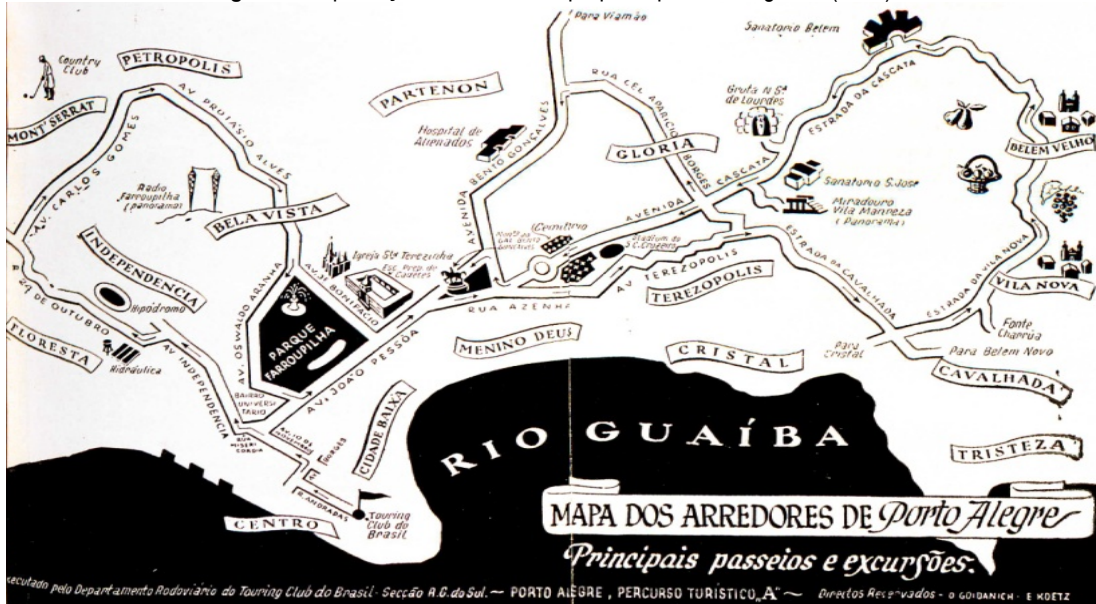
<sup>3</sup> Pesavento apresenta essa mudança "[...]os shopping centers que possibilitaram às camadas médias urbanas e às classes abastadas a participação num mercado de consumo sofisticado, em ambientes protegidos da marginalidade, cada vez mais presente na área central de Porto Alegre. [...] A Praça da Alfândega, Praça XV e a Praça Dom Feliciano, de lugares da sociabilidade burguesa transformaram-se em lugares de prostituição, de desempregados e biscoiteiros." (PESAVENTO, 1999, p. 165).

deixar de ser seu principal portão de entrada com a superação do transporte via fluvial.

No Guia do Touring Club (1955) existe ainda a proposta de dois circuitos turísticos em automóvel

pelos arredores da cidade, um em direção às colinas da zona leste e outro às praias do Guaíba. Ambos reproduzidos nas figuras 5 e 6, respectivamente.

Figura 5. Reprodução do Percurso A proposto pelo Touring Club (1955).



Fonte: Touring Club. Guia de Porto Alegre. Porto Alegre: Globo, 1955. Encarte da p.32

Figura 6. Reprodução do percurso B proposto pelo Touring Club (1955).



Fonte: Touring Club. Guia de Porto Alegre. Porto Alegre: Globo, 1955. Encarte da p.32.

Essas iniciativas de turistificação, assim como a compilação dos dados da oferta turística, a produção de uma cartografia dedicada a esse fim e a manutenção de um escritório de orientação e informações aos visitantes são conduzidos por uma associação privada: o Touring Club. É uma instituição

que nasce para incentivar o uso do automóvel. Aí sua atuação na produção de mapas rodoviários e na sinalização viária, mas também na formação de motoristas, na busca por compatibilização legal entre as habilitações de condutores de diferentes Estados, na oferta de assistência mecânica, na promoção de



eventos automobilísticos, entre outras iniciativas. Sua existência se deve em parte à influência dos Touring Clubs dos países vizinhos, Argentina e Uruguai, onde a promoção de uma cultura turística como instrumento para integração nacional, valorização patrimonial e promoção do lazer parece ter sido mais forte que no Brasil. Todos os clubes, por sua vez, estavam federados à uma associação internacional com sede na Suíça (GOIDANICH, 1992). Assim, um sócio do Touring Club Porto Alegre poderia ser atendido por outras instituições congêneres desta rede global. Recordar-se, mais uma vez a importação, ou migração de práticas, imaginários e cristalizações vinculados ao turismo.

Um aspecto marcante nos trabalhos do Touring Club é o entendimento que o desenvolvimento do Turismo regional (GOIDANICH, 1992) é tido sinônimo de ações como: sinalização, traçado de roteiros, pontos de apoio para informação, elaboração de guias. Isto é, está centrada sobre o provimento de repertório e marcadores que habilitem uma intencionalidade turística sobre o espaço. Algo tão necessário quanto básico, mas que, no entanto, parece pouco presente da agenda da LT atual pautada na ideia de segmentação de público, muitas vezes desvinculada do território apresentado.

Lendo a publicação sessenta anos após sua impressão, não podemos deixar de perceber o quanto alguns elementos tidos como expressão de uma cidade que se modernizava, e por isso dignos de nota, hoje integraram-se no cotidiano, perdendo seu brilho; isso quando não sofreram certa obsolescência. Os exemplos são múltiplos.

O Guia de 1935 destacava a modernidade do novo Palácio do Governo de 1921, as publicações atuais o apresentam como patrimônio histórico vinculado ao passado da administração positivista da cidade. Nos anos 1950 destacava-se a canalização do arroio Dilúvio, obra de engenharia considerável inaugurada àquela época e que hoje é uma paisagem banal, um riacho urbano poluído. Outro caso é o mirante de Santa Teresa, destaque nos anos 1950 e 1970 pelo panorama que de lá é possível apreciar, hoje significado pela insegurança (COSTA, 2015)<sup>4</sup> visto que foi objeto de urbanização irregular. Esses exemplos ressaltam o caráter situado e contingente do turismo.

A função turística dos espaços compete com outros usos e interesses no território. Em alguns casos essa pode ser preterida, em outros estimulada. Por outro lado, como aponta Violier (2008) o status

turístico se constrói a partir do jogo dos visitantes com a alteridade. Se a especificidade desse caráter particular a um local turístico torna-se comum ou não é objeto de manutenção, o próprio status turístico do local se erode. É o caso de alguns centros culturais, muito comentados em sua inauguração e depois objeto de uma triste obsolescência.

Ainda há o caso da mudança dos cânones que enquadram o que é percebido como merecedor de atenção, nos anos 1950 havia um destaque para uma imagem urbana vinculada a indústria, sinônimo de progresso, hoje os valores que conotam a urbanidade são outros como a festa e o cosmopolitismo. Ainda sobre os cânones turísticos é curioso notar que há um destaque seletivo da LT para arquitetura da cidade, com ênfase para o ecletismo do início do século XX e a invisibilidade do Modernismo dos 1950 e 1960.

#### 4.2.3 *Turismo como função do poder público, Embratur e Epatur nos anos 1970*

Há um contraste interessante entre os guias de 1955 e da década de 1970. Enquanto o primeiro é produto do terceiro setor, os outros atestam explicitamente que o Estado teria um papel a cumprir frente ao Turismo. As publicações da então Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR, 1978), 'Guia do Rio Grande do Sul' e da Empresa Porto Alegrense de Turismo (PORTO ALEGRE, 1977), 'Porto Alegre: terra de gente' apresentam o Turismo como objeto de uma política estatal.

Lê-se no prefácio da primeira publicação:

[...] Antes, a idéia de Turismo limitava-se a um símbolo conspicuo de classe, ia pouco além do lazer e do divertimento de alguns, num mundo espaçoso e, por infinitas razões, mais simples.

Na atualidade, o Turismo tem considerável importância social, política e econômica, pois, democratizando-se, transformou-se em instrumento de aproximação dos povos e meio de divulgação cultural.

Entretanto, esse instrumento carrega consigo riscos e ameaças à identidade das culturas nacionais, que precisam contar com mecanismos de defesa, preservação e promoção de seus valores culturais e de sua herança histórica.

No Brasil, essa tarefa é dever do Estado, não limitada à expressão física e territorial, mas abrangente, incluindo todos os valores que constituem a alma nacional: seu patrimônio histórico, artístico e cultural [...] (EMBRATUR, 1978, p. VIII)

<sup>4</sup> Assim é chamada da reportagem que descreve a situação atual do lugar: "Assaltos, tiroteios, disputas de gangues e extorsões tiram a tranquilidade de moradores e comerciantes local que já foi ponto turístico e cartão-postal e hoje está dominada pelo tráfico".



É um contexto de fortalecimento do estado nacional, conduzido pelo governo autoritário dos militares, que buscava com o Turismo a promoção: de um orgulho nacional, da imagem de um país alegre e harmonioso, do crescimento econômico, bem como a desconcentração do desenvolvimento. A missão de conduzir esse processo é vista como pertencente ao setor público, à diferença do momento anterior. Há uma articulação entre as esferas de governo, a publicação, patrocinada pelo governo federal na figura da Embratur e Ministério da Indústria e Comércio:

[...] contou com a colaboração de uma equipe de especialistas, está baseado em elementos colhidos em fontes oficiais, particularmente, na Companhia Rio-Grandense de Turismo - CRTUR, órgão executivo do Sistema Estadual de Turismo, e na Empresa Portoalegrense de Turismo S.A. - EPATUR, órgão executivo da política de Turismo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que permitiram o acesso a seus atualizados levantamentos no setor. (EMBRATUR 1978, p.1).

Ao tornar-se um programa de Estado, passam a ser funções públicas: estabelecer roteiros e itinerários turísticos, informar visitantes e manter atualizados bancos de dados oficiais sobre o setor. Além dessa atuação, desenvolver o Turismo implica em ações de maior peso, tais como: financiar e estabelecer linhas de crédito para empreendimentos hoteleiros; desapropriar terrenos para criação de parques turísticos; coordenar campanhas publicitárias e realizar a promoção turística dos destinos; fiscalizar empresas turísticas e realizar estudos técnicos que orientem a política de desenvolvimento coordenada pelo Estado. No começo da década de 1970, a partir da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), foi contratada uma consultoria espanhola Tecnibéria-Engevix, que realizou um extenso levantamento e indicações para Planos de Turismo dos três estados da região sul.

Em escala local, a Empresa Pública de Turismo de Porto Alegre (EPATUR), tinha por finalidade a organização de eventos de interesse turístico, a manutenção de uma estrutura de acolhimento aos visitantes, o planejamento e promoção da oferta turística da cidade.

Como imagem promovida da cidade, a modernidade e o progresso dão espaço à história e à tradição. Nota-se a valorização do passado e do regionalismo, presente nos Centros de tradições Gaúchas (CTGs), na decoração temática dos postos de informação turística - denominado bolicho - e também em uma fazendola criada na Estância da Harmonia, um parque junto ao centro da cidade, onde

os turistas poderiam montar a cavalo, ver aspectos folclóricos, testemunhar provas de laço entre outras habilidades do Gaúcho.

Na época da ditadura civil-militar Porto Alegre passou por grandes transformações: com obras viárias pautadas pelo preceito de difusão da cidade que priorizou à circulação baseada no automóvel; com a construção de novos prédios públicos fora do centro, expressando a modernidade e o crescimento do país; com a remoção da população pobre para áreas afastadas da cidade. É em meio a esse movimento de expansão da cidade e de grande transformação da paisagem urbana que surgiram as primeiras iniciativas de preservação do patrimônio edificado da cidade. Um exemplo emblemático é o Mercado Público, protegido por reivindicação popular após ser ameaçado para dar lugar à construção de uma avenida, em 1979. No guia de 1955 o Mercado estava "condenado a desaparecer" (p.24), já em um folheto de 2007 é visto como "uma síntese da cidade, sua história e sua diversidade" (PORTO ALEGRE, 2007, p.13).

Os guias de 1970 também testemunham o processo de descentralização de uma cidade que está se tornando polinuclear e desindustrializando-se. À verticalização do centro seguiu-se a perda de algumas de suas funções para outras áreas da cidade e a dispersão do contingente da população residente para outros bairros. O abandono do centro pelas altas classes a partir dessa época é também tendência em outras cidades brasileiras, como aponta Villaça (2001).

Neste movimento, a localização do escritório de informações turísticas, por exemplo, é uma tentativa de refuncionalização da antiga estação de bondes, que foram substituídos pelos ônibus. Outro caso é conversão da rua principal do centro da cidade em zona peatonal, em busca de um aspecto mais 'humano' e da valorização do comércio, em um bairro que se densificou de modo acentuado, onde a mobilidade individual em automóvel colocava problemas. Outra inovação constatada é a emergência turística de museus de arte e equipamentos culturais, antes inexistentes.

#### **4.2.4 Abertura econômica e Administração Popular (1989-2004)**

A década de 1980 é marcada por uma lacuna no corpus de literatura turística examinado. Em busca no arquivo municipal, notou-se que em geral os documentos relativos à EPATUR estavam restritos à organização do Carnaval. É apenas nos anos 1990 que emergem novamente iniciativas de roteirização. Certamente Porto Alegre não deixou de ser visitada, como atestam os dois mapas

encontrados, mas talvez isso indique a menor importância conferida ao turismo na agenda de desenvolvimento da cidade. Oscilação que não deixa de recordar o caráter contingente do sistema turismo.

Ao analisar a economia de Porto Alegre no final da década de 1980, Alonso e Bandeira (1988) constatam que ocorreu:

[...] uma modificação na estrutura da economia de Porto Alegre, paralela a uma redefinição de suas relações, na condição de metrópole, com a economia do resto do Estado e, de forma particular, com a das áreas mais próximas da Capital, como as Regiões Metropolitana e Perimetropolitana. (ALONSO e BANDEIRA, 1988, p. 7).

As atividades terciárias substituíram a indústria como matriz produtiva do município. Esse é um processo multifatorial e complexo que não cumpre aqui examinar. Porto Alegre cresce, portanto, como pólo de serviços e centro de comando terciário da economia regional. É neste contexto de inserção em uma nova arquitetura produtiva marcada pela abertura econômica e importância das tecnologias de informação e comunicação que devem ser vistas as iniciativas de ativação turística de Porto Alegre retomadas após certa letargia dos anos 1980.

Em Porto Alegre, o período entre 1989 e 2004 foi marcado pela Administração Popular. A cidade foi uma espécie de laboratório para as políticas públicas de esquerda, que se tornaram mundialmente conhecidas, como o Orçamento Participativo e o Fórum Social Mundial. Elementos que foram incorporados ao imaginário turístico da cidade e a projetaram como marca global, como atestam as apresentações feitas pelos guias Michelin (2013) e Lonely Planet (2010) sobre a cidade.

Em certo momento o Turismo foi visto como um meio de promoção de uma imagem de cidade, sobretudo para seus próprios habitantes. Neste sentido a proposta de Porto Alegre ecoava aspectos daquela de Barcelona, cujo modelo de gestão urbana inspirou muitas cidades. Na cidade catalã havia a premissa de que "organizar um espaço público em uma lógica de descoberta coletiva é concebê-lo como um instrumento de reapropriação de um espaço urbano por uma comunidade" (CLARIMONT e VLÉS, 2010, p. 16). Em relação ao Turismo existia a concepção de:

No início, neste projeto urbano [de Barcelona], o Turismo não tem um papel central. Os primeiros projetos de planejamento urbano da democracia (1979) vinculam-se menos à valorização da cidade visando ao sucesso do Turismo que a "reconstruir a

cidade sobre a cidade" para seus habitantes remediando as carências de equipamentos públicos. Era conveniente então "sanear o centro e monumentalizar a periferia" (CLARIMONT e VLÉS, 2010, p. 18).

Em Porto Alegre, trabalhando sobre o conceito de 'Turismo cidadão' (GASTAL e MOESCH, 2007) há uma proposta de desenvolver as comunidades das periferias por meio do Turismo e de fazer com que a população dos bairros centrais conhecesse e valorizasse sua cidade, destinando um novo olhar sobre seu patrimônio. Nessa época também está em discussão um novo Plano Diretor e nota-se como enunciados na LT reproduzem de algumas metas do documento como: 'Cidade que promove a qualidade de vida e do ambiente'; 'Cidade culturalmente rica e diversificada'; 'Cidade atrativa e competitiva'. Cumpre recordar que nesse momento de abertura econômica do país é à instância local que cabe um papel mais ativo na interação com atores globais, visando a um melhor posicionamento nessa reestruturação da arquitetura produtiva capitalista (HARVEY, 2005; SPIROU, 2011; SELBY, 2004; DE MATTOS, 2006). A busca por atrair investimentos, a formação de uma *city brand*, as iniciativas de empresariamento urbano fazem parte de contexto com o qual essa administração busca dialogar. Esses elementos tornam mais evidente o papel do turismo como vetor de urbanidade, e conseqüentemente mais propícia a sua inserção como pauta da política local e na discussão sobre o projeto de cidade.

Houve esforços na turistificação do Centro, com itinerários guiados oferecidos gratuitamente pela prefeitura; a refuncionalização de edifícios patrimonializados em centros culturais (Usina do Gasômetro, Casa de Cultura Mario Quintana, Santander Cultural, Memorial do Rio Grande do Sul, Museu de Artes do Rio Grande do Sul); a reforma do Mercado Público, em 1997, e do Teatro São Pedro. Vê-se também a emergência da noção de segmentação turística, até então inexistente. Definem-se a Alfândega, Matriz e Mercado como polos histórico-culturais. Políticas das quais o Guia Turístico de 2003 é um bom testemunho (PORTO ALEGRE, 2003).

Além dos bairros centrais, a expansão de iniciativas turísticas estendeu-se para zonas periféricas da cidade, como as ilhas do Delta do Jacuí, os morros da Zona Sul, bairros Lami, Belém Velho e Belém Novo. Houve iniciativas de ativação turística da comunidade de pescadores da Ilha da Pintada, das pequenas propriedades rurais ainda existentes no extremo sul do território porto-alegrense, bem como das associações de catadores

de resíduos recicláveis e de itinerários ecológicos em parques urbanos e reservas naturais municipais (PORTO ALEGRE, 2000?).

A promoção de dois eventos, a 'Semana de Porto Alegre' e a 'Semana no Turismo', em que todos esses itinerários eram ofertados pela prefeitura dava visibilidade a essa diversidade. Algo que marcou esse período foi a articulação entre as diferentes esferas do poder público municipal. Assim, a constituição de uma imagem turística da cidade também se valia de suas políticas culturais, tais como a descentralização dos espaços culturais, o projeto de história oral que registrou a memória de diferentes bairros, a promoção de festivais teatrais internacionais, e o surgimento da Bienal Internacional de Artes do Mercosul. A iniciativa de integração regional entre os países platinos aliás foi uma das marcas através das quais Porto Alegre buscou se constituir, como evidencia o texto "Assumindo a condição de capital do Mercosul" (PORTO ALEGRE, 1993-1996?, s.p.).

De fato, a proximidade com o Prata ainda rende à cidade a condição de terceiro principal portão de ingresso de estrangeiros no Brasil. Há uma busca por promover políticas de circulação cultural que fossem alternativas, e contornassem, à excessiva polarização exercida pelo eixo Rio / São Paulo. Um exemplo que atesta essa ênfase no Mercosul foi a edição de eventos "Porto Alegre em Buenos Aires", "Buenos Aires em Porto Alegre" (GERHMANN, 1998).

No plano administrativo há uma série de mudanças, expressas na Lei Complementar 477 de 2000, que dispõe sobre a Política Municipal de Turismo (PORTO ALEGRE, 2000). A EPATUR foi extinta, depois de denúncias de corrupção sobre o mau uso de seus mecanismos administrativos. A política municipal de Turismo, produto de conferências e debates, foi conduzida por um Escritório da Secretaria de Indústria e Comércio (SMIC), sob a supervisão de um Conselho de Turismo (CONTUR) composto por diferentes entidades do setor, tais como associações hoteleiras, comerciais, de agentes de viagens, artesãos, etc. Foi criado também um Fundo Turismo (FunTurismo) para sustentar financeiramente essas iniciativas, com aportes de capital do poder público e da iniciativa privada. É interessante recordar que nesse período também na esfera federal há uma proposta de descentralização das políticas de turismo, expressa no Plano Nacional de Municipalização do Turismo.

No entanto, ressalta-se que iniciativas importantes vieram do setor privado. Notadamente, a criação do Porto Alegre Convention & Visitors

Bureau, cujo principal objetivo é a captação de eventos para cidade. A ampliação da oferta de equipamentos como os centros de convenções da Federação das Indústrias (FIERGS) e da Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), que também inaugurou um Museu de Ciências e Tecnologia totalmente interativo.

Os rastros de turistificação presentes na literatura turística de Porto Alegre estão, muitas vezes, vinculados aos eventos que a cidade sedia. São nessas ocasiões em que parece haver uma preocupação em apresentá-la aos seus visitantes. São como molas propulsoras, catalisadores. Alguns exemplos, a publicação de 1990 "Porto Alegre capital nacional do Turismo" (PORTO ALEGRE, 1990?, s.p.) ao sediar o encontro da ABAV (Associação Brasileira dos Agentes de Viagem). O encontro da rede Mercocidades de Turismo, cuja marca estava em materiais datados do ano de 2000 (PORTO ALEGRE, 2000). Além da grande prova do Turismo em Porto Alegre nesse período: a organização do Fórum Social Mundial (FSM). Promovido em sua primeira edição em janeiro de 2001, durante o tradicional período estival de baixa ocupação hoteleira, sua maior edição foi a de 2005 que levou 150 mil pessoas à cidade, segundo os organizadores. Além de 'colocar Porto Alegre no mapa', como atesta o Guia Michelin (2013), e atrair a atenção da mídia internacional, o evento foi uma ocasião de apresentar um novo olhar sobre Porto Alegre e que tornou sua visita mais fácil: o Linha Turismo. Embora cidades como Curitiba já apresentassem iniciativas similares com Jardineiras, esse foi o primeiro ônibus de dois andares (doubledecker) turístico a operar no país, e foi adquirido através das demandas do Orçamento Participativo. Percebe-se que o FSM foi a ocasião de sistematização de numerosas iniciativas de ativação turística cujos rastros estão presentes em guias e folhetos traduzidos em cinco idiomas, expressando a proposta de internacionalização dessa oferta

Em 2005, mesmo ano da maior edição do FSM, houve uma mudança de orientação no governo da prefeitura e o abandono dessa imagem de cidade muito ligada à administração anterior, que ficara 16 anos no poder. A pasta de turismo torna-se uma Secretaria, mas não há mais uma proposta declarada de política compartilhada entre os diferentes atores do executivo. Nota-se, portanto, uma ruptura em relação a esse período, o que ensejaria uma nova fase. Não é a proposta, no entanto, aprofundarmos a análise contemporânea do turismo na cidade, apenas ressaltar seu caráter processual e que segue em transformação.

### 4.3 Síntese: o caráter histórico da articulação de Porto Alegre ao Sistema Turismo

Evidencia-se o caráter histórico e situado do desenvolvimento da função turismo em Porto Alegre em um processo marcado por avanços, retrocessos e intermitências. Não obstante, existe uma cronologia que não pode ser invertida e que aponta os parâmetros a partir dos quais é possível se estabelecer os critérios do que era entendido como Turismo em cada época e qual a posição da cidade neste sistema.

Ao compreender o turismo enquanto invenção, o primeiro aspecto percebido é o enquadramento da paisagem da cidade nos cânones estéticos do turismo a partir de outras práticas de visitação, de interesse científico. É o caso da caça por panoramas e atribuição de adjetivos como pitoresco. Há ainda a integração da cidade à periferia do Sistema Turismo, movimento possibilitado pelas transportadoras internacionais e instituições financeiras.

Destaca-se também a produção de um megaevento, a Exposição do Centenário Farroupilha, oportunidade em que surge pela primeira vez uma estrutura receptiva voltada para visitantes designados como turistas. Porto Alegre ao olhar destes deveria ser percebida como moderna e progressista. Há uma promoção da visita à cidade como compromisso cívico nos anos 1930, e a diferenciação entre turistas e visitantes regionais. Entre os anos 1940 e 1960 notamos a promoção Turismo como estímulo e resultado do rodoviarismo. Iniciativas como a sinalização rodoviária e a produção e sistematização de informações para os turistas são novidades.

Nos anos 1970 está o entendimento de que o Estado deveria exercer um protagonismo no estímulo à atividade. Esta época também vê surgir um interesse pelo folclore e patrimônio local, dada à radicalidade das transformações pelas quais a cidade passou ao priorizar o automóvel e assim descentralizar-se adotando um modelo pluricentral.

Nos anos 1990 e início dos 2000, o turismo é subterfúgio na busca por inserção em um cenário globalizado da abertura econômica e tendências como a refuncionalização de prédios históricos em equipamentos culturais, bem como a busca por estabelecer uma *city brand*. Nos 2010 segue uma ênfase na individualidade, marcada por propostas de segmentação da oferta turística.

Essas variações convivem com algumas permanências, como o apreço ao contato com a modernidade – do trânsito acelerado à rede wi-fi – e a estratégia pautada na promoção de eventos – da exposição de 1935 à Copa de 2014. Os eventos

parecem ter importância fundamental no processo de turistificação de Porto Alegre, ao cumprir um papel de articular diferentes atores em prol de um objetivo comum de apresentar a cidade para os visitantes. A Exposição de 1935, o Bicentenário de 1940, o Fórum da ABAV em 1990, o Fórum Social Mundial 2001, 2002, 2003 e 2005, o Mundial de Atletismo Master em 2013, a Copa do Mundo em 2014. Seguindo outra escala e ritmo estão a Semana do Turismo e a Semana de Porto Alegre, o Acampamento Farroupilha, mas que também demonstram a centralidade desse gênero de processo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste estudo foi a de analisar uma história do turismo em Porto Alegre, mas também de a partir do caso de Porto Alegre verificar tendências gerais do desenvolvimento do próprio turismo. Neste sentido, uma contribuição deste estudo foi considerar o Sistema Turismo não a partir de uma matriz estrutural, mas enquanto uma auto-eco-organização, de extensão global, capaz de adaptar-se e evoluir para garantir seu equilíbrio e sobrevivência.

Ao considerá-lo assim, destaca-se que esta unidade não é uniforme, mas é espacialmente diferenciada. O turismo se constitui de modo distinto e traz implicações distintas para os locais que articula. Ao estudar a parte, Porto Alegre, nota-se o quanto a posição da cidade afirma-se em uma rede de interações e mobilidades contemporâneas constituída historicamente.

Em outro sentido, as iniciativas locais para inserir-se neste sistema se assentam e reproduzem expectativas e entendimentos do que é mais adequado como política de turistificação em cada época. A função turismo articula-se neste subespaço e apresenta variações frente à diversidade de impulsos urbanizadores com suas distintas concepções de cidade e formas materializadas na paisagem porto-alegrense. Ela apresenta aqui um caráter periférico e subordinado a outros elementos e funções mais centrais à dinâmica da cidade, o que não é privilégio de Porto Alegre, mas comum em cidades multifuncionais em que o turismo compete com outras funções (VIOLIER e ZARATE, 2007).

Ao identificar Porto Alegre como reprodutora regional de tendências contemporâneas do que é denominado por Turismo Urbano, destaca-se a necessidade de refletir-se sobre o modo como essas orientações gerais, em conjunto com as teorias que delas advêm, são traduzidas e implantadas localmente.

No caso da capital gaúcha evidencia-se um processo semelhante ao relatado pela literatura

contemporânea sobre Turismo Urbano. Isto é, há um processo de desindustrialização a partir do final do século XX e especialização do núcleo metropolitano no setor terciário. Existem iniciativas de reconversão de alguns espaços centrais em áreas voltadas à cultura – o que inicia nos anos 1970 e se acentua no decênio de 1995 e 2005.

Parece ser justamente em uma administração que se autodenomina popular em que há uma adesão ao ideário do empresariamento urbano, e a proposta de uma *city brand* – ‘Capital do Mercosul’ e posteriormente cidade sede do Fórum Social Mundial e do Orçamento Participativo (OP) – para inserir-se na competição pela atração de visitantes e investimentos. O exame do processo dessas iniciativas e projetos tendo em vista o turismo, bem como a avaliação de seus sucessos e insuficiências é um campo aberto para pesquisas futuras.

Destaca-se, por outro lado, a obsolescência de muitos investimentos e reformas em edifícios históricos realizadas a essa época, bem como o esvaziamento da própria atmosfera política que dava sentido ao FSM e OP como ativos turísticos.

Pontua-se, assim, que a função turística deve compreendida em sua interação, de cooperação ou competição, com outras dinâmicas, usos e interesses existentes em um território, destacando o caráter instável, situado e contingente de seus arranjos. A essa análise interna, deve haver o complemento de uma análise externa, da posição e situação de um destino frente ao conjunto do Sistema Turismo.

Em termos metodológicos, a designação da Literatura Turística como tipo discursivo aponta para a riqueza de um conjunto de documentos. Particularmente, destacamos os folhetos e catálogos que apesar de serem testemunho e reflexo das iniciativas de turistificação nos destinos, não são de uso frequente como fonte de pesquisa. Em uma área em que a documentação é rara, este tipo de fonte traz um potencial interessante para compreensão e estudo das iniciativas vinculadas ao Turismo e merece atenção no campo teórico-metodológico.

Embora o corpus analisado tenha se provado rico e pertinente aos propósitos desta pesquisa, ela poderia ser aliada a outras metodologias. O material poderia ter sido utilizado, por exemplo, como ponto de estímulo a relatos de história oral, ampliando de maneira substantiva o entendimento aqui proposto. A principal limitação deste trabalho, no entanto, consiste no fato de ser um estudo de caso, sendo oportunas novas investigações sobre destinos de características semelhantes afim de se traçar paralelos, buscar particularidades e identificar possíveis generalizações.

## REFERÊNCIAS

- ABRIL. *Guia Quatro Rodas*. São Paulo, 1965.
- ALONSO, J. F.; BANDEIRA, P. S. A "desindustrialização" de Porto Alegre: causas e perspectivas. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 3-28, 1988. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1167/1525> Acesso em 12 abr. 2017.
- ANTONESCU, A.; STOCK, M. Une méthodologie pour reconstruire la mondialisation du tourisme. *Mondes du Tourisme*, v. 9, p. 2-18, 2014. Disponível em: <https://tourisme.revues.org/124> Acesso em 12 abr. 2017.
- ANTONESCU, A.; STOCK, M. Reconstructing the globalisation of tourism: A geo-historical perspective. *Annals of Tourism Research*, v. 45, p. 77-88, 2014a. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.annals.2013.12.001> Acesso em 30 maio 2018.
- BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. 9ª. ed. São Paulo: Senac, 2003.
- BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- BOULLÓN, R. *Planificación del Espacio Turístico*. México: Trillas, 2006.
- BOYER, M. *História do Turismo de Massa*. Bauru: EDUSC, 2003.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Categorização dos Municípios Turísticos*. Ano referência 2017. Brasília: 2018. Disponível em: <http://dados.turismo.gov.br/categorizacao> Acesso em 31 maio 2018.
- BUTLER, R. The concept of tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer*, v.24, n.1, 1980
- CLARIMONT, S.; VLÉS, V. Espaces publics touristiques urbains et développement durable : principes d'aménagement, usages et tensions. Une analyse à partir du cas de Barcelone (Espagne). *Urbia: les cahiers du développement urbain durable*, Lausanne, v. 10, p. 11-28, jun 2010. Disponível em: [https://www.unil.ch/files/live/sites/ouvdd/files/shared/URBIA/urbia\\_10/Clarimont\\_Vles.pdf](https://www.unil.ch/files/live/sites/ouvdd/files/shared/URBIA/urbia_10/Clarimont_Vles.pdf) Acesso em 15 maio 2017.
- COSTA, J. L. *Crimes e medo marcam rotina no Morro Santa Tereza, na capital*. Zero Hora, Porto Alegre, 19 set. 2015. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/09/crime-s-e-medo-marcam-rotina-no-morro-santa-tereza-na-capital-4851307.html> Acesso em 15 jun. 2017.
- CURRIER, C. W. *Lands of the Southern Cross*. Washington D.C.: Spanish American Publication Society, 1911.
- CUVELIER, P. *Anciennes et nouvelles formes de tourisme: une approche socio-économique*. Paris: Hamattan, 2010.
- DE MATTOS, C. Modernización capitalista y transformación metropolitana em América Latina: cinco tendencias constitutivas. In: GERAIGES; ARROYO; SILVEIRA

- América Latina: cidade campo e turismo*. Buenos Aires/ São Paulo: Clacso, 2006.
- DE SOUZA, C. F.; MÜLLER, D. M. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.
- DUHAMEL, P. Le lieux touristiques. In: STOCK, M. *Le Tourisme: acteurs, lieux et enjeux*. Paris: Belin, 2003
- DUHAMEL, P. Alors, un énième livre sur le « tourisme urbain »? In: DUHAMEL, P.; KNAFOU, R. *Mondes urbains du tourisme*. Paris: Belin, 2007.
- DUHAMEL, P. Patrimoine et modernité: double logique de la production et du renouvellement des villes touristiques. In: DUHAMEL, P.; KNAFOU, R. *Mondes Urbain du Tourisme*. Paris: Belin, 2007a.
- DUHAMEL, P. *Le Tourisme: lecture géographique*. Paris: La Documentation Française, 2013.
- EMBRATUR. ROSENBLATT, M. (Org.). *Porto Alegre*. Roteiro turístico-cultural de Porto Alegre e cidades vizinhas, Rio Grande do Sul: na terra dos gaúchos. Rio de Janeiro: AGGS, 1978.
- ÉQUIPE MIT. *Tourismes 2: moments de lieux*. Paris: Belin, 2005.
- ÉQUIPE MIT. *Tourisme 3: révolution durable*. Paris: Belin, 2011.
- FEE. Tabela 1 – *Produto Interno Bruto (PIB) total e per capita, estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) e população dos municípios do Rio Grande do Sul – 2014, 2014*. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/destaques/>>. Acesso em: 10 maio 2017.
- FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GASTAL, S.; MOESCH, M. M. *Turismo e políticas públicas*. São Paulo: Aleph, 2007.
- GERHMANN, L. *Porto Alegre apresenta sua cultura a Buenos Aires. Folha de São Paulo*. Ilustrada, São Paulo, 3 mar. 1998. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq03039816.htm> Acesso em 04 out. 2017.
- GOIDANICH, O. A saga do turismo no Rio Grande do Sul. In: FLORES, H. (Org.). *Turismo no RS: 50 anos de pioneirismo no Brasil*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 1992.
- GRAVARI-BARBAS, M. *Aménager la ville par la culture et le tourisme*. Paris: Groupe Moniteur, 2013.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HAYLLAR, B.; GRIFFIN, T. E. A. *Turismo em cidades: espaços urbanos lugares turísticos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- HIRST. *A Guide to South America*. Nova Iorque: The Macmillan Company, 1915.
- IBGE. *Regiões de Influência das Cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf> acesso em 29 maio 2017.
- JANSEN-VERBEKE, M. Urban Tourism. In: JAFARI, J. *Encyclopedia of Tourism*. New York: Routledge, 2009. p. 615-617.
- KNAFOU, R. L'urbain et le tourisme : une construction labourieuse. In: DUHAMEL, P.; KNAFOU, R. *Mondes Urbain du Tourisme*. Paris: Belin, 2007.
- LEOTTA, N. *Approcci visuali di turismo urbano*. Milano: Hoepli, 2005.
- LÖFGREN, O. *Storie delle vacanze*. Milano: Bruno Mondadori, 2006.
- LONELY PLANET. LOUIS, R. (COORD.). Porto Alegre.. In: PLANET, L. *South America on a shoestring, big trips on small budgets*. 11a. ed. ed. Singapura: Lonely Plane, 2010. p. 302-304.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise de discurso*. São Paulo: Parábola, 2015.
- MICHELIN. Une vitrine des progrès sociaux. In: MICHELIN *Brésil. Le Guide Vert*. Paris: Michelin, 2013. p. 308-313.
- PESAVENTO, S. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- PIMENTEL, F. *Aspectos Gerais de Porto Alegre*. Porto Alegre: [s.n.], 1945.
- PIMENTEL, M. R. A sociedade urbana e a espacialidade turística. *Turismo & Sociedade*, Curitiba, v. 2, out. 2009. 128-143. Disponível em <http://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/15832> Acesso em 21 jun. 2017.
- PIMENTEL, M. R.; CASTROGIOVANNI, A. C. O Urbano e o Turismo: uma construção de mão dupla. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 81-105, dez 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/58960/40344> Acesso em: 30 maio 2018.
- PORTO ALEGRE. *Lei Complementar 477 de 12 de maio de 2000*. Porto Alegre: SIREL, 2000. Disponível em : <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000023011.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Ffirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em 08 ago. 2017.
- PORTO ALEGRE. EPATUR S/A.. *Porto Alegre pra Turista ver Capital Nacional do Turismo ABAV 90*. Porto Alegre: EPATUR, 1990? [textos de Luiz Carlos Barbosa].
- PORTO ALEGRE. SMIC/ESTUR. *Porto Alegre: guia turístico 2003*. Porto Alegre: ESTUR, 2003.
- PORTO ALEGRE. SMIC/ESTUR. *Turismo Ecológico*. Ecological Tourism. Ilha da Pintada Porto Alegre, RS, Brasil. Porto Alegre: ESTur / Mercociudades, 2000?. [texto de Susana Gastal]
- PORTO ALEGRE. SMIC/ESTUR. *Porto Alegre, aromas, sons, texturas, cores e sabores*. Porto Alegre, aromas, sonidos. Porto Alegre: ESTur, inverno 2000. [texto de Susana Gastal]
- PORTO ALEGRE. EPATUR S/A.. *Porto Alegre Terra Gente*. 2a. ed. Porto Alegre: EPATUR, 1977.[texto de Luiz Carlos Barbosa Lessa]
- PORTO ALEGRE. EPATUR S/A. *Mapa Panorâmico de Porto Alegre. Assumindo a condição de capital do Mercosul*. Porto Alegre: EPATUR, 1993-1996?.
- PORTO ALEGRE. SMTUR. *Turismo/ Tourism Porto Alegre. Porto Alegre: SMTur / Aracruz, 2007*. [texto de Eliana Zarpelon]
- PORTO ALEGRE. SMTUR. *Panorama de Ações*. Porto Alegre. 2017.
- RIO GRANDE DO SUL. *Catálogo da Exposição do Centenário Farroupilha*. Porto Alegre: STAR, 1935.
- SELBY, M. *Understanding urban tourism: image, culture and experience*. Nova Iorque: I. B. Tauris, 2004.



- SINGER, P. Porto Alegre. In: SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- SMITH, H. The Naturalist Brazilian Expedition. Paper I - From Rio de Janeiro to Porto Alegre. *The American Naturalist*, v.17, abril 1883. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2449823> Acesso: 26 jan 2018.
- SPIROU, C. *Urban tourism and urban change: cities in a global economy*. New York: Routledge, 2011.
- STRAUSS, J. & CORBIN, A. *Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- TOURING CLUB SEÇÃO PORTO ALEGRE. *Guia turístico de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1955.
- URBAIN, J. D. *L'idiot du voyage: histoires du touriste*. Paris: Payot, 2002.
- URRY, J. *O Olhar do Turista*. São Paulo: SENAC, 2001.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Novel/ FAPESP/ Lincoln Institute, 2001.
- VIOLIER, P. *Tourisme et développement local*. Paris: Belin, 2008.
- VIOLIER, P.; ZARATE, M. Politiques urbaines du tourisme. In: DUHAMEL, P.; KNAFOU, R. *Mondes Urbains du Tourisme*. Paris: Belin, 2007.

---

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido em 08 de Fevereiro de 2018; aceito em 15 de Junho de 2018; publicado online em 09 de Julho de 2018.

Received on February 08, 2018; accepted on June 15, 2018, published online on July 09, 2018.

Artigo original / Original article. Seção revisada por pares / Double blind review section.

## HISTÓRIA EM VERSO E PROSA: REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO ROTEIRO DO ATRATIVO TURÍSTICO UM SARAU IMPERIAL EM PETRÓPOLIS/RJ

Jarlene Rodrigues Reis\*  
Frederico Ferreira de Oliveira\*\*

### Resumo

Neste trabalho buscamos compreender as manifestações das memórias da Princesa Isabel e da realização dos saraus no contexto das representações femininas do século XIX, a partir do texto-roteiro do atrativo turístico-cultural "Um Sarau Imperial". O arcabouço teórico foi construído a partir de vertentes do turismo cultural, saraus oitocentistas, história cultural e história da mulher. Foi realizada observação participante do Sarau durante três apresentações em novembro de 2016, além de entrevista com a autora do texto-roteiro do Sarau. Observou-se que o Sarau Imperial se apresenta como plataforma de representação de memórias femininas, com foco na Princesa Isabel, em um ambiente pouco tradicional, recriando a tradição dos saraus como forma de ampliar a interatividade com o público participante, convidado a refletir sobre questões contemporâneas a partir das situações encenadas. Dessa forma a investigação contribuiu para as reflexões relacionadas à atração turística-cultural "Um Sarau Imperial" que se diversifica no conjunto de bens patrimoniais e culturais do Museu Imperial, além de se apresentar como representação de uma importante prática de entretenimento social durante o século XIX.

**Palavras-chave:** Sarau Imperial; Petrópolis; Século XIX; Representações e memórias femininas.

## HISTORY IN VERSE AND PROSE: FEMALE REPRESENTATIONS IN THE SCRIPT OF THE TOURIST ATTRACTION AN IMPERIAL SARAU IN PETRÓPOLIS / RJ

### Abstract

Promoted by the Imperial Museum of Petrópolis, the dramatization "An Imperial Sarau" is the staging of a social meeting between Princess Isabel and some of her friends. The show, whose cast is made only by women, brings together musical performances, recitations of poems, readings of newspaper excerpts from the nineteenth century and interactions between the cast and the audience. In this paper we try to understand the manifestations of the memories of Princess Isabel and the cultural evening gatherings in the context of female representations of the nineteenth century, in the perspective of the text-script of the tourist and cultural attraction "An Imperial Sarau". Theoretical framework was constructed from aspects of cultural history, women's history and cultural tourism. Participant observation of the Sarau was carried out during three presentations in November 2016, in addition to an interview with the author of the text-script of Sarau. It was observed that the Sarau Imperial is presented as a representation platform of women's memories in a little traditional setting, recreating the tradition of cultural evening gatherings as a way to increase the interactivity with the participating public, invited to reflect on contemporary issues from the staged situations.

**Keywords:** Imperial Sarau; Petrópolis; Nineteenth century; Representations and female memories.

## HISTORIA EN VERSO Y PROSA: REPRESENTACIONES FEMENINAS EN EL GUIÓN DEL ATRATIVO TURÍSTICO UN SARAU IMPERIAL EN PETRÓPOLIS / RJ

### Resumen

En este trabajo buscamos comprender las manifestaciones de las memorias de la Princesa Isabel y de la realización de los saraus en el contexto de las representaciones femininas del siglo XIX, a partir del texto-guion del atractivo turístico-cultural "Un Sarau Imperial". El marco teórico fue construido a partir de vertientes del turismo cultural, saraus oitocentistas, historia cultural e historia de la mujer. Se realizó observación participante del Sarau durante tres presentaciones en noviembre de 2016, además de entrevista con la autora del texto-guion del Sarau. Se observó que el Sarau Imperial se presenta como plataforma de representación de memorias femininas en un ambiente poco tradicional, recreando la tradición de los saraus como forma de ampliar la interactividad con el público participante, invitado a reflexionar sobre cuestiones contemporáneas a partir de las situaciones escenificadas. De esta forma la investigación contribuyó a las reflexiones relacionadas con la atracción turística-cultural "Un Sarau Imperial" que se diversifica en el conjunto de bienes patrimoniales y culturales del Museo Imperial, además de presentarse como representación de una importante práctica de entretenimiento social durante el siglo XIX.

**Palabras clave:** Sarau Imperial; Petrópolis; Siglo XIX; Representaciones y memorias femininas.



Licenciada por Creative Commons  
Atribuição Não Comercial / Sem  
Derivações/ 4.0 / Internacional

\* Doutoranda em Comunicação/ UERJ. Mestre em Administração/ UFMG. Bacharel em Turismo/ UFJF. Professora e pesquisadora Cefet/RJ campus Petrópolis em tempo integral. Membro de grupo de pesquisa "Corpo, representação e espaço urbano", da UERJ. CV: <http://lattes.cnpq.br/0671837894377060>. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), Campus Petrópolis, Curso de Bacharelado em Turismo. Rua do Imperador, 971, Centro, CEP: 25620-003, Petrópolis/RJ, Brasil. [[jarlene.reis@cefet-rj.br](mailto:jarlene.reis@cefet-rj.br)]

\*\* Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local/ UNA. Mestre em Administração/ UNIPAC. Bacharel em Turismo/ FACTUR. Professor e pesquisador Cefet/RJ campus Petrópolis em tempo integral. CV: <http://lattes.cnpq.br/4226628424150923>. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), Campus Petrópolis, Curso de Bacharelado em Turismo. Rua do Imperador, 971, Centro, CEP: 25620-003, Petrópolis/RJ, Brasil. [[frederico.oliveira@cefet-rj.br](mailto:frederico.oliveira@cefet-rj.br)]

## 1 INTRODUÇÃO

O cotidiano do Brasil Imperial oitocentista era permeado por diferentes perspectivas que operam por visões binárias a respeito dos atores sociais de maior relevância histórica, em especial as que envolvem D. Pedro II e sua sucessora ao Trono, a Princesa Isabel: ora se apoiam os atos políticos, administrativos, sociais e culturais dessas duas personalidades, ora se rechaça a letargia com que os moldes sociais eram mantidos e os avanços na abolição do sistema escravagista eram empreendidos.

Essas visões binárias são resultado do complexo sistema político e social próprio ao século XIX: a presença dos sujeitos masculinos nos campos ligados ao poder, restringindo a atuação das mulheres a espaços considerados apropriados para a sua socialização, como casas, clubes e igrejas. Às mulheres cabia a esfera íntima e privada de convivência, em detrimento das esferas públicas (PERROT, 1989).

Assim, as memórias ligadas ao feminino durante o século XIX se configuram como novos e atuais interesses de pesquisa. Considerando a figura da Princesa Isabel e sua presença destacada nos discursos históricos oficiais, faz-se necessário compreender de que forma suas memórias têm sido representadas em espaços turísticos como museus, centros culturais e outros locais de interesse turístico.

Em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, o Museu Imperial<sup>1</sup> oferece a seus visitantes desde 1999 o espetáculo Um Sarau Imperial, uma atração cultural que se configura como uma dramatização criada a partir de elementos significativos do Segundo Reinado no Brasil, apresentando à plateia a oportunidade de conhecer aspectos socioculturais da Corte Imperial Brasileira, ao mesmo tempo em que participa como “convidada” da anfitriã, a Princesa Isabel. O Sarau conta com elenco integralmente feminino e promove momentos de interação com a plateia, convidada a participar em performances musicais, poéticas, bem como na expressão de opiniões sobre assuntos colocados em pauta durante a apresentação, que dura cerca de 45 minutos. No roteiro, diversas situações são previstas a fim de provocar comparações entre o século XIX e os dias atuais.

Considerando a importância de atrativos culturais como plataformas de valorização de memórias em espaços museológicos, buscamos compreender as manifestações das memórias da

Princesa Isabel e da realização dos saraus no contexto das representações femininas do século XIX, a partir do texto-roteiro do atrativo turístico-cultural “Um Sarau Imperial”.

A partir da pesquisa, foi possível observar que, a partir de seu texto-roteiro, o espetáculo Um Sarau Imperial promove o contato do público com diferentes elementos culturais característicos do meio em que viveu a Princesa Isabel durante o século XIX, contribuindo para a produção de sentidos e memórias sobre esta relevante personalidade histórica na perspectiva contemporânea das histórias e memórias femininas. Além disso, o estudo permitiu compreender a encenação como prática de representação de uma importante forma de entretenimento social do século XIX, os saraus. Essa tradição, incorporada ao texto-roteiro e à dinâmica da dramatização, incentiva a interação do público com o elenco, destacando o caráter lúdico da atração, se comparado a outros atrativos do Museu Imperial.

O artigo está organizado iniciando a discussão a partir das conceituações de atrações turísticas culturais, destacando a visão de Richards e Wilson (2006; 2007); em uma segunda seção são traçadas as representações sociais do Segundo Império Brasileiro a partir das práticas de entretenimento no espaço privado dos saraus (FERNANDES, 2012; SERGL, 2013; TENNINA, 2013; MELO, 2014). Aspectos teóricos sobre representações femininas e história da mulher (SCOTT, 1986; PERROT, 1989;1995) são discutidos na terceira seção; em seguida como parte da apresentação do objeto de estudo, apresentam-se elementos históricos sobre a Princesa Isabel (BARMAN, 2005; DAIBERT JÚNIOR, 2003; CRUZ, 2012. Na seção seguinte descreve-se o texto-roteiro da encenação “Um Sarau Imperial”. Posteriormente os dados analisados são discutidos à luz do referencial teórico do trabalho. Ao final seguem as considerações finais e as referências consultadas.

## 2 ATRAÇÃO TURÍSTICA CULTURAL PARA ALÉM DAS CONCEITUAÇÕES ESTÁTICAS

A atividade turística se baseia em essência nos deslocamentos de pessoas em prol da visita de lugares e/ou destinações que possam satisfazer suas motivações de conhecimento, lazer e entretenimento, dentre outras possíveis, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (2003). As atrações turísticas, aquilo que desperta o interesse no deslocamento e na permanência na localidade/destinação por parte dos viajantes, ainda carecem de definições que estudem a formação histórica e social dos espaços em que se situam.

<sup>1</sup> O Museu Imperial possui o maior acervo sobre o Império no Brasil, com foco especial no Segundo Reinado, período entre 1840 e 1899, quando governou Dom Pedro II. Sediado na antiga residência de verão da Família Real, o Museu é um dos mais importantes atrativos turísticos da cidade de Petrópolis (MUSEU IMPERIAL, 2017).

Seguindo os pensamentos de Rejowski (2002), Yasohima e Oliveira (2002), Barretto (2003), Organização Mundial do Turismo (2003), Cooper et al. (2007), dentre outras referências que apresentam conceituações dos atrativos turísticos, o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010) editou material alusivo ao turismo cultural, trazendo uma série de marcos conceituais para o setor turístico brasileiro. Convém destacar, nesse sentido, a seguinte conceituação: “Os elementos do patrimônio cultural de um lugar se constituem em aspectos diferenciais para o desenvolvimento de produtos e para a promoção dos empreendimentos [...] com manifestações culturais autênticas” (BRASIL, 2010, p. 16).

Ainda nessa perspectiva, Marujo (2015) discorre a partir de diferentes óticas conceituais como o turismo cultural é estudado, e em particular faz menção à definição de McKercher e Cros (2002), que traz luz à atração turística a partir dos bens culturais que um destino possui e oferta aos visitantes e turistas.

Os bens culturais e patrimoniais de uma localidade/destinação são aqueles que devem ser valorizados como elementos que geram atratividade para turistas e visitantes, mas carecem de valorização por parte dos gestores locais, como apontam em seus estudos Funari e Pinsky (2011, p.9).

Essa ideia é compreendida quando se percebe que o histórico e as memórias dos bens culturais e patrimoniais estão para além das edificações visitadas. Tais elementos histórico-culturais são intrínsecos à sociedade em seu comportamento, este construído e reconstruído a partir das diferentes relações sociais configuradas por um grupo ao lidar com seu passado e sua memória (LE GOFF, 1990).

Muitas destinações turísticas têm encontrado em seu patrimônio cultural, sua história e sua memória elementos para o estabelecimento de novas formas de consumo a serem ofertadas para a atividade turística, sendo vistas por Richards e Wilson (2006; 2007) novas práticas para as narrativas e temáticas baseadas para além da superficial compreensão de que atrativos turísticos se enquadram como elementos estáticos e bens patrimoniais.

Estabelecendo uma ligação entre esses apontamentos sobre o que é uma atração turística no contexto do turismo cultural, tendo como elemento central a cultura e os bens culturais de uma localidade/destino, Richards (2010) afirma que é essa forma de consumo procurada por turistas e visitantes nestes tempos de globalização e, ao mesmo tempo, de regionalização.

Quando as atrações turísticas são baseadas na valorização da cultura, história e tradições locais como novos elementos simbólicos, ultrapassa-se a visão patrimonialista do bem imóvel como uma

categoria de atrativo a ser consumida. Nesse caso, Richards e Wilson (2006; 2007) e Richards (2010) levam em consideração a ampla concepção de cultura apresentada por Geertz (1989, p.52):

[...] cultura é o padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida.

O apontamento de Geertz (1989) se reflete no comportamento e nas motivações dos novos turistas, os denominados “pós-turistas” (MOLINA, 2003), aqueles que estão em busca de consumir produtos e serviços turísticos capazes de gerar experiências novas, não sendo mais somente apreciadores passivos de objetos/locais estáticos. Além disso, os novos turistas buscam consumir aquilo que é autêntico, que possui laços com a tradição local, a cultura e a memória de forma mais próxima e ativa<sup>2</sup> (RICHARDS; WILSON, 2006).

Nesse sentido, ganham cada vez mais destaque atrativos que promovam diálogos entre as novas aspirações de turistas e visitantes com elementos da história local em formatos dinâmicos ou com conteúdos e linguagens inusitadas. Memórias reproduzidas em diferentes formatos despertam interesse em virtude de trazerem à tona aspectos por vezes desconhecidos e ocultos nos discursos mais tradicionais. Representar por meio de um atrativo turístico a prática oitocentista dos saraus, como acontece no Museu Imperial, pode oferecer possibilidades inusitadas de conexão com as memórias e histórias locais.

### **3 SARAUS E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO PERÍODO DO SEGUNDO IMPÉRIO BRASILEIRO: PRÁTICAS DE ENTRETENIMENTO NO ESPAÇO PRIVADO**

A trajetória histórica e social do Brasil é marcada de forma profunda com a chegada da Família Imperial em 1808, trazendo consigo não somente a Corte e os seus membros, mas um novo padrão de comportamento sociocultural que é confrontado com aqueles existentes no Brasil Colonial: a necessidade

<sup>2</sup> Nesse contexto o consumo é entendido na perspectiva de Lipovetsky (2015), segundo a qual passamos de fases anteriores de consumo ostentatório para a busca do consumo experiencial e emocional. Dessa forma, o indivíduo procura cada vez mais individualizar seus gostos e práticas de consumo, direcionadas à busca de sensações e de bem-estar subjetivo.

de urbanização dos espaços públicos e regramento de comportamentos sociais nos espaços privados; a introdução de práticas de europeizadas de consumo, dentre outros aspectos (ALENCASTRO, 1997).

Ritmos como lundu, maxixe e batuque já estavam enraizados nas práticas sociais vigentes até meados do século XIX, o que na visão de Alencastro (1997) e de Melo (2014) se deu em função da ausência da cultura musical europeia disseminada de forma mais intensa durante o período da colonização do Brasil, permitindo assim que os ritmos e sons africanos fossem gradativamente se instalando em diversas situações, desde as religiosas às sociais.

Essa situação vai se modificando com o Império Brasileiro e os novos costumes que os habitantes do país passam a adotar, diante à representação do que se considera como regras de civilidade e etiqueta, pois tentam se espelhar nos comportamentos dos europeus, que chegam a todo momento (SCHWARCZ, 1998).

Esse novo regramento social faz com que a capital do Império, o Rio de Janeiro, passe a ditar novas regras civilizatórias de festividades e sociabilidades: “[...] é na capital, durante os anos de 1840 a 1860, que se cria uma febre de bailes, concertos, reuniões e festas. A corte se opõe à província, arrogando-se o papel de informar os melhores hábitos de civilidade, tudo isso aliado à importação de bens culturais reificados nos produtos ingleses e franceses” (SCHWARCZ, 1998, p. 111).

Para os salões das casas da Corte, das províncias e sede das fazendas da aristocracia rural, tal como para outros espaços privados como casas de baile, teatros e salões, os pianos começam a se multiplicar (ALENCASTRO, 1997).

O piano, de modo especial, marca nova época de acesso e aquisição das famílias aristocráticas oitocentistas a esse bem de consumo, bem como os espaços privados que passam a ofertar opções de entretenimento: “Desenvolveu-se um importante mercado para esse instrumento. Possuíam-se pianos de todo jeito. Comprados à vista, em segundo mão, por meio de crediário, no qual o vendedor aceitava o modelo antigo de entrada para a compra de um novo ou alugados” (ALENCASTRO, 1997, p. 47). Dessa forma, o piano se torna o instrumento de preferência entre as famílias aristocráticas do Brasil Imperial para a educação musical das moças no final do século XIX, como afirma Sergl (2013), corroborado pela visão patriarcal dessas famílias (ALENCASTRO, 1997).

Ao som do piano as famílias patriarcais oitocentistas, segundo Sergl (2013), podiam exibir os dotes musicais das moças para outras famílias e até possíveis pretendentes que participassem dos

momentos festivos realizados no espaço privado e doméstico dos salões das casas.

É em meio a esse cenário que os saraus são inseridos no cotidiano oitocentista do Brasil Imperial, servindo como espaços de sociabilidade, manifestações de afetos e emoções controladas, como palco para as demonstrações dos dotes femininos diante dos novos horizontes europeus: a recitação de poesias e canções em outros idiomas.

Os saraus, na visão de Tennina (2013), são práticas sociais relatadas em diferentes registros do século XIX, desde músicas, romances, cartas, crônicas ou em memórias de pessoas que viveram durante aquela época, seja na Europa ou nas Américas. Essas descrições se referem a reuniões luxuosas de famílias, amigos, artistas, políticos, empresários, comerciantes, sendo realizados em casas de pessoas pertencentes à aristocracia local ou em espaços de vivência, como clubes ou livrarias, podendo assim manifestar a produção cultural de artistas ou dos demais participantes do evento.

Sergl (2013) aponta para além dessas descrições, pois as reuniões familiares como saraus servem como demonstração das sociabilidades aceitáveis para as mulheres do Brasil Imperial, isto é, as práticas musicais realizadas pelas moças e senhoras deveriam ser adequadas ao espaço doméstico, não se assemelhando às práticas realizadas por outras mulheres em espaços cênico-profissionais, estas não tão aceitáveis dentro dos padrões da sociedade patriarcal oitocentista.

Os saraus se mostram de grande importância e relevância para as mulheres que buscam seguir e obedecer às instruções dos manuais de comportamentos civilizatórios, pois criam dentro do espaço privado das casas a aproximação aceitável, na visão de Sergl (2013), aos artistas ou profissionais de artes ligados aos círculos de música ou às academias de artes, pois estes conhecimentos e práticas eram destinados somente aos homens.

Fernandes (2012) acredita que os saraus eram os encontros sociais mais afamados da elite oitocentista, dentre outros eventos sociais daquela época. Segundo a autora, o sarau tinha início por volta das 10 horas da noite e seu término se dava entre 1 ou 2 horas da madrugada.

Os saraus eram eventos recitativos, isto é, a programação contava com práticas de dança, música (violino, piano e canto), recitação de textos e poesias aos convidados, além de entretenimentos como pequenas apresentações teatrais (FERNANDES, 2012; TENNINA, 2013), tudo isso acompanhado por uma variedade de quitandas (biscoitos, tortas, pasteis), além de chás e, ao final, destilados

chamados de “espíritos”, os quais podiam ser feitos à base de cana ou do vinho (SERGL, 2013).

Dentre os saraus mais famosos no Rio de Janeiro oitocentista, Fernandes (2012) cita aqueles que aconteciam nas elegantes residências do bairro de Botafogo: casa do escritor Rui Barbosa, nos salões da Marquesa de Abrantes, da Viscondessa de Silva e da Baronesa do Catete, constituindo-se em espaços de representações sociais e de prestígio para a aristocracia do Brasil Imperial. A importância dos saraus se reflete na indumentária exigida para o comparecimento a estes eventos, o traje a rigor:

[...] Senhoras de longo com cauda. As cores variavam entre o preto, rosa claro, branco e verde-água. As damas preferiam tons suaves e completavam o traje com joias de rainhas. Como proteção, usavam xales e capas, retirados à entrada. Completavam o luxo dos trajes os braceletes, adereços de brilhantes, pentes de tartaruga, marfim e madreperlas, e os mais ricos leques: de plumas, de marfim, de sândalo, de tartaruga, além das mais belas joias de rubis, de pérolas e brilhantes, caprichosamente confeccionadas pelos ilustres joalheiros João Joaquim Calhois e José Calazãs (FERNANDES, 2012, p. 56).

Os saraus oitocentistas apresentam um panorama das representações sociais deste período, compreendendo desde a adoção de novos hábitos e costumes culturais europeus por meio da programação musical; apresentação e conhecimento de novos artistas e intelectuais brasileiros a partir das canções, poemas, poesias e textos lidos e/ou declamados durante as recepções dentro do ambiente privado das residências; a demonstração de hospitalidade por meio da farta oferta de comidas e bebidas durante o evento; além de servir como espaço de sociabilidade entre os gêneros masculino e feminino, cada qual discutindo assuntos inerentes à sua esfera de poder e relações.

A representação das memórias dos espaços privados, como aqueles em que aconteciam os saraus no século XIX, pouco a pouco traz à tona aspectos menos conhecidos na historiografia tradicional, em grande parte dedicada às histórias da esfera pública. Nessa perspectiva as mulheres, cuja presença é reduzida na história oficial, cada vez mais ganham espaço e visibilidade na produção e na circulação da memória cultural na contemporaneidade.

#### 4 MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DAS MULHERES

Percebendo a construção da narrativa histórica como uma forma de reproduzir a universalidade da

relação binária entre os sexos biologicamente determinados, Navarro-Swain nos alerta para a existência de relações humanas possivelmente bem diferentes das que conhecemos.

Tais relações foram, ao longo do tempo, sendo ocultadas pelas construções discursivas sexuadas e falocêntricas da história oficial características do discurso de uma sociedade patriarcal em que o masculino “encarna a imagem e representação do humano como a fonte de toda produção e criação humanas” (NAVARRO-SWAIN, 2013, p. 52). A autora invoca a construção de uma nova memória social em que se considere a historicidade das relações humanas, tornando possível às mulheres se revelarem na plenitude de seus papéis e representações.

Essa perspectiva se alinha às formulações de outros pesquisadores que destacam a necessidade de fazer emergirem áreas de invisibilidade histórica em que se encontram as mulheres e outros segmentos considerados subalternos a partir da centralidade da noção de um “sujeito universal” (FACINA; SOIHET, 2004).

Michelle Perrot (1989), uma das pioneiras na proposição da “história das mulheres”, afirma que a invisibilidade histórica feminina se deve em parte às práticas de arquivo e registro que privilegiam o público, sobretudo nas esferas econômica e política. Sendo o mundo público reservado principalmente aos homens, retirou-se a figura feminina de lugares como “a Bolsa, os bancos, os grandes mercados de negócios, o Parlamento, os clubes, os círculos de discussão e cafés, locais privilegiados da sociabilidade masculina. [...] A cidade do século XIX é um espaço sexuado” (PERROT, 1989, p. 10). A vida privada e cotidiana, domínio consagrado às mulheres, é objeto de uma espécie de encobrimento nos registros históricos, fruto tanto da predominância masculina nos acontecimentos públicos quanto das formas de elaboração dos relatos (PERROT, 1995).

Não somente o espaço urbano denotava as diferenças entre os papéis sexuais durante o século XIX, como também todo o conjunto de relações sociais que separava as esferas pública e privada, destinando às mulheres o mundo privado em que se situam os assuntos e as memórias familiares e domésticos (MESQUITA, 2008; FACINA; SOIHET, 2004).

Dessa forma, as mulheres se destacam como guardiãs da memória privada, “voltada para a família e o íntimo, os quais elas foram de alguma forma delegadas por convenção e posição” (PERROT, 1989, p. 15). Para Perrot (1989), esse processo de guarda é marcado tanto por relatos orais, transmitidos entre gerações, como também por meio de objetos que ganham associações afetivas. As memórias femininas se inscrevem numa diversidade de



elementos que não somente comunicam os tempos vividos, mas evocam sentimentos.

Nesse sentido, as memórias das mulheres podem ser consideradas memórias subterrâneas, ocultas e clandestinas em relação ao discurso da “memória oficial”. Até serem trazidas à tona, essas lembranças invisíveis se reproduzem de maneira informal por meio de redes afetivas (POLLAK, 1989). Partindo da perspectiva de Chartier (1991), compreendemos que, a partir de tensões e relações de conflito e negociação, essas memórias passam a fazer parte das formas de decifração e produção de sentidos de um grupo em relação àquilo que o pertence. Ou seja, as memórias anteriormente subterrâneas passam a integrar, gradativamente, as formas de representação social.

A partir do reposicionamento da mulher como parte integral (e não complementar) da história social, observa-se a construção de uma “história das mulheres”, a partir da qual se busca igualdade em relação ao espaço já conferido aos homens – pauta que converge, em grande parte, para as reivindicações reconhecidamente feministas. A esse respeito, convém esclarecer a diferença entre história das mulheres e feminismo, segundo Diva Muniz: “os feminismos são movimentos sociais e políticos que, em sua multiplicidade e heterogeneidade, compartilham o objetivo comum de emancipação das mulheres, de conquista de seus direitos de espaço de fala e lugar de sujeito na política, na sociedade, na ciência e na cultura” (MUNIZ, 2015, p. 318).

Embora os movimentos feministas consistam em somente um dos elementos de compreensão da história das mulheres, seu caráter político merece ser assinalado como importante recurso de fomento ao questionamento da condição feminina.

Aprofundando-se na reflexão sobre a relação entre gênero e política, Scott afirma que “a alta política, ela mesma, é um conceito de gênero porque estabelece sua importância decisiva e seu poder público, as razões de ser e a realidade da existência da sua autoridade superior, graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento” (SCOTT, 1986, p. 1073, tradução dos autores)<sup>3</sup>.

Contudo não se deve tomar a supremacia masculina em sua concepção clássica, sem considerar a complexidade das engrenagens e dos diferentes sistemas históricos e culturais em que se relacionam homens e mulheres – nos quais há, inclusive, mecanismos de poder estritamente femininos (FACINA; SOIHET, 2004). Como pondera

<sup>3</sup> No idioma original: “*High politics itself is a gendered concept for it establishes its crucial importance and public power, the reasons for and the fact of its highest authority, precisely in its exclusion of women from its work*”.

Virgili (2002), convém refletir sobre o tipo de história que estamos construindo a partir de agora, pois ao considerar as novas perspectivas apenas a partir do lado feminino da humanidade, corre-se o risco de não a compreendermos como um conjunto composto de mulheres e de homens.

À história das mulheres cabe, portanto, investigar as diferentes formas e implicações da presença feminina na história social, incluindo as relações da mulher com o poder. Sempre houve tensões e conflitos envolvendo a presença feminina em posições e ambientes de liderança e decisão, como retrata a história do Segundo Reinado e da Princesa Isabel do Brasil.

## 5 PRINCESA ISABEL DO BRASIL – REPRESENTAÇÕES DIFUSAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Mulher que fazia parte da elite dirigente do Brasil no período oitocentista, Isabel de Orléans e Bragança era ciente dos papéis que lhe eram impostos pela sociedade patriarcal de sua época. A herdeira do Trono Imperial brasileiro, nascida em 1846, poucas vezes manifestou incômodo com sua situação, exercendo ao longo de sua vida os papéis de filha, noiva, esposa, mãe e regente (DAIBERT JÚNIOR, 2003). Entretanto, o envolvimento da Princesa Isabel com a política brasileira durante o Segundo Reinado<sup>4</sup> estremeceu as bases de seu equilíbrio nas funções tradicionalmente femininas.

Popularmente laureada como a “Redentora” devido ao seu papel no processo de abolição da escravidão no Brasil, a Princesa é alvo de diferentes interpretações históricas e sociais – por um lado, biógrafos tradicionais a consideram alguém com visão política determinada, uma “mulher de seu tempo” (CRUZ, 2012; IGNÁCIO, 2015); por outro ela é vista como uma mulher cuja atuação política se deu de forma acidental e manipulada pelo marido e pelo pai (BARMAN, 2005).

O fato de ser mulher, além de sua grande religiosidade, foram apontados como elementos negativos da Princesa na opinião de muitos opositores ao seu envolvimento político. Del Priore ressalta que, para os padrões da época,

<sup>4</sup> A Princesa Isabel ocupou pela primeira vez a regência em 1871, e em 28 de setembro desse ano assinou a Lei do Ventre-Livre. A segunda regência ocorreu de março de 1876 a setembro de 1877, tendo Isabel de lidar com sérios problemas político-administrativos, além de uma severa seca no Nordeste a qual ameaçou a ordem pública, contida de forma discreta pela Regente. E a terceira vez se deu em 1888, quando em 13 de maio ela assinou a Lei Áurea (BARMAN, 2005).

Só por meio do casamento a mulher encontrava seu papel verdadeiro: o de ser obediente e dotada de sentimentos exemplares como a abnegação. A religião lhe era imprescindível. Sua fé ora funcionava como suporte contra sua fragilidade, ora como aliada de seu pudor e ignorância. Apenas a moral, a vida doméstica e a educação dos filhos poderiam dar-lhe alguma forma de gratificação (DEL PRIORE, 2013, p. 43).

A presença de Isabel no meio político parecia incomodar principalmente porque a distanciava, em parte, do papel social que se esperava de uma mulher na sua posição (CRUZ, 2012). Além disso, entre seus opositores, a condição feminina era utilizada para atacá-la quando faltavam argumentos políticos para fazê-lo (IGNÁCIO, 2015).

Entretanto, tendo recebido uma rígida educação formal até as vésperas de seu casamento, aos dezoito anos de idade, a Princesa Isabel possuía vastos conhecimentos que iam desde Literatura à Fotografia, como parte do interesse de seu pai, D. Pedro II, em proporcionar às filhas um nível de instrução semelhante ao que era dedicado aos homens: “A instrução não deve diferir da que se dá aos homens, combinada com a do outro sexo: mas de modo que não sofra a primeira”, escreveu o Imperador (FILGUEIRAS, 2004, p. 351).

A Princesa recebeu uma dupla educação – a que se destinava às mulheres, voltada às funções de esposa e mãe e aquela direcionada aos homens, preparando-a para governar o país, como sucessora de seu pai no Trono (AGUIAR, 2015).

A vida social de Isabel durante a juventude era restrita a pequenas reuniões no Palácio de São Cristóvão, além de visitas de filhas dos dignitários da corte e de intelectuais do círculo do Imperador. Maria Ribeiro de Avelar, Maria Amanda de Paranaguá (conhecida como “Amandinha”) e Adelaide Taunay faziam parte do seleto grupo de amigas da Princesa (BARMAN, 2005). Os gostos de Isabel foram influenciados por seu alto nível educacional, destacando-se nessas ocasiões a apreciação de números musicais e pequenas peças teatrais encenadas no Palácio.

Barman (2005) faz importante estudo na vida da Princesa D. Isabel e de seu marido, Gastão d’Orléans sobre a sua sociabilidade com os membros da Corte no Rio de Janeiro, tal como os longos períodos em Petrópolis, em sua residência. Essas estadias em Petrópolis, somadas ao apreço pelas artes e o espírito “festeiro” da Princesa iriam se refletir nas recepções semanais que ela oferecia em sua casa em Petrópolis (SCHWARCZ, 1998).

No Paço Isabel, denominação da casa de D. Isabel no Rio de Janeiro, Barman (2005) afirma que em janeiro de 1867 o casal passou a receber visitas de duas horas nas noites de segunda-feira. Ocasionalmente, essas recepções eram convertidas em jantares com apresentações de orquestra e dança, tendo como número de convivas de oitenta a cem pessoas. Os saraus promovidos por D. Isabel eram concorridos entre os membros da aristocracia do Brasil Imperial, tal como políticos importantes, diplomatas estrangeiros, além de intelectuais influentes daquela época (BARMAN, 2005).

Como era o costume na época, tal como relata Sergi (2013), o programa musical das recepções na casa de D. Isabel contava com partes vocais de óperas em italiano e alemão, possibilitando aos convidados cantarem em conjunto com os membros da orquestra. Os papéis e as funções dos anfitriões D. Isabel e Gastão d’Orléans nos saraus seguem os padrões, como destacado por Fernandes (2012) e Melo (2014), próprios do período oitocentista.

As convidadas ficavam sob a atenção de D. Isabel, a qual desde cedo foi educada de forma reclusa e no ambiente doméstico, facilitando assim as conversas e a hospitalidade no decurso dos saraus, contando com a presença das amigas Maria Ribeiro de Avelar, Maria Amanda de Paranaguá (conhecida como “Amandinha”) e Adelaide Taunay. Já Gastão d’Orléans aproveitava esses momentos de interação social para conversar com os convidados, mas de forma especial junto aos políticos e diplomatas estrangeiros, para se inteirar a respeito das discussões políticas e administrativas do Império Brasileiro; assuntos estes de caráter essencialmente voltado e dominado pelos homens (BARMAN, 2005).

Partindo dessas ponderações sobre o imaginário e a memória dos saraus oitocentistas, bem como sobre a presença e a atuação da Princesa Isabel no século XIX, convém investigar de que forma esses elementos estão representados no texto-roteiro da atração turística-cultural Um Sarau Imperial, no Museu Imperial da cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro.

### **5.1 O Texto-Roteiro da Encenação um Sarau Imperial – Cantando e Declamando Memórias**

O espetáculo Um Sarau Imperial surgiu em 1999 como demanda do Setor de Educação do Museu Imperial, que realizava pesquisas entre professores que visitavam a instituição, tendo à frente a pedagoga Regina Resende, que fez a escrita e a proposição do texto-roteiro da encenação. A dramatização interativa veio atender aos interesses e ao imaginário do público visitante do Museu a respeito de um “Palácio

Imperial” e das práticas sociais que lá se desenrolavam, como os bailes, a vida social das princesas e as músicas da época.

O texto-roteiro é de autoria de Regina Resende, tendo como personagem principal a Princesa Isabel, acompanhada das figuras da Condessa de Barral, Baronesa de Loreto (Amandinha), Francisca Taunay e Adelaide Taunay. Recria-se na encenação um encontro social típico do período oitocentista brasileiro, no formato de sarau, com entoação de canções, declamação de poesias, temas ligados à vida pessoal das personagens, além de conversas pautadas nas discussões sociais, políticas e culturais presentes no cotidiano da época.

A pesquisa histórica que deu origem ao texto-roteiro foi baseada em diversas correspondências da Família Imperial pertencentes ao Arquivo Grão Pará<sup>5</sup>, bem como o livro “Isabel – A Princesa Redentora” de Lourenço Luiz Lacombe<sup>6</sup>, tendo a autora, Regina Resende, recebido o auxílio de Maria de Fátima Moraes Argon da Matta, responsável pelo Setor Arquivo Histórico do Museu Imperial.

Se permanecem pouco conhecidas as manifestações das memórias da Princesa Isabel e suas representações a partir de objetos culturais, como cartas e correspondências pertencentes ao Arquivo Histórico do Museu Imperial, convém estudar como o texto-roteiro do Sarau Imperial manifesta essas memórias, bem como a prática dos saraus oitocentistas, no contexto das representações femininas do século XIX.

## 5.2 De Mulher para Mulher – Conhecendo a Atração Turística e o Roteiro Do Sarau Imperial

No intuito de alcançar o objetivo da pesquisa, realizamos observação participante em três encenações do Sarau durante o mês de novembro de 2016, além da coleta de registros audiovisuais, de relatos de membros da produção da encenação e entrevista realizada com a servidora do Museu

Imperial Regina Resende, autora do texto-roteiro do Sarau, em janeiro de 2017. As análises dos dados coletados são apresentadas nas próximas seções.

### 5.2.1 Memórias da Princesa Isabel no espetáculo “Um Sarau Imperial”

Durante a concepção do Sarau no Setor de Educação do Museu Imperial, ficaram claros aspectos que mereciam atenção na seleção de fatos e elementos a serem reproduzidos na encenação. Nesse sentido, a escolha da Princesa Isabel como personagem principal da atração é emblemática, pois reflete sua representatividade histórica e a força do imaginário popular criado em torno de sua figura durante o período oitocentista do Brasil.

O texto-roteiro do Sarau traz à tona a ambiguidade que caracteriza os discursos históricos sobre a Princesa. Tendo isso em mente, a roteirista fez menção ao conhecimento superficial de boa parte da sociedade brasileira a respeito de Isabel, destacando que muitos a criticam por sua falta de visão acerca dos acontecimentos políticos do Brasil – perspectiva que vai ao encontro da visão de Barman (2005). Levando em conta a complexidade da formação da Princesa Isabel, orientada para a sucessão ao Trono, o texto-roteiro do Sarau apresenta uma mescla da Princesa/Regente e da mulher e mãe ciente de sua posição social e de suas obrigações diante dos ditames da Constituição Política do Império do Brasil.

Há dois trechos do roteiro que pontuam a atuação político-administrativa desempenhada pela Princesa Isabel e que podem ser articulados com as formulações de Perrot (1989), Facina e Soihet (2004) e Mesquita (2008) sobre a invisibilidade histórica das mulheres. Pequenas falas inseridas no texto, baseadas principalmente em cartas escritas pela Princesa, sugerem aspectos pouco conhecidos sobre seu engajamento político.

Na primeira demonstra-se a visão da Princesa Isabel após deixar seu segundo período como Regente do Império Brasileiro:

Gostaria de empurrar os melhoramentos deste país, estradas de ferro, colonização e muito mais. Mas o carro é pesado e a política, intricada. A leitura dos jornais é que é meu pesadelo, felizmente tenho quem os leia para mim e me diga o que há de mais importante (Trecho do texto-roteiro).

A segunda fala é a resposta da Princesa Isabel, quando indagada por Amandinha a respeito de como a futura regente do Império Brasileiro visualiza a solução para o fim da escravidão dos negros: “É

<sup>5</sup> Formado pela correspondência trocada entre os membros da Família Imperial com outros soberanos e príncipes da Europa. Integram ainda o acervo documentos de caráter particular do período de 1499 a 1921 e os referentes à organização e administração da Casa Real Portuguesa e da Casa Imperial Brasileira. Posteriormente, o Arquivo Grão Pará foi acrescido de outros documentos, tais como os da família Saxe-Coburgo; e conta também com numeroso material iconográfico composto de gravuras, fotografias dos séculos XIX e XX, negativos, slides e daguerreótipos (MUSEU IMPERIAL, 2017).

<sup>6</sup> Lourenço Luiz Lacombe foi diretor do Museu Imperial por muitos anos, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e é autor de vários livros, entre os quais “Isabel: a Redentora” (MUSEU IMPERIAL, 2017).

verdade Amandinha, a questão da abolição esbarra no conservadorismo dos fazendeiros e proprietários. Classe que infelizmente forma a maioria parlamentar” (Trecho do texto-roteiro).

Ambas as falas, que são reproduções do pensamento não publicizado sobre a Princesa Isabel, permitem a reflexão por parte do público visitante sobre como a atuação de uma “Imperadora/Rainha” seria calcada em diversos enfrentamentos e embates: a presença de uma mulher à frente de um Império de tamanho continental, o embate com os senadores homens e também principais viscondes, barões e outros importantes atores sociais no cenário econômico-financeiro do Império Brasileiro. O poder político, arena de exclusão da participação feminina, segundo Scott (1986), mostra-se de forma sutil como terreno de conflitos e preocupações para a Princesa.

Chama a atenção o fato de o texto da encenação atribuir às personagens, em um momento de convivência no espaço privado, questões de cunho político, domínios da esfera pública em que predominavam decisões masculinas e do qual tanto a Princesa quanto suas amigas eram alijadas na maior parte do tempo. Convém refletir, nesse sentido, sobre o alcance dessas opiniões e impressões, expressas nas esferas domésticas, aquelas em que se privilegia a presença feminina, a despeito de seu silenciamento nos espaços de participação e decisão pública e política. Também neste aspecto o texto-roteiro do Sarau é sugestivo, pois levanta questionamentos junto ao público acerca de suas convicções sobre os papéis sociais da mulher:

A ideia era fazer, no que eu pudesse, contrapontos, comparações... suscitar comparações entre os dias de hoje e aquela época [...] Na época, quer dizer, a questão... o papel das mulheres, a educação e a coisa em torno do... do papel mesmo, que era de boa dona de casa, né... mãe, esposa... o que simboliza isso? (Trecho de entrevista com Regina Resende).

A condição feminina é deliberadamente abordada no Sarau, segundo a roteirista, com a finalidade de promover reflexões sobre aquilo em que avançamos (ou não) nos dias de hoje em comparação ao século XIX. A atração turístico-cultural, ao apresentar situações e opiniões que ilustram o pensamento patriarcal da época, evoca novas sensações e impressões por meio do elenco composto por mulheres que se expressam naturalmente durante uma íntima reunião social. O texto-roteiro do Sarau Imperial se apresenta, portanto, como elemento de representação de memórias que,

embora não sejam exclusivamente femininas, sempre clamaram pelos ecos das vozes das mulheres.

### 5.2.2 *Dos saraus oitocentistas para o Sarau Imperial: reproduzindo práticas culturais*

A realização da dramatização “Um Sarau Imperial” tem início com a fala da personagem que interpreta a Princesa Isabel saudando suas amigas e o público presente, que sejam bem vindos à casa do Imperador D. Pedro II, tendo em vista que a encenação acontece no teatro anexo ao Museu Imperial.

Esta saudação traz em seu texto um dos principais elementos para a realização dos saraus durante o período oitocentista do Brasil: o lugar privado, isto é o espaço doméstico das casas e de seus salões que passam a receber convidados como músicos e artistas para desfrutarem de um encontro amistoso e com ares civilizados, como pontuam Alencastro (1997), Schwarcz (1998), Serigi (2013) e Tennina (2013). Recorrendo a Perrot (1995), sabemos que o espaço privado era também a esfera de domínio feminino, o que torna mais verossímil a situação encenada durante o Sarau, um encontro entre amigas que compartilham afinidades.

O texto-roteiro faz diversas alusões a situações cotidianas das personagens históricas do “Um Sarau Imperial” na cidade de Petrópolis durante o ano de 1878, como as encontradas nas obras de Alencastro (1997) e Schwarcz (1998) ao se referirem à aristocracia brasileira do século XIX, que busca abandonar os antigos hábitos e costumes do Brasil Colônia, a fim de se comportarem de forma adequada aos padrões de comportamento europeus.

Este refinamento se espelha nos espaços privados que são utilizados para os saraus, demonstrando como o comportamento da aristocracia brasileira vai ao encontro dos pensamentos de Alencastro (1997), além de expressar o zelo das mulheres/esposas e filhas na administração e no cuidado das casas para os homens/maridos e futuros pretendentes, que poderiam participar dos encontros/saraus nas residências e não mais nos espaços públicos.

No texto-roteiro e nas apresentações do “Um Sarau Imperial” é o piano o instrumento musical que acompanha todas as canções, recitação de poesias e leituras de trechos de livros, contribuindo para a reprodução das práticas culturais próprias do período oitocentista do Brasil Imperial. Alencastro (1997), Schwarcz (1998), Serigi (2013) e Melo (2014) discutem como o piano passa a ser incorporado ao cotidiano das famílias do século XIX, e de forma

especial como as mulheres são educadas para a aprendizagem desse instrumento musical e sua posterior exposição do conhecimento, por meio de apresentações privadas no ambiente doméstico em reuniões/saraus promovidos pelas famílias. Em uma das falas determinadas pelo texto-roteiro do Sarau, a personagem da Condessa de Barral destaca que as mulheres devem se apresentar somente nestes espaços, tanto no que se referia aos talentos musicais como também a habilidades cênicas ou poéticas.

Durante a dramatização “Um Sarau Imperial” é apresentada pela personagem Adelaide Taunay a canção “Acasos são esses”, poesia de Tomás Antônio Gonzaga intitulada “Marília de Dirceu”, Parte 1, Lira V deste poema. Em outro momento do espetáculo são recitados por outra personagem os versos da poesia “Canção do Exílio”, de autoria de Gonçalves Dias e ao mesmo tempo é tocada ao piano uma música de autoria de Frédéric François Chopin, práticas estas que reproduzem parte dos costumes dos saraus oitocentistas, como explicitado por Fernandes (2012), Sergi (2013) e Tennina (2013).

“Róseas Flores d'alvorada”, de autoria desconhecida, é cantada por outra personagem e é acompanhada também pelo piano, sendo o estilo musical marcado pelo instrumento o das modinhas imperiais. Ainda é entoada a cantiga “Conselhos”, de autoria de Carlos Gomes, a qual traz conselhos para as “senhorinhas” que pretendem se casar, como também para as “senhoras” que já se encontram casadas.

Por fim, faz-se a leitura de um trecho do livro “Senhora”, de José de Alencar, pela personagem Baronesa de Loreto (Amandinha), fato este curioso – Alencar foi um dos grandes romancistas do século XIX, mas, no ano de 1878, em que se passa a reunião encenada no Sarau, o autor era desafeto de D. Pedro II devido a suas publicações em jornais e à oposição direta ao Império Brasileiro e ao próprio Imperador, como indica Schwarcz (1998) em seus estudos.

De toda feita, é importante observar que o texto-roteiro do espetáculo abandona parte das representações da cultura francesa, padrão adotado durante o período oitocentista no Brasil, por trazer somente a leitura de autores nacionais de variadas épocas, deixando a parte musical expressar esses padrões culturais europeus presentes nos tempos de outrora.

O espetáculo “Um Sarau Imperial” reflete, como atração turística contemporânea, de que modo os elementos, representações e práticas do Brasil Imperial podem ser reproduzidos com tom de ludicidade por meio da apropriação sistematizada de textos, cartas, jornais e outros registros de períodos passados, transmitindo assim para o público o contato com uma realidade temporal majoritariamente

acessível por meio de documentos, livros ou outros materiais associados ao estudo e à pesquisa. Como destaca Regina Resende:

O Sarau foi construído todo o texto dele, as falas foram construídas a partir desse objeto: das cartas que são guardadas no Arquivo (Grão Pará) [...], dando muito importância à questão do Arquivo (Histórico e do Grão Pará), desse objeto cultural (as cartas e correspondências).

Apropriando-se desses documentos com a finalidade de recriar uma prática típica das rodas sociais do século XIX, o Sarau Imperial se apresenta, portanto, em conformidade com as discussões contemporâneas sobre o turismo cultural (RICHARDS e WILSON, 2006; 2007; RICHARDS, 2010), segundo as quais cultura e história locais devem ser apresentadas ao visitante em formatos inusitados, que promovam a proximidade e a interação com os elementos representados, sejam costumes, práticas artísticas, sociais ou memórias. A prática da encenação de situações de interesse histórico faz com que os objetos culturais deixem de ser elementos estáticos e mantidos distantes do público/turista por redomas de vidro e pela atmosfera estéril dos museus, além de enfatizar a importância das memórias sociais ligadas à Princesa Isabel.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reproduzir um encontro social entre amigas num ambiente privado durante o século XIX, o Sarau remete às memórias que, para Perrot (1989), são tradicionalmente associadas às mulheres – aquelas ligadas à vida íntima e privada, em detrimento da esfera pública. Contudo, sendo a Princesa Isabel uma figura pública, as controvérsias estão sempre presentes em torno de seu engajamento político. Essas tensões se manifestaram fortemente durante o final do período monárquico, e até hoje fazem parte do imaginário que cerca a figura da Princesa.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho consistiu em compreender as manifestações das memórias da Princesa Isabel e da realização dos saraus no contexto das representações femininas do século XIX, a partir do texto-roteiro do atrativo turístico-cultural “Um Sarau Imperial”.

O Sarau Imperial se apresenta como privilegiada arena de representações culturais e sociais do Segundo Império, na qual se destaca a presença feminina, seja em virtude dos personagens e do elenco ser composto integralmente por mulheres, seja

pelo teor dos assuntos por elas discutidos durante a encenação.

A dramatização, dessa forma, oferece ao participante uma experiência diferente daquela encontrada nos estudos e nas visitas tradicionais aos museus e centros culturais – a de deslocar o espaço geralmente ligado às memórias públicas, de caráter institucional, para uma situação que fazia parte da vida privada de muitas famílias da aristocracia no século XIX. Retira-se a Princesa Isabel e suas amigas do domínio das memórias oficiais, de predominância masculina, sendo as personagens situadas numa esfera em que, tanto elas quanto o público, podem se expressar com maior naturalidade. A esfera privada apresenta não somente a possibilidade de colocar em destaque as mulheres, mas também de proporcionar aos participantes o contexto ideal para incentivar sua interação.

O texto-roteiro do Sarau Imperial representa elementos da história e da identidade da Princesa Isabel que contribuem para que o público construa diferentes sentidos e memórias em torno dessa personalidade histórica. No contexto das histórias das mulheres, Isabel se apresenta como política, mãe, filha, esposa e amiga. Ao longo da encenação, as diversas facetas da Princesa permitem compreender a complexidade de suas representações, que nem sempre correspondem aos registros da historiografia tradicional.

Recriando uma prática característica da vida social aristocrática do período do Segundo Reinado no Brasil, o Sarau oferece uma perspectiva para que o público vislumbre como se dava a convivência, o sentido de confraternização e que elementos culturais compunham a dinâmica dos saraus durante o século XIX, período em que viveram a Princesa Isabel e as amigas que participam da reunião social em sua casa. Ainda presentes em nosso repertório cultural, os saraus continuam associados às apresentações culturais com certo grau de espontaneidade entre os participantes, embora mais informais e restritos a esferas com tradição em performances literárias e artísticas. Além disso, o formato de sarau incentiva a participação do público em diversos momentos da encenação, conferindo ao atrativo o caráter lúdico que o diferencia de outras atrações turístico-culturais da cidade de Petrópolis.

O Sarau Imperial pode ainda ser entendido como uma atração turística cultural de educação patrimonial, pois possibilita ao público visitante o contato com representativas figuras femininas do Segundo Império, em especial a Princesa Isabel, promovendo a reflexão sobre as memórias e a atuação das mulheres durante o final deste período histórico brasileiro. Dessa forma a investigação contribui para as reflexões relacionadas à atração

turística-cultural “Um Sarau Imperial” que se diversifica no conjunto de bens patrimoniais e culturais do Museu Imperial, além de se apresentar como representação de uma importante prática de entretenimento social durante o século XIX.

O estudo ainda se insere na esfera das discussões sobre aspectos femininos e feministas ligados à memória da Princesa Isabel, assuntos estes pouco estudados e ainda não tão presentes na imagem e no imaginário do Museu Imperial. Não obstante, o Sarau oferece uma versão pouco tradicional de uma parte da história brasileira amplamente reproduzida a partir dos discursos oficiais, visto que possui texto-roteiro de autoria feminina, contando ainda com mulheres em sua equipe de produção atual, representando memórias nem sempre reconhecidas, aquelas ocultas pela invisibilidade histórica feminina.

Não foi possível neste trabalho abordar as percepções e avaliações do público que frequenta a atração turística, o que poderia lançar luz sobre outros aspectos ligados ao seu imaginário em torno dos saraus oitocentistas e da figura histórica da Princesa Isabel.

Da mesma forma, em futuras investigações que utilizarão como objeto de estudo as atrações turísticas históricas e culturais, convém questionar a forma como as instituições museais brasileiras estão interpretando seus acervos para a formação crítica do público-visitante, a fim de que a sociedade possa se engajar nas práticas de produção e circulação de sua memória e de seus valores culturais.

## REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, F. e ALENCASTRO, L. F. (orgs.) *Império: a Corte e a modernidade nacional. História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v.2, p.11-93.
- AGUIAR, Jaqueline V. de. *Princesas Isabel e Leopoldina: mulheres educadas para governar*. Curitiba: Appris, 2015.
- BARRETTO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2003.
- BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Unesp, 2005.
- BRASIL. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. *Turismo Cultural: orientações básicas*. 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 11(5), 1991, p. 173-191.
- COOPER, Chris; FLETCHER, John; FLYALL, Alan; GILBERT, David; WANHILL, Stephen. *Turismo: princípios e práticas*. Porto Alegre: Bookman, 2007.



- CRUZ, Rafael de Oliveira. Nas “batalhas de flores” não faltavam espinhos: Silva Jardim e a Princesa Isabel no cenário político do final da monarquia brasileira (1886-1889). *Historien – Revista de História*, Petrolina, ano IV, 2012, p. 41-63.
- DAIBERT JÚNIOR, Robert. Gênero e política: um olhar (estrangeiro) sobre a Princesa Isabel. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(2), 2003, p. 661-680.
- DEL PRIORE, Mary. *O castelo de papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d’Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.
- FACINA, Adriana; SOIHET, Rachel. Gênero e memória: algumas reflexões. *Gênero*, Niterói, v. 5, n. 1, 2. Sem. 2004, p. 9-19.
- FERNANDES, Neusa. *Eufrásia e Nabuco*. Rio de Janeiro: Manuad X, 2012.
- FILGUEIRAS, Carlos A. L. A Química na educação da Princesa Isabel. *Química Nova*, vol. 27, n. 2, 2004, p. 349-355.
- FUNARI, Pedro Paulo; Pinsky, Jaime (org.). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2011.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- IGNÁCIO, Myrrena. Do silêncio uma voz: a princesa Isabel e a participação das mulheres no Império. *Revista Ballot*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, Set./Dez. 2015, p. 216-335.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70, 2015.
- MARUJO, Noémi. O estudo acadêmico do turismo cultural. *TURyDES*, vol. 8, nº 18, 2015, pp. 1-18.
- MCKERCHER, B.; CROS, H. *Cultural Tourism: the partnership between tourism and cultural heritage management*. THHP, New York, London, Oxford, 2002.
- MELO, Victor A. de. Educação do corpo – bailes no Rio de Janeiro do século XIX: o olhar de Paranhos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 751-766, jul.-set. 2014.
- MESQUITA, Maria L. de C. Isabel e a escrita de si: uma princesa entre o público e o privado. In: Encontro de História Anpuh-Rio: Identidades, XIII, 2008, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <[http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212868603\\_ARQUIVO\\_ISABELEAESCRITADESI-ANPUH.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212868603_ARQUIVO_ISABELEAESCRITADESI-ANPUH.pdf)> Acesso em: 16 fev. 2017.
- MOLINA, Sergio. *O pós-turismo*. Trad. Roberto Sperling. São Paulo, Aleph, 2003.
- MUNIZ, Diva do C. G. Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas. *OPSI, Catalão*, v. 15, n. 2, 2015, p. 316-329.
- MUSEU IMPERIAL. Disponível em <<http://www.museuimperial.gov.br/eventos/espeticulos/sarau-imperial.html>> Acesso em: 16 fev. 2017.
- NAVARRO-SWAIN, T. A história é sexuada. In: RAGO, M.; MURGEL, Ana C. A. de T. (Org.). *Paisagens e tramas: o gênero entre a história e a arte*. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 51-60.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Turismo Internacional: uma perspectiva global*. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2003.
- PERRON, M. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, Ago/Set. 1989, p. -18.
- \_\_\_\_\_. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, n. 4, 1995, p. 9-28.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, Rio de Janeiro, p. 200-212.
- REJOWSKI, Mirian. (org.). *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Aleph, 2002.
- RICHARDS, Greg. Tourism development trajectories – from culture to creativity? *Encontros científicos – tourism & management studies*, 2010, n. 6, p. 9-15.
- \_\_\_\_\_. Developing creativity in tourist experiences: a solution to the serial reproduction of culture?. *Tourism management*, 2006, 27, p.1209-1223.
- \_\_\_\_\_. Tourism development trajectories: from culture to creativity? In: RICHARDS, Greg; WILSON, Julie. (org). *Tourism, creativity and development*. Oxon: Routledge, 2007, p.1-33.
- SCHWARCZ, Lilia M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. *The American Historical Review*, v. 91, Issue 5, 1986, p. 1053-1075.
- SERGL, Marcos J. Saraus, récitas líricas, bailes e concertos ituanos: as sinhazinhas e seus dons musicais, embebidos em gengibirra e quitutes. In: *9º Encontro Internacional de Música e Mídia: 'o gosto da música'*, 2013, São Paulo. O gosto da música: 9º Encontro Internacional de música e Mídia. São Paulo: MusiMid, 2013.
- TENNINA, Lucía. Saraus das periferias de São Paulo: poesia entre tragos, silêncios e aplausos. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, 2013, n.42, pp.11-28.
- VIRGILI, Fabrice. L’histoire des femmes et l’histoire des genres aujourd’hui. *Vingtième Siècle. Revue d’histoire*. 75, Juillet-Septembre, 2002, p. 5-14.
- YASOHIMA, José Roberto; OLIVEIRA, Nadja da Silva. Antecedentes das viagens e do turismo. In: REJOWSKI, Mirian. (org.). *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Aleph, 2002, p.17-41.

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido em 31 de Janeiro de 2018; aceito em 23 de Maio de 2018; publicado online em 09 de Julho de 2018.

Received on January 31, 2018; accepted on May 23, 2018, published online on July 09, 2018.

Artigo original / Original article. Seção revisada por pares / Double blind review section.

## PARQUE PELOTENSE: UM ESPAÇO DE LAZER EM PELOTAS/RS\*

Dalila Rosa Hallal\*  
Dalila Müller\*\*

### Resumo

Neste artigo analisamos o surgimento e a trajetória do Parque Pelotense e sua importância para o lazer em Pelotas, no período de 1883 a 1916. Adotamos a concepção de lazer de Corbin (2001), que o considera como a liberdade de usar o tempo livre para distrações ou ocupações a que as pessoas se entregam de livre vontade, sendo muito valorizado pelas elites urbanas do século XIX. Neste período, há uma busca pelos espaços de natureza, dentre eles, os parques. Estes novos hábitos de convívio respondem a um processo de valorização da natureza como um espaço não submetido à ordem e à intervenção humana e importante para a saúde. As fontes foram bibliográficas e documentais, principalmente os jornais diários de Pelotas. Constatamos que o Parque foi um dos principais espaços de natureza para o lazer dos pelotenses e de visitantes, um espaço capaz de estabelecer relações sociais mediante práticas esportivas, educativas, culturais, artísticas e ambientais. O Parque Pelotense foi um local de lazer completo para a época, com atividades ao ar livre indo ao encontro da necessidade de aproximar a população da natureza. Com o passar dos anos, foi abandonado e sua área loteada. Atualmente não resta mais nada do Parque. Desse modo, o registro de sua história e memória enquanto espaço de lazer é relevante na medida em que contribui para as discussões atuais sobre a necessidade de ampliação de áreas verdes para o lazer em Pelotas e futuras ações.

**Palavras-chave:** História; Parques Urbanos; Lazer; Parque Pelotense; Pelotas.

## PARQUE PELOTENSE: A LEISURE SPACE IN PELOTAS/RS

### Abstract

**Abstract:** In this paper we analyze the trajectory of Parque Pelotense and its importance for leisure in Pelotas, in the period from 1883 to 1916. We adopt Corbin's (2001) conception of leisure, which considers it the freedom to use free time for distractions or occupations to which people indulge freely, being highly valued by the urban elites of the nineteenth century. During this period, there is a search for the spaces of nature, among them, the parks. These new living habits respond to a process of valuing nature as a space not subject to order or to human intervention and which is also important for health. The sources were bibliographical and documental, mainly the daily newspapers of Pelotas. We note that the park was one of the main natural areas for recreation of the people of Pelotas and visitors, a space capable of establishing social relations through sports, educational, cultural, artistic and environmental activities. Parque Pelotense was a complete leisure place at the time, with outdoor activities meeting the need to bring the population closer to nature. Over the years, it was abandoned and its area is allotted. Currently there is nothing left of it. Thus, the record of the park's history and memory as a leisure space is relevant in that it contributes to the current discussions about the need to expand green spaces for leisure in Pelotas and future actions.

**Keywords:** History; Urban Parks; Leisure; Parque Pelotense; Pelotas.

## PARQUE PELOTENSE: UN ESPACIO DE ESPARCIMIENTO EN LA CIUDAD DE PELOTAS/RS

### Resumen

**Resumen:** En este artículo analizamos el surgimiento y la trayectoria del Parque Pelotense y su importancia para el esparcimiento en la ciudad de Pelotas desde 1883 hasta 1916. Adoptamos la concepción de esparcimiento de Corbin (2001), que lo considera como la libertad de utilizar el tiempo libre para distracciones u ocupaciones a las que las personas se entregan de libre voluntad, lo que fue muy valorado por las elites urbanas del siglo XIX. En este periodo, hay una búsqueda por los espacios naturales, entre ellos los parques. Estos nuevos hábitos de convivencia responden a un proceso de valoración de la naturaleza como un espacio no sometido al orden y a la intervención humana e importante para la salud. Las fuentes fueron bibliográficas y documentales, principalmente los periódicos diarios de la ciudad de Pelotas. Concluimos que el Parque fue uno de los principales espacios naturales para el esparcimiento de los pelotenses y visitantes, un espacio capaz de establecer relaciones sociales por medio de prácticas deportivas, educativas, culturales, artísticas y ambientales. El Parque Pelotense fue un local de esparcimiento completo para la época, con actividades al aire libre que satisfacían la necesidad de acercar los ciudadanos a la naturaleza. Con el paso de los años, fue abandonado y su área loteada. Actualmente, ya nada queda del Parque. De esa manera, el registro de la historia y de la memoria del Parque como espacio de esparcimiento es importante, una vez que contribuye para las discusiones actuales sobre la necesidad de ampliación de áreas verdes para esparcimiento en la ciudad de Pelotas y para futuras acciones.

**Palabras Clave:** Historia; Parques Urbanos; Esparcimiento; Parque Pelotense; Ciudad de Pelotas.



Licenciada por Creative Commons  
Atribuição Não Comercial / Sem  
Derivações/ 4.0 / Internacional

\* Doutora em História/PUCRS. Mestre em Turismo/UCS. Bacharel em Ciências Sociais/UFPel. Professora associada da Universidade Federal de Pelotas. Pesquisa sobre história, turismo e patrimônio. CV: <http://lattes.cnpq.br/4606760006124679>. Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Administração e de Turismo, Departamento de Turismo. Rua Gomes Carneiro, nº 1, Campus Porto, CEP 96010-610, Pelotas/RS, Brasil. [[dalilahallal@gmail.com](mailto:dalilahallal@gmail.com)]

\*\* Doutora em História/UNISINOS. Mestre em Turismo/UCS. Bacharel em Ciências Sociais/UFPel. Professora associada da Universidade Federal de Pelotas, atuando no Curso de Bacharelado em Turismo e no Programa de Pós-Graduação em História – UFPel. Pesquisa e escreve sobre história e turismo, com ênfase nos seguintes temas: lazer e sociabilidade, hotelaria e turismo em Pelotas e história de Pelotas. CV: <http://lattes.cnpq.br/3450137421308599>. Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Administração e de Turismo, Departamento de Turismo. Rua Gomes Carneiro, nº 1, Campus Porto, CEP 96010-610, Pelotas/RS, Brasil. [[daliam2011@gmail.com](mailto:daliam2011@gmail.com)]

## 1 INTRODUÇÃO

*“Mas o melhor passeio, o preferido, era a visita ao Parque Souza Soares [Pelotense]. Até lá se levava obrigatoriamente o forasteiro, como um indispensável cartão de visita”.*

Mário Osório Magalhães

É no século XIX, diante de um forte incremento populacional nas cidades que largos e praças, espaços, de tamanho bastante reduzido, não mais atendem às necessidades da população, que buscam diferentes espaços para o lazer, incluindo áreas verdes. A partir do romantismo a natureza passa a ser valorizada. Segundo Carvalho (2009, p. 141), “Essas sensibilidades nasceram à medida que se evidenciavam os efeitos da deterioração do meio ambiente e da vida nas cidades, causada pela revolução industrial.” Nesse contexto, são criados os parques urbanos visando minimizar a deterioração da qualidade de vida no meio urbano, bem como proporcionar áreas de lazer à população.

Neste estudo, o lazer é entendido como a liberdade de usar o tempo livre para distrações ou ocupações a que as pessoas se entregam de livre vontade (CORBIN, 2001). Entre os múltiplos espaços de lazer existentes no município de Pelotas no final do século XIX, os parques urbanos são lugares interessantes para pensar a relação entre as formas desta manifestação e o desenvolvimento da cidade.

Tal como o lazer, o parque urbano é um produto da cidade moderna. Nasceu, a partir do século XIX, da necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender a uma nova demanda social. Estes locais teriam por função conduzir os sujeitos à sensação de descanso e de entretenimento, seja pela recriação do contato com a natureza, seja pela oferta de atividades dotadas de elementos lúdicos.

Os parques urbanos são espaços públicos bastante representativos na socialização da cidade, por oferecer diversas atividades – esportivas, culturais, artísticas, educativas e ambientais – capazes de estabelecer relações sociais entre os cidadãos e representam espaços com presença da natureza que propiciam a contemplação/fruição no meio urbano.

Na virada do século XIX para o XX, Pelotas vivia uma época de transformações infraestruturais, ainda em função da prosperidade econômica obtida entre 1860 e 1890, momento em que as charqueadas trouxeram grandes recursos econômicos para a região. Nesta cidade convivia uma riqueza imponente, que se expressava por meio de seus casarios e uma pobreza marcante, que excluía de uma sobrevivência digna milhares de pessoas, em sua maioria, negros recém libertos e imigrantes pobres.

A opulência de Pelotas durante as décadas finais do século XIX tem sido relatada por vários autores, que definiram a cidade tendo como marca a importância dos barões do charque, uma vez que no auge da sua produção (1860-1890) a cidade contou com cerca de 40 charqueadas, que além de proporcionarem um grande crescimento econômico para a região, favoreceram a construção de uma nova infraestrutura, que se relacionava a obras para o melhoramento de águas e instalação de esgotos, aumento de iluminação pública, novos meios de transporte, além das transformações no que diz respeito à cultura e ao lazer, com a inauguração da Biblioteca Pública Pelotense em 1875 e a proliferação de clubes e associações recreativas, culturais, étnicas, bailantes, carnavalescas, literárias, religiosas e a existência de um número impressionante de jornais diários, além de muitos semanários. Todo este progresso, no entanto, estava ainda circunscrito a pequenos espaços territoriais, geralmente no centro da cidade e a cultura e o lazer se destinava a poucas parcelas da população. (GILL, 2008, p.1).

Nesse momento de modernidade, de transformações e progresso da cidade, na chamada *Belle Époque* de Pelotas, que ocorreu, entre os anos de 1890 e 1927, justamente por ter sido uma época de efervescência de fatos culturais nesta localidade, a explosão da imprensa, na segunda metade do século XIX, o surgimento da Guarani Films em 1914, a reinauguração do Theatro Sete de Abril em 1916, a inauguração do Theatro Guarany em 1921 e a proliferação do comércio em diversos segmentos (MARRONI, 2008, p.27). Importante citar que foi ao redor deste contexto da *Belle Époque* Pelotense que foi inaugurado o Parque Pelotense, também conhecido como Parque Souza Soares, no final do século XIX.

Além da residência do proprietário e do Laboratório Farmacêutico, na área do Parque de aproximadamente 60 hectares, existiam inúmeras plantas, árvores e flores, bosques, avenidas arborizadas, lagos, praças, caramanchões, coretos, aparelhos de ginástica, ringue de patinação, bailes, música, entre outras atividades recreativas. Em função disso, se tornou ponto de atração para residentes e visitantes, sendo considerado “o primeiro centro turístico do estado do Rio Grande do Sul” (SOARES; REIS, 2010).

Impossível analisar espaços de lazer em Pelotas no século XIX, sem falar no Parque Pelotense, o qual transformou a vida dos pelotenses, dando-lhes um lugar de diversão e lazer. Assim, a escolha deste parque deveu-se ao seu caráter precursor em Pelotas o que, de forma inerente, se configura como um

elemento de grande importância na história da cidade. Conhecido posteriormente como Parque Souza Soares, o Parque Pelotense foi inaugurado em 1883 pelo seu fundador José Álvares de Souza Soares (mais conhecido como Visconde de Souza Soares).

Assim, tomamos como objeto de estudo o Parque Pelotense, uma vez que podemos encontrar nesta trajetória elementos interessantes para a discussão sobre os papéis desempenhados pelos espaços dos parques urbanos nas práticas de lazer dos sujeitos no seu tempo livre.

O estudo trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo que busca investigar e registrar a história do Parque Pelotense, identificando o surgimento e a trajetória de seu uso para o lazer em Pelotas, no período de 1883, quando é inaugurado, até 1916, quando é arrendado, não sendo mais dirigido pela família Souza Soares.

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, onde buscou-se uma fundamentação teórica do objeto de estudo e um levantamento de materiais a partir dos quais foram feitas as análises. A pesquisa documental foi realizada no acervo da Biblioteca Pública Pelotense; no Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas e do Rio Grande do Sul; no acervo fotográfico Nelson Nobre Magalhães - Memórias de Pelotas do Laboratório de Acervo Digital da Universidade Católica de Pelotas, entre outros. As principais fontes foram os jornais diários que estavam em circulação no período estudado, entre eles, o Correio Mercantil, Onze de Junho, Arauto, Opinião Pública, Zé Povinho e Diário Popular.

A inauguração do Parque Pelotense ocorreu em fevereiro de 1883, quando foi aberto ao público, proporcionando inúmeras atividades de lazer junto à natureza, possibilitando o contato da elite e dos visitantes que aqui chegavam com áreas verdes, aspecto bastante valorizado no período de funcionamento do Parque.

As práticas de lazer eram diversas, contemplando aspectos esportivos, educacionais, culturais, artísticos e ambientais. Em 1916, com a morte de seu fundador em 1911, é arrendado, não sendo mais administrado pela família Souza Soares. Após anos de decadência, a área do Parque foi loteada pelos descendentes.

O artigo está estruturado da seguinte forma: o referencial teórico consistiu na revisão bibliográfica dos seguintes conceitos basilares: lazer e parque, e discorre sobre o histórico dos parques urbanos como espaços de natureza na cidade e para as práticas de lazer e contemplação no meio urbano. Logo depois, apresenta os caminhos metodológicos que auxiliaram nas reflexões e discussões utilizadas ao longo da pesquisa. Posteriormente, analisa a história e as

práticas de lazer do Parque Pelotense em Pelotas a luz da teoria.

## 2. REVISÃO TEÓRICA

### 2.1 Lazer e Parques Urbanos

A criação de espaços de lazer em Pelotas no século XIX era destinada para uma elite. Corbin (2001, p. 63) considera que “no seio das elites do século XIX, o lazer se acha valorizado.” Essas elites, incluindo a elite pelotense, dispunham de um tempo livre, sem significar que eram ociosas, mas que evitavam o “vazio das horas”.

A possibilidade de dispor de um tempo livre era considerada “a recompensa e o privilégio de um nascimento nobre, a marca de uma superioridade pessoal.” (PORTER, 2001, p. 21). O uso do tempo livre para o lazer se constituía em um elemento de diferenciação social.

Conforme Gomes (1992 p. 56-57),

As novas práticas, que acompanham as mudanças sociais, impõem novas representações acerca das formas de interação social, fundindo-se, no entanto, com representações tradicionais dos modos de estar em sociedade e de utilizar os espaços e os tempos do ócio. Finalmente, o ócio revela-se como signo e símbolo distintivos, como uma das formas de a burguesia sublinhar a sua diferença relativamente aos que não lhe têm acesso. Não tendo adquirido um estatuto e diferença pelo nascimento, para a burguesia em afirmação política e social torna-se indispensável integrar a ostentação não apenas nas aparências, como também nos comportamentos e práticas diárias.

Assim, a noção de lazer é entendida como a “liberdade de tempo” utilizado para distrações ou ocupações a que as pessoas se entregam de livre vontade, “e não como sequência temporal sem trabalho”. A disponibilidade “não é sinônimo de inutilidade” e “se encontra associada à despesa sumptuária, é além disso um marcador social” (CORBIN, 2001, p. 62-3).

A elite é obrigada a “empregar o tempo e tem que encontrar numa ocupação uma razão para viver. Mas as actividades a que se consagra[m] respondem imperativamente a três condições: tem que ser voluntárias, honoríficas e desinteressadas.” Essas atividades não devem interferir na “independência nem [n]a capacidade de dispor livremente do tempo” (CORBIN, 2001, p. 63).

Na segunda metade do século XIX o tempo livre começa a ser utilizado em atividades de lazer em espaços de natureza. Segundo Carvalho (2009) a cultura de valorização da natureza vai se reafirmar com o movimento romântico europeu do século XIX.

A busca pelos espaços de natureza define novas temporalidades urbanas, “em que a natureza emerge como espaço sanitário e como lugar possível de um lazer regenerador e revigorante.” (CSERGO, 2001, p. 189). Como afirma Carvalho (2009) o sentimento de apreciação da natureza pode ser considerado uma sensibilidade burguesa, pois é essa parcela da população que dispõe de tempo e recursos para cultivar os novos hábitos de convívio e admiração da natureza. Assim, é a elite pelotense que vai usufruir desses novos espaços de lazer.

A partir do romantismo, a natureza passa a ser um valor desejado e valorizado pela elite. Nessa perspectiva, “[...] fazer passeios ao ar livre, piqueniques nos bosques, ouvir música em ambientes naturais, ir ao campo nos finais de semana, empreender, observar pássaros, são fartamente registrados pela literatura e pintura dos séculos XVIII e XIX.” (CARVALHO, 2009, p. 143).

Os parques urbanos representam a iniciativa de construção de espaços com a presença de natureza na cidade voltados ao lazer. Os jardins remetem à tentativa de resgatar o paraíso perdido, tendo-se em vista que tanto os jardins públicos quanto os privados proporcionam a contemplação/fruição, o descanso, o flunar ou, simplesmente, o contato com a natureza. Posteriormente, os parques urbanos continuam com essa função, acrescida da ideia de representar um espaço como fragmento de natureza no meio urbano e a prática de lazer – socialização – nas cidades (MELO, 2013).

Segundo Segawa (1996, p. 23) “na Europa dos séculos 17 e 18, manifestações de apreço com a natureza e a paisagem afluíam com maior intensidade.” Tornou-se um hábito cotidiano o contato com a natureza pelo fato dela proporcionar um devaneio íntimo, privacidade, meditação, repouso e harmonia. Os jardins e os parques públicos, com a presença da natureza, se destacam como criações marcantes na urbanização e podem ser considerados como espaços para contemplação/fruição, (re) significando a experiência na *urbe*. No final do século XVIII, aparecem os primeiros jardins públicos voltados para o lazer.

Conforme Spirn (1995), no final do século XVIII, inicia-se na Europa, a Revolução Industrial, influenciando drasticamente variações espaciais, devido ao abandono das zonas rurais e à expansão das cidades, motivando uma série de transformações de ordem econômica, política, social e técnica. À

medida que as cidades cresciam e a população demandava infraestrutura, aumentavam as queixas sobre alguns aspectos urbanos (trânsito, poluição atmosférica, mau cheiro, barulho, espaços de miséria, etc.) e diminuía os espaços com fragmentos de natureza disponíveis para a população, que foram substituídos por casas, ruas, comércios, dentre outros. Assim, teve início a preocupação com reformas sanitárias, por meio de leis de saúde pública, para a consecução de higiene/limpeza urbana e a construção de melhor infraestrutura. As queixas dos cidadãos se estendiam também ao fato de a industrialização ter promovido o crescimento das cidades em detrimento dos espaços de natureza. Jardins particulares construídos no século XVII deram lugar às construções habitacionais e comerciais no século XVIII.

Vários modelos de urbanização fizeram parte do conjunto de mudanças verificadas no Brasil do limiar do século XX, o que resultou na formação de novos cenários urbanos. Tais mudanças tinham como um de seus objetivos, a perspectiva de extinção das características relacionadas ao passado escravista e rural de nossa sociedade. Nos novos espaços urbanos, emergira um modo de hábitos e comportamentos diferentes daqueles vivenciados até o século XIX. Verificou-se, a partir de então, novos modelos de comportamento, de hábitos e de práticas populares, provocando o surgimento de uma nova cultura popular urbana, incluindo-se nestas “novidades”, a propagação dos esportes modernos, [...]. Nas primeiras décadas do século XX, houve no Brasil, uma difusão das ideias favoráveis à prática da educação física e, por extensão, das atividades esportivas. Tal prática foi incentivada especialmente nas escolas, e no meio militar. Tanto professores, quanto médicos e integrantes do poder público, idealistas da propaganda da atividade física. (SILVA, 2010, p.89-90).

Em decorrência da expansão urbana e a introdução do ritmo da cidade industrial, com pouco tempo livre para se socializar e descansar, os parques urbanos surgem como demanda para as práticas de lazer. Ao mesmo tempo, compõem espaços amenizadores das estruturas urbanas, por meio de espaço de socialização e natureza, proporcionando melhor qualidade de vida para a população.

Essa ideia pode ser corroborada por Kliass (1993, p. 19) que apresenta o conceito de parque urbano, afirmando que: “[...] são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação.”. No final do século XVIII, na Inglaterra, os parques urbanos surgem como fator

urbano de relevância, todavia, seu desenvolvimento só culmina quase cem anos depois.

Scocuglia (2009) ressalta que os primeiros parques urbanos surgiram paralelamente à formação das cidades em fins do século XVIII, sendo o seu apogeu nas décadas de 1850 e 1860, na Europa e nos Estados Unidos.

No final do século XVIII, na Inglaterra, o parque surge como um fato urbano relevante e tem seu pleno desenvolvimento no século seguinte, [...]. No século XIX surgiram os grandes jardins contemplativos, os parques de paisagem, os parkways, os parques de vizinhança americanos e os parques franceses formais e monumentais. (SCALISE, 2002, s/p).

Apesar dessas motivações em outros países, o Brasil não foi impulsionado por tais mudanças comportamentais, pois, segundo Scocuglia (2009), o país ainda não possuía uma rede urbana expressiva e o sistema de parques funcionava como uma extensão do cenário das elites que apenas “repetiam” os modelos internacionais, ingleses e franceses. No início do século XIX, o Brasil é marcado por uma organização em sua estrutura, principalmente a partir da vinda da família real portuguesa em 1808.

Macedo (2003) afirma que tal reestruturação reflete nas velhas e pequenas cidades, reorganizadas para desempenhar novas e sofisticadas funções administrativas; uma dessas cidades é a antiga capital, o Rio de Janeiro, que incorpora tais funções, tornando-se rica em recursos e investimentos. O autor ressalta ainda que os parques, construídos em pequeno número, eram localizados em algumas das grandes cidades e restritos às áreas centrais e bairros de elite. De acordo com Kliass (1993) é a partir do final do século XIX que são criados os principais parques da cidade de São Paulo: Parque Villon, Parque Tenente Siqueira Campos (Parque Trianon), Parque Aclimação, Parque D. Pedro II e Parque da Água Branca.

Na passagem do século XIX para o século XX, o parque, que antes era ricamente elaborado e decorado, torna-se também, segundo Macedo (2003), um elemento urbano comum, pois não só as principais capitais possuem belos parques, como também comunidades urbanas de médio e pequeno porte. Cita como exemplos os parques criados em estações de água nas cidades de Araxá e Poços de Caldas, ambos em Minas Gerais. O autor destaca também que nesse período, surgem os primeiros parques privados do país, que ofereciam ao usuário, o acesso a exposições e zoológicos. Cita como exemplos o Jardim da Saúde, o Parque Antártica e o Jardim da Aclimação, todos em São Paulo.

De acordo com as exigências e as necessidades da sociedade emergente brasileira do século XIX, o país foi marcado por uma transição urbanística com transformação e modernização de suas cidades, na qual ocorreu uma reconfiguração urbana com ruas melhores distribuídas e arborizadas, edificações nos bairros, facilidade no tráfego, melhor uso da arquitetura, ajardinamento, calçadas elaboradas, dentre outros. Seguindo essa linha, principiou-se o uso da vegetação nativa na paisagem urbana, com a presença exuberante da flora brasileira, até então despercebida, valorizando os espaços urbanos.

Nesse contexto, os parques brasileiros foram criados com o objetivo de atender às elites emergentes e se basearam na figuração urbana internacional, especialmente inglesa e francesa, sem uma crítica profunda (MACEDO; SAKATA, 2003; MACEDO, 1999), destacando a influência das principais capitais do período: Londres e Paris. No entanto, os parques urbanos no Brasil, ao contrário dos europeus, não surgiram da necessidade social de espaços públicos para o lazer da massa urbana, mas sim para a elite. O parque brasileiro, no século XIX, era totalmente alheio às necessidades sociais da massa urbana contemporânea, haja vista que esses indivíduos usufruíam de outros espaços, como várzeas, rios e riachos para a prática de lazer.

Ao longo da história, os parques urbanos assumem diferentes funções e usos, seguindo a influência da estrutura urbana, do fenômeno social e da preservação de áreas verdes. Eles não são submetidos a um padrão, pois se diferenciam quanto ao tamanho, funções, tipos de equipamentos, espaço de preservação ambiental e de socialização, dentre outros.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma pesquisa histórica de cunho qualitativo que busca investigar a história do Parque Pelotense [Parque Souza Soares] em Pelotas no período de 1883 a 1916 a partir de informações bibliográficas e documentais.

As informações foram coletadas no acervo da Biblioteca Pública Pelotense, no Laboratório de Acervo Digital da UCPel, especificamente no acervo de Nelson Nobre Magalhães, no Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas e do Rio Grande do Sul, no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, em Porto Alegre e na Biblioteca Riograndense de Rio Grande.

Segundo Oliveira (2007) a pesquisa bibliográfica consiste no estudo e análise de documentos de domínio científico, tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos, ou seja, consiste no “estudo direto em fontes



científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica” (OLIVEIRA, 2007, p. 69). Desse modo, para esta pesquisa, foram utilizadas e as monografias “Parque Souza Soares: apenas lembranças”, de Ana Lúcia Rassier e “Viagem na memória do Fragata: estudo sobre a história e cultura de um ‘bairro cidade’”, de Elisabete Oliveira e demais bibliografias sobre lazer e parques.

Além de pesquisa bibliográfica foi realizada uma pesquisa documental, que, segundo Oliveira (2007, p. 69) “caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”. As fontes documentais foram fotografias e, principalmente, os jornais diários que circularam na cidade de Pelotas no período da existência do Parque Pelotense, ou seja, de 1883 até 1916. Os jornais pesquisados foram: Correio Mercantil (1883-1915), Onze de Junho (1883-1889), Diário de Pelotas (1883-1889), Diário Popular (1890-1916), Arauto (1904) e Opinião Pública (1912-1916).

Os jornais foram pesquisados sistematicamente, ou seja, jornal a jornal, ano a ano e mês a mês, o que possibilitou o acompanhamento da inauguração e do desenvolvimento do Parque. Zicman (1985) considera que uma das principais vantagens do jornal enquanto fonte é sua periodicidade, o que permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos.

Além disso, os jornais, no período estudado, relatavam, com riqueza de detalhes, o cotidiano da cidade de Pelotas, pois, como afirma Loner (1998, p. 7), numa cidade pequena e requintada como Pelotas, “coisas que normalmente hoje não seriam reproduzidas [...] eram contadas nos mínimos detalhes, permitindo conhecer tanto o pitoresco do fato, quanto o lado cotidiano da vida das pessoas daquela época”. Desse modo, os jornais tiveram um papel fundamental para a realização deste trabalho.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Parque Pelotense: um espaço de lazer em Pelotas

O Parque Pelotense foi aberto ao público em 1883 e era um dos principais “pontos de recreio” em Pelotas, no final do século XIX e início do século XX. Seu proprietário, José Álvares de Souza Soares, era imigrante português, nascido em Vairão no ano de 1846. Em 1874 fundou o “Laboratório Homeopático Rio-Grandense”, onde vendia algumas fórmulas importadas e outras manipuladas por ele mesmo (Onze de Junho, 03.02.1885, p. 2).

“O planejamento de fundação do Parque Pelotense e seu respectivo laboratório remontam ao ano de 1881, quando José Álvares de Souza Soares – mais conhecido como Visconde de Souza Soares – comprou uma grande extensão de terras em Pelotas, cidade localizada ao sul do Rio Grande do Sul” (RASSIER, 2003, p. 25), na qual fez grandes investimentos para então inaugurar, dois anos após, o Parque Souza Soares conhecido, primeiramente, como Parque Pelotense. Este Parque possuía dentro de seus limites, o laboratório farmacêutico de Souza Soares (RASSIER, 2003; NUNES, 2007), que tratava-se de uma expansão de seu Laboratório Homeopático Rio-grandense, fundado em 01 de julho de 1874, uma das primeiras farmácias da cidade de Pelotas.

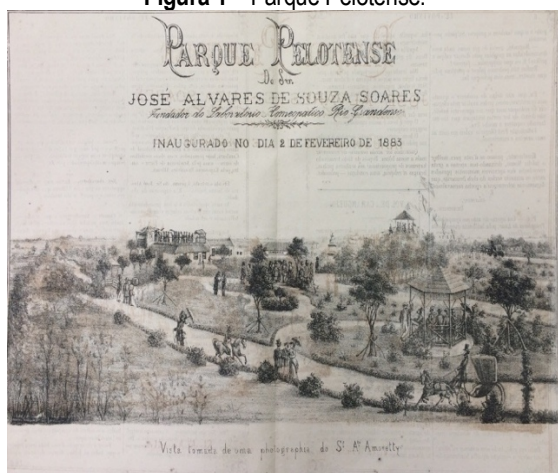
José Álvares Souza-Soares (1846-1911) natural de Vairão (Vila do Conde) era filho de um médico e de uma farmacêutica, sendo o penúltimo descendente de uma numerosa família com nove filhos. [...]. A sua aposta na promoção da saúde e qualidade de vida humana manifestou-se em variadas situações. [...] É na cidade de Pelotas que Souza-Soares cria o seu grande laboratório, inserido num magnífico parque [...], inaugurado em 1883 na presença do Imperador. (PEIXOTO, 2016, p. 8)

A inauguração do Parque ocorreu em dois de fevereiro de 1883 (Figura 1), no lugar denominado Vila do Prado, no Fragata, junto ao Prado Pelotense, a mais ou menos três quilômetros da cidade. O Parque foi construído com o objetivo de proporcionar divertimentos junto à natureza para a população de Pelotas e “excursionistas” que vinham visitar a cidade e é oficialmente o parque urbano mais antigo de Pelotas.

PARQUE PELOTENSE Como estava anunciado, efetuou-se ante-ontem a inauguração do Parque Pelotense, propriedade do ativo e honrado cavalheiro Sr. José Álvares Souza Soares, fundador do acreditado Laboratório Homeopático Rio-grandense. O estabelecimento estava embandeirado em todas as direções e apresentava uma brilhante perspectiva. Três bandas de músicas colocadas em diferentes lugares, tocavam alternadamente e davam a diversão um aspecto animador e recreativo. Desde as 3 horas da tarde em diante, aproveitando os bondes e carros de praça, começou a população a dirigir-se para aquele aprazível local e a dissipar-se por todas as avenidas e ruas do estabelecimento, de modo que pouco depois das 5 horas havia ali talvez mais de três mil pessoas, destacando-se entre elas muitas famílias e cavalheiros da nossa sociedade. Era tão imponente a perspectiva que oferecia o Parque Pelotense com essa imensa

multidão a passear por toda aparte e a deter-se aqui e ali para admirar os jardins, as edificações, lagos, chales, pontes rústicas, plantações, estufa, fontes, cascatas, finalmente todas aquelas belezas que a cada passo se encontram para atestar e exaltar a força de vontade, a inteligência e atividade do homem que em tão pouco tempo e vencendo grandes dificuldades conseguiu transformar uma extensa e deserta campina em um estabelecimento produtivo e útil á localidade. [...] (Correio Mercantil, 04.02.1883, p. 1).

Figura 1 – Parque Pelotense.



Fonte: Zé Povinho, 11.02.1883, n. 6.

Pela valorização da natureza e pela importância dada ao ar livre começaram a ser criados os parques campestres nos arredores da cidade de Pelotas. Dois deles localizavam-se no Fragata, local próximo da cidade, que tinha “prestígio de arrabalde aristocrático” (OSÓRIO, 1998, p. 305), o Jardim Ritter e o Parque Pelotense. O Jardim Ritter ocupava uma extensa área arborizada, ideal para as “tardes da estação calmosa”, fazendo parte da fábrica de cerveja dos Srs. Ritter & Irmão e era “um dos passeios prediletos da elite pelotense.” (Diário de Pelotas, 26.01.1885, p. 2, Pelotas). Os outros parques, com menores dimensões, eram o parque Bosque de Bolonha e Campos Elísios, ambos no bairro da Luz. Porém, o parque mais expressivo do período, pelas suas dimensões e variedade de atividades, era o Parque Pelotense.

Os parques e jardins eram uma alternativa excelente de lazer para os que não podiam deixar a cidade em direção ao campo ou ao mar. Os parques brasileiros têm sua origem nos parques ingleses, que começaram a ser criados na Inglaterra ainda na segunda metade do século XVII.

Construídos a partir de uma concepção em que se procurava compatibilizar a natureza com a inteligência humana, estes parques – repletos de vegetação e vida animal – atraíam cada vez mais as famílias que os procuravam para a realização de caminhadas e picnics,

e também desfrutar das atrações que porventura neles se apresentam, como bandas, fanfarras, acrobatas, malabaristas, espetáculos de fogos de artifício, etc. (SOARES, 2004, p. 28).

Esses parques apresentavam uma variedade de atrações vinculadas à natureza, ou seja, proporcionavam atividades “higiênicas”, como passeios ao ar livre, passeios em lagos, jogos, corridas, entre outras atrações. A importância dada ao contato com a natureza está presente nos anúncios do Parque:

*VAMOS AO PARQUE!* Como de costume efetua-se domingo 6 do corrente um brilhante concerto instrumental, no Parque Pelotense. Além desta agradável distração, os frequentadores encontrarão uma grande variedade de divertimentos, cada um o mais higiênico e confortável. Na quadra doentia que atravessamos, uma visita ao parque, não é só um motivo de distração, mas uma vantagem para a saúde que precisa ser fortificada pelo ar puro e vivificante do campo. À tarde efetuar-se-á a rifa de plantas. O administrador Ribeiro da Silva. (Diário de Pelotas, 06.12.1885, p. 3, Pelotas)

A importância do Parque para o lazer dos pelotenses pode ser demonstrada pela construção de uma nova linha de bondes de tração animal da Companhia Ferro Carril e Cais de Pelotas (Figura 2) com destino ao Fragata, no ano de 1876, oito dias após a inauguração do Parque. Nos períodos de maior “concorrência” eram colocados mais carros em funcionamento e desvios eram realizados a fim de facilitar o acesso a estes locais. “Por esta forma, teremos daqui em diante completa facilidade e rapidez de transporte para os divertimentos que se oferecem no ponto terminal da linha, sem o inconveniente das demoras e atropelamentos que se notaram por ocasião de grande concorrência.” (Correio Mercantil, 01.04.1976, p. 1).

*Parque Pelotense – Estrada do Fragata, onde termina a linha dos bonds – Quem, há pouco mais de dois annos, passou pelo campo aberto, onde se acha hoje o nosso pittoresco Parque, não poderá deixar de ficar surprehendido com a transformação que presencja. Com effeito! Ninguem imaginara que uma campina inculta, como aquella, se transformasse, como por encanto, em um extenso jardim, maior que o da praça Pedro II., com bosques, lagos navegaveis em pequenos barcos, ilhas, morros de grande elevação, grande praça arborizada, caramanchões, chalets, kiosques, estufa de acclimação, pontes, e assentos por toda à parte! Uma fonte de riquissima agua, só comparavel á melhor da serra! Mais de dois mil pés de arvores fructíferas, de primeira qualidade, havendo entre*

ellas muitas larangeiras de 10 annos, com toda sua capa primitiva! Grande horta; grandes lavouras dos principaes e mais necessarios cereaes. Vasto edificio, com uma extensão de 56 metros, onde brevemente vai funcionar o acreditado *Laboratorio Homeopathico Rio-Grandense*, com sua importante fabricação do afamado *Peitoral Homeopathico de Cambará*. Inda um outro edificio, com 28 metros de frente, destinado a uma *Escola publica*, que será costeiada pelo estabelecimento. O PARQUE PELOTENSE, pois, é a nossa primeira maravilha. É um estabelecimento que nos pertence, porque foi creado para nós. Visitemos, portanto, o nosso Parque, diaria ou semanalmente, como podermos e quisermos, interessendo-nos pelo seu engrandecimento, que é indubitavelmente a demonstração mais fiel do progresso d'esta importante localidade. (Onze de Junho, 18.04.1883, p. 2)

O século XIX foi um momento em que a população, além de vivenciar as preocupações com o saneamento, o aformoseamento e a higienização das cidades, também experienciou as transformações decorrentes da instalação de obras destinadas ao bem público, financiadas, na maioria das vezes, por capitais privados.

Outro aspecto a ser salientado é que o espaço servia como moradia para a família, prática muito comum nesse período, ou seja, a presença de grandes jardins privados nas moradias da pequena elite no século XIX, caracterizadas por pequenos palacetes construídos no meio de amplos jardins.

**Figura 2** - Bonde na entrada do Parque.



**Fonte:** Acervo Nelson Nobre/Pelotas Memória.

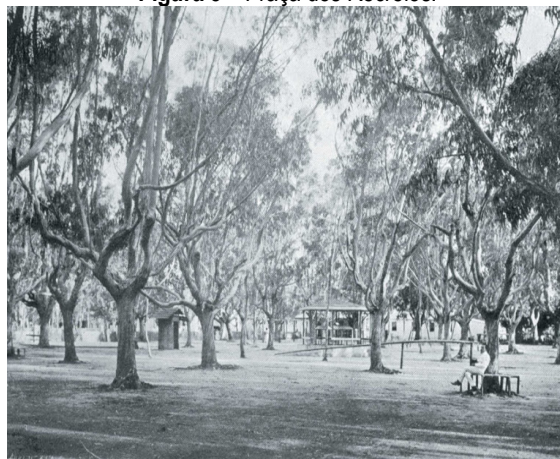
O Parque Pelotense, além de espaço para o lazer, moradia, era também ambientes de ensaio e pesquisa de plantas. Era situado na borda da cidade, como nas antigas cidades europeias, em terras muito ruins para arruamento ou construção.

Silveira (2009) destaca a carência de espaços públicos de lazer na cidade de Pelotas durante o século XIX. Essa carência de locais de recreação permeou as discussões da Câmara de Vereadores, restringindo a instalação de obras privadas, destinadas ao bem público, em praças, largos e parques. Observa-se, no final do século XIX e início do século XX, que os lazeres dos pelotenses estavam vinculados aos espaços privados, como o teatro e o cinema, os clubes recreativos e esportivos, as festas nas residências. Também se verifica que as atividades em áreas verdes se restringiam à Praça Cel. Pedro Osório, que era utilizada para retretas, passeios e espetáculos.

O parque foi criado a partir de uma campina até ali inculta e árida, transformando-se numa área constituída por terrenos de lavoura, frondosos bosques, jardins, lagos, cascatas, praças com estátuas e avenidas. A parte lúdica não foi esquecida, surgindo assim no parque um ringue, vários jogos e aparelhos gimnodesportivos. O parque compreendia vários edificios, uns de menor e outros de maior porte. Os edificios principais eram ocupados pela Fábrica e Laboratório Homeopático e ainda por uma escola (PEIXOTO, 2016).

O parque possuía mais de 300 mil metros quadrados de área e compreendia, além do laboratório farmacêutico, granja, jardins com estufas, bosques, labirintos, fontes, praças, espaçosas ruas e passeios, restaurante, residências para os empregados, fábricas dos medicamentos, escola, capela e uma tipografia (SOUZA SOARES, [s.d.], p. 199). Conforme Oliveira (2007, p. 25), este português em pouco tempo conseguiu construir num local primitivo, uma obra grandiosa e maravilhosa, contemplada e admirada por todas as inúmeras pessoas que compareciam ao local. No parque havia muita diversão como carrossel, balanços, ringue de patinação e vários esportes como futebol, esgrima e outros mais, tudo a disposição da população, localizados na Praça dos Recreios (Figura 3).

**Figura 3** – Praça dos Recreios.



**Fonte:** Acervo Nelson Nobre/Pelotas Memória.

Parque Pelotense – Este estabelecimento, o primeiro no seu genero, que existe na provincia creado para recreio dos habitantes d’esta cidade, conserva todos os dias uteis suas portas abertas e francas a todas as pessoas que o queiram visitar. [...] O PARQUE PELOTENSE é hoje o passeio favorito e dilecto da sociedade pelotense. Todos se admiram como de um terreno inteiramente inculto, de um campo aberto e raso, por onde há pouco mais de dois annos as carretas transitavam livremente, se formasse, como por encanto, um verdadeiro parque; o aprasivel PARQUE PELOTENSE. O administrador – J. Simões. (Correio Mercantil, 1º semestre de 1883)

Em relação ao Parque, principal local de recreio e de ócio dos pelotenses, Soares (2001) argumenta que a sua criação se insere em um conjunto de operações entendidas como “saneamento social” da cidade. Apesar de estar situado em uma propriedade particular, era aberto ao público. Enquanto espaço de reunião da população da cidade cumpriu diversas funções, sobretudo sociais: “permitia à burguesia local transmitir uma boa imagem e seu desejo de integração de todas as classes sociais, também se constituía num fator de controle social, pois a população trabalhadora era educada através dos hábitos higiênicos e polidos dos mais ricos.” (SOARES, 2001, p.188).

Além da fábrica e laboratório, aquela grande extensão de terreno transformou-se em agradável ponto de atração turística, de lazer e entretenimento, com escola, capela, carpintaria, restaurante, lagos, cascatas, bosques, uma linha férrea e uma bem montada estrutura gráfica. Dali saíram, com esmerada feição, livros, panfletos, almanaques, cartazes, reclames, revistas e, segundo consta, até a edição inaugural do poemeto “Antonio Chimango”, de Ramiro Fortes de Barcellos. (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO R. G. DO SUL, 2012, p.198).

Segundo testemunhos de descendentes do Visconde de Souza Soares, transcritos no trabalho de Rassier (2003, p. 71), “o Parque tinha grande importância não só para a cidade de Pelotas, mas, também, para todo Rio Grande do Sul, sendo uma referência em termos de apoio aos seus funcionários, oferecendo a eles escola, refeitório (onde podiam fazer duas refeições diárias) e proporcionando todas as condições de sanidade para o seu trabalho”. Os depoimentos apontam que as homeopantias produzidas pelo laboratório do Parque eram consideradas eficientes e tinham uma grande

demanda, procurados, inclusive, por cidadãos de outras localidades.

O Parque também era frequentado para estudos. Em seu interior havia a Escola Popular, na qual era ministrado gratuitamente o ensino primário para crianças carentes e para seus empregados, alfabetizando-os e, conseqüentemente, vinha aluno de longe, das chácaras e colônias para ali estudar.

O parque foi considerado uma alavanca para a popularidade das atividades de lazer e turismo que ofertava, trazendo muitas pessoas de fora para visitá-lo e, assim, captando muitos recursos para a cidade que lhe sediava. Era um lugar muito conhecido por suas grandiosas e originais festas (RASSIER, 2003, p. 65).

*PARQUE PELOTENSE* Este aprazível recreio, atraiu no domingo á tarde uma seleta e numerosa concorrencia de senhoras e cavalheiros. Dia a dia encontram-se nova paisagem e novas distrações para entreter o espirito. Como estava anunciado, realizou-se, na praça do Parque uma corrida a pé entre um portuguez e um espanhol, que despertou geral curiosidade. O portuguez perdeu a partida. O espanhol ganhou. A proposito diz um espectador sem o menor vislumbre de ofensa: – Está verificado que a Espanha é mais valente que Portugal... a correr. Até ao entrar da noite houve muito alvoroço e animação e todos se retiraram satisfeitos com as atenções do sr. Souza Soares e dos aprasiveis instantes que ali passarão. (Correio Mercantil, 20.02.1883, p.8).

No Parque ocorriam inúmeras festas, com muita musica, dança, bailes ao ar livre, etc.

A FESTA DE TODOS OS SANTOS - A excelente banda de musica Santa Cecilia executará se o tempo permitir, as melhores peças de seu repertório nos jardins d’este aprazível centro de reunião da sociedade pelotense, que ali encontrará além de um ar puro e balsâmico, diferentes divertimentos do melhor gosto. (Correio Mercantil, Pelotas, 31. 10.1885).

O Parque apresentava diversos tipos de divertimentos, sendo um ponto bastante frequentado pelos moradores da cidade:

BAILE – Os apreciadores dos agradáveis bailes campestres, encontrarão no parque, elegantes salões, onde podem dançar, ao ar livre, bonitas havaneirass, polkas, walsas, etc., que a banda executará em seu novo e elevado coreto. PASSEIO MARITIMO – Fluctuando no caudaloso lago [...] acham-se a disposição dos apreciadores dos passeios marítimos, dois



elegantes e soberbos cahiques. EM VELOCÍPEDE – Alguns distintos moços do commercio, pretendem, neste domingo, realizar uma interessante passeiata, em velocípede, por algumas das vistosas ruas do Parque, o que será de agradável e surpreendente effeito. A CAVALLLO – Os cavalleiros que se quizerem exercitar em alguns jogos, tem a sua disposição superiores cavallos na Praça de recreio. ANDARILHO – Esta maravilha da mocidade, acha-se a disposição sómente do bello sexo e das crianças. GYMNASTICA – Brevemente vão ser montados, vários aparelhos de gymnastica, para os amadores d'estes hygienicos exercicios. LABIRINTO – Achando se quase concluído este divertimento, tão usado na Europa, está desde já á disposição de quem nelle se quizer perder. FONTE – Existem ruas bastante francas, que seguem á fonte, tanto para pessoas de pé como de carro ou a cavallo. AGUA FRESCA – Aquelles que não quizerem ir á fonte, á água, encontraram da mesma, gratuitamente, no Expositor de plantas e quem os sirva. (Só pela água, vale a pena o passeio!) RESTAURANT – Junto á Praça do Recreio, [...]. (Correio Mercantil, Pelotas, 14.12.1883, p. 2 e 3)

Evidencia-se que o Parque proporcionava diversas atividades de lazer junto à natureza, sendo um local bastante frequentado pela elite da cidade: eram realizados bailes ao ar livre; passeios em lagos, em velocípedes ou a cavalo; aparelhos de ginástica eram disponibilizados, para “higiênicos exercicios”; restaurante; concertos com bandas de música locais, entre outras atrações (Correio Mercantil, 14.12.1883, pp. 2-3).

Magalhães (1993, p. 157) descreve que no parque as atividades de lazer incluíam “músicas, cascatas, labirintos, morros, ringues, chalés, riachos e pontes”, conforme demonstrado nos anúncios.

Segundo Scalise (2002, [s. p.]):

O parque, nesse período [século XIX], preocupava-se com as demandas de equipamentos para recreação e lazer, a necessidade de expansão urbana, o novo ritmo de trabalho, além da necessidade de criação de espaços amenizadores da estrutura urbana, bastante adensadas, com funções de “pulmões verdes”, saneadoras, representando oásis de ar puro, de contemplação, estimulando a imaginação.

O Parque Pelotense foi construído, com o intuito de valorizar o espaço e constituir o lazer; no entanto, não era muito frequentado pela massa urbana e sim pelas elites. Como afirma Carvalho (2009) o sentimento de apreciação da natureza pode ser

considerado uma sensibilidade burguesa, pois é essa parcela da população que dispõe de tempo e recursos para cultivar os novos hábitos de convívio e admiração da natureza.

Ressalta-se que o Parque Pelotense era um espaço representativo para o lazer dos cidadãos e espaços de natureza que favorecem a sensação de liberdade. Para Serpa (2007) desde o século XIX até os tempos atuais, os parques representam um lugar de sociabilidade e urbanidade.

Os parques e os jardins, mais do que servir para o desfrute de alguns como parte integrante das grandes residências senhoriais, são criados, sobretudo, para satisfazer as exigências higiênicas, recreativas e educativas dos habitantes das cidades. E, desta maneira, os requisitos desta arte não são somente de índole estética e técnica, mas também tem que atender a todo um conjunto de necessidades sociais (FARIELLO, 2000, p. 245).

Os parques contribuem “[...] para melhorar a qualidade da vida urbana e oferece aos habitantes das cidades espaços recreativos e de lazer ‘festivo’” (SERPA, 2007, p. 82).

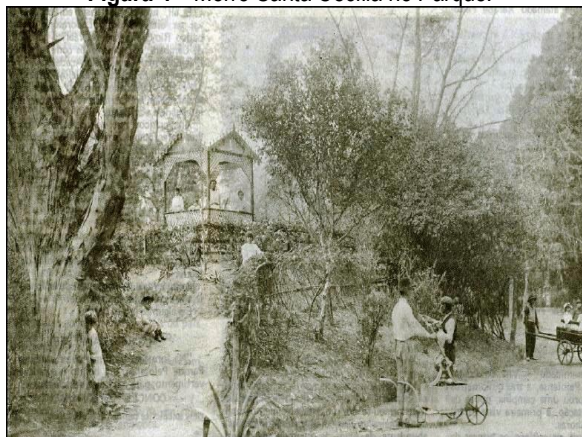
#### *PARQUE PELOTENSE É TAMBÉM EM PRESERVATIVO AS MOLÉSTIAS*

Presentemente, nós não temos; tão perto da cidade, lugar mais apreciável, comodo e saudável, do que o nosso Parque Pelotense! O ilustre e distinto corpo medico da cidade, reconhecendo as excelentes condições higienicas em que se acha este afamado estabelecimento, já recomenda aos seus clientes e amigos os passeios diários ao Parque Pelotense. E no entanto, ainda ha muita gente que tem o mau gosto de preferir sofrer, juntamente com sua família, as consequencias perigosas da vida sedentaria, neste tempo, ou de nao sairem da cidade, aspirando constantemente miasmas mais ou menos abundantes e nocivas, do que gozarem, ao menos uma vez por semana, um excelente e agradável passeio ao Parque Pelotense! Preferem ficar aborrecidos na cidade, indispostos e até mesmo doentes, do que a darem um passeio, tão agradável e higiênico e comodo! Domingo, se o tempo permitir, uma banda musical realizará um esplendido concerto no Parque Pelotense (Correio Mercantil, 22.01.1887).

Além de diversão, festas e medicamentos o Parque possuía uma capela, que foi construída e ornamentada por artistas locais. Em 1903 era noticiada a benção da capela construída no Parque Pelotense, dedicada à Santa Luzia (Arauto, 13.12.1903, p. 2).

No Parque Souza Soares encontrava-se um vasto labirinto, lugar com passagens confusas e intrincadas feitas com “cerca viva” (plantas utilizadas como cerca), no qual as pessoas se divertiam procurando umas as outras e tentando achar a saída do local, pois era muito difícil encontrá-la. Próximo ao labirinto, existia o Morro Santa Cecília, o qual era usado como mirante, tendo-se ampla visão do lugar e arredores, também era o local onde se realizavam concertos musicais (Figura 4).

**Figura 4** – Morro Santa Cecília no Parque.



**Fonte:** Acervo Nelson Nobre/Pelotas Memória.

Também podemos observar na figura a seguir (Figura 5) familiares em momento de lazer no Parque Pelotense, ao som de uma vitrola, sob uma árvore.

**Figura 5** – Momento de lazer no Parque



**Fonte:** Acervo Nelson Nobre/Pelotas Memória.

Pelas figuras, pode-se perceber a presença da elite pelotense:

Por esses espaços passeia a aristocracia, trajada especialmente para a ocasião, exibindo um vestuário à francesa e imitando os hábitos parisienses. Por suas alamedas desfilavam senhoras, cavalheiros e crianças ostentando o

elaborado vestuário da época, com fraques pesados, vestidos com armações e muitas saias, e sombrinhas, a maior parte das roupas totalmente inadequada a um país tropical como o Brasil. (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 23).

Reforçando essa ideia, Segawa (1996, p.15) descreve que ter presença no âmbito público é uma forma de “exibir pompa, ver homens e mulheres bem vestidos e bonitos, contar e ouvir novidades, assistir a apresentações musicais, mostrar filhas na busca de maridos, homens finos admirando e fazendo a corte a cortesãs”. Diante do exposto, pode-se constatar que o Parque Pelotense era um espaço frequentado pela elite para ostentar um comportamento refinado.

Nono Parque compareceram visitas ilustres como a princesa Isabel e o conde D’Eu, o Marechal Deodoro da Fonseca, Olavo Bilac, Evaristo da Veiga, Antônio Feijó, Coelho Neto, o Bispo Dom Sebastião do Rio de Janeiro, o Ministro da Argentina e outros.

O filme mudo brasileiro “Os óculos do vovô” e 1913, teve como cenário escolhido para as filmagens o Parque Souza Soares, o que demonstra a importância do Parque. O filme é o mais antigo filme de ficção brasileiro ainda preservado, dirigido pelo português Francisco Dias Ferreira dos Santos (1873-1937), foi originalmente produzido na cidade de Pelotas pela empresa Guarany Fábrica de Fitas Cinematográficas. Fragmentos dele foram resgatados na década de 1970 e a versão que se tem preservada possui pouco mais de quatro minutos.

O parque era citado como “o mais viçoso e aprazível jardim que ainda aformoseia os arrabaldes de Pelotas” (Arauto, 20.12.1903, p. 1). Conforme relato de Leonor Almeida de Souza Soares e Carmen Souza Soares Reis:

Os bosques, jardins e avenidas arborizadas do parque Souza Soares logo se tornaram ponto de atração para a população de Pelotas e arredores, que passavam suas horas de lazer nos recantos da propriedade sendo por isso considerada como “o primeiro centro turístico em nosso estado”. Praças, jardins, lagos, cascatas, uma ilha, caramanchões, coretos, um ringue de patinação, locais para jogos, aparelhos de ginástica, garantiam um ambiente saudável para os residentes e visitantes. (Leonor e Carmem *apud* MORAES, 2013, p.19).

Dona Marília de Souza Soares Leite, já falecida, neta do Visconde de Souza Soares, comenta sobre o Parque no jornal Diário Popular:

[...] a vida no parque era uma maravilha, um paraíso. Tinha pomar, jardins, chafarizes, lagos, ilhas, avenidas, morros e, um labirinto onde era



necessária a presença de um guarda para orientar as pessoas, caso contrário, as pessoas sem orientação não sairiam de lá, e a praça então, era uma beleza! Tinha balanços para adultos e crianças, trapézio, carrossel, gangorra, argolas, ringue de patinação, restaurante. Foi um Parque que serviu a várias gerações. (Diário Popular, 11.10.1987. 1987, p. 6)

De acordo com informações das bisnetas do fundador do parque Pelotense e primas em segundo grau, a professora universitária Leonor Almeida de Souza Soares e Carmen Souza Soares Reis, o parque:

foi aberto à visitação pública e recebia excursões de diversas cidades da região, servia de ponto para a difusão do folclore rio-grandense, nordestino e português. Nas festas dominicais se buscava conseguir recursos para um fundo destinado à abolição dos escravos. Souza Soares deu o exemplo e libertou na primeira dessas festividades os que possuía e todos passaram a ser empregados livres. “Isto ocorreu antes da abolição pela princesa Isabel”, frisa o tataraneto Soares Filho. (NUNES, 2007, s/p).

O parque Souza Soares sofreu grande declínio depois que seu fundador transferiu residência para Portugal em 1901 acompanhado de sua segunda esposa e de sete filhos menores, deixando seus dois filhos mais velhos a frente do empreendimento comercial.

Seu filho Leopoldo Álvares de Souza Soares que ficou a frente da parte comercial e seu filho Dr. Miguel de Sousa Soares químico farmacêutico responsável pela parte de fabricação dos medicamentos lutaram com grande dificuldade decorrente da situação do país após a Primeira Guerra Mundial, tendo ao mesmo tempo que arcar com grande parte do sustento da nova família do pai em Portugal (MORAES, 2013, p. 34).

Em 1916 o Parque foi arrendado pela empresa Força e Luz, a qual realizou diversas obras de remodelação e a instalação de atrativos (Opinião Pública, 14.12.1916, p. 2), passando a não ser administrado pela família Souza Soares.

Logo, os filhos ficariam ainda mais onerados com todos os encargos do negócio, chegando com dificuldade à década de 1950 quando houve a falência da firma.

Após um caminho de diversas bifurcações – que incluem questões familiares e a abertura de um novo laboratório na cidade do Porto em Portugal – o Parque Pelotense entrou em decadência. Embora não exista uma data precisa para o seu fechamento, após um processo de inventário iniciado no ano de 1956, foi então decretada a falência da Sociedade

Souza Soares no Brasil (RASSIER, 2003, p. 46-51; SOUZA SOARES, [s.d.], p.187-191).

Na década de 1970 a propriedade foi partilhada entre os herdeiros, a maioria dos quais vendeu seus lotes ao mesmo comprador que não manteve nada do que restava da mesma, loteando a área para casas populares.

Miguel morreu em 1961 e seu filho Jorge no ano de 1979. Parte da área onde tudo começou, que ainda era ocupada pelos descendentes, no entanto, foi alvo de depredação. “A ladroeira e o vandalismo de que foram vítimas a casa, a capela e a fábrica ocorreram justamente quando meu tio (Jorge) estava sendo velado, no mesmo dia em que morreu”, conta Carmen. Conforme relatos da família, diversos caminhões do município participaram do furto. Sumiram as imagens e as alfaías da capela, o altar, as grades de comunhão e até as tábuas do assoalho. Do laboratório e da fábrica tudo o que podiam levaram também. Parte da casa de Miguel foi revirada, especialmente o escritório, onde estava uma coleção de armas, relógios antigos e grande variedade de objetos. “Tudo isso foi perpetrado na calada da noite, enquanto meu tio estava sendo velado na capela do cemitério”, frisa Carmen. (NUNES, 2007, s/p)

A bisneta do visconde, Leonor, e o sobrinho dela, Sérgio Almeida de Souza Soares Filho (tataraneto do Visconde) não escondem o orgulho das atitudes e das ações desenvolvidas por ele na época nas mais diversas áreas onde se destacou. “Ele foi um grande visionário, um progressista. O visconde foi pessoa de grande vulto”, afirmam (NUNES, 2007, s/p).

Ao se analisar a trajetória do Parque Pelotense, quando as áreas verdes das cidades passam a receber um *status* de local higiênico e saudável em contraposição à desordem encontrada na vida urbana, dando um sentido elitizado a estes espaços verdes, podemos verificar a importância do Parque Pelotense para o lazer em Pelotas, notadamente devido a sua dimensão e diversidade de atrações. Ele foi o mais importante espaço verde já construído na cidade, adquirindo muitas das principais funções e usos que os parques urbanos modernos hoje possuem.

Importante destacar, porém, que, ao longo dos anos, a partir do início do século XX, os grandes espaços verdes de Pelotas foram dando lugar ao crescimento da cidade, desaparecendo após serem loteados para a construção de moradias. Neste cenário, a população de Pelotas passa a viver o restante do século XX sem mais possuir grandes áreas verdes, possuindo somente algumas praças em seu espaço urbano, além dos canteiros encontrados em suas principais avenidas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos primeiros e principais “pontos de recreio” em Pelotas, pelas suas dimensões e variedade de atividades, foi o Parque Pelotense, aberto ao público em 1883, posteriormente denominado Parque Souza Soares.

Souza Soares cria seu laboratório farmacêutico e, logo, o Parque Pelotense em seu entorno. Pode-se supor que por ser ele um homeopata, estava articulado a um discurso da época cuja preocupação era com a melhoria da qualidade de vida da população das cidades, assim incentivando novos hábitos e comportamentos, relacionados às atividades ditas higiênicas, tais como o contato com a natureza e a prática de atividades físicas.

O Parque Pelotense, um parque privado surgiu inspirado em cenários europeizados, com fontes, quiosques, pórticos, esculturas, pontes, bosques, labirintos, praças, jardins, lagos, cascatas e restaurante, apresentando, assim, várias opções de lazer para a população pelotense e para os visitantes. Nestes espaços disponibilizava carrossel, balanços, rинque de patinação, vários jogos, bailes ao ar livre, concertos com bandas de música locais, passeios em velocípedes ou a cavalo, e inúmeros equipamentos voltados ao lazer como aparelhos gimnodesportivos, prática de vários esportes como futebol, esgrima.

Assim, no parque eram realizadas diversas atividades de lazer - culturais, físicas, contemplativas, sociais, educativas, artísticas e ambientais. Ressalta-se que, ao usufruir desse espaço, a população se divertia, descansava, se sociabilizava e trocava conhecimento com familiares e amigos, rompendo com o universo do cotidiano.

Tais práticas de recreio, divertimento e ócio estão inseridas em um contexto mais amplo, sendo uma possibilidade da elite diferenciar-se. Neste sentido a utilização do Parque revela-se como símbolo de distinção social para os pelotenses.

Principalmente nos finais de semana o Parque Pelotense era muito frequentado, sendo um dos principais atrativos da cidade de Pelotas. Era um verdadeiro e significativo centro de atrações turísticas no Rio Grande do Sul. Foi, portanto, um atrativo tanto para moradores quanto para turistas, propiciando um espaço com diversas atividades e fragmentos de natureza no meio urbano. Este local teve a função de conduzir os sujeitos à sensação de descanso e de entretenimento, seja pela recriação do contato com a natureza, seja pela oferta de atividades de lazer dotadas de elementos lúdicos.

Com o fechamento do Parque, que ocorreu, principalmente, a partir da falência do Laboratório, Pelotas passou a contar com poucos espaços verdes

destinados ao lazer da população, limitando-se às praças e ao balneário Laranjal.

Ainda hoje, Pelotas não conta com um parque desse porte. No caso do objeto aqui analisado, pode-se depreender que dados sobre a história do Parque Pelotense são de extrema importância, pois desse empreendimento erigido sobre uma vasta área e que não mais existe, restam apenas algumas lembranças e alguns vestígios.

Através da compreensão acerca do surgimento e da trajetória do Parque Pelotense de Pelotas e seu uso para o lazer pôde alcançar alguns fragmentos desse passado esvanecido. São vestígios que funcionam como suportes memoriais por meio dos quais, com concepções e influências presentes, atualiza-se um passado que não se vivenciou, mas que se tem a possibilidade e o privilégio de aproximar-se.

## REFERÊNCIAS

- CARVALHO, I. C. de M. Paisagens, historicidade e ambiente: as várias naturezas da natureza, *Confluente*, Bologna, v. 1, n. 1, p. 136-157, 2009.
- CSERGO, J. Extensão e mutação do lazer citadino, Paris, século XIX-princípio do século XX. In: CORBIN, A. *História dos Tempos Livres*. O advento do lazer. (Tradução de Telma Costa). Lisboa: Teorema, 2001, p. 137-202.
- CORBIN, A. Do lazer culto à classe do lazer. In: \_\_\_\_\_ *História dos Tempos Livres*. O advento do lazer. (Tradução de Telma Costa). Lisboa/Portugal: Teorema, 2001, p. 59-90.
- FARIELLO, F. *La arquitectura de los jardines: de la antigüedad al siglo XX*. Madrid: Celeste, 2000.
- GILL, L. A. A cura sob suspeita: a presença de espíritos, feiticeiros, homeopatas e licenciados em Pelotas (RS) – 1891-1930. *IX Encontro Estadual de História*. 2008. Disponível em: [http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1212353245\\_ARQUIVO\\_TextofinalANPUH2008-LorenaAlmeidaGill.pdf](http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1212353245_ARQUIVO_TextofinalANPUH2008-LorenaAlmeidaGill.pdf). Acesso em: 24.04. 2016.
- GOMES, R. O ócio da Lisboa de 1900 – tradição e mudança nas práticas e representações do ócio urbano. Actas do Congresso Mundial do lazer/World Leisure Congress, 3-5 de Junho de 1992. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1992.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Discurso de Recepção. Fausto José Leitão Domingues. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS*. 2012, n. 146.
- KLIASS, Rosa Grena. Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade. São Paulo: Pini, 1993.
- MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. *Parques Urbanos no Brasil* (Brazilian Urban Parks). São Paulo: Edusp, 2002.

- MACEDO, S. S. *Parques Urbanos no Brasil*. Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
- MAGALHÃES, M. O. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Sul*. Um estudo sobre a história de Pelotas. Pelotas: Ed. UFPel, 1993.
- MARRONI, F. V. *Pelotas (re)vista: a Belle Époque da cidade através da mídia impressa*. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- MELO, M. I. O. *Parques Urbanos, a Natureza na Cidade: Práticas de Lazer e Turismo Cidadão*. Mestrado Profissional em Turismo. Universidade de Brasília. Brasília, 2013.
- MORAES, F. R. *Um Estudo Sobre a Conservação do Altar de Santa Luzia*. Monografia Bacharelado em Conservação e Restauro de Bens Móveis. UFPel. Pelotas/RS, 2013.
- NUNES, I. A. *Cultura: Injeção de ânimo no resgate da história*. Diário Popular. 09.12.2007.
- OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, Vozes, 2007.
- OLIVEIRA, E. P. de. *Viagem na memória do Fragata: estudo sobre a história e cultura de um "bairro cidade"*. Monografia apresentado no curso de Especialização em Patrimônio Cultural. Programa de Pós-graduação em Artes. Universidade Federal de Pelotas, 2007.
- OSORIO, F. *A Cidade de Pelotas*. 3.ed.rev. Pelotas: Armazém Literário, 1998. (Coleção Cidade de Pelotas, 2).
- PEIXOTO, P. T. Patrimônio de origem filantrópica – contributo dos brasileiros. *Revista Lusíada*. Universidade Lusíada (Porto), 2016. Disponível em: <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/fa/article/download/314/292>. Acesso: 18.04.2016.
- PORTER, R. Os ingleses e o lazer. In: CORBIN, Alain. *História dos Tempos Livres*. O advento do lazer. (Tradução de Telma Costa). Lisboa/Portugal: Teorema, 2001, p. 19-58.
- RASSIER, A. L. P. L. *Parque Souza Soares: apenas lembranças*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Patrimônio Cultural: conservação de artefatos) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2003.
- SCALISE, W. Parques Urbanos – evolução, projeto, funções e uso. *Revista Assentamentos Humanos*. Marília, v. 4, n. 1, 2012, p.17-24. Disponível em: [http://www.unimar.br/feat/assent\\_humano4/parques.htm](http://www.unimar.br/feat/assent_humano4/parques.htm) Acesso em: 05. 04.2015.
- SCOCUGLIA, J. B. C. *O Parc de La Tête d'Or*: patrimônio, referência espacial e lugar de sociabilidade. *Arquitextos*, São Paulo, 13.03.2009. *Vitruvius*. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10,113/20> Acesso em: 05. 04.2015.
- SEGAWA, H. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.
- SERPA, A. *O Espaço Público na Cidade Contemporânea*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- SILVA, J. da. A difusão das atividades esportivas como um dos instrumentos para a modernização das cidades. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 12, n. 22, p. 89-99, jul./dez. 2010.
- SILVEIRA, A. M. da. *De fontes e aguadeiros à penas d'água: reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial no final do século XIX em Pelotas – RS*. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SOARES, L. A. de; REIS, C. S. S.. Parque Souza Soares. In: LONER, B.; GILL, L. A.; MAGALHÃES, M. O. (Orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Editora da UFPel, 2010.
- SOARES, L. C. A comercialização do lazer e a emergência dos espaços públicos de diversão na Inglaterra do século XVIII. *Pós-História*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Assis-SP, n. 12, p. 17-34, 2004.
- SOARES, P. R. R. *Modernidade Urbana e Dominação da Natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX*. *História em Revista*, Pelotas, v.7, 2001.
- SOUZA SOARES, V. *O Novo Médico*. 2 ed. Portuguesa. Porto (Portugal): Estab. Indust. Pharmaceut. [s.d.].
- SPIRN, A. W. *O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade*. Tradução: Paulo Mesquita Pellegrino. São Paulo: Edusp, 1995.
- ZICMAN, R. B. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História – PUCSP, São Paulo, n. 4, p. 89-102, jun./1985.

---

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido em 31 de Janeiro de 2018; aceito em 12 de Junho de 2018; publicado online em 09 de Julho de 2018.

Received on January 31, 2018; accepted on June 12, 2018, published online on July 09, 2017.

Artigo original / Original article. Seção revisada por pares / Double blind review section.

## AS MEMÓRIAS DA AVIAÇÃO E A HOSPITALIDADE NO BRASIL\*

Alexandre Faro Kaperaviczus\*\*

Airton José Cavenaghi\*\*\*

### Resumo

Este trabalho tem como propósito apresentar momentos marcantes da aviação brasileira que se revestiram de genuínas manifestações de hospitalidade. Os estudos da hospitalidade e da aviação no Brasil são bastante recentes, sendo que há pouca bibliografia disponível sobre o tema, (KAPERAVICZUS, 2015; SANTOS, 2017; SALVA, 2017). Desta forma o artigo é iniciado com a apresentação dos primórdios da aviação, partindo do sonho de Icaro e culminando com o triunfo de Santos Dumont com o 14 Bis em Paris. Em um segundo momento é narrada a epopéia de João Ribeiro de Barros ao concluir a travessia do Atlântico a bordo da Aeronave "Jahú", que rendeu aos aviadores brasileiros calorosas acolhidas e efusivas comemorações onde, de forma carinhosa, eram recebidos como verdadeiros heróis, inaugurando, assim, a hospitalidade no seio da aviação brasileira. Tal fato foi abordado em uma entrevista com o Tenente Brigadeiro do Ar Aprígio Eduardo de Moura Azevedo oficial da reserva da Força Aérea Brasileira. Finalizando o artigo são apresentados outros momentos marcantes da aviação brasileira e mundial onde a hospitalidade também se fez presente pelo apreço e acolhida da população. Trata-se, assim, de uma pesquisa de caráter exploratório com análise qualitativa e uso da metodologia histórica na recuperação e compreensão dos documentos encontrados relativos ao objeto de estudo.

**Palavras Chave:** Hospitalidade. Aviação. Memória. História. Brasil.

### THE MEMORIES OF AVIATION AND HOSPITALITY IN BRAZIL

### Abstract

The purpose of this work is to present some of the most striking moments in Brazilian aviation that have undergone genuine hospitality. Hospitality and aviation studies in Brazil are quite recent. On the subject there is little bibliography available (KAPERAVICZUS, 2015; SANTOS, 2017; SALVA, 2017). In this way the article begins with the presentation of the beginnings of aviation, starting from the dream of Icaro and culminating with the triumph of Santos Dumont with the 14 Bis in Paris. In a second moment, the epic of João Ribeiro de Barros was narrated as he completed the Atlantic crossing aboard the "Jahú" Aircraft, which yielded to the warm Brazilian airmen welcome and effusive celebrations where, in a caring way, they were received as true heroes, inaugurating, thus, the hospitality within the Brazilian aviation. This fact was approached in an interview with the Brigadier of the Air Aprígio Eduardo de Moura Azevedo official of the reserve of the Brazilian Air Force. At the end of the article are presented other important moments of Brazilian and world aviation where hospitality was also present by the appreciation and acceptance of the population. It is, therefore, an exploratory research with qualitative analysis and use of the historical methodology in the retrieval and understanding of the documents found regarding the object of study.

**Keywords:** Aviation. Memory. History. Brazil.

### LAS MEMÓRIAS DE LA AVIACIÓN Y DE LA HOSPITALIDAD EN BRASIL

### Resumen

Este trabajo tiene como propósito presentar momentos marcantes de la aviación brasileña que se revestir de genuinas manifestaciones de hospitalidad. Los estudios de la hospitalidad y la aviación en Brasil son bastante recientes, existiendo poca bibliografía disponible sobre el tema (KAPERAVICZUS, 2015; SANTOS, 2017; SALVA, 2017). Se inicia con la presentación de los primordios de la aviación, partiendo del sueño de Icaro y culminando con el triunfo de Santos Dumont con el 14 Bis en París. En un segundo momento se narra la epopeya de João Ribeiro de Barros al concluir la travesía del Atlántico a bordo de la Aeronave "Jahú", que rindió a los aviadores brasileños calorosos acogidos y efusivas conmemoraciones donde, de forma cariñosa, eran recibidos como verdaderos héroes, inaugurando, así, la hospitalidad en el seno de la aviación brasileña. Este hecho fue abordado en una entrevista con el Teniente Brigadeiro del Aire Aprendio Eduardo de Moura Azevedo oficial de la reserva de la Fuerza Aérea Brasileña. Finalizando el artículo se presentan otros momentos marcantes de la aviación brasileña y mundial donde la hospitalidad también se hizo presente por el aprecio y acogida de la población. Se trata, así, de una investigación de carácter exploratorio con análisis cualitativo y uso de la metodología histórica en la recuperación y comprensión de los documentos encontrados relativos al objeto de estudio.

**Palabras Clave:** Hospitalidad. La aviación. La memoria. Historia. Brasil.



Licenciada por Creative Commons  
Atribuição Não Comercial / Sem  
Derivações/ 4.0 / Internacional

\* Este artigo faz parte dos resultados das discussões realizadas no projeto de pesquisa; "O setor aeronáutico brasileiro: percepção dos serviços de hospitalidade"; em desenvolvimento desde do ano de 2015, no Programa de Mestrado e Doutorado em Hospitalidade, da Universidade Anhembi Morumbi-SP (UAM-SP).

\*\* Doutorando em Hospitalidade pela UAM-SP. Mestre em Hospitalidade pela UAM-SP. Especialista em Gestão de Processos pela Universidade Federal Fluminense. Bacharel em Direito pela Fundação de Ensino Octavio Bastos. Bacharel em Ciências Aeronáuticas pela Academia da Força Aérea. Advogado (Direito Aeronáutico, Marcas e Patentes, Propriedade Intelectual). Piloto, Professor do Curso de Aviação Civil, Professor e Coordenador da Pós-Graduação em Direito Aeronáutico da UAM-SP. Membro do grupo de pesquisa Hospitalidade na Competitividade em Serviços da UAM-SP. Universidade Anhembi Morumbi, 7º andar da Unidade 5 do Campus Vila Olímpia. Rua Casa do Ator, 294, CEP: 04546-001, São Paulo - SP. [ [farokape@gmail.com](mailto:farokape@gmail.com) ]

\*\*\* Doutor em História Social (Ciências) FFLCH/USP. Mestre em História Social FFLCH/USP. Licenciatura Plena Em História UNESP/Assis-SP. Professor e pesquisador tempo integral do Mestrado e Doutorado em Hospitalidade. Universidade Anhembi Morumbi UAM-SP. Membro ANPUH\_SP. Membro ANPTUR-SP. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8415372088403504>. Universidade Anhembi Morumbi-SP; Mestrado e Doutorado em Hospitalidade, 7º andar da Unidade 5 do Campus Vila Olímpia. Rua Casa do Ator, 294, Cep: 04546-001, São Paulo-SP. [ [acavenaghi@gmail.com](mailto:acavenaghi@gmail.com) ]

## 1 INTRODUÇÃO

O sonho de voar já se fazia presente na mitologia grega, consubstanciado na lenda mitológica Icaro, e sua frustrada tentativa em deixar o labirinto de Creta voando. Foi assim que o meio aéreo e o voo dos pássaros sempre exerceram fascínio nas pessoas. De crianças a adultos o simples barulho de um motor de avião é suficiente para que se veja um corpo meneando de forma a buscar, no céu, a fonte daquele ruído causador de tanta curiosidade e admiração.

A partir da identificação do “magnetismo” que o voo exerce no imaginário das pessoas, este artigo procurou pesquisar a evolução das máquinas voadoras e a acolhida consubstanciada em genuínas demonstrações de hospitalidade proporcionada pela população a intrépidos aventureiros que ousaram desafiar as leis da gravidade. Os estudos da hospitalidade e da aviação no Brasil são bastante recentes. Sobre o tema há pouca bibliografia ressaltando-se os trabalhos iniciais de Kaperaviczus, 2015; Santos, 2017 e Salva, 2017; todos buscando encontrar relações entre as condições de acolhimento ao viajante, as reais circunstâncias na acomodação dos passageiros nas aeronaves, além de estudar a evolução técnica das aeronaves associado ao processo de deslocamento turístico.

Para o turismo, e sua atual realidade de mobilidade global, o desenvolvimento dos transportes aéreos promoveu uma revolução no consumo de viagens. Travessias oceânicas, antes realizadas por navios que demoravam quase dois meses para cruzarem o Atlântico, passaram a serem feitas, a partir da década de 1930, pelos primeiros aviões projetados exclusivamente para o transporte de passageiros. Esses aviões, como, por exemplo, o Boeing 247 (Fearon, 1985), possuía fuselagem em duralumínio com uma autonomia de voo de 1.200 quilômetros, ou seja, podiam atravessar o Atlântico, mas ainda com escalas. Foi somente a partir da década de 1950 que com a construção do Boeing 377 Stratocruiser, que foi possível se fazer essa travessia sem escalas.

Gradativamente, a presença de aeronaves, desenvolveu uma faceta até então desconhecida no processo de visitação dos lugares. Rejowski (2002), nos lembra que as primeiras companhias aéreas surgem no Brasil, nas primeiras décadas do século XX. Apesar de ausência de uma tecnologia própria, esse passado aventureiro da aviação brasileira, garantiu a existência de uma mão de obra especializada e fundamental para a implementação

da Viação Aérea Rio Grandense (Varig), no ano de 1927 e a Viação Aérea São Paulo (Vasp) em 1933.

Antes de ser algo comum no cotidiano das pessoas, voar em um aparelho mais pesado que o ar era um desafio. Uma aventura que gerava fascínio e transformava seus pilotos em verdadeiros heróis. Neste aspecto este artigo traz um relato da memória formativa da aviação brasileira, mostrando, pela análise da aventura do hidroavião “Jahú”, a forma como seus pilotos eram recebidos e homenageados após diferentes conquistas. O acolhimento e a transformações desses homens e mulheres em heróis, pode ser analisado à luz das interpretações propostas pela dimensão de hospitalidade existente naquele momento. Há uma proximidade entre aquele que realiza a façanha e aquele que projeta seu desejo em fazer parte daquilo que era definido como a aventura de voar. Nesse contexto este artigo inicia-se com uma abordagem dos primórdios da aviação, tendo como marco inicial, no século XV, os desenhos visionários de Leonardo da Vinci, o balão dos irmãos Montgolfier em 1783, os planadores de Otto Lilienthal em 1891, culminando, depois de inúmeras iniciativas, com a realização do voo de Santos Dumont, com o 14 Bis, no ano de 1906.

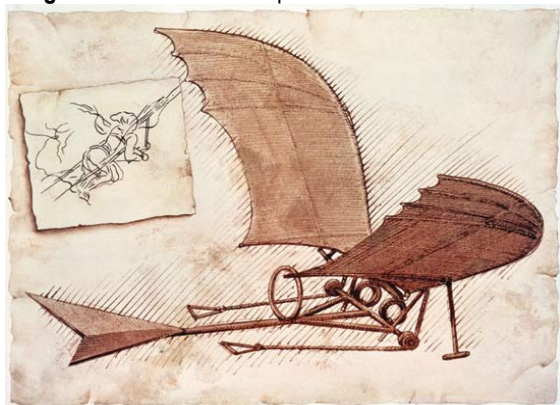
A partir da apresentação desta linha do tempo, da evolução da aviação, passa-se a retratar diversas quebras de recordes, feitos inéditos e momentos importantes da aviação, sendo um dos principais, no Brasil, a travessia transoceânica da Aeronave “Jahú”. Essa travessia foi empreendida pelo brasileiro João Ribeiro de Barros e sua tripulação a bordo de uma aeronave Savóia Marchetti de fabricação italiana, que, amerissando em águas brasileiras, foram recebidos como verdadeiros heróis. Assim, a tônica deste artigo, é o resgate de eventos envolvendo os meios aéreos que receberam, por parte da população, autênticas manifestações de acolhimento e reconhecimento podendo ser traduzidas como genuínos momentos de hospitalidade na aviação.

## 2 UMA INTERPRETAÇÃO INICIAL DOS PRIMÓDIOS DA AVIAÇÃO MUNDIAL

O sonho de voar é milenar. Pode-se tomar a frustrada tentativa de Ícaro como o primeiro grande marco deste sonho. Leonardo da Vinci (1452-1519) foi outro personagem ilustre na galeria dos gênios influentes da aviação. Da Vinci esboçou projetos de alguns artefatos voadores e ressaltou que, no futuro, com os materiais e meios de propulsão adequados, aqueles engenhos certamente ganhariam os ares. (PALHARES, 2002).



**Figura 1** - Modelo de Aeroplano de Leonardo Da Vinci.



Fonte: Imagens Históricas (2010, s/p).

Ainda segundo Palhares (2002), a humanidade experimentou a primeira etapa da consolidação da capacidade de cruzar os ares por meio dos primeiros balões. O primeiro projeto realmente de sucesso para voos tripulados nestes engenhos foi desenvolvido pelos irmãos Montgolfier na França, em 1783.

**Figura 2** - Réplica Modelo de Balão dos Irmãos Montgolfier.



Fonte: Museu aeronáutico da TAM. Fotografia dos Autores, 2014.

No que diz respeito a engenhos mais pesados que o ar os primeiros a obter sucesso foram os planadores de Otto Lilienthal (1848-1896). Estes planadores tinham como forma de controle direcional, os movimentos e posições realizados pelo condutor com o seu próprio corpo, similar àquele utilizado, na atualidade, em voos de asas delta. (PALHARES, 2002) Ressalta-se que o controle e as estabilidades longitudinal, direcional e lateral são fundamentais para

a realização de um voo seguro que se aprimoravam a cada novo modelo que surgia.

**Figura 3** - Planador de Otto Lilienthal.

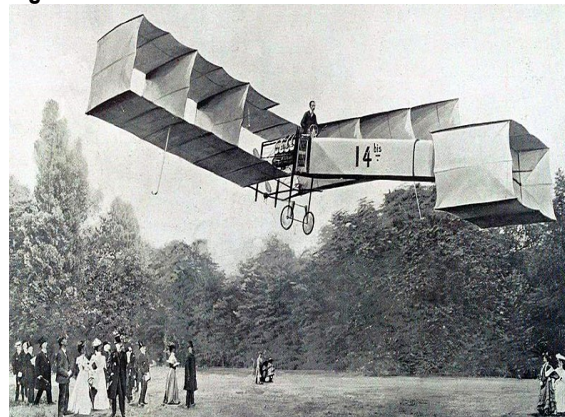


Fonte: Infobiografias (2014, s/p).

Também no Brasil, aficionados pelo sonho de voar, enfrentaram desafios e superaram diversas barreiras para os níveis de tecnologia disponíveis à época, qualquer alusão que se faça ao meio aéreo ou à sua utilização estaria incompleta e cercada de certa dose de injustiça caso não se abordasse o nome do brasileiro Alberto Santos Dumont (1873-1932).

A vocação de Santos Dumont manifestou-se desde a infância. Mineiro, nascido em 1883, na cidade de Palmira, hoje Santos Dumont, aos 7 anos já tinha permissão para dirigir locomóveis de grandes rodas empregados no trabalho do campo. Aos 12 anos o deixavam assumir o lugar do maquinista em locomotivas Baldwin, que puxavam trens carregados de café. Aos 18 anos é emancipado por seu pai e enviado a Paris onde vai estudar física, química, mecânica, eletricidade e realizar seus experimentos na área de aeronáutica (NAPOLEÃO, 1988). Nesse contexto, depois de superar muitos reveses, acidentando-se nas águas do Mediterrâneo e construir 13 protótipos, no dia 23 de outubro de 1906, realiza, em Paris, o primeiro voo com um aparelho mais pesado que o ar que possuía propulsão própria o 14 Bis. (VILLARES, 1953).

**Figura 04** - 14 Bis.



Fonte: Commonwiki (2018, s/p).



O que se viu nos anos seguintes, foi uma sequência de inovações tecnológicas e quebra de recordes. Foi assim que no dia 30 de março do ano de 1922 os portugueses, Gago Coutinho e Sacadura Cabral decolaram de Lisboa a bordo de um hidroavião monomotor Fairey F III-D MKII para aquela que seria a primeira travessia aérea do Atlântico, que teria como inspiração os laços que uniam Brasil e Portugal, precisamente em 1922, comemorando os 100 anos da independência do Brasil. (CAMBESES JUNIOR, 2008).

**Figura 05** - Monomotor Fairey F III-D MKII.



Fonte: Tokdehistoria (2014a, s/p).

Ainda segundo Cambeses Junior (2008), após diversos incidentes, resgate em alto mar, duas trocas de aeronaves e pousos intermediários em Recife, Salvador, Porto Seguro e Vitória os aventureiros concluíram a travessia no dia 15 de junho de 1922 com pouso na Baía da Guanabara.

**Figura 06** - Monumento em Lisboa em Homenagem a Gago Coutinho e Sacadura Cabral.



Fonte: os autores, 2013.

Foi assim que, em uma tentativa de superação e retribuição do feito aos irmãos portugueses, o piloto brasileiro João Ribeiro de Barros e sua tripulação em 1927, repetem a proeza só que desta vez, sem aeronave reserva e sem pousos intermediários, realizando o pouso em águas brasileiras e sendo

recebidos como verdadeiros heróis com a mais calorosa recepção do povo brasileiro (BARROS, 1927). Receber, visitar e acolher representam “[...] um deslocamento para encontrar uma pessoa que acolhe o visitante durante um período limitado. E nisso encontramos os principais elementos que caracterizam a cena hospitaleira”. (MONTANDON, 2011, p. 1303). Receber significa criar uma memória de pertencimento da qual aquele que visita o hóspede estabelece uma ligação com aquele que é visitado, o anfitrião. A lógica do encontro estabelece uma memória fundamental ao grupo.

**Figura 07** - Bustos em Homenagem aos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, localizadas na entrada principal do aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo.



Fonte: Os autores, 2016.

O piloto brasileiro João Ribeiro de Barros teve seu brevê expedido pelo Aeroclub do Brasil no dia 21 de fevereiro de 1923, após ter abandonado um curso de direito e passado a se dedicar inteiramente à aviação. O plano de travessia do atlântico passava inicialmente pela submissão de uma proposta comercial à fábrica do hidroavião italiano Savóia Marchetti S-55 a fim de adaptar uma aeronave às necessidades de um voo transoceânico (BARROS, 1927).

Esse avião teria sido encomendado pelas forças armadas italianas para ter uma resistência acima da média em suas asas para assim acomodar torpedos. Esse tipo de característica técnica da aeronave, permitia o bombardeamento de navios em pleno oceano, tornando-o eficiente em combates em mar aberto (NOTENDUR, 2018). Outro fator, além das características anfíbias do aparelho, seria a possibilidade de a aeronave acomodar uma quantidade maior de combustível, fato que possibilitaria a travessia oceânica.

Esclarece ainda Barros (1927) que concomitantemente ao envio da proposta comercial, João Ribeiro publica anúncio no jornal o Estado de São Paulo, procurando um navegador brasileiro que possuísse experiência para juntos, estudarem a rota de um raid intercontinental que seria feito à sua custa

exclusiva e sob seu comando. A proposta da aventura e da superação de limites, associados ao desenvolvimento técnico das aeronaves após a Primeira Grande Guerra, possibilitaria aventuras do porte da desenvolvida pelo “Jahú”.

Foi assim que, entre muitos candidatos a “observador”, foi escolhido o Capitão Newton Braga, oficial da arma de cavalaria do Exército com os cursos de observador e de Estado-Maior, cujas informações indicavam tratar-se de pessoa digna, culta, que há vários anos estudava os problemas de navegação relacionados com empreendimentos dessa natureza (BARROS, 1927). Escolhido o navegador e já tendo como mecânico seu inseparável amigo italiano Vasco Cinquini, Ribeiro de Barros, em princípios de 1926, parte para Itália para negociar com a fábrica Savóia Marchetti o fornecimento de uma aeronave para a realização da travessia (BARROS, 1927). Dentre os inúmeros eventos que cercaram a travessia, Barros (1927) diz não saber por qual motivo a fábrica italiana se recusou a vender uma aeronave nova, tendo oferecido um Savóia Marchetti usado, batizado de Alcyone, que havia sido utilizado pelo Conde Casagrande em uma tentativa frustrada de ligar a Europa à América. Pode-se estabelecer um paralelo analítico nesse fato, ou seja, uma aeronave nova, recém produzida, seria entregue ao governo que realizou uma encomenda prioritária.

Em função desse fato, a aeronave cedida, na situação em que se encontrava, seria inviável para uma travessia oceânica, a menos que fosse submetida a uma série de modificações que abrangiam desde a troca dos motores até a substituição dos flutuadores para pouso em alto mar além de outras de menor envergadura.

Conforme relatos de Barros (1927) em fins de 1926 o aparelho estava pronto, tendo João Ribeiro o batizado com o nome de sua cidade natal - “Jahú” - fundada e urbanizada por seu avô - Capitão José Ribeiro de Camargo Barros, em 1854.

Neste ponto é relevante lembrar algumas características da aeronave que tornam o feito ainda mais surpreendente, sendo o primeiro deles o fato de a estrutura básica ser metálica e o restante confeccionado em madeira. A seguir estão os principais dados técnicos da aeronave:

- Categoria: Hidroavião;
- Equipagem: 4 postos;
- Motorização: 2 motores de 12 cilindros em “V”, Isota Fraschini, sendo o anterior trativo e o posterior propulsivo;
- Potência: 550 HP cada;
- Envergadura: 24,00 m;
- Comprimento: 16,20 m; e
- Peso vazio: 4.500 kg.

Figura 08 - Aeronave “Jahú”.



Fonte: JorgeMartins (2012).

Segundo Barros (1927) nas vésperas da decolagem o jornalista italiano Décio Buffoni entrevistou o aviador paulista a respeito de sua arrojada missão, tendo dito textualmente:

A iniciativa do raid, seu custeio e sua organização a mim me pertencem exclusivamente. Chamem-na empresa esportiva, se quiserem; mas, além da satisfação pessoal, pretendo tentar a demonstração de que um voo através do oceano é possível, sem que o veículo conte com outros elementos além dos próprios. Portanto, nenhum cruzeiro naval no itinerário, nem auxílio a invocar por meio de radiotelegrafia. Para entrar no terreno das realizações práticas, em grandes travessias, a aviação deve contar somente com os próprios recursos, como tem provado em pequenos percursos, nas atuais linhas da aviação civil. Durante meu voo só deverei contar com meu hidroplano, e com os abastecimentos e as peças sobressalentes que já se acham nos postos de escala. E, naturalmente, com minhas forças e com as de meus excelentes companheiros. (BARROS, 1927, p. 22)

Foi assim que o raid, até então sigiloso, passou a domínio público depois da entrevista concedida à imprensa italiana. A partir de então a atenção mundial se volta para um longínquo país sul americano que ousava competir com as maiores nações do mundo em assunto de tão grande importância técnica e financeira. (BARROS, 1927)

Finalmente, no dia 13 de outubro de 1926, decolava de Genova com destino a Santo Amaro, no Estado de São Paulo, o “Jahú”. Dentre todas as dificuldades previsíveis, não contava a tripulação ser objeto de uma sabotagem. O que se sucedeu é que após 6 horas e 5 minutos de voo o “Jahú” é forçado a fazer um pouso de emergência no Golfo de Valência na Espanha, haja vista que foram encontrados blocos de sabão de cozinha, terra e água em dois dos reservatórios de combustível e um pedaço de bronze no cárter do motor propulsivo. (BARROS, 1927).

**Figura 09** - Aeronave “Jahú” com sua tripulação.



Fonte: 1000tao (2013, s/p).

Ainda segundo Barros (1927), após a limpeza dos reservatórios e a substituição do combustível o “Jahú” decola para a ilha das Canárias, no dia 25 de outubro, onde outras panes de menor monta, tiveram que ser sanadas com os poucos recursos existentes. Resolvidos os problemas, decola com destino a Porto Praia, realizando o pouso após vencer 1.700 quilômetros cobertos em 9 horas e 26 minutos de voo. (BARROS, 1927)

Como se já não bastassem todos os problemas previsíveis em um empreendimento dessa natureza, Barros (1927) lembra que o co-piloto Newton Braga secretamente já havia feito um acordo com o jornal “A Pátria”, antes de sair do Brasil, exigindo como condição única para continuar na missão, que lhe fosse entregue o comando da aeronave. Inconformados com tal decisão João Ribeiro e Vasco Cinquini empreendem, em vão, todos os esforços e apelos para tentar demovê-lo de seu intento.

Nesse cenário, ao serem surpreendidos pela manchete publicada no Brasil, pelo jornal “A Pátria”, de que o co-piloto assumira o comando do “Jahú”, não houve, diante da deslealdade de Newton Braga, outra opção que não fosse o seu desligamento da tripulação. (BARROS, 1927)

Conforme ainda Barros (1927), o inconformismo de Newton Braga ao ser desligado da tripulação o levou a disparar na imprensa as mais severas críticas, pondo em risco o sucesso da missão, haja vista que até o próprio Presidente do Brasil, Washington Luís, aconselhou João Ribeiro a desistir do raid.

Contando nessa época com 27 anos de idade João Ribeiro se indigna com as palavras do presidente e as repudia, principalmente, por não ter recebido qualquer tipo de auxílio do governo brasileiro. Dados os acontecimentos e os quatro acessos de malária que o acometeram, seu desânimo foi consubstanciado em um telegrama à sua mãe, deixando entrever a paralização do raid e seu irremediável fracasso. (BARROS, 1927)

Segundo Barros (1927) a nação brasileira se encheu de tristeza ao saber, pela imprensa, que João Ribeiro pensava em desistir do raid. Nesse momento, sua mãe, Margarida de Barros, em um gesto de renúncia e patriotismo envia ao filho este telegrama:

Aviador Barros. Aplaudimos tua atitude. Não desmontes aparelho. Providenciaremos continuação raid custe o que custar. Paralisação raid será fracasso. Asas avião representam Bandeira Brasileira. Dize se queres piloto auxiliar. Abraços a Braga e Cinquini e bênçãos de tua mãe. (BARROS, 1927, p. 31)

Entendendo o estado de espírito do povo brasileiro e encorajado por sua mãe, Barros, falando em nome da tripulação manda resposta informando:

A viagem de qualquer maneira será feita. Havemos de aportar ao Brasil; e se isso não se der estaremos assim mesmo pagos, completamente pagos, porque o “Jahú” terá a mais digna sepultura - o mesmo oceano que há de banhar eternamente essa terra, tão grande nas suas riquezas, tão grande na sua História. (BARROS, 1927, p. 31)

Empenhada em arrumar um piloto substituto para o lugar de Newton Braga a família Barros convida o Tenente João Negrão da Força Pública de São Paulo que, prontamente aceita o convite, e ao chegar à cidade de São Vicente em Porto Praia, se apresenta a João de Barros com estas palavras: “Estou às suas ordens para tudo quanto queira; eu não tenho nome, sou apenas um brasileiro.” (BARROS, 1927).

Os dias que se seguiram foram dedicados aos preparativos finais para a travessia, englobando a revisão total dos motores e limpeza das peças acessórias, para, somente então, iniciar os voos de adaptação do novo piloto e checagem final da aeronave em voo. Assim, às 4 horas e 30 minutos da madrugada do dia 28 de abril de 1927, decolava de Porto Praia, com destino ao Brasil, a tripulação que, após cumprir 12 horas ininterruptas de voo a uma altura de 250 metros e velocidade de 190 quilômetros por hora, ao entardecer, pousa vitoriosamente em águas brasileiras, próximo à enseada norte de Fernando de Noronha, ainda com 250 quilos de combustível nos reservatórios. (BARROS, 1927).

Transmitida a notícia do triunfo do “Jahú” pela estação telegráfica de Fernando de Noronha, sob intensas demonstrações da mais sincera e justa admiração mundial, a população do Brasil se incendeia e exulta de orgulho patriótico, promovendo nas ruas e praças das cidades de seu imenso

território ruidosas manifestações de aplausos a Ribeiro de Barros e seus companheiros. (BARROS, 1927).

Segundo Barros (1927) o trajeto restante compreendendo Natal, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos e a Represa de Santo Amaro em São Paulo, constituíram etapas de consagração pública, do que testifica o acervo de troféus do comandante do "Jahú" doados ao Museu de Aeronáutica de São Paulo pela família Ribeiro de Barros.

Nesse cenário, o feito brasileiro foi tão extraordinário, constituiu tamanho recorde sobre as possibilidades de voo da época, que o recorde por ele estabelecido na travessia do Atlântico Sul em hidroavião permaneceu durante os 10 anos seguintes (BARROS, 1927).

Foi assim que em 1937, dez anos depois, João de Barros conquistou o troféu "Harmon" - honraria máxima que a "Ligue Internationale des Aviateurs" concede a um piloto. Nas Américas ao que consta apenas Charles Lindberg recebeu igual distinção ao concluir a travessia do Atlântico Norte, 22 dias depois do voo do "Jahú". (BARROS, 1927). Amerissando em águas brasileiras, o delírio popular reteve as demais etapas do percurso que transcorreram de acordo com os programas das homenagens organizadas pelas comissões de festejos em honra aos tripulantes do "Jahú".

Nos meios de imprensa, o feito foi objeto de grande atenção, concitando a nação a receber seus heróis de braços abertos, conforme manchete do jornal o Estado de São Paulo de 1927.

O Povo bahiano continua festejando os aviadores do Jahú. Hontem após o desembarque dos aviadores e logo depois da saudação do intendente municipal, organizou-se o cortejo. Ao longo das ruas, alumnos dos collegios formaram alas e onze bandas de música se incorporaram ao cortejo, com o comércio fechado e a fachada das casas ornamentadas. (Disponível em <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19270628-17650-nac-0004-999-4-not/busca/Ribeiro+Barros>>, acessado em 02/09/2013)

Enfatizava ainda a manchete que o entusiasmo popular era enorme, haja vista que em dado momento o povo rompeu os cordões da polícia para arrastar o carro de Ribeiro de Barros. Durante o trajeto foram jogadas muitas flores e bombons em forma de borboleta com os dizeres:

A Mocidade da Bahia aos Aviadores"; "Viva o Brasil"; "Viva o Jahú"; "O coração das moças bahianas saúda Ribeiro de Barros". (Disponível

em  
<<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19270628-17650-nac-0004-999-4-not/busca/Ribeiro+Barros>>, acessado em 02/09/2013)

Também as manchetes do jornal Folha da Manhã de 1º de agosto de 1927 retrataram o entusiasmo da população:

A cidade do trabalho amanheceu hoje em festas, com a preocupação unica de render entusiasticas homenagens aos bravos aviadores patricios. Desde hontem foi num crescendo formidavel o entusiasmo despertado pela chegada do avião "Jahú" a esta capital, dada como certa para hoje, entre 10 e 11 horas. Todos os preparativos foram poucos para os que pretenderam assistir á amerissagem do aparelho transoceanico de Ribeiro de Barros na represa de Santo Amaro. Hoje, cedinho, os bondes de Santo Amaro já conduziam lotação demasiada de passageiros. Ali pelas oito horas, a avalanche augmentou de volume, movimentando-se a população de todos os cantos da cidade, de maneira a concentrar-se no largo da Sé, ponto de partida dos carros de Santo Amaro. Às 10 horas, em Santo Amaro, a aglomeração de povo era formidavel, extendendo a columna movimentadiça de gente desde o centro da pequena cidade até o lago, onde devia pousar o "Jahú". O aspecto da amurada da represa, não obstante a limitação dos convites e severa vigilancia, afim de impedir o ajuntamento de grande massa de publico, era a essa hora surprehendente. E o entusiasmo, extraordinario, acenando moças e rapazes, crianças e velhos, bandeirolas com as cores nacionaes, entre vivas e hurrahs ao "Jahú" e aos seus intrepidos tripulantes. (Disponível em <[http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano\\_01ago1927.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano_01ago1927.htm)> acessado em 26/11/2013)

O primeiro dia dos aviadores na capital paulista teve uma programação intensa conforme transcrição do jornal Folha da Manhã:

Após chegada, aos aviadores, será oferecido o seguinte programma: descida em Santo Amaro, partida do cortejo do Monumento do Ypiranga. Marche aux-flambeaux, ás 20 horas. A recepção em Santo Amaro será apenas pela comitiva official, á beira do lago, com logares reservados para as autoridades e pessoas das familias dos aviadores. Logo a seguir, os aviadores partirão para o Ypiranga. O cortejo se formará no Ypiranga, seguindo a ordem que será adeante publicada. Partirá em marcha lenta, obedecendo ao seguinte itinerario:



Monumento do Ypiranga, Avenida da Independência, Rua Lavapés, Rua da Glória, Praça João Mendes, Praça da Sé, Rua 15 de Novembro, Praça Antonio Prado, Rua João Briccola, Rua Boa Vista, Largo de São Bento, Rua Libero Badaró, Viaducto do Chá, Rua Barão de Itapetininga, Praça da Republica, Rua do Arouche, largo do mesmo nome, Ruas Sebastião Pereira, das Palmeiras, e São Vicente de Paula, até á residencia da familia Ribeiro de Barros. A commissão péde a todos os moradores das vias publicas, por onde deve passar o cortejo, que sejam embandeiradas e ornamentadas as suas casas. Numerosas bandas de musica serão localizadas de distancia a distancia, executando musicas patrioticas e o hymno nacional por occasião da passagem do cortejo. Na escadaria da Sé serão saudados os aviadores pelo deputado Dr. Armando Prado, como representante do governador da cidade, Dr. Pires do Rio, e por especial delegação deste. Haverá rigoroso serviço de policiamento e transito de vehiculos, a "marche-aux-flambeaux" promovida pela Força Publica do Estado, com o concurso de legionarios, escoteiros, academicos e atiradores partirá da avenida Tiradentes, chegando até á praça da Sé, onde os aviadores os aguardarão, sobre as azas do avião "Jahú", construido no alto da fachada da cathedral. O cortejo colossal da cidade de São

Paulo se formará junto do Monumento do Ypiranga, na ampla área do respectivo parque (...)." (Disponível em <[http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano\\_01ago1927.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano_01ago1927.htm)> acessado em 26/11/2013)

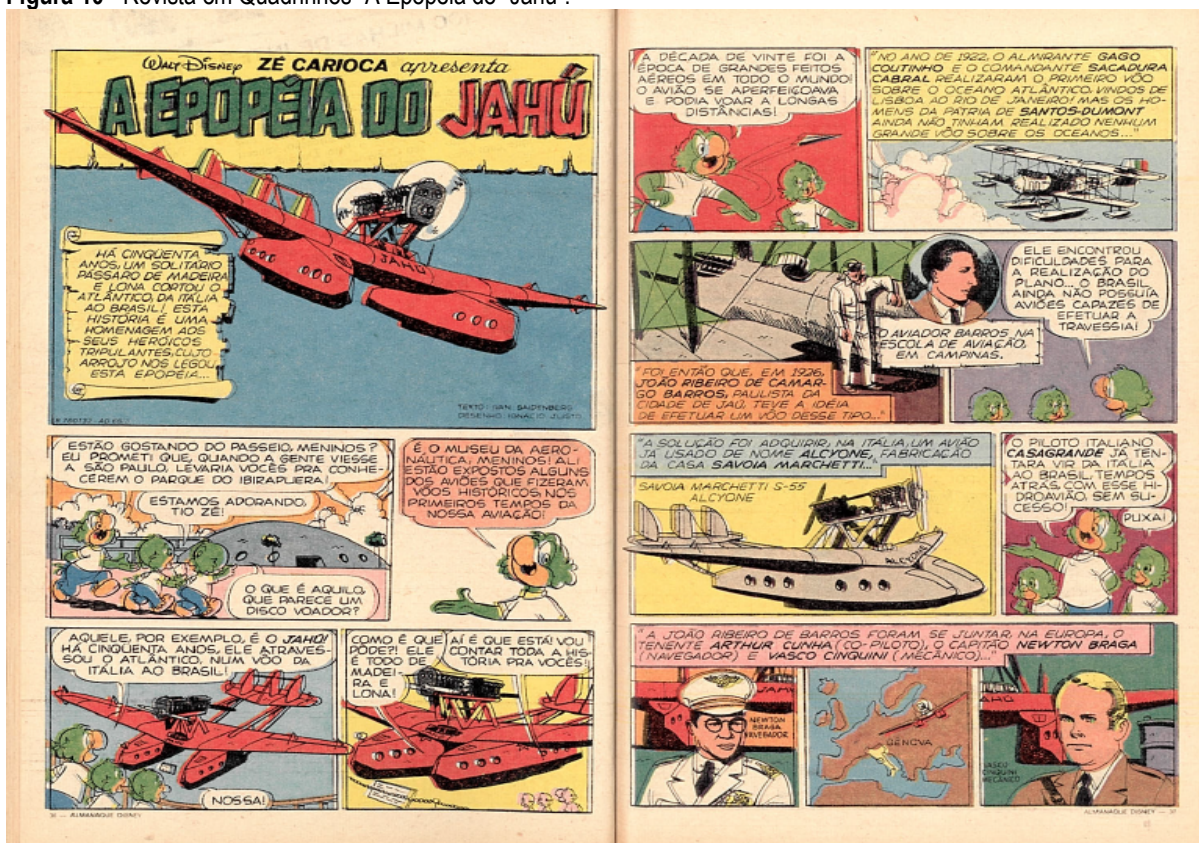
As repercussões do feito histórico ecoaram por anos a fio sendo que, no ano de 1976, mais precisamente no mês de outubro o Grupo Abril, no Almanaque Disney, tendo como protagonista da narração o personagem Zé Carioca, apresentou a "Epopéia do Jahú". A narrativa é feita com riqueza de detalhes, sendo destacados os seguintes trechos que evocam manifestações de hospitalidade para com os tripulantes:

Recebidos como heróis os tripulantes foram carregados em triunfo! Festas, recepções e cerimônias religiosas marcaram a chegada. (Almanaque Disney, 1976, p. 42);

Ou ainda:

As festas eram tantas que os aviadores ficavam retidos por dias e dias em cada cidade por onde passavam! No Rio de Janeiro, Capital do Brasil na ocasião, eles foram recebidos pelo então Presidente da República Dr. Washington Luis... (Almanaque Disney, ano 1976, p. 42);

Figura 10 - Revista em Quadrinhos "A Epopéia do "Jahú".



Fonte: Almanaque Disney, ano 1976.

No ano seguinte, 1977, os correios produziram uma edição especial de selo comemorando os 50 anos do raid do “Jahú”, enfatizando, mais uma vez, o apreço da nação brasileira pelos heróis da travessia do Atlântico.

Figura 11 - Selo Comemorativo do “Jahú”.



Fonte: Pilotopolicial (2014a, s/p).

Na análise deste material, percebe-se que a “Epopéia do Jahú”, marcou profundamente o imaginário brasileiro no momento do ocorrido, mantendo-se vivo durante várias décadas após o acontecimento. Materializa-se, aqui, tal qual em monumentos uma memória formativa que acaba por concretizar o imaginário da aventura. Basta dizer que aproximadamente 50 anos depois o feito que poderia simplesmente cair no esquecimento foi objeto de uma revista em quadrinhos de grande circulação e consumo.

Vale também ressaltar a visão heroica dada ao feito, haja vista que foram salientadas as dificuldades e o espírito de superação da tripulação de João Ribeiro de Barros, que culminou com o reconhecimento do povo brasileiro em efusivas manifestações de acolhida nas capitais brasileiras por onde passaram.

### 3 METODOLOGIA

Este artigo baseou-se em uma análise historiográfica à luz da documentação recuperada sobre o desenvolvimento da aviação brasileira. Essa análise considerou a oportunidade de se perceber manifestações de hospitalidade que foram registradas durante esse processo analítico. Tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório e de cunho qualitativo que foi capitaneada pela entrevista parcialmente estruturada com o Tenente Brigadeiro do Ar Prágio Eduardo de Moura Azevedo, então Comandante do Quarto Comando Aéreo Regional, que foi o responsável por capitanear os esforços de

restauração da aeronave “Jahú”. Nessa entrevista o Oficial General da Força Aérea Brasileira, entusiasta do estudo da história da aviação, resgatou importantes momentos históricos.

Mais que uma entrevista, ao se trazer ao corpo do texto a fala de Azevedo, o que se procura mostrar é como a memória necessita dos objetos materiais produzidos para legitimar-se como representação de uma coletividade. Nesse aspecto a recuperação da aeronave “Jahú” mostra-se oportuna pois aparece como uma espécie de troféu na ação de se criar vínculos entre as pessoas. Nesse vínculo estabelecido, encontra-se a semente inicial para a existência da hospitalidade. Recordando esse fato, torna-se relevante ressaltar que a hospitalidade tem sido largamente estudada, no entanto, no contexto da aviação, como já foi apresentado antes, não se pode dizer que exista um campo vasto com diversas pesquisas e inúmeras abordagens. É nesse contexto que o estudo se torna desafiador ao desbravar um campo praticamente inexplorado, para uma pesquisa acadêmica.

### 4 PERCEPÇÃO E ANÁLISE: HOSPITALIDADE EM SUA DIMENSÃO DE ACOLHIMENTO

As manifestações de hospitalidade são processadas pelas trocas interpessoais e as heranças culturais vinculadas aos processos iniciais destas trocas. Na história da narrativa da travessia do “Jahú” notam-se demonstrações de apreço e acolhida consubstanciando genuínas e espontâneas manifestações de hospitalidade, em sua dimensão de acolhimento, que estão em consonância com Milon (2011) ao enfatizar no seu artigo, “Metrô: uma trans-hospitalidade” (In: Montandon, 2011, p. 512), que a hospitalidade, em sua qualidade primeira, não pode ser determinada pelo lugar, mas pode e deve ser exercida em qualquer lugar e em qualquer circunstância.

Nesse diapasão, traçando-se um paralelo com o mercado contemporâneo da aviação, a recepção do passageiro a bordo da aeronave, a sua acolhida e tratamento (comissaria, entretenimento e atendimento) e a sua entrega em segurança no seu destino está em uníssono com Milon (2011, p. 513) ao afirmar que: “[...] a hospitalidade deve se inscrever num tempo limitado. O hóspede não é o comensal nem o parasita. Esta visão se traduz pela regra dos três tempos da hospitalidade, o tempo da acolhida, o tempo da hospedagem e o tempo da partida”.

Segundo Grinover (2002), a palavra hospitalidade pode ser entendida como recepção de hóspedes, visitantes e viajantes, podendo ser



simplificada no ato de bem receber. Já para Gotman (2001), a hospitalidade é considerada o ato de acolher e servir alguém que esteja fora de seu local de domicílio, sendo resumida na relação entre aquele que recebe e aquele que é recebido por alguém. Corroboram tais fatos as análises de Lashley e Morrison (2004) ao definirem a hospitalidade como concebida em um conjunto de comportamentos que se originaram na própria base da sociedade, sendo que a hospitalidade envolve a mutualidade e troca e através disso, sentimentos de altruísmo e beneficência. Nesse singelo momento de acolhida e reconhecimento, na chegada do “Jahú”, ficou materializada e pôde-se identificar a primeira manifestação de uma das dimensões da hospitalidade (CAMARGO, 2004), no seio da aviação brasileira.

#### 4.1 A Restauração Do Hidroavião “Jahú”: Memória Materializada

Nesse diapasão e com o intuito de aprofundar a pesquisa, conhecer o destino final da aeronave “Jahú” e entender a importância do feito e deste símbolo o Exmo. Sr. Tenente Brigadeiro do Ar Aprígio Eduardo de Moura Azevedo, oficial general que atingiu o último posto da carreira, atualmente na reserva da Força Aérea Brasileira, gentilmente se dispôs a conceder entrevista relativa ao restauro e a detalhes conhecidos da missão.

No ano de 2006, o Ten. Brigadeiro Azevedo assumiu, em São Paulo, o comando do IV Comando Aéreo Regional, ano em que se comemorava os 100 anos do voo do 14 Bis. Dentre as diversas atividades programadas, em homenagem à memória de Santos Dumont, estava a recuperação da Aeronave “Jahú” que se encontrava em avançado estágio de deterioração, fato percebido ao ser deslocada de seu lugar original no pavilhão do então Museu do Folclore que ficava nas dependências do Prédio da Oca, localizado no Parque do Ibirapuera.

Nesse cenário, o ponto de partida do trabalho necessariamente abrangeu um acordo firmado entre o Quarto Comando Aéreo Regional, a Fundação Santos Dumont, o Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), a Aeronáutica Militar Italiana e a Empresa Helipark, responsável pelos trabalhos de restauração, localizada em Carapicuíba - SP.

Deve-se ressaltar que o “Jahú” foi o único remanescente mundial dentre 170 unidades produzidas na Itália durante a década de 20. Até abril de 2004 ele se encontrava no hangar da Polícia Militar, no Campo de Marte (SP), em condições

precárias, sendo inclusive comido por cupins, haja vista que outras tentativas de restauração haviam sido mal sucedidas (HELIPARK, 2013).

A tarefa foi iniciada com um minucioso trabalho de pesquisa com o intuito de se obter os materiais originais e a montagem de uma oficina dedicada exclusivamente à empreitada que foi concluída após três anos e meio e depois de mais de 12.000 horas de trabalho (HELIPARK, 2013).

Figura 12 - Restauração da Aeronave “Jahú”.



Fonte: Pilotopolicial (2014b, s/p).

Como reconhecimento pelo trabalho realizado pela Empresa Helipark, o Presidente da empresa foi outorgado com a Medalha Mérito Santos-Dumont, pelo Ministério da Defesa, e também recebeu a comenda da Legião do Mérito da Academia Brasileira de Engenharia Militar, no grau de “Alta Distinção”. A Câmara Municipal de Jaú outorgou a medalha João Ribeiro de Barros ao Presidente, ao Vice Presidente e ao Diretor Técnico da empresa. O time que trabalhou diretamente na restauração também recebeu do Ministério da Defesa a Medalha Bartolomeu de Gusmão (HELIPARK, 2013).

Figura 13 - Aeronave “Jahú” restaurada no museu da TAM.



Fonte: SãoPauloemfoco (2012).

A recuperação de detalhes relativos ao trabalho de restauração, por intermédio de pesquisa

bibliográfica, foi sugestão do próprio Ten. Brigadeiro Azevedo que demonstrou preocupação e interesse de que os fatos fossem apresentados da forma mais fidedigna possível, haja vista já terem se passado mais de oito anos. Quanto à motivação para a restauração ele esclareceu que esta está ligada à importância do fato histórico no âmbito da aviação nacional e ao exemplo de superação e coragem deixado por João Ribeiro às gerações futuras.

Dando continuidade à entrevista o Brigadeiro foi indagado quanto à forma que a tripulação do “Jahú” teria sido recebida pelos brasileiros, em especial, para

saber se ele tinha conhecimento de genuínas manifestações de hospitalidade na recepção dos pilotos.

Para responder a pergunta este narrou outro fato histórico relativo a uma posterior travessia do Atlântico, desta vez em 1928, um ano depois do raid do “Jahú”, onde os pilotos italianos Carlo Del Prete e Arturo Ferrarin a bordo de uma aeronave Savóia Marchetti S-64, concluíram a travessia partindo de Roma e pousando na praia de Touros no litoral do Rio Grande do Norte, a poucos quilômetros de Natal, após quarenta e nove horas e cinquenta minutos de voo.

**Figura 14** - Aeronave Savóia Marchetti S-64 pousada na praia de Touros.



**Fonte:** Tokdehistoria (2014b, s/p).

O que a tripulação italiana presenciou, após o pouso, nos dias que se sucederam era completamente inesperado, haja vista que a acolhida e hospitalidade prestadas em uma terra desconhecida, pela população brasileira era algo nunca antes visto, marcando de forma indelével esse momento de suas vidas.

Dentro das coincidências das quais a história é rica em exemplos, está o fato de que o pároco da pequena vila de pescadores de Touros era descendente de italianos e encarregou-se de quebrar a barreira do idioma e explicar à população a importância de que se revestia o pouso daquela aeronave. Guardadas as devidas proporções uma aeronave pousando em uma praia em 1928 seria quase como um disco voador surgindo dos céus nos dias de hoje.

Assim, após passarem quase um mês no Rio Grande do Norte, tendo em vista que ali não havia os recursos necessários para reparar a aeronave, que foi avariada no pouso, os aviadores italianos partem para

o Rio de Janeiro, onde provavelmente teriam um melhor aporte logístico.

Também no Rio de Janeiro foram os pilotos recebidos de forma calorosa e hospitaleira e tratados como verdadeiras celebridades pelas autoridades e pela população carioca. Durante a estadia dos pilotos no Rio de Janeiro ocorreu o pouso de uma esquadrilha de aviões italianos comandados pelo General italiano Ítalo Balbo, então comandante da Aeronáutica Militar Italiana, que havia decolado de Buenos Aires com direção ao Norte, realizando demonstrações das aeronaves italianas Savóia Marchetti S-55 e S-64 e do poderio italiano em diversos países.

Entusiasmado com a façanha da travessia dos pilotos italianos o General Ítalo Balbo oferece a Carlo Del Prete, que era um aficionado por aviões, um voo em uma das aeronaves da esquadrilha italiana que, por uma fatalidade, se acidenta levando-o a morte. Com toda a comoção de que o ocorrido se revestiu,



Arturo Ferrarin retorna para a Itália conduzindo os restos mortais de seu companheiro. Lá chegando, é recebido com todas as honras pelo então dirigente da Itália Benito Mussolini.

Nesse contexto, ao narrar para Mussolini os detalhes da travessia Ferrarin externou seu reconhecimento e gratidão pela forma surpreendente como foram recebidos pela população do Rio Grande do Norte. Tamanha foi à perplexidade causada em Mussolini, pela forma como os aviadores foram recebidos pelos brasileiros, que em um momento de impulsividade, próprio de sua personalidade, mandou que fosse extraída uma coluna do Fórum Romano, denominada Coluna Capitolina, para que fosse dada ao povo potiguar como reconhecimento pela hospitalidade dedicada aos seus compatriotas. Atualmente, a Coluna Capitolina se encontra na Cidade de Natal, em frente ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

**Figura 15** - Coluna Capitolina doada por Mussolini à Cidade de Natal.



Fonte: Tokdehistoria (2014c, s/p).

Desta forma, enfatizou o Brigadeiro, é interessante narrar este fato histórico no qual os italianos foram recebidos em terras brasileiras com toda a hospitalidade, para que se possa ter uma dimensão de como foram recebidos os brasileiros, que como se sabe da história tornaram-se verdadeiros heróis para a população brasileira e assim eram aclamados por todas as cidades por onde passavam.

No que diz respeito à importância do feito de João Ribeiro o Brigadeiro Azevedo fez questão de

enfatizar detalhes da vida de Alberto Santos Dumont, em especial, no momento em que este foi agraciado com o Prêmio “Deutsch de la Meurth” ao contornar a Torre Eiffel a bordo de um dirigível. Na sua visão o espírito e a visão de Santos Dumont, ao enfrentar diversas dificuldades sem desanimar, enaltecendo o nome do Brasil, também estavam gravados na mente de João Ribeiro que mesmo se deparando com sabotagens em sua aeronave, manteve a sua determinação concluindo a difícil tarefa.

Finalizando a entrevista o Brigadeiro Azevedo ressaltou o minucioso trabalho de restauração da aeronave “Jahú” realizado pela equipe da Helipark e mais uma vez enalteceu as figuras inicialmente de Santos Dumont e de João Ribeiro de Barros que foram alvos das mais genuínas, desinteressadas e sinceras demonstrações de hospitalidade por parte da população brasileira no âmbito da aviação brasileira.

Nesse contexto, no qual recordamos o feito do brasileiro Santos Dumont em Paris, cabe lembrar que o primeiro voo realizado no Brasil coube a um engenheiro francês aqui radicado. Seu nome era Dimitri Sensaud de Lavaud que projetou e produziu um avião originalmente brasileiro batizado com o nome de São Paulo.

**Figura 16** - Avião São Paulo.



Fonte: Iguacu (2010, s/p).

Foi assim que no dia 7 de janeiro de 1910, nas proximidades de Osasco, às 5:45 da manhã, com os primeiros raios da luz do dia a máquina estava pronta. Uma pequena multidão aguardava a tentativa. Cinco minutos depois, o avião correu no campo improvisado, com Dimitri nos controles. Era basicamente um declive, que ajudou a máquina a ganhar velocidade. Após 70 metros em solo, seu ocupante comandou uma subida. A máquina tirou as rodas do solo para delírio dos presentes. Tal qual na França, as testemunhas jogavam seus chapéus aos ares, extasiadas (ALEXANDRIA; NOGUEIRA, 2010).

Ainda segundo o autor, tudo aconteceu em apenas seis segundos e dezoito décimos. O São Paulo atravessou 103 metros pelo ar oscilando entre 2 e 4 metros de altura, até tocar o chão, após uma falha do motor em pleno voo. Aliás, “tocar o chão” aqui é um eufemismo. Sem conseguir controlar a descida, Dimitri causou sérios danos ao avião. O Povo correu para socorrer o aeronauta com medo que tivesse se ferido. Mas, após fazer história, o jovem inventor não tinha sofrido sequer um arranhão. O mesmo não se poderia dizer de seu aeroplano. Novas tentativas de voo, naquele dia, não seriam possíveis (ALEXANDRIA; NOGUEIRA, 2010).

Desta forma, na edição do Jornal o Estado de São Paulo, do dia 8 de janeiro de 1910, mais uma vez, se fizeram presentes manifestações de acolhida e hospitalidade ao relatar que apesar da falha do motor e da queda abrupta, Dimitri foi erguido em triunfo. Carregado pela multidão que foi vê-lo voar, teve o avião recolhido de volta ao hangar, onde efetuaria os reparos para posterior exposição no teatro Politeama. Foi entrevistado, fotografado e convidado para festas. (ALEXANDRIA; NOGUEIRA, 2010).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale destacar a constatação do magnetismo exercido pela aviação no imaginário humano desde seus os primórdios até os dias atuais. Para visualizar este fato, o trabalho procurou retratar momentos da aviação nacional que se revestiram de autênticas e espontâneas manifestações de hospitalidade em sua dimensão de acolhimento.

Assim, a retrospectiva histórica, em especial, do feito de João Ribeiro de Barros na travessia transoceânica do “Jahú”, teve por objetivo resgatar um episódio de grande significado para a aviação nacional e que futuramente, de maneira indireta, influenciaria o desenvolvimento dos transportes aéreos e consequentemente do turismo.

A memória que se divulga, materializada em monumentos, por exemplo, ratifica a questão da criação de um imaginário necessário a estabelecer a proximidade entre máquinas, os homens e seus feitos.

Nesse contexto este trabalho procurou avançar em uma área na qual as percepções das dimensões de hospitalidade são praticamente desconhecidas, fazendo-se um recorte histórico que confirma a sua presença por intermédio do resgate de fatos históricos dos primórdios da aviação. Desta forma, cabe salientar o desafio e as dificuldades de estudar a hospitalidade no contexto da aviação, tendo em vista

a exiguidade de estudos da hospitalidade nessa dimensão.

Por oportuno, fica como sugestão a realização de estudo contemporâneo que possa indicar a forma como a hospitalidade é percebida no interior dos modernos veículos, aéreos ou não, que transportam centenas de milhares de passageiros contribuindo decisivamente para a mobilidade no setor turístico.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDRIA, Susana; NOGUEIRA, Salvador. 1910: O Primeiro Voo do Brasil. São Paulo: Aleph, 2010.
- BARONE, João. 1942: O Brasil e sua guerra quase desconhecida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.
- BARROS, João R. *História Heroica da Aviação*. São Paulo: Museu de Aeronáutica de São Paulo, 1927.
- BERG, A. Scott. *Lindberg: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BINDER, Marcelo P. Rede de recursos – um modelo desenvolvido a partir do caso GOL Linhas Aéreas. *Anais... XXVII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração/ANPAD*. 2003. 16p.
- CAMARGO, Luiz O. de L. *Hospitalidade*. São Paulo: Aleph, 2004.
- CAMBESES JUNIOR, Manuel. *A Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul*. Brasília: INCAER, 2008.
- CASTRO, C; GUIMARÃES, V.L.; MAGALHÃES, A. M. (orgs.) *História do Turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. *Portal*. 2018. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/bens-protegidos-online/>>. Acesso 16/05/2018.
- FEAROAN, Peter. The Growth of Aviation in Britain. *Journal of Contemporary History*, Vol. 20, 1985, 21-40.
- FIGURA 01: Máquina voadora de Leonardo Da Vinci. Amidache. Disponível em: <<http://amidache72.blogspot.com/2015/05/leonard-de-vinci-ingenieur-et-inventeur.html>>. Acesso: 07/06/2018.
- FIGURA 02: Réplica Modelo de Balão dos Irmãos Montgolfier. Museu aeronáutico da TAM. Fotografia dos Autores, 2014.
- FIGURA 03: “Otto is going to fly”. Ottomar Anschütz - Lillenthal Museum, Anklam 1894”. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Otto\\_Lillenthal#/media/File:Otto\\_is\\_going\\_to\\_fly.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Otto_Lillenthal#/media/File:Otto_is_going_to_fly.jpg)> <acesso 07/06/2018>. Acesso: 07/06/2018.
- FIGURA 04: 14 Bis. “Commons.wikimedia (2002, s/p) disponível em <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Santos-Dumont\\_le\\_12\\_novembre\\_1906\\_sur\\_son\\_14-bis\\_\(premier\\_record\\_du\\_monde\\_officiel\\_de\\_vitesse\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Santos-Dumont_le_12_novembre_1906_sur_son_14-bis_(premier_record_du_monde_officiel_de_vitesse).jpg)>. Acesso 07/06/2018.

- FIGURA 05: "Sacadura Cabral and Gago Coutinho onboard the " Lusitânia ", starting the First Flight from Europe to the south Atlantic (Lisbon, 30 March 1922)". Disponível em: Silva, A., Barata, J., Morgado, C. and Neves, F. (2016) First Flight from Europe to the South Atlantic. *Open Journal of Applied Sciences*, 6, 696-713. p.702 doi: <10.4236/ojapps.2016.610064>. Acesso 07/06/2018.
- FIGURA 06: Monumento em Lisboa em Homenagem a Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Foto dos autores, 2013.
- FIGURA 07: Bustos em Homenagem aos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, localizadas na entrada principal do aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo. Foto dos autores, 2016.
- FIGURA 08: Totem explicativo "Museu da TAM" da aeronave "Jahú". Disponível em: Crônicas Macaenses <<https://cronicasmacaenses.com/2014/03/07/jahu-o-hidroaviao-que-atravesou-o-atlantico-sul-em-1927/>> Acesso: 07/06/2018.
- FIGURA 09: Totem explicativo "Museu da TAM" da aeronave "Jahú". Disponível em: Crônicas Macaenses. Disponível: <<https://cronicasmacaenses.com/2014/03/07/jahu-o-hidroaviao-que-atravesou-o-atlantico-sul-em-1927/>>. Acesso: 07/06/2018.
- FIGURA 10: Figura 10 - Revista em Quadrinhos "A Epopeia do "Jahú". Fonte: Almanaque Disney, ano 1976.
- FIGURA 11: Figura 11 - Selo Comemorativo do "Jahú". Fonte: pilotopolicial (2014a, s/p). disponível em <<http://www.pilotopolicial.com.br/exposicao-jahu-influencia-de-uma-epoca/>>, acessado em 07/07/2014.
- FIGURA 12: Restauração da Aeronave "Jahú". Fonte: Pilotopolicial (2014b, s/p). disponível em <<http://www.pilotopolicial.com.br/o-hidroaviao-jahu-restaurado/>>, acessado em 07/07/2014.
- FIGURA 13: São Paulo em foco (2012) disponível em <<http://www.saopauloinfoco.com.br/joao-ribeiro-de-barros-jahu/>>, acessado em 07/07/2014.
- FIGURA 14: Brazilians assist the S.64 after it landed on the beach near Touros. Oldmachinepress. Disponível em: <<https://oldmachinepress.com/2014/04/14/savoia-marchetti-s-64-and-s-64-bis/>>. Acesso: 07/06/2018.
- FIGURA 15: Figura 15 - Coluna Capitolina doada por Mussolini à Cidade de Natal. Fonte: Tokdehistoria (2014c, s/p) disponível em <<http://tokdehistoria.com.br/tag/coluna-capitolina/>>, acessado em 07/07/2014.
- FIGURA 16: Avião São Paulo. Osasco Mídia e Acervo do Museu Municipal de Osasco (Dimitri Sensaud de Lavaud). Disponível em: <<http://osascomidiablog.blogspot.com/2014/10/ideia-replica-do-aviao-sao-paulo-que.html>>. Acesso 07/06/2018.
- GOTMAN, Anne. *Le sens de l'hospitalité*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- GRINOVER, Lúcio. *Hospitalidade: um tema a ser reestudado e pesquisado*. In: DIAS, Célia M. (org). *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. São Paulo: Manole, 2002.
- KAPERAVICZUS, Alexandre F. *A evolução da hospitalidade na aviação: do voo do "Jahú" aos tempos atuais de competição entre empresas tradicionais e "Low Cost"*. 2015. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) - Universidade Anhembi Morumbi.
- LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison. *Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado*. São Paulo: Manole, 2004.
- MILON, Alain. *Metrô: uma Trans-hospitalidade*. In: MONTANDON, Alain (dir.). *O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo: SENAC, 2011.
- NAPOLEÃO, Aluizio. *Santos Dumont e a conquista do ar*. Belo Horizonte: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1988.
- PALHARES, Guilherme L. *Transportes Turísticos*. São Paulo: Aleph, 2002.
- REJOWSKI, Mirian (org). *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Aleph, 2002.
- SALVA, Viviane. *A gestão de serviços em Hospitalidade: o papel do comissário como anfitrião nas empresas aéreas comerciais brasileiras*. 2017. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) - Universidade Anhembi Morumbi.
- SALVADOR, A. D. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. Porto Alegre: Sulina, 1986.
- SANTOS, Antônio J. N. *Hospitalidade e Serviços a Bordo de Aeronaves: o caso da Companhia Aérea Azul*. 2017. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) - Universidade Anhembi Morumbi.
- VILLARES, Henrique D. *Quem deu asas ao homem*. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 1953.

---

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido em 04 de Fevereiro de 2018; aceito em 05 de Junho de 2018; publicado online em 09 de Julho de 2018.

Received on February 04, 2018; accepted on June 05, 2018, published online on July 09, 2017.

Artigo original / Original article. Seção revisada por pares / Double bind review section.



## MEMÓRIA E (NÃO) IDENTIDADE NO SUVENIR CARIOCA: ALGUNS RECORTES HISTÓRICOS

Isabella Vicente Perrotta\*

### Resumo

Tomando como objeto de estudo os artefatos que têm como função representar e lembrar o Rio de Janeiro para seus visitantes, este artigo pretende mostrar como o souvenir turístico – de uma maneira geral, e desde o século 19 – se apropria das mesmas construções imputadas aos destinos turísticos, inicialmente na literatura, postais, guias, matérias jornalísticas, gravuras, e fotografias; depois no cinema e na TV e, mais recentemente, nas redes sociais, blogs de conteúdo e sites de busca. Para o turista, reconhecer presencialmente o que já é pré-conhecido faz parte de uma necessidade de confirmação daquilo que lhe foi anunciado, mesmo que isso soe *déjà-vu*. Assim, tanto o cartão postal (de outrora), quanto o souvenir (ainda hoje), que deveriam ser símbolo do singular e do local, acabam sendo também a confirmação daquilo que já se conhecia antes da viagem. Acabam subvertendo-se ao impessoal, global, disseminado. Considerando que o Rio de Janeiro, historicamente, foi o principal acesso ao Brasil e, ainda hoje, é a cidade mais visitada do país, pretende-se mostrar como alguns souvenirs ocupam, lugar miscigenológico e/ou sinestésico de Brasil, exaltando a diversidade de uma natureza que não está exatamente presente na cidade, mas se confunde com a “selva” (natural e cultural) a que o Rio era (e ainda é) associado. No artigo, os souvenirs do Rio de Janeiro serão citados em recortes históricos exemplares. A análise empírica dos mesmos, dialoga com conceitos de memória e patrimônio.

**Palavras Chave:** Souvenir turístico. Rio de Janeiro. História do Turismo.

## MEMORY AND (NOT) IDENTITY IN THE CARIOCA SOUVENIR: SOME HISTORICAL CUTS

### Abstract

This article intends to show how the tourist souvenirs of Rio de Janeiro, since the 19th century, appropriates the same constructions imputed to the tourist destinations, initially by literature, postcards, guides, newspaper articles, engravings, and photographs, then by movies, and more recently from social networks, content blogs and search engines. The traveler needs to recognize in person what was previously presented to him, to confirm what was announced or promised as an experience. Although this sounds *déjà-vu*. In this process, the souvenir, which should function as anchors for the memory of something singular and local, also ends up subverting itself to the impersonal, since they are representations of what is previously known and very widespread. Considering that Rio de Janeiro was historically, and still today is, the main access to Brazil, and is the most visited city of the country, this article intended to show how some souvenirs portray a certain miscegenation and / or synesthesia of Brazil, extolling the diversity of a nature that is not exactly present in Rio, but is confused with wild images to which the city is associated. The souvenirs of Rio de Janeiro will be treated in exemplary historical cuts, under the light of concepts such as memory and imaginary. The empirical analysis of the same, dialogues with concepts of memory and patrimony.

**Keywords:** Tourist souvenirs. Rio de Janeiro. History of Tourism.

## MEMORIA Y (NO) IDENTIDAD EN EL SUVENIR CARIOCA: ALGUNOS RECORTES HISTÓRICOS

### Riassunto

Tomando como objeto de estudio los artefactos que tienen como función representar y recordar a Río de Janeiro para sus visitantes, este artículo pretende mostrar cómo el souvenir turístico -de una manera general, y desde el siglo 19- se apropia de las mismas construcciones imputadas a los destinos turísticos, inicialmente en la literatura, postales, guías, materias periodísticas, grabados, y fotografías; después en el cine y la televisión y, más recientemente, en las redes sociales, blogs de contenido y sitios de búsqueda. Para el turista, reconocer presencialmente lo que ya es pre-conocido forma parte de una necesidad de confirmación de lo que le fue anunciado, aunque eso suene *déjà-vu*. Así, tanto la postal (de otrora), como el souvenir (aún hoy), que deberían ser símbolo del singular y del local, acaban siendo también la confirmación de lo que ya se conocía antes del viaje. Se acaban subvirtiendo a lo impersonal, global, diseminado. En el caso de Río de Janeiro, históricamente, fue el principal acceso a Brasil y, aún hoy, es la ciudad más visitada del país, se pretende mostrar cómo algunos souvenirs ocupan, lugar miscigenológico y / o sinestésico de Brasil, exaltando la diversidad de una naturaleza que no está exactamente presente en la ciudad, pero se confunde con la “selva” (natural y cultural) a la que el Río era (y aún es) asociado. En el artículo, los souvenirs de Río de Janeiro serán citados en recortes históricos ejemplares. El análisis empírico de los mismos, dialoga con conceptos de memoria y patrimonio.

**Palabras clave:** Souvenir turístico. Rio de Janeiro. História del Turismo.



Licenciada por Creative Commons  
Atribuição Não Comercial / Sem  
Derivações/ 4.0 / Internacional

\* Doutora em História, FGV-Rio. Mestre em Design, Puc-Rio. Coordenadora adjunta do Mestrado Profissional em Economia Criativa da ESPM-Rio. Hybris Design | ESPM Rio. [www.hybris.com.br](http://www.hybris.com.br) [[isabella@hybris.com.br](mailto:isabella@hybris.com.br)]

## 1 INTRODUÇÃO

Esse artigo, de caráter essencialmente teórico e analítico-descritivo, trata de produtos realizados em série, que podem ser considerados os primeiros suvenires da cidade do Rio de Janeiro. Serão abordados tanto produtos impressos (como estampas, gravuras e álbuns), quanto manufaturas utilitárias e decorativas.

Importa dizer que esses produtos, antes de servirem de lembrança para *turistas*, funcionaram como recordação de *viajantes*. Considera-se viajante um termo mais abrangente do que turista, e anterior a ele. No século XIX – ponto de partida dessa reflexão –, o turismo já começava a se desenhar na Europa (os primeiros guias, os primeiros grandes hotéis, as malas de grife, o surgimento do vocábulo *tour* etc), mas os viajantes eram as pessoas que exploravam e mapeavam o mundo (por necessidade de sobrevivência, pelo ímpeto da conquista, pela curiosidade científica etc), superando precários meios de transporte para grandes distâncias e passando por lugares que ainda não dispunham de condições razoáveis de acomodação e restauração.

Os viajantes vivenciavam enfrentamentos culturais e de idioma, mas voltavam para suas terras com muito a contar sobre lugares desconhecidos. Foram os responsáveis pela criação de imagens e imaginários de lugares que se tornariam destinos turísticos. Alguns dos suvenires que serão abordados aqui serviram justamente para que esses viajantes pudessem contar um pouco dessas histórias, e preservar suas memórias, em suas terras de origem.

Lembranças de lugares podem ser mentais, mas essas tendem a se dissipar e não podem ser ofertadas. É a materialidade que funciona como âncora de memória. Lembranças de lugares podem ter uma materialidade genuinamente natural, como um punhado de terra ou uma concha do mar, mas – para além do fato de que essas nem sempre são preserváveis –, é a transformação da matéria que a confere significado.

A interação do homem com a sua materialidade envolve processos sociais, culturais, tecnológicos e econômicos (DOHMANN, 2017). Assim, hábitos culturais passaram a ser registrados graficamente, animais passaram a ser empalhados, comidas passaram a ser processadas, objetos passaram a ser estampados com paisagens e o souvenir passou a ser uma grande indústria, nem sempre tão representativa da identidade local quanto o visitante quer acreditar que seja. Ou mesmo gostaria que fosse. Hoje, empresas globais fornecem suvenires *locais* para várias cidades do planeta. Às vezes com uma mesma

estampa (por exemplo: sol, praia, surfe) e diferentes assinaturas (como: Havai, Costa Rica, Rio de Janeiro).

Mais do que ser uma âncora de memória de um local visitado, ou de uma experiência vivenciada, o souvenir funciona também para construir a memória de algo que não se viu ou não se vivenciou. Pode-se visitar o Rio de Janeiro e não ir à Copacabana, mas levar consigo um souvenir com a representação do calçadão de Copacabana. Esse objeto tornará quase crível a memória de se ter conhecido a praia mais famosa da cidade, uma vez que foi adquirido na própria cidade.

O souvenir se apropria das mesmas construções imputadas aos destinos turísticos e reproduz os mesmos estereótipos que os turistas conheceram antes de viajar. E, para o turista, reconhecer o que estava no seu imaginário faz parte de uma necessidade de confirmação daquilo que lhe foi anunciado. Por isso, “não é a imagem que produz o imaginário, mas o contrário. A existência de um imaginário determina a existência de um conjunto de imagens” (MAFFESOLI, 2001, p.76). Nesse sentido, o imaginário é uma realidade, e as imagens tentam reproduzir, transmitir ou reforçar essa *realidade*. O souvenir que circula fora do seu local de origem (que, de fato é a intenção de tal artefato) também ajuda a construir esse imaginário. São imagens e imaginário se replicando, se alimentando e se reconstruindo continuamente.

Esse trabalho inicia apresentando conjuntos de produtos impressos (estampas), produzidos em série no Brasil e no exterior, desde a primeira metade do século XIX, reproduzindo paisagens, cenas e personagens da cidade do Rio de Janeiro. Volta-se depois para as peças manufaturadas seriadas em porcelana, cerâmica e vidro, sempre de produção estrangeira, que serviram de suporte para a paisagem carioca nas primeiras décadas do século XX. Ao final, tratamos de manufaturas brasileiras, surgidas nas décadas de 1930 e 1950, de caráter mais artesanal (ainda assim, produzidas em quantidades volumosas), onde a representação da cidade era mais sintética.

Cabe observar que a intenção do artigo foi a de apresentar aqueles que seriam os primeiros suvenires do Rio, entre os séculos XIX e XX, mas – a título de contextualização, um breve panorama dos atuais suvenires da cidade será fornecido ao final.

## 2 FONTES, REFERÊNCIAS E METODOLOGIA

Essa é uma pesquisa empírica, de longa vivência, sobre a representação da cidade do Rio de Janeiro, que vem sendo desdobrada em recortes diversos há muitos anos. Iniciou-se ainda na década

de 1990 quando colecionávamos impressos com marcas (símbolos ou logotipos de produtos ou serviços) que estampavam ícones da cidade.

A questão do souvenir apareceu na pesquisa de doutoramento – que versava sobre a construção do Rio como destino turístico – quando nos perguntamos como seria a imagem da cidade, no exterior, no século XIX. Buscávamos quais representações circulavam, onde e como circulavam. Fossem narrativas literárias ou jornalísticas, escritas ou ilustradas, descritivas ou simbólicas.

Partimos do pressuposto que foi o grande contingente de viajantes que passaram pelo Rio de Janeiro, especialmente aqueles conhecidos como “artistas viajantes”, o responsável pela construção da ideia de que a cidade era desejável. À tal premissa acrescentamos a hipótese de que a construção de um imaginário exótico e paradisíaco do Rio não foi inevitável, mas uma opção consciente.

A observação analítica, então, vem se dando a partir de fontes documentais primárias, em acervos públicos, privados e comerciais (antiquários), além de suas exposições em exposições e reproduções em livros, revistas, artigos e sites. Complementa a pesquisa empírica o acesso a fontes diretas (pesquisadores e colecionadores).

Sobre as estampas do século XIX, ainda que sejam consideradas “obras raras”, há exemplares daquelas citadas nesse artigo depositados em vários arquivos da cidade do Rio de Janeiro, além de em outras brasileiras fora da cidade e do país, posto que foram produzidas em série.

Outro detalhe é que as gravuras eram impressas a traço preto, e colorizadas (ou não) à mão por diferentes artistas. Daí muitos exemplares serem diferentes nos distintos acervos em que se encontram. Acervos representativos são a Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional, o Museu da Chácara do Céu, a Coleção Paulo Geyer, o Instituto Moreira Sales, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e a Brasileira Itaú, entre outros. Não é incomum a reprodução de parte significativa dessas peças em vários livros que hoje são fontes de referência sobre o tema.

Contudo, o principal referencial sobre o assunto é Gilberto Ferrez (1908 – 2000), principalmente no que se refere às suas exaustivas procura e catalogação da iconografia do Rio de Janeiro, dentro e fora do país, muito bem registrada nos dois volumes de Iconografia do Rio de Janeiro 1530-1890.

Não menos importante é Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha (Lygia Cunha, 1922 – 2009) que como funcionária da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, atuou como bibliotecária, museóloga e pesquisadora da instituição, onde foi chefe da Seção

de Iconografia e titular da Divisão de Referência Especializada, tendo deixado alguns textos sobre o conjunto de gravuras da Biblioteca (aqui se utilizou a reunião de seus textos organizada por Santos, Ribeiro e Lyra, 2010).

Quanto às manufaturas aqui citadas, muito pouco existe escrito sobre elas, mas também por terem sido fabricadas em série, são encontradas em diversas coleções particulares e lojas de antiguidades, e estão reproduzidas em alguns catálogos.

## 2.1 As estampas

Com o título *Souvenirs de Rio de Janeiro*, datado de 1834 e assinado pelo litógrafo J. Steinmann (aqui como editor), circulou, primeiro pela Europa e depois no Rio, um álbum de gravuras contendo 12 vistas do Rio de Janeiro, sendo oito da cidade e quatro da província. As imagens foram gravadas por Friedrich Salathé na Suíça (a partir dos desenhos que Steinmann, Kretschner e Victor Barrat fizeram no Brasil) e, posteriormente, impressas no processo de água-tinta e aquareladas em Paris. Cabe ressaltar que, naquele momento, não existia processo de impressão colorido.

A técnica da água-tinta se dá através da utilização de alguns líquidos corrosivos sobre a matriz de metal, previamente preparada com algum tipo de resina ou componentes granulados como açúcar, sal ou areia. Quando o ácido entra em contato com a placa, os grãos produzem uma textura que é responsável pelo tom acinzentado da obra. Assim, o resultado final é um desenho composto de áreas tonais de nuances suaves e não por linhas duras de contorno, como a gravação a entalhe. A coloração era feita, depois da impressão, uma a uma, por meio da técnica de aquarela. E muitas vezes por mais do que um artista, por vários deles, o que resulta em *originais* diferentes uns dos outros.

Do ponto de vista da construção do imaginário turístico que foi imputado ao Rio, mais interessante que as paisagens, no centro das pranchas do álbum, é a moldura que as envolvem. É uma cercadura de arabescos e guirlandas com abacaxis e outros detalhes da flora tropical, entremeados com vinhetas de pequenas cenas com personagens brasileiros (negros e índios), tais como um índio caçando uma onça e negras carregando crianças nas costas e frutas na cabeça. Não sendo esquecida a ideologia colonizadora: No centro e no alto da moldura, a caravela; no centro e embaixo, jesuítas – como se estivessem no alto de três púlpitos adornados por arcos que lembram as catedrais – abençoam os homens comuns, sentados abaixo deles, com os braços estendidos.

Importante dizer que, antes disso, já se imprimiam gravuras no Rio de Janeiro. Também que o próprio Steinmann já havia anunciado no *Jornal do Commercio*, em 1932, estampas avulsas de negros, índios e vistas do Rio (provavelmente, as vistas do álbum eram as mesmas das gravuras avulsas), mas que esse álbum se destaca por ter sido o primeiro a se intitular *Souvenirs de Rio de Janeiro*. É conhecida também uma edição de 1935 da mesma obra que, no Rio de Janeiro, só seria anunciada no mesmo *Jornal do Commercio* em 1839, estando à venda na casa dos irmãos Laemmert – a livraria mais antiga do Brasil. Talvez esta casa tenha sido responsável pelos conhecidos exemplares em que a data aparece adulterada para 1839, provavelmente para fazer crer tratar-se de uma edição recente.

O sentido da palavra “souvenir” (lembrança) no trabalho de Steinmann diz respeito às recordações do artista suíço, que morara no Rio e naquele momento estava na Europa. E não ao seu público consumidor, inicialmente europeu. Outros álbuns de imagens do Rio seriam produzidos nas próximas décadas, e a mesma a palavra voltaria a aparecer, então se direcionando aos visitantes da cidade.

Pode-se dizer, então, que os álbuns de gravuras foram os primeiros suvenires do Rio, e que estes tentavam construir um imaginário de alteridade e exotismo associado a um novo mundo tropical ainda pouco conhecido. E, nesse caleidoscópio que se construía, a imagem do Rio foi se confundindo com a imagem do Brasil.

É importante que se diga também que, contemporaneamente ao momento de surgimento dos álbuns de vistas do Rio, estavam sendo publicados na Europa vários livros ilustrados sobre o Rio de Janeiro, como os de Debret, Maria Graham, Rugendas, e muitos outros. Contudo, nesses casos a ilustração é complemento do texto, enquanto – ao contrário – nas estampas a imagem é narrativa e o texto, quando existe, é complemento.

Entre outros álbuns com imagens da cidade, destacam-se *Rio de Janeiro Pitoresco*, de Buvelot e Moureau (c.1842-45), e *Brasillan Souvenir – A Selection of the most peculiar costumes of the Brazils* (sic.), de Ludwig e Briggs (c.1845-46). Chama-se a atenção para as palavras “pitoresco” e “peculiar” que nomeiam esses dois produtos. Do primeiro, existem, nos acervos brasileiros, exemplares colorizados e não colorizados, posto que, como foi dito, essa coloração a aquarela era feita exemplar a exemplar. As pranchas desse álbum, em geral, apresentam em destaque uma vista da cidade (natural ou construída) rodeada por desenhos menores de personagens urbanos e detalhes da flora local. Todas as pranchas são compostas por várias imagens e bananeiras,

carros de boi, canoas e negros mascates fazem parte desse repertório.

Já o segundo álbum deixa completamente de lado a paisagem da cidade – que nestas alturas já era famosa por sua representação idílica –, para focar em personagens urbanos e cenas cotidianas. Nota-se, na seleção desses personagens e cenas, um olhar de curiosidade, uma lente de aumento para o diferente: guardas e policiais em uniformes paramentados, mascates e negras quitadeiras vendendo toda sorte de produtos, religiosos bonachões, negros (aparentemente) malemolentes sentados nas ruas, mulher sendo transportada numa liteira por dois escravos, etc. Apesar de os costumes da população brasileira – fossem de nobres ou escravos – soarem estranhos, curiosos, extravagantes ou até mesmo ridículos para o estrangeiro, estas imagens não parecem ter tido a intenção explícita de ridicularizar, mas de exaltar o diferente.

Por volta do ano de 1840, antes do álbum editado com Ludwig, o litógrafo Briggs já havia editado uma série numerada de estampas de tipos populares urbanos da cidade e seus costumes, também anunciada no *Jornal do Commercio* e, ainda antes disso (estimadamente entre os anos de 1830 e 1832), Steinmann também publicou personagens urbanos do Rio de Janeiro: o Negro Capitão Buonaparte (que ocorre em trajes oficiais e em uma versão à paisana), o Filósofo do Cais do Paço, o Músico Policarpo e o Louco da Praia Grande. Estas imagens são raríssimas, segundo Ferrez (2000) as mais antigas litografias de tipos de rua executadas no país, sendo o único conjunto conhecido o que está depositado na Biblioteca Nacional.

Apesar de alguns exemplos muito conhecidos, essa iconografia do Rio ainda não está toda sistematizada, pois, segundo Ferrez (2000), a partir do ano de 1820, publicou-se um grande número de álbuns de litografias de vistas ou de costumes da cidade, mas esta produção acontecia na Europa e, a maior parte, sem especificação impressa da data de edição.

Entre os produtos com créditos editoriais conhecidos, ainda podemos citar: *Brasil pitoresco, histórico e monumental* (álbum de vistas da cidade, de Alfred Martinet), *O Rio de Janeiro e seus arredores (do Corcovado)*, também litografado por Alfred Martinet, *Doze vistas do Rio de Janeiro* (litografadas por Otto Speckter, a partir de pranchas de Karl Robert von Planitz) – todos editados entre os anos de 1847 e 48 pela casa Laemmert. E, na década seguinte, entre 1856 e 57, são conhecidos: *Brazil pitoresco e monumental* (46 vistas de Pieter Godfred Bertichen, com textos de Augusto Zaluar) e *Rio de Janeiro e seus arrabaldes* – ambos editados pela Litografia Imperial de E. Rensburg; além do *Álbum do Rio de*

*Janeiro moderno*, de Sébastian Auguste Sisson, editado pelo próprio autor.

Entende-se que essa produção iconográfica seriada, da cidade do Rio de Janeiro, encontrava mercado na Europa, onde despertava a curiosidade estrangeira, e também na própria cidade. O comércio no Rio de Janeiro tornar-se-ia, em pouco tempo, um mercado importante e crescente, atendendo a uma demanda cada vez maior de visitantes e até mesmo moradores (inclusive estrangeiros). Assim, também o nativo ia se habituando a valorizar a sua paisagem, ainda que influenciado pelos artistas viajantes, que tinham um “olhar de fora”, passando “uma sensação de não estar de todo na sua composição”, valendo-se de uma imagem prévia do país, muitas vezes em contradição com o seu cotidiano (SÜSSEKIND, 2006:33), mas também pelo estrangeiro aqui de passagem, que procurava levar para seu destino de retorno a confirmação dessa imagem prévia. Ainda que, reafirmando, essa confirmação fosse uma invenção em contradição com o usual local.

“(…) se a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas (HALBWACHS, 2006:29).”

O turismo, a construção de destinos turísticos – e, conseqüentemente, a invenção de seus suvenires – estão intimamente relacionados com a memória coletiva (conforme Halbwachs) e o imaginário coletivo. Sobre conhecer e lembrar-se de uma cidade, Halbwachs comenta que podemos ter a nossa atenção voltada para diferentes aspectos, mas reconhecer visualmente o que foi pré-conhecido faz parte de uma necessidade do turista de confirmação do que lhe foi anunciado (o que pode acontecer por meio de guias, filmes, literatura, matérias jornalísticas, publicidade, fotos e relatos de outros viajantes – e, mais recentemente, pelos canais da internet).

O desenvolvimento das técnicas de reprodução de imagem, associado à capacidade de representação da realidade através da fotografia, já fomentavam uma nova alfabetização visual que se dava, principalmente, por meio das revistas ilustradas. Essa amplificação do mundo visual alimentava o comércio de estampas, a troca de retratos e a formatação de álbuns familiares. O ver era cada vez mais estimulado no meio público ou privado. Não à toa, um pequeno retângulo de cartão passou a ser o centro das atenções de todas as classes sociais ao redor do mundo. O cartão-postal viabilizava em tempo e custo a circulação de notícias e imagens pelo mundo.

A ilustração chegou ao cartão-postal na década de 1890, reforçando a intenção do remetente pela narratividade da imagem, fazendo deste veículo um parceiro dos meios de locomoção modernos e verdadeiro garoto-propaganda das cidades e do turismo. Estima-se que os postais de paisagens tinham venda oito vezes maior que os de outros temas. No seu estreito relacionamento com o turismo e a publicidade, o cartão-postal também veiculou hotéis. E, hoje, passada a febre do colecionismo de postais, são basicamente as paisagens de teor turístico que ilustram aqueles que ainda sobrevivem.

Entre os primeiros postais com imagens do Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século 20, destacam-se aqueles com fotografias de Marc Ferrez, tomadas ao longo de sua vida profissional, em edições da Marc Ferrez & Filhos e Casa Marc Ferrez, ou ainda de terceiros. As reformas urbanísticas da cidade, no início da década de 1910, exatamente no auge da febre internacional dos cartões-postais, foram decisivas para a grande circulação de imagens do Rio pelo mundo afora.

Todas as grandes exposições nacionais e internacionais do final do século 19 mereceram seus postais comemorativos. No ano de 1889, por ocasião da Exposição Universal de Paris, a representação da Torre Eiffel foi divulgada em 300 mil exemplares vendidos e expedidos em guichês instalados nos três andares da própria torre. No Rio de Janeiro, com as exposições de 1908 e 1922 não seria diferente. Os postais divulgaram e perpetuaram monumentos que o tempo levou. Grandes vistas panorâmicas da exposição de 1908 foram tomadas do Morro da Urca e da Baía de Guanabara.

Da Exposição do Centenário da Independência, além dos diversos pavilhões, os postais de Augusto Malta preservam na memória alguns monumentos construídos como, por exemplo, um curioso embarcadouro – na praça XV, próximo à Ponta do Calabouço para hidroaviões pertencentes a algumas das delegações estrangeiras presentes ao evento.

## 2.2 Os artefatos

Apesar das novidades (e modernidades) que a cidade ia oferecendo, no início do século XX, ainda era aquilo que já era pré-conhecido, e reconhecido coletivamente, que continuava a aparecer nas representações do Rio de Janeiro que circulavam no exterior. Nesse início do novo século, quando a fotografia já estava bastante disseminada, novos álbuns ilustrados (sem texto) surgiram, agora não mais com estampas produzidas a partir de desenhos, mas com clichês a partir de fotografias. São muitos os exemplos que tanto registraram áreas concisas (como



Paquetá, Santa Teresa, Quinta da Boa Vista etc), como outros que tentavam cobrir todo o Estado do Rio de Janeiro, mostrando estradas e obras.

Além de estampas, álbuns, fotografias ou postais, a paisagem carioca começou a circular também em diversas superfícies do mundo material utilitário e decorativo. Leques, baralhos, faianças, vasos, caixas, cinzeiros, pratos, copos, xícaras, fruteiras, bandejas, tabuleiros de jogos, porta-joias, etc. Enquanto o cartão-postal era o suporte para as novidades, os eventos, as inaugurações etc, os objetos de vidro, louça e cerâmica continuariam a perpetuar o menos efêmero – a paisagem carioca.

Um dos exemplos mais famosos da aplicação da paisagem do Rio de Janeiro em peças decorativas é a coleção de vidros assinados pelo artista *art nouveau* francês, Émile Gallé. Paisagens de outros cantos do mundo, como as da região de Alsácia e Lorena e do lago Como também mereceram a dedicação deste artista, cuja obra se consagra tanto pela sua plasticidade quanto pela sua proeza técnica, mas a série dedicada ao Rio é a única em que o artista grifou o nome da cidade. Suas composições são em geral emolduradas por plantas em primeiro plano. No caso do Rio de Janeiro, além das plantas tropicais, muito bem detalhadas, as montanhas do Pão de Açúcar, Corcovado e Pedra da Gávea são os motivos principais. Há exemplos também em que a paisagem construída – igrejas e casario colonial – aparecem com bastante nitidez. Essas peças circularam basicamente no comércio europeu.

“Em mais de trinta anos de pesquisa, posso afirmar que quase a totalidade dos vasos [Gallé] encontrados procede da França. Mesmo que o depoimento de um dos maiores colecionadores dos Gallé-Rio, Baby Monteiro de Carvalho, indique que a série de vasos esteve à venda no Pavilhão da França da Exposição do Centenário da Independência, em 1922, no Rio de Janeiro (...) (Roiter, s/d:142).”

A suposta presença das peças no Pavilhão da França, em 1922, seria lembrança de infância do colecionador mencionado. Márcio Roiter (estudioso e também colecionador) menciona que algumas peças Gallé teriam sido vendidas nas principais joalherias do Rio, acondicionadas em estojos de veludo e seda (ROITER, s/d:142).

Não se tem notícias do artista ter estado no Rio, o que reforça a ideia de que a iconografia da cidade teve grande circulação na Europa no século 19. Morto no ano de 1904, Gallé deve ter produzido pessoalmente parte dessas peças e, como sua fábrica de vidro em Nancy continuou ativa até meados dos anos 1930, parte da produção deve ter sido feita

posteriormente, por ajudantes que aprenderam com o mestre a aguçada técnica de gravação em vidro.

Também perpassando os primeiros anos do século XX, a porcelana, oriunda das mais importantes manufaturas europeias – em especial da Tchecoslováquia –, foi outro suporte para as paisagens cariocas, e também de seus monumentos arquitetônicos sob a forma de aparelhos de café, biscoiteiras, cinzeiros e bandejas.

O mercado dessas peças pode ter sido genérico – brasileiro e europeu, mas o antiquário Paulo Scherer (em depoimento pessoal em 14/08/2010) aposta na possibilidade de tais produtos terem sido encomendados por comerciantes brasileiros, a estas fábricas, para um comércio de luxo que existia na cidade, pois desde os tempos da família real, era comum o mercado nacional recorrer às manufaturas europeias para oferecer peças sofisticadas para o consumo interno.

Contudo os pratinhos de parede, procedentes em geral da Holanda e Bélgica – esses sim, mais baratos e muito comuns – eram claramente dedicados aos turistas. Além dos pratinhos, foi também razoavelmente comum, as xicrinhas (avulsas) de café. Chaveiros e plásticos (para colar em vidros de janelas de residências ou de carros) só apareceriam bem mais tarde. Essas peças de louça mais vulgares, mais simples, mais baratas, mais turísticas foram comumente usadas para veicular efemérides, além das *novas* paisagens urbanísticas, da reforma de Pereira Passos: o porto, o manguê, a avenida central.

A partir da década de 1930, quando o Rio já está consolidado como um destino turístico, porto de grandes transatlânticos – inclusive, não há dúvidas de que os suvenires de maior sucesso eram as bandejas que reproduziam as paisagens do Rio, utilizando-se de asas de borboleta furta-cor (predominantemente azul) sob tampo de vidro pintado. Importante lembrar, contudo, que essas borboletas só eram símbolo da cidade, pois a Floresta da Tijuca, seu principal habitat, era então um dos pontos turísticos mais visitados da cidade.

No filme de oito minutos – *Rio de Janeiro: City of splendour* – produzido pela Metro Goldwyn Mayer, no ano de 1936 – os dois últimos minutos são dedicados à técnica de confecção destes produtos. O narrador explica que tal design já existe há muitos anos e esclarece que o Brasil tem centenas de tipos diferentes de borboletas, muito mais coloridas que aquelas existentes na Europa ou nos Estados Unidos.

Entre as décadas de 1950 e 60, a febre recaiu sobre as caixas (principalmente, apesar de existirem outros objetos utilitários) confeccionadas em marchetaria com diversas tonalidades de madeira.

Embora a confecção destas peças se desse no Paraná, estado do Sul do país, os únicos motivos que ilustravam estes trabalhos, segundo o antiquário Paulo Scherer (em depoimento pessoal em 14/08/2010), eram o pinheiro característico daquele estado e a paisagem do Rio de Janeiro. Os diversos tons de madeira, desse artesanato, exaltavam as riquezas naturais do Brasil, assim como as pedras semipreciosas, de outros estados brasileiros, vendidas nas lojas de souvenir do Rio de Janeiro.

As caixas de madeira, hoje não são mais fabricadas, mas as peças confeccionadas em pedras – sejam de forma bruta ou lapidada, ou ainda em arranjos esculturais, com formas de pássaros típicos da fauna nacional, continuam sendo produzidos. Aliás, parece ter havido uma revalorização desses objetos nos últimos anos. Evidência de que a cidade sempre teve e continua tendo um valor metonímico (parte pelo todo / todo pela parte) como símbolo do país.

Da mesma forma, ao longo dos anos 1950, 60 e além, outros produtos representativos da diversidade da natureza brasileira, misturaram-se com produtos da cultura popular de diversas regiões do país, nas lojas de souvenir que já existiam, principalmente no bairro de Copacabana. Um anúncio da loja Zitrin & Cia, localizada no Centro da Cidade, publicado no *South American Handbook*, no ano de 1957, informava ter qualquer tipo de pedra brasileira, assim como trabalhos em madeira, em pele de reptéis e em asas de borboleta.

A ilustração do mesmo anúncio mostrava as pedras preciosas, a boneca baianinha, o boneco gaúcho, um tucano empalhado, as caixas de marchetaria, as bandejas de borboleta, e reproduções do Cristo Redentor. Além dos produtos da referida ilustração, a piranha empalhada (original da Amazônia) também começava a aparecer nas lojas de souvenir da cidade. Ainda os mesmos produtos da publicidade mencionada, tornam a aparecer em fotografia de uma loja de souvenir do Rio de Janeiro, dos anos 1950, pertencente ao acervo do banco de *Imagend Images 2 You*.

Hoje em dia – mundo globalizado e turismo massificado –, há cada vez menos produtos locais. Em qualquer cidade do mundo, os mesmos objetos (bonê, camiseta, chaveiro, caneca...) se repetem em formas muito parecidas. No nordeste brasileiro, os ditos “artesanatos locais”, especialmente de barro, se repetem exatamente iguais em diversas localidades.

Nas cidades litorâneas, as estampas de sol e praia, que adornam objetos e roupas, são exatamente as mesmas que aparecem no Caribe e em outros destinos internacionais. Fácil encontrar um “*made in china*” em vários deles.

Finalmente, redes de lojas de souvenirs de aeroportos, como a Britt Shop – “*A unique shopping experience!*” –, estampa nas suas sacolas os países em que está presente: Costa Rica, Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai, México, Antígua & Barbuda, Curaçao, Equador.

Assim, à parte das sandálias havaianas (brasileiras, mas não cariocas), dos biquínis e das camisetas dos times de futebol da cidade (não mais famosos que alguns times argentinos ou europeus), talvez a “novidade” em termos de souvenir da cidade do Rio de Janeiro sejam as estampas de favela. Ou seja: casinhas coloridas, juntinhas e apinhadas. O que começou como motivo de pinturas em pequenas telas, ofertadas nos tours de favela, hoje estão em estampas industriais em todas as lojas para turista da cidade.

### 3 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

O souvenir turístico é a concretude material e portátil do lugar visitado. Ora como um simples adorno, ora com uma pretensa função utilitária, ele age como um prolongamento da viagem e como âncora de memória em relação às experiências vividas na ocasião da experiência (turística ou não), posto que “A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p.9). Quanto mais estrangeiro o destino turístico, mais importante a função deste objeto como âncora material de enraizamento.

Para permitir esse enraizamento, os “lugares de memória” (conceito chancelado pelo mesmo autor) precisam oferecer três sentidos simultâneos, embora, possivelmente, em graus diversos. São eles: material (por seu conteúdo demográfico), funcional (pois garante a cristalização da lembrança e a sua transmissão) e simbólico (pois caracteriza um acontecimento) (NORA, 1993, p.22). Lugares de Memória vão do objeto material e concreto, ao mais abstrato e funcional, embora os principais exemplos da categoria sejam espaços construídos – tais como arquivos, bibliotecas, museus, pantheons ou monumentos. Contudo,

“Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e

serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre [...]” (NORA, 1993, p.21–22).

Parece possível ampliar tal noção para os suvenires, pois os mesmos têm, necessariamente, existência material, funcional e simbólica. Suvenir é lembrança, evoca memórias, promove destinos e tangibiliza experiências (abstratas) vividas. Tal âncora de memória – física, concreta e transportável – do lugar visitado não está apenas nos objetos de souvenir, mas também nas imagens digitais e físicas.

Considerando que as imagens digitais precisam de suportes e meios físicos para “existirem”, que as fotos em papel e os cartões-postais foram abandonados, e que os sites de viagem substituíram os guias impressos, tudo aquilo que se remete à viagem e envolve o contato físico, tem sido mais valorizado na contemporaneidade.

“Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais [...]. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos [...]” (NORA, 1993, p.13).

Os “lugares de memória” – no sentido genuíno de Pierre Nora – tais como museus e monumentos, transformam-se comumente em pontos turísticos e produzem seus próprios “objetos-âncora-lugares-de-memória” tais como postais, suvenires, livros etc, numa busca constante de patrimonialização, memorialização, turistificação, e construção propriamente, da história e da identidade dos lugares.

Em decorrência, surge a categoria do “colecionamento”. As coleções fazem parte da existência de lugares de memória, enquanto acervo, mas também está diretamente ligada à construção das histórias pessoais e das memórias dessas histórias, enquanto souvenir.

“Todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar domínio subjetivo em oposição ao “outro.” (GONÇALVES, 2003, p.26).

As coleções permitem a perpetuação identitária e simbólica de indivíduos ou grupos através de objetos que são ressignificados enquanto conjunto. E que tornam a ser ressignificados quando vistos pelo “outro”.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção deste artigo foi a de apresentar aqueles que seriam os primeiros suvenires do Rio, entre os séculos XIX e XX. Especificamente tratamos de manufaturas brasileiras, surgidas nas décadas de 1930 e 1950, de caráter mais artesanal (ainda assim, produzidas em quantidades volumosas), onde a representação da cidade era mais sintética.

Historicamente, as narrativas presentes nos suvenires do Rio de Janeiro, mostraram-se como discursos eletivos de construção identitária da cidade enquanto destino de turismo. No século XXI, encontramos ainda a repetição de alguns desses discursos, perpetuando a cidade como um lugar miscigenológico e/ou sinestésico de Brasil, exaltando uma diversidade um tanto lembrada, um tanto inventada, um tanto memorializada.

Ao lado do chinelo de dedo, e do kit de caipirinha, ainda há lugar para uma toalha de praia que ilustra uma figura pantera, meio mulher, meio tigresa. E também uma camiseta estampada com bananeiras com as mangas com manchinhas de oncinha. Bem ou mal, essas imagens nos remetem tanto ao álbum do oitocentista Steinmann – que procurava dar conta de flora e fauna, índio e negro nos arabescos que emolduravam suas paisagens do Rio – quanto das piranhas empalhadas das lojas de souvenir dos anos 1950 e 60.

Mitos e arquétipos, imaginário coletivo, construção social contínua: o Rio como destino, e sua representação pelos suvenires que o visitante leva para casa, vem se processando desde a produção iconográfica dos primeiros viajantes que passaram pela cidade, exacerbando (e até inventando) as diferenças (bonitas, exóticas ou estranhas) em relação às suas origens.

Considerando ainda o processo de massificação das viagens, e do turismo como um todo, vê-se que os suvenires acompanham o mesmo processo. Hoje existem redes internacionais de lojas de suvenires, e grandes empresas fornecedoras de produtos, aparentemente locais, para as lojas dessas redes. No Brasil, um dos maiores distribuidores coloca seu selo “Souvenir Brasil”, lado a lado com a gravação “Fabricado na China”.

Turistas de viagens pré-fabricadas compram suvenires de massa. Turistas experienciais, aqueles que são protagonistas das suas viagens, aqueles que

buscam (e, em geral, acreditam que encontram) vivências genuínas, vão procurar produtos que representem também genuinamente as características locais. Assim, o souvenir – e seu consumo –, vão ganhando significados tanto em relação às singularidades de quem os produz como as de quem o adquire.

Para Stuart Hall (2003:47), “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. Representação que se complica no meio do processo de globalização, onde até mesmo souvenirs “locais” são fabricados (e vendidos) de forma global. “O que está acontecendo à identidade cultural na modernidade tardia?” pergunta o mesmo sociólogo jamaicano. “Especificamente, como as identidades culturais nacionais estão sendo afetadas ou deslocadas pelo processo de globalização?” Estaríamos construindo não identidades?

Parte da cultura material de seu tempo, objetos preservam e contam histórias das quais foram testemunhas. Guardam narrativas na sua forma, no seu material, no seu processo de fabricação. Muitas vezes são registros de fatos que não foram memorializados de outra forma. Ainda assim, os objetos – principalmente os contemporâneos, produzidos em série e de acesso popular –, ainda não receberam a relevância que merecem nos campos de estudo das sociedades.

Para o turista, reconhecer presencialmente o que já é pré-conhecido faz parte de uma necessidade de confirmação daquilo que lhe foi anunciado, mesmo que isso soe *déjà-vu*. Assim, tanto o cartão postal (de

outrora), quanto o souvenir (ainda hoje), que deveriam ser símbolo do singular e do local, acabam sendo também a confirmação daquilo que já se conhecia antes da viagem. Acabam subvertendo-se ao impessoal, global, disseminado.

## REFERÊNCIAS

- DOHMANN, Marcus. Cultura material: sobre uma vivência entre tangibilidades e simbolismos. *Diálogo com a Economia Criativa*, Rio de Janeiro, v.2, n.6, set/dez. 2017.
- FERREZ, Gilberto. *Iconografia do Rio de Janeiro 1530-1890*, v. I e II. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2000.
- GONÇALVES, José R. S. O Patrimônio como categoria de pensamento. In ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e patrimônio – Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina. 2003.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A. 2003.
- MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. In *Revista Faneecos*, Porto Alegre, n.15, ago. 2001.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares, *Projeto História*, São Paulo: PUC-SP, n.10, dez.1993.
- ROITER, Márcio. G. R. Disponível em [www.artdecobrasil.com/materias/vasos.pdf](http://www.artdecobrasil.com/materias/vasos.pdf). s/d.
- SANTOS, Renata; RIBEIRO, Marcus V.; LYRA, Maria de L. V. (orgs.). *O acervo iconográfico da Biblioteca Nacional*. Estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. 2010.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

---

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido em 08 de Fevereiro de 2018; aceito em 15 de Junho de 2018; publicado online em 09 de Julho de 2018.

Received on February 08, 2018; accepted on June 15, 2018, published online on July 09, 2018.

Artigo original / Original article. Seção revisada por pares / Double blind review section.

**DIRETRIZES PARA AUTORES****1 PROCESSO GERAL**

ABET usa o Double-blind peer review que é a omissão das identidades de autores e revisores no parecer de originais. Deste modo os autores devem seguir alguns passos para garantir este processo:

Submeter apenas um arquivo de texto (editor Microsoft Word 2003 ou versão mais recente, ou no doc rtf), sem identificação, direta ou indireta, de autoria do manuscrito. Todas as informações pessoais sobre o autor (s) (nomes, afiliação instituição, país, endereço completo, número de telefone, e-mail e um conjunto de dados biográficos do autor (es) não superior a 60 palavras) será inserido no sistema website. Talvez, se houver qualquer necessidade, o autor (s) pode apresentar um documento adicional (Geralmente com informação específica sobre o papel (por exemplo, excel tabelas ou dados SPSS)). Sobre como inserir o manuscrito e um documento complementar, por favor, consulte o conteúdo de este link: <https://goo.gl/JI3hVO>

Para garantir qualquer possível identificação de autoria no manuscrito, deve-se:

- Usar terceira pessoa para referir a trabalhos publicados anteriormente pelos autores do texto. Exemplo: Substituir "como analisamos no estudo" por "como foi analisado no estudo... (Anônimo, 2009).
- Remover qualquer afiliação autoral das figuras.
- Citar artigos publicados pelo autor do texto como segue: "[anônimo, 2009].
- Para blinding na lista de referência insira: "(Anônimo, 2009). Detalhes omitidos por double-blind reviewing".
- Remover agradecimentos
- Remover informações de autoria nas propriedades do documento.

**2 MANUSCRITO**

**Tipografia:** O manuscrito deve ser preparado com espaçamento entre linhas simples, fonte Arial Narrow tamanho 11, paginado com margens de 3 cm à esquerda e superior e à 2cm à direita e inferior, em papel A4. As citações diretas deverão utilizar a fonte 10 e as notas devem apresentar o mesmo tipo de letra, no tamanho 9. Não utilizar fontes nem tamanhos distintos no texto. Caso pretenda destacar alguma palavra ou parágrafo utilize a mesma fonte em *cursiva* (itálico). tamanhos distintos no texto. Caso pretenda destacar alguma palavra ou parágrafo utilize a mesma fonte em *cursiva* (itálico).

**Resumo:** O artigo deve vir acompanhado de um resumo no idioma em que está escrito (150 – 250 palavras) e sua tradução em inglês (resumo e título). Para os artigos escritos em inglês deve se acrescentar um resumo em espanhol.

**GUIDELINES FOR AUTHORS****1 GENNERAL PROCESS**

ABET uses the double-blind peer review which is the omission of the identities of authors on the and reviewers on the original paper's process of reviewing. Thus, authors must follow some steps to ensure this process:

Submit ONLY ONE archive of the text (microsoft word editor 2003 or newer version, in rtf or doc) without direct or indirect identification of authorship (manuscript). ALL THE PERSONAL INFORMATION about the author(s) (names, affiliations, affiliated institution's country, complete mailing address, phone number, email and a biographical data of the author(s) not exceeding 60 words) will be inserted in the website system. Maybe, if there is any necessity, the author(s) could submit an additional document (generally with specific information about the paper (e.g. excel tables or SPSS data). About how to insert the manuscript and the supplementary document, please refer to the contents of this link: <https://goo.gl/JI3hVO>

To ensure any possible identification of authorship in the manuscript, you must:

- Use third person to refer to previously published works by the authors of the text. Example: replace "as we analyzed in the study" by "as was analyzed in the study. (Anonymous, 2009).
- Remove any copyright of affiliation.
- Quoting published articles by the author of the text as follows: "(anonymous, 2009).
- For blinding in the reference list enter "(anonymous, 2009). Details omitted by double-blind reviewing. "
- Remove thanks
- Remove copyright information in the document properties.

**2 MANUSCRIPT**

**Typography:** The manuscript should be prepared with simple line spacing, font Arial Narrow, size 11, paginated with 3 cm margins on the left and top and 2 cm to the right and bottom, in A4 paper. Direct citations should use the 10 source and notes must have the same font, size 9. Do not use fonts or different sizes in the text. If you want to highlight any word or paragraph, use the same font in *cursive* (italic).

**Abstract:** The article should come accompanied by an abstract in the original language; write in 150-250 words, always translated to the English and Portuguese whatever would be the original language. abstract in the vernacular language and foreign language (150 to 250 words), the internal divisions that consider necessary (usually, introduction, theoretical framework, methodology, results and discussion, conclusion), acknowledgements (if applicable) and references.



**Palavras chave:** o texto deve conter entre 3 e 5 palavras chave sobre o tema principal.

**Texto:** o texto deve possuir uma extensão entre 5.000 e 9.000 palavras para artigos e de 3.000 a 5.000 tanto para opiniões,

**Idiomas:** o trabalho deve vir acompanhado de título na língua vernácula e em inglês, dados biográficos do(s) autor(es) (que não ultrapasse 60 palavras), resumo na língua vernácula e em língua estrangeira (150 a 250 palavras), as divisões internas que se julguem necessárias (geralmente, introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussão, conclusão), agradecimentos (se pertinente) e referências. Para os artigos escritos em inglês deve ser enviado um resumo em português ou espanhol, assim como o título; palavras-chave (entre três a seis, separadas por ponto) nas duas línguas dos resumos.

**Ilustrações:** as ilustrações (quadros, gráficos, esquemas, fluxogramas, organogramas, gravuras, fotografias e outros) e tabelas deverão ser inseridas no texto. Todos devem possuir legendas – título e fonte. As tabelas devem seguir as Normas de Apresentação Tabular do IBGE. Pode se utilizar imagens coloridas, embora se deva avaliar a possibilidade de utilizá-la em formato papel, em branco e preto para que fique legível no caso da edição impressa.

**Abreviações e acrônimos:** Deverão ser definidos claramente no seu primeiro uso no texto.

**Citações e Referência:** as referências, assim como as citações, no corpo do texto, devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 6023 (<https://goo.gl/GxCBqZ>) e NBR 10520 (<https://goo.gl/hKumna>).

**Notas:** as notas explicativas devem utilizadas somente se forem indispensáveis, e deverão vir sempre ao final do texto do artigo, utilizando o mesmo tipo de letra deste (Arial Narrow) no tamanho 9.

Para conhecer os critérios de avaliação consulte: <https://drive.google.com/file/d/0B9HM4t0EenbiMXI2X2J1T2Fqb2s/view?usp=sharing>

### 3 CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

Assim, alinhada às melhores práticas de publicação, nacionais e internacionais, ABET exige o cumprimento dos seguintes critérios para publicação regular\* de artigos:

1. O manuscrito submetido deve ser uma contribuição original e inédita amparada por alguma linha temática inserida no escopo da revista. Caso

**keywords:** the text must contain between three and five keywords on the main theme of the paper and separated themselves by a dot.

**Text:** the text must possess an extension between 5,000 and 9,000 words to articles; and 3,000 to 5,000 for reflexive opinions (*pensatas*) and essays; and between 2,000 to 3,000 for research notes as well to book reviews.

**Languages:** the manuscript can be write in Portuguese or English or Spanish or French.

**Title:** should be write in the original language and as well the abstract always translated to the English and Portuguese whatever would be the original language.

**Illustrations:** illustrations (tables, graphs, diagrams, flowcharts, organization charts, engravings, photographs and other) and tables should be inserted in the text. All must have subtitles-title and source. Tables should follow the Tabular Presentation rules of the IBGE. Can use color images, while you should evaluate the possibility of using it in paper format, in black and white so that it is readable in the case of the print edition.

**Abbreviations and acronyms:** Should be defined clearly in its first use in the text.

**Citations and reference:** the references, as well as the citations in the body of the text should follow the standards of the Brazilian Association of technical norms NBR 6023 (<https://goo.gl/GxCBqZ>) and NBR 10520 (<https://goo.gl/hKumna>).

**Notes:** the explanatory notes should be use only if they are essential, and should be at the end of the text of the article, using the same font (Arial Narrow) in size 9.

To meet the evaluation criteria see: <https://drive.google.com/file/d/0B9HM4t0EenbiMXI2X2J1T2Fqb2s/view?usp=sharing>

### 3 CONDITIONS FOR SUBMISSION

As part of the submission process, authors are required to check the conformity of the submission for all items listed below. Submissions that are not in accordance with the standards will be returned to the authors.

Thus, aligned with best practices, nationally and internationally, ABET requires compliance with the following criteria for regular publication of articles:

1. The manuscript submitted should be original and unprecedented contribution bolstered by some thematic line inserted in the scope of the journal. Otherwise, you must justify in "Comments to the Editor."

- contrário, deve-se justificar em "Comentários ao Editor".
2. O artigo não pode ter sido publicado previamente em nenhum periódico ou livro. Aceitam-se, no entanto, artigos apresentados em anais de congressos.
  3. O texto não pode estar em avaliação, simultaneamente, em outro periódico, seja nacional ou internacional.
  4. Os artigos poderão ter, no máximo, 3 (três) coautores, além do autor principal, totalizando assim, no máximo, 4 (quatro) pessoas por manuscrito.
  5. ABET se reserva ao direito de postergar a uma edição ou volume (ano) subsequente um artigo aprovado, caso os autores ou coautores de uma mesma instituição já tenham publicado algum artigo no ano corrente, de forma a não ultrapassar 20% de concentração de origem de instituições, assegurando assim o cumprimento de critérios nacionais (e recomendações internacionais) de avaliação de periódicos.
  6. Do mesmo modo, a fim de evitar concentração, ABET publicará apenas 1 texto de um mesmo autor por ano. Caso o autor tenha outro manuscrito aprovado, o mesmo será postergado para o ano seguinte.
  7. ABET não publicará artigos nos quais o editor chefe e/ou editores associados figurem como autores ou coautores.
  8. ABET poderá publicar manuscritos de autores ou coautores do Conselho Editorial, de membros do Conselho Científico e pessoas da própria Universidade Federal de Juiz de Fora se, e somente se, estes não estejam envolvidos nos processos de avaliação do artigo.
  9. A fim de evitar endogenia, artigos da UFJF serão publicados, em no máximo 20% (4,8 artigos ao ano).
  10. Mesmo que cumpram os demais requisitos, só serão aceitos em *desk review* para prosseguir no processo editorial os manuscritos que estejam livres de identificação dos autores. A identificação de autoria do trabalho deve ser removida do arquivo através da opção "Propriedades no Word", garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em Assegurando a Avaliação Cega por Pares. **ATENÇÃO!** Esta condição é essencial para que o texto inicie o processo editorial de avaliação. Caso não cumpra este requisito, o manuscrito será imediatamente retornado ao autor.
  11. As informações relativas a autoria deverão ser preenchidas diretamente no sistema, na aba metadados.
  12. Os arquivos para submissão devem estar em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB). Os artigos que, porventura, ultrapassarem este tamanho poderão ser enviados diretamente pelo e-mail da revista: <ABET.ufff@gmail.com>.
  13. O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 11-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado
  2. The article may not have been previously published in any journal or book. We accept, however, papers presented at congresses.
  3. The text may not be at the same time on review in another journal, whether national or international.
  4. Articles can have a maximum of 3 (three) co-authors, besides the main author, totaling so a maximum (and exceptionally) of 4 (four) persons per manuscript.
  5. ABET reserves itself the right to postpone the edition or volume (year) subsequent an article is approved, if the authors or co-authors of the same have already posted some article in the current year, so as not to exceed 20% of the source concentration of institutions, thereby ensuring the fulfillment of national criteria (and international recommendations ) periodic assessment.
  6. Likewise, in order to avoid concentration, ABET publish only 1 (one) text from one author per year. If the author has another manuscript approved, it will be postponed to the following year.
  7. ABET does not publish articles in which the editor and/or associated editors list as authors or co-authors.
  8. ABET may publish manuscripts of authors or co-authors of the Editorial Board, members of the Scientific Board and people from the Universidade Federal de Juiz de Fora if, and only if, they are not involved in the process of evaluating the proper (or friend's) article.
  9. In order to avoid endogenous concentration UFJF articles will be published, in a maximum of 20% (4.8 items per year).
  10. Even if you meet the other requirements, will only be accepted on *desk review* to proceed in the editorial process the manuscripts that are free from identification of the authors. The identification of authorship of the work must be removed from the archive via the option "properties in Word", guaranteeing in this way the confidentiality criteria, if submitted for peer review (e.g. articles), as per available in Ensuring the Blind Peer Review. **ATTENTION!** This condition is essential for the text to start the editorial process of evaluation. If you do not fulfill this requirement, the manuscript will be returned to the author.
  11. Information of the authorship must be filled directly in the system, in the metadata tab.
  12. The files for submission must be in Microsoft Word, OpenOffice or RTF (as long as you don't exceed 2 MB). Papers which, perhaps, exceed this size can be sent directly via email to the journal: <ABET.ufff@gmail.com>.
  13. The text is single-spaced; uses an 11-point font; italics instead of underlining employs (except in URL addresses); the figures and tables should be included.
  14. The text should use the Brazilian system of citations and references, as stated by the Brazilian Association of technical standards ABNT (6023 standard). Full details of the style patterns and bibliographic requirements are described in

(exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.

14. O texto deve utilizar o sistema brasileiro de citações e referências, conforme disposto pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT (norma 6023). O detalhamento completo dos padrões de estilo e requisitos bibliográficos estão descritos em Diretrizes para Autores, na seção Sobre a Revista.

#### 4 DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTURAL

##### Aviso de Direito Autoral Creative Commons Política para Periódicos de Acesso Livre

Autores que publicarem nesta revista devem concordar com os seguintes termos relativos aos Direitos Autorais:

- (a) Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License que permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
- (b) Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- (c) Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja O Efeito do Acesso Livre).

#### 5 POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

Guidelines to Authors, in the section About the Journal. **ATTENTION!** This condition is essential to start the text editorial process of evaluation. If you do not fulfill this requirement, the manuscript will be returned to the author.

15. All addresses "URL" must be on active status.  
16. Articles must meet all the proceedings of the editorial process (cf. Evaluation Policy).

#### 4 COPYRIGHT DECLARATION

##### Creative Commons Copyright notice and Policy for open Access Journals

Authors who publish in this journal must agree with the following terms relating to copyrights:

- (a) Authors keep all copyright and grant the journal the right of first publication, with the work simultaneously licensed under the Creative Commons Attribution License that allows job sharing with recognition of authorship of the paper and initial publication in this journal.
- (b) Authors are allowed to assume additional contracts separately, for non-exclusive distribution of the version of the work published in this journal (e.g. publish in institutional repository or book chapter), with recognition of authorship and initial publication in this journal.
- (c) authors are allowed and are encouraged to publish and distribute their work online (e.g. in institutional repositories or on your personal page) at any point before or during the editorial process, as this can generate productive changes, as well as increase the impact and citation of published work (see the effect of Free Access).

#### 5 PRIVACY POLICY

The names and addresses reported in this journal will be used exclusively for the services rendered by this publication is not available for other purposes or to third parties.